

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2006/2008

Ana Maria Sigal Rosemberg (Grupos de Formação Contínua), Heidi Tabacof (Relações Internas e Representante do Departamento no Núcleo de Departamentos), Maria Antonieta Whately (Administração e Tesouraria), Maria Aparecida Kfourir Aidar (Relações Externas), Maria Elisa Pessoa Labaki (Publicações), Maria de Fátima Milnitsky (Transmissão e Pesquisa), Marli Ciriaco Vianna (Cursos), Rita Cassia Cardeal (Representante da Comissão de Admissão)

# Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE - ANO XXI - DEZEMBRO DE 2008

## Conselho Editorial

Camila Salles Gonçalves, Eliana Borges Pereira Leite, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria Elisa Pessoa Labaki

## Grupo Administrativo

Zulmira M. Montiel e Eva Wongtschowski

## Grupo de Entrevistas

Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela M. Sister, Danielle Breyton, Renata Politi, Silvio Hotimsky, Susan Markuszower

## Grupo de Debates

Suzan Markuszower e Gisela Haddad

## Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves, Darcy Haddad Daccache, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa (coordenadora), Rubia Delorenzo, Sergio Telles

## Conselho Científico, Consultores ad hoc

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena Stahl (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orliovsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luís Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

## Linha editorial

*Percurso* é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, "a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir".

## Digitização de originais

Angela Maria Vitorio • Tel.: (11) 9705-2916 • [angela.vitorio@uol.com.br](mailto:angela.vitorio@uol.com.br)

## Revisão

Simone Zaccarias • Tel.: (11) 9897-1362 • [simonezac@yahoo.com.br](mailto:simonezac@yahoo.com.br)

## Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Idéias • Tel.: (11) 3062-6086 • [amaquina@aclnet.com.br](mailto:amaquina@aclnet.com.br)

## Assinaturas

Jessica Janete da Silva, Regiane Montiel • Tel./Fax: (11) 3816-3780

## Capa

Renina Katz. *O vermelho e o negro*. Litografia a cores P.A., 60,6 x 39,6 cm, 1979.

## Coordenação editorial / Recepção de originais para publicação

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Sítio na Internet: [www.uol.com.br/percurso](http://www.uol.com.br/percurso) • e-mail: [percurso@uol.com.br](mailto:percurso@uol.com.br)

*Percurso* é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.



Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484  
05015-900 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3866-2730  
Secretária do Núcleo de  
Departamentos: Rose Batista Oliveira



Gráfica e Editora Santuário

Rua Pe. Claro Monteiro, 342  
12570-000 Aparecida SP  
Tel.: (12) 3104-2000  
Fax: (12) 3104-2036  
0800-16-00-04

Presença do psicanalista

# Percurso 41

REVISTA DE PSICANÁLISE: ANO XXI: DEZEMBRO DE 2008

# Sumário

## Table of contents

3 Sumário  
*Table of contents*

7 Editorial  
*Letter from the editors*

## TEXTOS PAPERS

---

9 Uma interpretação e uma tese: justificativas para o estudo de casos individuais  
*An interpretation and a dissertation: justifying individual cases studies*  
Hal Reames  
[Apresentação de Ana Cecília Carvalho]

27 Contribuições winnicottianas à clínica da neurose obsessiva  
*Winnicottian contributions to the clinic of obsessional neurosis*  
Alfredo Naffah Neto

37 A cor da ausência  
*The color of absence*  
Fátima Regina Flório César de Alencastro Graça

47 Crise terapêutica da psicanálise e presença do analista  
*The therapeutic crisis of Psychoanalysis and the presence of the analyst*  
Luiz Augusto M. Celes

3

- 55 Atualidade da supervisão  
*Relevance of supervision*  
Lucía Barbero Fuks
- 61 O lugar do analista frente à inquietação adolescente  
*The analyst confronted to the unrest of teenagers*  
Tiago Corbisier Matheus
- 67 O buraco da fechadura  
*The keyhole*  
Rodrigo Blum
- 75 O que será da atividade das crianças? (Notas sobre a hiperatividade)  
*What will the activity of children become? (Notes on hyperactivity)*  
Silvia Grebler Myssior + Zilda Machado
- 81 A família entre a cultura e a subjetividade atual:  
o papel do amor  
*Family between culture and subjectivity:  
the role of love*  
Gisela Haddad
- 91 Transmissão da psicanálise e formação psicanalítica  
*The transmission of Psychoanalysis and  
psychoanalytic formation*  
Flávio Carvalho Ferraz

## ENTREVISTA

### INTERVIEW

- 103 Sophie de Mijolla-Mellor  
Da Filosofia à Psicanálise  
*From Philosophy to Psychoanalysis*

## DEBATE

### DEBATE

- 113 Entre o divã e a cultura  
*Between the couch and culture*  
Ana Elizabeth Cavalcanti + Daniel Delouya +  
Pedro Luiz Ribeiro de Santi

## LEITURAS

### BOOK REVIEWS

- I21 O romance da neurose obsessiva [*Neurose obsessiva*]  
*Obsessional neurosis*  
Renata Udler Cromberg
- I26 Por uma outra utopia [*Em busca de um lugar: itinerário de uma psicanalista pela clínica das psicoses*]  
*For another utopia*  
Maurício Porto
- I29 Narcisismo ou sua ausência na contemporaneidade? [*Narcisismo: o vazio na cultura e a crise de sentido*]  
*Narcissism or its absence in our time?*  
Alessandra Monachesi Ribeiro
- I33 E por falar em amor [*Amor paixão feminina*] 5  
*Speaking about love*  
Lílian Fogaça
- I37 Para além do Complexo de Édipo? [*Complexo de Édipo*]  
*Beyond Oedipus's Complex?*  
Cleide Monteiro
- I41 O amanhã como invenção [*Uma invenção da utopia*]  
*Tomorrow as invention*  
Ana Costa
- I43 Entre o amor de si e a alteridade: um conflito interminável [*Narcisismos*]  
*Between self love and the other: an unending conflict*  
Maria Laurinda Ribeiro de Souza
- I47 Quando os vínculos nos convocam a pensar [*Del ser al hacer*]  
*When links invite us to think*  
Lisette Weissmann

- 151 Quando a transgressão é necessária [*A normopatia na formação do analista*]  
*When transgression becomes necessary*  
Vera Luiza Horta Warchavchik
- 154 Colaboradores deste número  
*Contributors to this issue*
- 156 Normas para envio de artigos e resenhas  
*Rules for contributors*
- 158 Onde encontrar *Percurso*  
*Where to find Percurso*
- 159 Para assinar *Percurso*  
*How to subscribe to Percurso*

# Editorial

Nos anos oitenta, quando de sua estada no Brasil, Bion iniciou uma de suas conferências dizendo: “estou muito curioso sobre o que direi a vocês hoje à noite ...”. O Conselho Editorial de *Percurso* vive essa mescla de curiosidade e angústia a cada seis meses: os textos que comporão o novo número, incógnitas prenes de possibilidades. À medida que os artigos vão chegando, a nova edição começa a se esboçar e um novo território vai se delineando.

Se entendermos a comunicação como a transmissão de qualquer influência de uma parte de um sistema para outra de modo a produzir mudança, podemos conceber o Conselho como parte do processo que se estabelece entre os autores, resenhadores, entrevistados e os leitores.

Parte desta cadeia, deixamo-nos permear, nos identificamos, vivemos de maneira subjetiva e profunda a chegada de cada escrito com os olhos voltados para o elo final. Assim como uma análise é movida por uma escuta oblíqua, direcionada pela associação livre e pela atenção flutuante – uma arte poética – a escolha de um texto é uma forma de construir uma nova criação.

Mais do que serem selecionados e aprovados, os textos passam por essa leitura flutuante, habitam em cada um de nós uma transferência, esboçam um diálogo uns com os outros, amoldam-se e adquirem um sentido em seu conjunto, apenas no *après-coup*. É por este motivo que o Conselho Editorial do número anterior não é o deste e este não será o do próximo.

Multifacetada, a presente edição abrange uma gama de temas: fala-nos da constituição do psiquismo pelo viés do olhar fundante que constitui uma intimidade neurótica ou perversa. No âmbito da prática clínica, um autor propõe uma articulação conceitual da abstinência, para além da mera recomendação aos médicos.

Com depoimentos de Sophia de Mello Breyner, confirma-se que os poetas acessam a polifonia anímica melhor e de maneira mais contundente que os sistemas de explicações coerentes. Crianças e família, terrenos férteis para o cenário de nossos dias, são temas que comparecem em dois textos que questionam os novos arranjos familiares à luz de sua história e das mudanças socioculturais, bem como a suposta hiper-atividade das crianças, silenciada à base

de medicações. A neurose obsessiva, por sua vez, revisitada à luz das falhas ambientais, desmente a afirmação do próprio Winnicott de que pouco ou nada havia contribuído para a abordagem teórica e técnica dessas neuroses.

Por fim, textos sobre o tema da Formação alertam para o risco de se produzirem psicanalistas normotizados ou alienados pela identificação com o seu próprio analista.

Na Psicanálise, a história da descoberta do Inconsciente e do desenvolvimento da sua teoria é um caminho a ser refeito por cada novo analista, idéia que nos é cara e que alinhava resenhas, textos e entrevista. Essa estreita coerência entre teoria e a prática é o que procuramos manter na feitura de cada número.

Boa Leitura!

# Uma interpretação e uma tese:

## justificativas para o estudo de casos individuais

Hal Reames

**Resumo** A partir de um caso que envolve como exemplos uma dissertação e uma interação clínica, o autor argumenta que no estado atual das coisas a pesquisa idiográfica não apenas é aceitável, como ainda se revela mais adequada para testar uma teoria psicodinâmica que os métodos nomotéticos.

**Palavras-chave** pesquisa qualitativa; caso individual; pesquisa idiográfica; pesquisa nomotética; interpretação; paraprofissional; tratamento em residência abrigada.

**Tradução** Regina Maria Gonzaga dos Santos

**Revisão** Eliana Borges Pereira Leite e Renato Mezan

**Hal Reames** Ph.D., trabalhou trinta anos como psicólogo clínico, especializando-se em psicoterapia individual e familiar, tratamento de adolescentes, teste e avaliação psicológicos e consultoria legal para advogados em julgamentos cíveis e criminais. Foi diretor executivo de uma instituição de saúde mental em Michigan, EUA, e professor na Western Michigan University e na Michigan State University. Entre outros livros, publicou *Among the Ravening Sharks – Mastering Fear in the Trading Pit* (Entre Tubarões Vorazes – Domando o Medo na Arena do Mercado) e *Unscored Upon* (Não-derrotado).

**Ana Cecília Carvalho** é psicanalista, professora da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, co-organizadora de *Estilos do xadrez psicanalítico: a técnica em questão* (Imago, 2006) e autora de *A poética do suicídio em Sylvia Plath* (Ed. UFMG), entre outros.

### Apresentação

No outono de 1976, iniciei meu mestrado em Psicologia em uma universidade do meio-oeste americano, conhecida na época como a “Meca do behaviorismo”, para onde a comissão Fulbright havia me mandado na esperança de que ali eu me curasse definitivamente da minha crescente desilusão com as teorias behavioristas, mesmo com aquelas que fundamentavam as chamadas “terapias comportamentais de amplo espectro”, e, quem sabe, me reconciliasse com elas para voltar ao Brasil e lecionar a cadeira de Psicologia Experimental na Universidade Federal de Minas Gerais. Voltei ao Brasil depois de concluído o mestrado, mas não foi possível me reconciliar com o behaviorismo.

Anos depois vim a compreender que uma das razões para essa ruptura definitiva foi o fato de ter cursado a única disciplina que me interessou na insípida grade curricular do programa então oferecido: “Human behavior” [“Comportamento humano”] era o nome dela. O professor, Hal Reames, um recém-doutor e graduado em Psicologia pelas Universidades de Yale e Michigan, mas já com grande experiência clínica, viria a me mostrar uma outra visão sobre o sofrimento humano, completamente incompatível com o modelo behaviorista e que, para minha alegria, fazia coro com as minhas suspeitas sobre a importância dos processos que se escondem atrás do, digamos, outro lado da lua do adoecer psíquico. Quis o acaso que eu tivesse o privilégio de ter sido sua aluna naquele que viria a ser o seu único semestre ali, pois, como



*as formulações construídas sobre as observações apresentadas no estudo de 1975 haveriam de sustentar todo o trabalho clínico desenvolvido durante mais de trinta anos com famílias, toxicômanos e crianças vítimas de abuso sexual*

logo se tornou evidente, lá não haveria lugar para Hal Reames, estranho no ninho behaviorista daquele ambiente acadêmico.

Em suas aulas ele privilegiava, com sensibilidade e segurança, os aspectos que o terapeuta deveria levar em consideração em sua escuta para captar o inconsciente no trabalho clínico. Assim, sem que ele soubesse, recebi através de suas palavras o incentivo que faltava para que minha experiência acadêmica de apenas um semestre naquele grande centro behaviorista terminasse por consolidar meu interesse pela Psicanálise.

Só trinta e um anos depois, em 2007, é que tive o privilégio de ler a tese de doutorado que ele havia defendido no ano anterior àquele semestre em que fui sua aluna. Constatei, surpresa, que nesse estudo – cujo pretexto era examinar o trabalho dos acompanhantes terapêuticos, a fim de avaliar a qualidade e os efeitos das interações entre eles e grupos de adolescentes – Hal Reames oferecia formulações (tais como a especificidade da noção de interpretação no contexto do trabalho clínico) que, pela sua pertinência, passadas três décadas de sua redação, continuavam atuais e relevantes para o trabalho clínico realizado fora do setting tradicional, e também para um debate sobre a metodologia da pesquisa em psicoterapia e em Psicanálise.

O leitor familiarizado com as idéias da Psicanálise não terá trabalho para reconhecer a inspiração teórica que alimenta essas formulações, mas estranhará a ausência de referências psicanalíticas

na bibliografia da tese apresentada em 1975. Não será difícil deduzir que isso reflete as dificuldades encontradas pelo autor quando optou por não ceder de suas convicções diante da pesada tradição positivista reinante no ambiente acadêmico, ao mesmo tempo que procurava transmitir suas idéias de modo que fossem respeitadas. Não custa lembrar que o domínio da experimentação de cunho positivista, já vigorando na época em que Reames terminava seu doutorado, em seguida passaria a banir cada vez mais a Psicanálise do campo das ciências, nos Estados Unidos. Infelizmente, essa tendência contribuiria para que sua tese, intitulada *The functioning of the psychiatric case worker in interactions with adolescents in residential treatment\** [“O funcionamento do acompanhante psiquiátrico de adolescentes em tratamento residencial”], embora tivesse sido aprovada com louvor, não fosse publicada.

Em minhas conversas recentes com Hal Reames, ficou claro que as formulações construídas sobre as observações apresentadas no estudo de 1975 haveriam de sustentar todo o trabalho clínico desenvolvido durante mais de trinta anos com famílias, toxicômanos e crianças vítimas de abuso sexual, que ele atendeu tanto individualmente em sua clínica particular como nas chamadas “residências abrigadas”, em Michigan, nos Estados Unidos.

Seria correto dizer que o programa clínico de Hal Reames o aproxima da Psicanálise porque se fundamenta sobre o princípio ético do respeito à singularidade e sobre a escuta do inconsciente. Disso decorre que o ritmo dos processos em um tratamento psicoterápico não pode ser pré-definido por nenhum parâmetro extrínseco ao seu campo. Curiosamente, são esses aspectos que colocaram o seu programa na contramão das regras generalizantes que, em seu país, comandam o exercício da psicoterapia, cuja eficiência é medida pelo número cada vez mais reduzido de sessões – tal como é estabelecido, por exemplo, pelos planos de saúde, que ignoram as particularidades de um atendimento clínico dessa natureza.

Escrito no verão de 2008, em um momento em que o autor se encontra aposentado e dedicando-se à sua carreira literária, o artigo ora publicado por *Percurso* não deixa de ser uma reflexão re-

trospetiva sobre os frutos desse trabalho. Pela sua mão firme de escritor que, além da fonte clínica, bebeu também da teoria da literatura e da arte, Hal Reames se dedica a mostrar a importância do respeito à singularidade que caracteriza a postura ética do psicoterapeuta não só no contexto clínico, mas também na maneira como pesquisamos nesse campo. Como se isso não bastasse, também renova a relevante questão da validade de uma interpretação, ao indagar: se não se pode ter a pretensão de imaginar um “gabarito de correção” das interpretações produzidas no contexto de uma sessão, como medir a pertinência do que falamos para o nosso paciente? Qual é o papel da teoria na produção de uma interpretação? Como acessar os efeitos do que dizemos no contexto clínico?

Se essas perguntas são relativas ao campo da teoria da técnica psicoterápica em geral e psicanalítica em particular, elas aludem também a um campo mais vasto de interlocução em que comparecem, de um lado, o grupo daqueles nostálgicos de que os dispositivos das ciências experimentais pudessem oferecer alguma certeza sobre o que fazemos, e, de outro, o grupo daqueles que, mais acostumados à inexatidão, se inquietam o suficiente para, corajosamente, continuar indagando.

O presente artigo, assim como os livros *The upside-down hill* (2008), *The fall alone – fictionalized memoir of a clinical psychologist* (2007), *Unscored upon* (2003), *Among the ravening sharks: mastering fear in the trading pit* (2001) e *The red dragon turns to gold – travels in China during the fiftieth anniversary of the People’s Republic* (2000), mostram que, felizmente, Hal Reames faz parte deste segundo grupo.

ANA CECÍLIA CARVALHO

\* *Percurso* agradece ao autor a gentileza de ter esclarecido o sentido do termo *residential treatment*. Trata-se da colocação de adolescentes em casas abrigadas ou em instituições de saúde mental, nas quais convivem com outros jovens, com “pais adotivos” e com outros profissionais não diretamente envolvidos em seu tratamento psicoterápico. Estes últimos são designados como *paraprofessionals*, termo que traduzimos com o neologismo “paraprofissionais”; para os locais nos quais trabalham, utilizaremos a expressão “residência abrigada”.

»  
o estudante queria usar o “juízo clínico” para determinar o valor das interações entre o pessoal de apoio e os adolescentes

Nada acontece entre eles: apenas conversam.  
[Freud, *A questão da análise por não-médicos*]

Em 1974, um estudante de pós-graduação na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, queria estudar as interações entre adolescentes internados em residências abrigadas e as pessoas que trabalhavam na instituição. Entretanto, depois de ter estudado estatística no curso secundário, no de medicina e na pós-graduação, e de ter lecionado a disciplina “Métodos de pesquisa”, ele achava que a coleta de dados numéricos e a aplicação de testes não lhe diriam o que queria saber. Em vez disso, queria utilizar o “juízo clínico” para determinar o valor terapêutico dessas interações – mas ninguém com quem falava conseguia se lembrar de o Departamento de Psicologia Clínica ter jamais permitido métodos qualitativos numa tese de doutorado.

“Fale com George Rosenwald”, disseram-lhe.

## Uma conversa difícil

O estudante nada sabia sobre o professor George Rosenwald, e supôs que, de algum modo, precisaria convencê-lo da validade de usar a interpretação clínica numa pesquisa acadêmica. Sentou-se na sala dele e começou a falar sobre o tratamen-



*trabalhei na equipe de uma instituição,  
e sei que fiz mais que simplesmente  
impor regras. Também ajudei  
nas tarefas escolares, falei com  
os garotos na hora do jantar,  
designei tarefas, às vezes  
os ajudei nelas*

12

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

to de adolescentes, mas o Dr. Rosenwald disse: “Tenho certeza de que isto é importante para você, mas tenho pouco interesse nesse assunto. O que me interessa é o seu método. Você não quer fazer um experimento para testar uma teoria?”

O silêncio foi longo e desconfortável.

“Não”, foi a resposta.

“Por que não?”, indagou o professor.

O estudante explicou que tinha abordado um jovem docente interessado no tratamento de adolescentes, a quem descrevera sua idéia para a pesquisa. O professor respondera: “Isso seria então um passo preliminar? Você estaria fazendo observações para gerar hipóteses capazes de serem experimentalmente testadas?”

Ele percebeu que o jovem professor estava questionando se suas idéias estavam suficientemente desenvolvidas, ou se a sua proposta metodológica era suficientemente científica, para merecer um doutorado em Psicologia Clínica. Para o estudante, segundo uma definição, “ciência” era o corpo de conhecimento ensinado em aulas de ciências (exceto nas regiões dos Estados Unidos que ensinavam a evolução a partir do *Gênesis*). De acordo com outra definição, que ele tinha tanto aprendido como ensinado, o “método científico” consistia em observar, formar uma hipótese, conceber experimentos, fazer previsões, usar os experimentos para testar tanto a hipótese quanto as previsões, e chegar a uma conclusão.

Entretanto, o estudante não tinha experimentos em mente, pelo menos não no sentido usual. Encarando a morte acadêmica no escritório do Dr. Rosenwald, sua futura vida profissional passou num relance diante de seus olhos, e ele procurou se defender com o seguinte – e ousado – discurso:

“Trabalhos experimentais mostraram que os programas de internação em residências-abrigo com regras rigidamente impostas e com sistemas de recompensa e castigo produzem resultados melhores no que se refere a respeitar normas do que *settings* menos estruturados. A hipótese oposta foi rejeitada com nível 0,05 de significância. Sei que isso é verdade, mas não é nisso que estou interessado: trabalhei na equipe de uma instituição, e sei que fiz mais que simplesmente impor regras. Também ajudei nas tarefas escolares, falei com os garotos na hora do jantar, designei tarefas, às vezes os ajudei nelas, e em outras preferi não fazê-lo. Joguei jogos, ri com eles, ou optei por não rir do que achavam engraçado.”

“Nem todo o meu comportamento pode ser descrito como *medicamentoso*. Parecia que eu estava sempre tomando decisões sobre qual comportamento seria mais útil para o adolescente, mas ninguém na administração jamais reconheceu que um paraprofissional<sup>1</sup> poderia ter uma função terapêutica. Ninguém jamais discutiu sobre como ele poderia saber quando ser acolhedor e quando ser exigente. Ninguém jamais nos disse que diferença faria para a criança. Agora que trabalho como terapeuta, acho que este trabalho é por vezes mais fácil que o do paraprofissional, porque o terapeuta tem um repertório de comportamentos mais limitado, e necessita tomar menos decisões sobre como interagir.”

Alto e calvo, o Dr. Rosenwald continuou a olhar para o desesperado estudante através de seus pequenos e grossos óculos. Obviamente, ele ainda não tinha ouvido uma resposta satisfatória. O estudante continuou:

“Imagine que eu proponha a seguinte hipótese: interações que envolvem 1) um paraprofissional que pareça estar impondo as regras, mas

na verdade esteja demonstrando carinho e preocupação; 2) um adolescente que se rebelde contra a autoridade e dê a impressão de ser anti-social, mas na verdade se sinta mal-amado e queira que alguém se preocupe com ele, e 3) um ato de cuidado embutido no exercício de autoridade – tais interações fazem com que o adolescente se sinta cuidado, e reduzem sua rebeldia.”

“Quanto tempo teria que procurar para descobrir interações desse tipo? E como saberia quais as necessidades não-atendidas ocultas por trás da atitude desafiadora do adolescente? E como saberia que o adolescente está reconhecendo *cuidado* onde outros veriam somente *autoridade*? Será que por causa dessa única interação o adolescente necessitado de atenção sairia de sua rebeldia como Lázaro do caixão, e iria para o mundo como alguém responsável? E se fosse, o que teria o paraprofissional aprendido a partir desta única interação? Seria a lição: “imponha as regras, mas demonstre afeto, e esse grupo de adolescentes será curado de seu comportamento anti-social?” Não é tão simples assim. Esta seria apenas uma entre a miríade de possíveis interações úteis.”

“Então você não está testando nenhuma teoria?”, perguntou o professor, sério.

“Não no sentido habitual” respondeu o estudante. “Mas, começando com Freud, a cada vez que um terapeuta acha que um caso se desvia das previsões da teoria o que subjaz à sua ação, nasce uma nova teoria. O fracasso dele no caso do *próton pseudos* da histeria fez com que desistisse da sua primeira teoria da neurose, e produzisse os conceitos de sexualidade infantil e de realidade psíquica diferente da realidade externa. Mais recentemente, a experiência com pessoas que parecem entrar e sair da psicose produziu a noção de psicose *borderline*.”

“Quero perguntar aos terapeutas dos adolescentes do Instituto de Neuropsiquiatria (NPI) o significado das interações observadas.

»  
começando com Freud,  
a cada vez que um terapeuta acha  
que um caso se desvia das previsões da  
teoria o que subjaz à sua ação, nasce  
uma nova teoria

A maioria das explicações usará algum tipo de teoria psicodinâmica. Os paraprofissionais provavelmente usarão uma explicação baseada no senso comum; e quem sabe o que dirão os garotos? Quero selecionar as interações em que todas as três explicações se combinem numa visão forte e convincente sobre o valor da interação. Em outras palavras, a teoria está sendo usada, e portanto testada, mas não estou fazendo o estudo com este propósito.”

O estudante continuou:

“Imagine que as pessoas desenvolvam sua personalidade ao longo do tempo, em grande parte graças a interações com outras pessoas, cujos detalhes estão esquecidos há muito tempo. Imagine que um paciente possa interagir com o terapeuta de modos que permitam apreenda novas coisas sobre si mesmo e seus possíveis relacionamentos com outros. Já leu Levenson?” perguntou ao professor, em meio a um turbilhão de idéias. “Ele argumenta que o analista faz muito mais do que ‘comunicar compreensão’, especialmente compreensão da transferência.”<sup>2</sup>

“É mesmo? O que mais ele faz?” perguntou o professor, trocando de papel com o estudante.

“Eles entram em uma relação influenciada pelas formas de interação do paciente. O analista acaba por perceber que foi seduzido a dançar a dança do paciente, e se livra dela, ensinando assim ao paciente uma dança diferente. Assim, aquele aprende a se relacionar de uma forma diferente.”

1 Ver nota 1.

2 E. Levenson, *The fallacy of understanding/The ambiguity of change*.



*em 1975, quando aquela  
dissertação foi proposta,  
a psicologia acadêmica estava  
receosa de defender os métodos  
empregados por Freud, então  
considerados não-científicos*

“E provavelmente o analista também se modifica”, observou o professor.

“Sim, e pelo que li de Whitehead, estou inclinado a ver meu objeto de estudo na interação, ou na dança de Levenson, e não como constituído por cada componente do par. Imagine que esta reaprendizagem poderia acontecer nas interações entre o adolescente internado e um paraprofissional com pouco treinamento, com quem aquele interage durante o dia. Talvez esse tipo de interação seja terapêutico; se for este o caso, o que faz com que seja?”

“Então você rejeita as mônadas isoladas de Leibniz?”, perguntou o professor, dando seu primeiro sorriso.

“Não o perdoei pela sua participação na invenção do cálculo infinitesimal”, disse o estudante, meio de brincadeira. “Assim, estou tentando descobrir qual é o papel destas interações no tratamento. Estou selecionando interações em que a teoria se mostra útil, e usando-as para definir uma forma de terapia. Tanto minha definição do papel do paraprofissional como a teoria psicodinâmica subjacente serão testadas mediante seus usos futuros, da mesma forma que os terapeutas testam suas teorias aplicando-as. Quando deixar de guiar, ou de explicar, a teoria terá de ser alterada. Mas não acho que o estudo controlado de grandes grupos proporcionará o nível de magnitude, detalhe e precisão que quero.”

“Hum”, murmurou o professor, “este é um argumento interessante contra a pesquisa nomotética. Você vai pedir a um terapeuta, a um paciente e a um paraprofissional para interpretar o significado de suas interações, e não terá nenhuma outra medida da eficácia delas exceto sua própria síntese dessas interpretações? Você diz que uma pesquisa nomotética não seria suficiente. ‘Por que não?’, alguém perguntará. Você responde: “porque não me importo com o adolescente estatisticamente normal internado em residências-abrigo – aquele com a média de todas as qualidades dos adolescentes internados no terceiro andar do NPI.”

“Um estudo nomotético examinaria classes gerais, mas não daria o grau de especificidade que você está buscando. Você não pressupõe, nem busca estabelecer, qual classe de interações mais freqüentemente ajudará o maior número de pacientes. Você busca uma explicação idiográfica: o paraprofissional tem diante de si uma pessoa real com quem deve interagir, e pode e deve adaptar seu comportamento e esse paciente. É isso que pessoas não-autistas fazem ao interagir.”

O contexto acadêmico:  
pesquisa idiográfica e nomotética

“Idiográfica”: o estudante nunca tinha ouvido aquele termo. Ter um rótulo dá um ar de respeitabilidade. Se houvesse um nome para o modo como ele estava pensando, talvez fosse permissível pensar desse modo.

Em 1975, quando aquela dissertação foi proposta, a psicologia acadêmica estava receosa de defender os métodos empregados por Freud, então considerados não-científicos. Os professores universitários concordavam com a crítica de que as teorias dele eram inúteis, porque não podiam ser testadas, assim como as previsões de Einstein de que a gravidade podia curvar a luz (ou, mais precisamente, curvar o espaço) não puderam ser testadas até que certos eventos cósmicos permitiram um experimento natural.

Einstein pensou a respeito da inconsistência entre a relatividade geral e a mecânica quântica, refletiu sobre a teoria do Big Bang, e percebeu – sem nenhuma experimentação – que havia algo de errado com elas. Os recálculos da teoria de Einstein feitos por Alan Guth foram aceitos pelos físicos não por causa da experimentação controlada, mas devido à sua capacidade de explicar o que já aconteceu. A teoria astrofísica das supercordas só apareceria dez anos mais tarde, e até hoje não pôde ser testada por experimentos: é aceita somente por sua consistência interna e por seu valor explanatório.

Da mesma forma, durante mais de um século não havia como observar a repressão, até que a neuro-imagem pôde demonstrar que as conexões neurais entre os lobos frontais e os centros de memória ficam muito ativas quando a pessoa está esquecendo alguma coisa. De acordo com a epistemologia, isto não provou que Freud estava certo sobre como as coisas são ativamente esquecidas, mas o estudo não conseguiu rejeitar a hipótese freudiana, e até sugeriu caminhos neurais para a repressão.

“Talvez”, pensou o estudante, “a ciência não se limite a um único modo de testar uma teoria”.

A conversa entre o professor e o aluno aconteceu dentro de um contexto. Por volta da virada do século vinte, Freud criou a primeira teoria dinâmica de personalidade e da psicopatologia, estudando casos isolados – um de cada vez. Até a Segunda Guerra Mundial, os praticantes da Psicanálise nos Estados Unidos eram em pequeno número, e a maioria deles era constituída por psiquiatras. Durante a guerra, eram muito poucos para tratar todos os casos de “fadiga de combate”, que agora reconhecemos como TEPT (transtorno de estresse pós-traumático).

Conseqüentemente, o governo americano despejou dinheiro no treinamento de psicólogos clínicos. À medida que os dólares entravam nas universidades, os psicólogos behavioristas também requisitaram mais verbas de pesquisa para fins militares, incluindo a tentativa de B. F. Skinner de treinar pombos para guiar mísseis bi-

o Dr. Rosenwald não recorria à pesquisa qualitativa somente nos momentos nebulosos em que uma hipótese é concebida e explorada ainda de modo tateante

cando o alvo. Apesar de os mísseis guiados por bicadas de pombos não terem feito sucesso entre os militares, os behavioristas conseguiram algum dinheiro federal, alegando o uso do método científico, isto é, o teste experimental de hipóteses e o uso de métodos estatísticos para rejeitar a alternativa oposta e refutar uma teoria.

Quando os estudantes de George Rosenwald começaram a produzir suas dissertações sobre pesquisa qualitativa, a teoria da aprendizagem reivindicava uma parcela considerável do dinheiro de pesquisa. Mas as teorias apresentadas pelos behavioristas eram tão gerais – podiam ser testadas até em roedores e pássaros! O Dr. Rosenwald não recorria à pesquisa qualitativa somente nos momentos nebulosos em que uma hipótese é concebida e explorada ainda de modo tateante. Em vez disso, incitava seus alunos a entender e justificar por que o estudo de caso *não-quantitativo*, *não-nomotético* e *singular* era o método adequado para explorar certos aspectos do funcionamento humano. Desde então, as casas editoras e as comissões editoriais de revistas científicas chegaram a um acordo, e criou-se um corpo de pensamento a respeito da pesquisa qualitativa.

Quando terminaram de conversar, o Dr. Rosenwald quis ver um capítulo sobre metodologia. Depois falariam novamente. Em pouco tempo, o estudante retornou com uma breve descrição das interações que planejava observar, e do tipo de entrevista que usaria para se asse-





*o significado de uma obra  
de arte nunca pode ser completa e  
exaustivamente compreendido.  
Sem sequer se referir ao conceito  
de inconsciente, Hirsch afirmava  
que nem o próprio artista pode  
explicar completamente  
o significado do que fez*

gurar do seu sentido e valor clínico. O professor queria mais: não uma apologia, mas um argumento consistente e lógico para o método de casos singulares. Por volta de 1975, a maioria dos terapeutas pressupunha que os sintomas tinham um significado psicológico. Quer pensassem em bases psicanalíticas ou não, buscavam interpretar o que o comportamento *significava*; correndo o risco de parecer não-científico, Rosenwald enviou o estudante para o campo da crítica literária. Disse ele:

“Você parece se desculpar por não estar testando uma hipótese, e não explica ao leitor por que esse método é de fato mais adequado ao seu objeto de estudo. Por que é necessário ‘interpretar’ essas interações, da mesma maneira que um terapeuta interpreta o significado dos sonhos, dos sintomas e dos comportamentos ao tratar de um paciente? Vá ler sobre crítica literária, sobre interpretação histórica, e sobre como se avaliam provas em processos criminais.”

Meses se passaram. O estudante retornou mais seis vezes; finalmente, na sétima versão, ele apresentou o argumento de Hirsch de que o significado de uma obra de arte nunca pode ser completa e exaustivamente compreendido. Sem sequer se referir ao conceito de inconsciente, Hirsch afirmava que nem o próprio artista pode explicar completamente o significado do que fez. Isso acontece porque: 1) ele pode não entender completamente todas as forças que contribuí-

ram para a sua criação, e 2) outras interpretações acrescentarão significados mais universais do que o artista pretendia<sup>3</sup>.

O capítulo “Métodos” afirmava:

“Ao estudar interações limitadas no tempo, busca-se interpretar o que cada uma significa para o tratamento do adolescente. Defino *significado* como “integração de eventos observáveis.” Isso engloba tanto a forma de interação do adolescente com o paraprofissional quanto seus sentimentos e suas percepções a respeito dela. O aspecto subjetivo da interação – considerado como um importante componente dela – é abordado através de entrevistas. O observador pede ao participante-adolescente para explicar sua experiência da interação e sua compreensão dela...”<sup>4</sup>

O pesquisador entrevistaria tanto o analista quanto o adolescente. Então, “a partir dos diálogos com o adolescente e o terapeuta, o entrevistador chega a uma formulação sobre a experiência subjetiva do adolescente”. Compreender a experiência do adolescente, porém, iria além de simplesmente saber como este se sentiu. “A entrevista com o terapeuta tem a intenção de oferecer acesso ao sistema de significados do paciente, ou seja, à sua maneira atual de entender seu relacionamento com o ambiente [...]. Entretanto, busca-se entender mais do que o que o adolescente sentiu, ou o que a interação significou para ele. Busca-se saber também como este modo de interação se relaciona com a maneira como conduz sua vida, ou seja, como é relevante para *esta* maneira característica de interagir com o ambiente. Seria desejável saber até que ponto é uma repetição, ou um afastamento de padrões estabelecidos de interação com outros.”<sup>5</sup>

“Se fosse possível observar todas as suas interações (e ler sua mente), haveria informação suficiente para entender se elas ajudam o adolescente a funcionar psicologicamente de maneiras consideradas desejáveis. Já que não dispõe dessa informação, o terapeuta pode ajudar na aproximação a esse tipo de perspectiva [...]. Em resumo, uma interpretação de uma interação é uma declaração sobre 1) o que tal interação re-

vela sobre o adolescente e 2) como é percebida e assimilada por ele. Esse significado é conferido à interação pelo autor, à medida que ele integra informação de várias fontes...”<sup>6</sup>

### Analogias com campos conexos

Dessa forma, argumentou o estudante, a interpretação do significado de uma interação transcendia o que ela significava para o adolescente: referia-se ao que significava para o autor (e para o leitor) a respeito do funcionamento psicológico passado e futuro do paciente. Não importa quão bem a interpretação integrava dados observados, dados históricos e teoria: sempre haveria espaço para uma interpretação diferente. Então, como se avaliaria a validade de uma interpretação? O argumento da dissertação era que as afirmações de Hirsh sobre interpretação literária se aplicavam igualmente à interpretação do comportamento humano. Para validar uma interpretação, isto é, para fazer discriminações objetivamente fundamentadas entre interpretações conflitantes, é preciso estabelecer princípios de validação. Em outras palavras, são necessárias regras para avaliar as evidências, e a avaliação deve derivar de forma lógica dos princípios normativos estabelecidos.

Voltando-se para os historiadores, o estudante descobriu Richard Collingwood<sup>7</sup>. Para este autor, os relatos históricos não são fatos, mas interpretações baseadas em conhecimentos incompletos. Segundo Collingwood, os historiadores se empenham em sugerir a interpreta-

3 E. Hirsch, *Validity in interpretation*.

4 Chapter II: “Purpose, method, and procedure”, in Hal Reames, *The functioning of the psychiatric case worker in interactions with adolescents in residential treatment*.

5 *op. cit.*, p. 84.

6 *op. cit.*, p. 93-4.

7 R. Collingwood, *The idea of history*.

8 H. Hart, J. McNaughton, “Evidence and inference in the law”, in *Evidence and inference*.

9 R. Erickson, “The nature of clinical evidence”, p. 67, 91-2.

10 J. Benjamin, “Methodological considerations in the validation and elaboration of psychoanalytic personality theory”, *Am. J. Orthopsychiatry*, 20, p. 139-56.

»  
*como se avaliaria a validade  
de uma interpretação?  
As afirmações de Hirsh sobre  
interpretação literária se aplicavam  
igualmente à interpretação do  
comportamento humano*

ção mais provável, com o objetivo de dar conta dos dados de forma tão plausível, compreensível e econômica que nenhuma outra seja cabível.

No campo da Jurisprudência, Hart e McNaughton destacaram que nos tribunais criminais dos Estados Unidos a interpretação da história por um júri não pode ser julgada pelos métodos experimentais das ciências naturais<sup>8</sup>. O júri ratifica aquela interpretação dos acontecimentos que, à luz das provas disponíveis, pareça ser a mais provável.

A literatura revelou que profissionais da área de saúde mental já tinham tentado estabelecer regras para avaliar a probabilidade de uma interpretação. Erickson, por exemplo, sugeriu os seguintes critérios: 1) uma declaração espontânea do paciente concordando com a interpretação do analista; 2) confrontação com uma grande quantidade de comunicações; 3) com informações obtidas via diagnóstico; 4) com a genética da personalidade; e 5) com a estrutura da personalidade. Os clínicos enfatizaram a importância de usar sua própria “experiência interior” para se alinhar com o estado subjetivo do paciente. Erickson considera esta “subjetividade disciplinada” como “infelizmente indispensável”<sup>9</sup>.

Outro clínico, Benjamin, buscou a confirmação de uma interpretação na sua consistência com outras comunicações, inclusive palavras, sonhos, comportamento físico, associações e testes psicológicos<sup>10</sup>. Neste meio tempo, Lerner



*emprestando o selo da  
aprovação epistemológica  
à interpretação psicológica,  
ele argumentava que todo  
autoconhecimento é mediado  
por signos, símbolos e palavras  
que precisam de interpretação*

ressaltou a consistência entre uma interpretação e previsões teóricas<sup>11</sup>.

Mesmo assim, ficava clara a impossibilidade de garantir o acordo entre duas interpretações de uma dada ação humana. Conseqüentemente, argumentava aquela primeira dissertação, as diferenças entre as intérpretes não eram, afinal de contas, um resultado tão ruim assim. Se uma interpretação, como uma teoria, não podia ser *provada* como verdadeira, mas somente se aproximar da verdade, então o diálogo entre paciente e analista, entre historiadores, entre críticos de arte e entre jurados poderia servir para conduzir as partes a uma interpretação melhor. Isso seria um processo sem fim, assim como a própria ciência nunca cessa de buscar uma explicação melhor.

Finalmente, o Dr. Rosenwald aprovou essa sétima versão do capítulo sobre o método de pesquisa. Desde 1975, esse ponto de vista vem sendo articulado de modo mais e mais preciso. Os alicerces filosóficos da dissertação, sugeridos pelas referências a Whitehead, foram reforçados por Paul Ricoeur<sup>12</sup>, cuja obra *De l'Interprétation* apareceu em inglês em 1970, mas de alguma forma, mesmo passados cinco anos, havia escapado à atenção de um departamento de Psicologia analiticamente orientado. Depois de estudar Freud, o recém-falecido filósofo aplicou os princípios da hermenêutica – a arte da interpretação – ao comportamento humano, assim como à História e à Arte. Emprestando

o selo da aprovação epistemológica à interpretação psicológica, ele argumentava que todo autoconhecimento é mediado por signos, símbolos e palavras que precisam de interpretação.

Voltando-se para o estudo de eventos históricos, Ricoeur afirmava que este nunca poderia ser completado ou acabado, não porque a História continua a ser feita, mas porque nenhum evento isolado (não importa quão simples) pode ser completamente explicado, especialmente depois de os participantes terem morrido. O que no campo da história costuma ser designado como “fato” é na verdade estabelecido por meio da interpretação: primeiro, o historiador interpreta os arquivos; a informação contida neles deve ser *entendida*, o que necessita uma interpretação dos eventos relacionados ao escrever ou contar a história. O historiador – como o paciente e o analista – deve usar palavras, e estas necessitam de mais interpretação.

Como em toda operação interpretativa, pode-se aspirar à credibilidade ou plausibilidade, mas jamais à certeza. Além do que, pode-se dizer, grande parte da evidência é relembrada, e tanto a literatura sobre lembranças falsas quanto as experiências do sistema jurídico com testemunhas oculares em casos criminais comprovam que a memória não é lá muito confiável. Porque a interpretação de um evento passado não pode ser provada, da mesma forma uma hipótese baseada em teorias científicas: é necessário um *discurso*, isto é, uma narrativa. O tempo histórico que a narrativa apresenta é um tempo interpessoal, público. A realidade humana de Ricoeur, como a de Whitehead, concerne a relacionamentos, e exige que o significado seja estabelecido via interação.

A relação entre interpretação e diálogo foi mais explorada no campo da arte. Ricoeur também afirmava que o intérprete deve buscar consistência teórica interna. No caso da teoria freudiana, um símbolo onírico deve resultar de uma realização de desejo disfarçada pelo uso de símbolos universais, de conflitos, da repressão da sexualidade infantil devido à ansiedade,

da resolução de conflitos, e de outras coisas. Unindo as teses de Hirsch e Freud, Ricoeur fez ver que uma obra de arte não é uma simples projeção dos conflitos do artista, mas apresenta um esquema para a solução deles. Desta forma, os sintomas, sonhos ou atos falhos compartilham com a obra de arte um mesmo estatuto lógico<sup>13</sup>.

O exemplo mais simples é a interpretação de um símbolo onírico, que, nas palavras de Freud, pode ser sobredeterminado, isto é, tem mais de uma causa, e mais de um significado<sup>14</sup>. Ricoeur sugeria que a interpretação de um símbolo é uma tentativa de ser objetivo acerca da afetividade<sup>15</sup>. Os símbolos ganham sentido por meio de interpretações, e este é o campo próprio da hermenêutica. Nesta disciplina, a validação do significado é uma dialética hegeliana infundável<sup>16</sup>. Ricoeur estabeleceu que não é necessário haver uma última palavra, a palavra que termina o diálogo. Desta forma, o campo da filosofia poderia ratificar retroativamente a tese da dissertação: a discordância é esperada, necessária e útil para o processo de validação da interpretação.

Isolados pela língua inglesa, e possivelmente pela arrogância intelectual, os americanos não perceberam que por volta de 1975 os analistas europeus estavam debatendo animadamente a questão da validade da interpretação. O tema seria em breve o tópico central de um simpósio organizado em 1976 pelo psicanalista francês

»  
*formulava-se uma interpretação sobre o sentido do comportamento dos paraprofissionais, mas ficava claro que outras poderiam ser oferecidas*

René Major, do qual participaram conferencistas como Piera Aulagnier, Claude le Guen, Serge Viderman, Pierre Fédida e François Perrier. Em 1977, suas comunicações foram coletadas num livro editado por Major e intitulado *Comment l'interprétation vient au psychanalyste*<sup>17</sup>. Os autores deixaram bem claro que o resultado e a validade da interpretação não podiam ser julgados com um simples “sim” ou “não”, e que ninguém poderia determinar se uma interpretação estava completamente correta.

A dissertação do estudante argumentava que o mesmo era verdadeiro para interações observadas entre adolescentes internados em residências-abrigo e a equipe de paraprofissionais. Formulava-se uma interpretação sobre o sentido do comportamento dos paraprofissionais, mas ficava claro que outras poderiam ser oferecidas. A situação não era nova. A maior parte do Talmud foi escrita sem pontuação, de modo que os estudiosos podem começar a leitura em qualquer parte do texto – o que, é claro, muda o seu significado. Este texto ambíguo gerou, surpreendentemente, poucas seitas judaicas, o que pode ser explicado pelo método usado para discernir o significado: primeiro, o texto em questão tinha que prover uma base para a interpretação; depois, o rabino discutia sua interpretação com um grupo de estudiosos, visando a uma integração<sup>18</sup>.

Da mesma forma, a validade da interpretação de uma interação não poderia ser estabelecida pelo

11 D. Lerner, “Introduction: on evidence and inference”, in *Evidence and inference*.

12 P. Ricoeur, *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. [Em inglês: *Freud and philosophy: an essay on interpretation*, 1970, Yale University Press.]

13 P. Ricoeur, *op. cit.*, p. 150.

14 P. Ricoeur, *op. cit.*, p. 405.

15 P. Ricoeur, *op. cit.*, “É somente quando cada interpretação parece contida na outra que a antitética já não é simplesmente o choque dos opostos, mas a passagem de uma para a outra”, p. 399-400.

16 P. Ricoeur, *op. cit.*, p. 146-7.

17 Paris, Aubier-Montaigne, 1978. Tradução brasileira: *Como a interpretação vem ao psicanalista*.

18 Uma discussão das diferenças e semelhanças entre interpretação talmúdica e interpretação psicanalítica pode ser encontrada no capítulo IV de R. Mezan, *Psicanálise, judaísmo: ressonâncias*, Rio de Janeiro, Imago, 1995, intitulado “Processo primário e interpretação” [Nota dos revisores].



confiabilidade *não é o mesmo*  
*que precisão ou completude.*  
*De fato, em algumas situações,*  
*a História nos mostra que podemos*  
*confiar em que os homens cometem*  
*e cometerão os mesmos*  
*erros estúpidos.*

acúmulo de casos idênticos, um após o outro. A repetição poderia criar a impressão de que a análise do autor dava conta de todos os fatores envolvidos, mas a apresentação de muitos casos analisados de modo idêntico não poderia estabelecer a validade da interpretação para nenhum deles<sup>19</sup>.

Em psicopatologia, o terapeuta deve consultar sua teoria – que funciona de forma análoga ao grupo de estudiosos do Talmud – e então retornar à outra fonte, o paciente, em busca da consistência interna. A interpretação não pode se desviar para longe da percepção do paciente, apesar de não ser necessário limitar-se ao que cada membro do par tinha pensado: pode reverter percepções da história, podem-se descobrir motivações escondidas, sadismo onde só se via masoquismo, ira onde só se falava de medo etc. Como um círculo de talmudistas, o estudo do caso isolado convida a interpretações alternativas, ao diálogo e a tentativas de consenso.

Apesar de o método parecer similar, porém, o terapeuta tem um objetivo diferente do estudioso talmúdico<sup>20</sup>. Enquanto este busca compreender melhor o verdadeiro significado do texto, o terapeuta julga sua interpretação não pela sua exatidão, mas pelo seu *efeito*. O objetivo de uma interpretação é sempre revelar o inesperado, o indizível, aspectos desconhecidos dos processos psíquicos de alguém<sup>21</sup>. Na busca deste objetivo, disse Viderman, “uma interpretação inexata nem sempre é ineficiente”<sup>22</sup>. Em contraposição,

o pesquisador que interpreta uma interação não tem qualquer efeito sobre o “paciente”. Tal como o estudioso do Talmud, ele tenta encontrar a “melhor” explicação, isto é, a mais ampla e convincente possível.

Quanto a chegar a um consenso, a dissertação afirmava:

“Isto levanta a questão da confiabilidade. Enquanto os clínicos podem aprender a concordar de forma confiável acerca de interpretações<sup>23</sup>, eu não estou procurando escapar ao julgamento do leitor citando especialistas cujas opiniões o convenceriam de que o escritor está certo. Se o leitor não ficar convencido pelas evidências, tentar medir a tendência do terapeuta ou do autor a concordar com o julgamento de outros clínicos poderia sugerir que o intérprete é um especialista – mas *confiabilidade* não é o mesmo que *precisão* ou *completude*. (De fato, em algumas situações, a História nos mostra que podemos confiar em que os homens cometem e cometerão os mesmos erros estúpidos.<sup>24</sup>). Medidas de confiabilidade, apesar de necessárias em alguns tipos de pesquisa, não garantem que a interpretação será perfeita, mas isso não impossibilita o leitor de ter uma idéia melhor. Portanto, em vez de acatar o decidido por um painel de especialistas, o leitor de um estudo de caso é solicitado a julgar uma interpretação segundo sua consistência em relação aos dados, segundo sua plausibilidade e segundo sua economia.”

### Uma interação mutativa

A dissertação continha vinte e poucas interações entre o adolescente e o paraprofissional, mas somente uma delas será discutida aqui. Trata-se de David, um delinqüente de treze anos que morava com um casal num lar provisório, juntamente com o filho deles de um ano e outros cinco irmãos “adotivos”. A interação em questão aconteceu no quarto de David, que estava de cama com uma infecção de garganta. O “pai pro-

visório”, Tom, entrou e viu que ele tinha deixado de tomar os remédios.

“Esqueceu de tomar seu remédio?”

“Necas. Não preciso deles: estou me sentindo melhor.”

“Não é assim que os antibióticos funcionam. Eles combatem os germes, e você se sente melhor, mas leva uma semana ou dez dias para todos morrerem. Se você parar antes da hora, a infecção volta.”

Tom pega um copo d’água, mas David se recusa a tomar o remédio: “Não vou tomar, cara.”

“Você sabe que eu sempre digo que é você quem decide. Mas desta vez, você está tomando uma decisão que vai fazer mal à sua saúde, e talvez à de outras pessoas nesta casa.” David não se move. Então Tom fala mais alto: “Se você continuar se recusando a tomar o remédio, vou subir aqui de hora em hora, noite e dia.” David ainda não se movia. “E então vou subir de meia em meia hora, e depois o dia todo. Então, a decisão é sua. Pense nisso!”

“Você é doido, cara!”, diz David, “me dá a droga do remédio!”

Depois que Tom sai, o colega de quarto de David vê que ele está quase chorando e pergunta: “Qual é, cara?”. Quando David não responde, ele acha que o colega está chateado porque gritaram com ele. “Ei, não deixe ele te aborrecer!”

“Não é nada disso”, retruca David. “Esta é a primeira vez que eu sinto que Tom realmente se importa comigo. Até agora eu achava que ele só estava fazendo o trabalho dele.”

O “paciente”, David, relatou sentir que alguém se importava com ele. Por outro lado, quando

»  
*quando os pais adotivos tentavam evitar disputas de poder, enfatizando a autonomia dos garotos para tomar decisões, David os via como negligentes, iguais ao seu pai bêbado*

entrevistado, Tom, o paraprofissional, expressou preocupação. Ele raramente gritava com as crianças, e raramente tentava coagi-las a obedecer. Entretanto, nessa situação não queria que David sofresse as conseqüências de uma má decisão em relação à sua saúde. Por isso afastou-se da sua conduta normal, se tornou autoritário, pareceu zangado e saiu sentindo-se preocupado: teria estragado sua relação com o menino?

David era filho de um pai alcoólatra que nunca lhe dera muita atenção – tão pouca, na verdade, que ele faltou à quarta série quase inteira e a toda a quinta sem que o pai reparasse nas faltas. Matava aula, ficava com amigos, e por fim ficou tão entediado e frustrado que junto com alguns amigos passou a destruir o interior de casas abandonadas na vizinhança, o que chamou a atenção da polícia e resultou em sua colocação num lar provisório.

Antes da interação a respeito de tomar os antibióticos, David não tinha reagido bem ao lar provisório. Quando os pais adotivos tentavam evitar disputas de poder, enfatizando a autonomia dos garotos para tomar decisões, David os via como negligentes, iguais ao seu pai bêbado. Continuou a tomar decisões erradas e a sofrer as conseqüências por parte dos seus pais adotivos, mas conseqüências não importavam para ele. Como explicou numa entrevista posterior, não se sentia “cuidado” até alguém intervir fortemente e “me obrigar a fazer a coisa certa.”

19 T. McCormick, R. Francis, *Methods in research in the behavioral sciences*.

20 G. Haddad, *L'enfant illégitime: sources talmudiques de la psychanalyse*. Nota do autor: Em “Seis autores em busca de um personagem”, Renato Mezan apresenta uma importante discussão deste livro. Cf *A vingança da Esfinge*, p. 338-85 [Nota do autor].

21 Major, *ibid.*, cf. Aulagnier, p. 17-38.

22 Major, *ibid.*, cf. Viderman, p. 210 (O sentimento trágico da interpretação).

23 A. Krohn, M. Mayman, “The prediction of early memory content based on psychodynamic theory” e “Object representations in dreams and projective tests”, *Bulletin of the Menninger Clinic*, 38: 5, pp. 445-66.

24 B. Tuchman, *The march of folly: from Troy to Vietnam*.



*será que a teoria psicanalítica  
e psicodinâmica deve se satisfazer  
com o estatuto lógico da história,  
da arte e da jurisprudência?*

Isso foi importante para David, que estava de cama recuperando-se de uma garganta inflamada. Ele tinha vindo para o lar provisório como alguém que não era importante o suficiente para ser cuidado – certamente não tão importante quanto a bebida do pai. Disse que os gritos de Tom significavam que “ele se importava”. Também é possível inferir que o fato de Tom ter se desviado do modo como sempre trabalhava significava para David que *ele* era mais importante para Tom que o trabalho deste. Poder-se-ia propor a interpretação de que essa interação impeliu David a rever sua identidade.

Eventos subseqüentes apoiariam essa interpretação. Por muitos anos depois de sua recuperação, David aceitou o que Tom estava tentando ensinar-lhe. Em vez de matar aula, esforçou-se para corrigir as deficiências acumuladas por anos de vagabundagem. Então o delinqüente David recebeu uma grande recompensa por ceder aos pais adotivos: em vez de matriculá-lo numa escola secundária acima de suas capacidades, Tom e sua mulher o ajudaram a se inscrever numa escola alternativa, na qual poderia estudar matérias acadêmicas de manhã e à tarde se preparar para uma profissão (mecânica automotiva) para a qual tinha enorme habilidade. Durante os anos do segundo grau, Tom e sua mulher deixaram de trabalhar no lar provisório, mas levaram David com eles. Ele se formou no

segundo grau, tornou-se mecânico e permaneceu como parte da família por vários anos.

Segundo a interpretação do estudante de Psicologia, tudo isso aconteceu por causa de uma interação que ajudou a convencer David de que seu pai adotivo se preocupava com ele. Outras interpretações são possíveis? De acordo com Ricoeur, sim – e são bem-vindas.

A dissertação foi escrita, aceita e publicada, e o estudante seguiu em sua carreira. O Dr. Rosenwald continuou a atrair estudantes e a incentivá-los a prosseguir trabalhando sobre os problemas da pesquisa qualitativa; no terreno filosófico, Ricoeur também lançou sementes para mais um estágio nas pesquisas de Rosenwald<sup>25</sup>. Ele percebeu que o sentimento de identidade não é um fato, mas uma construção: resulta da história que uma pessoa conta para si mesma, em interação com outras, e é influenciada por histórias contadas por e sobre outras pessoas com quem interagiu. Uma pessoa tem alguma influência nas suas interações, e até esse ponto pode modificar quem é. Em qualquer história, a identidade do personagem – mesmo a sua própria, em sua história pessoal – é aberta a alterações, tanto dentro como fora do tratamento, da mesma forma como é criada: pelo diálogo.

Tudo isso está muito bem, e mostra que este é um uso logicamente justificado da hermenêutica para a clínica. Mas será que a teoria psicanalítica e psicodinâmica deve se satisfazer com o estatuto lógico da história, da arte e da jurisprudência? Até o proponente desse argumento, Ricoeur, afirma que a interpretação que Freud oferece para os sonhos e sintomas se baseia numa teoria. Tal teoria psicodinâmica de fundo sugere que essas forças não são criadas pelos homens da mesma forma como são produzidas a arte e a história, mas o oposto é que é verdadeiro. Um teórico da psicodinâmica argumentaria que as forças que operam na personalidade brotam do cérebro humano, e que a assimilação da informação social por este último *cria o humano*, e não vice-versa. Por fim, é possível questionar a crítica segundo a qual teorias psicodinâmicas (que trabalham

com significados impossíveis de ser integralmente expressos) “não podem ser testadas”. Pode-se argumentar que *podem* ser testadas, mas por enquanto somente através do diálogo.

Talvez chegue o dia em que o valor emocional de eventos e lembranças poderá ser determinado de forma direta por técnicas neurológicas. Enquanto esse dia não chega, temos de recorrer a palavras que nos digam o seu significado. Por esse motivo, a pesquisa qualitativa – que usa palavras e as interpreta – é o único modo de testar uma teoria da personalidade baseada não em eventos neuroquímicos, mas na interpretação deles pela pessoa que os experiencia. Se a interpretação contradiz a teoria, esta deve ser questionada. Da mesma forma, se de acordo com a teoria uma interação for boa, mas na prática se mostrar ineficaz, a teoria pode ser considerada insuficiente, e deve ser revisada, o que também é verdadeiro para o processo científico. Concluindo, cabe afirmar que seria logicamente correto avaliar a teoria psicodinâmica confrontando-a com a interpretação dos eventos.

Vivemos num grande e lento mundo de homens, ao qual filósofos e escritores gostam de aplicar princípios da física tais como *incerteza e relatividade*. Apesar de a vida humana não ser incerta no sentido de Heisenberg, existe uma relação de analogia entre o pequeno mundo da personalidade individual e o grande mundo da dinâmica da personalidade humana. Como Heisenberg apontou, se tentarmos olhar para um objeto bem pequeno, o processo de diminuir-lhe a velocidade e bombardeá-lo com luz o alterará. Na melhor das hipóteses, conseguiremos uma imagem embaçada, que nos dirá vagamente o que a partícula realmente é. Por outro lado, pedir a um objeto grande (como uma pessoa) que fique parado e diga “xis” dá uma boa fotografia.

Da mesma forma, tentar entender a personalidade de um indivíduo no nível do significado – isto é, entender quais forças estão operando para criar um sintoma, um sonho, um sentimen-

»  
*apesar de a vida humana não ser incerta no sentido de Heisenberg, existe uma relação de analogia entre o pequeno mundo da personalidade individual e o grande mundo da dinâmica da personalidade humana*

to, um suspiro – por meio de experimentos com uma grande população de sujeitos resultaria num retrato grosseiro e embaçado daquela pessoa. Em vez disso, o analista chega à interpretação por um experimento interno, que é realmente um diálogo entre ele, o paciente e a teoria na qual se apóia.

Voltando ao caso de David, que nos serve de exemplo, descobrimos que ele ficou com a família por vários anos; depois foi para a Marinha, passou anos bebendo muito com outros marinheiros, e voltou alcoólatra como o pai. Duas coisas convenceram David de que seu pai adotivo, no fim das contas, não gostava realmente dele.

Primeiro, Tom e sua mulher se divorciaram, e ele deixou a família, criando uma situação que David percebeu como uma rejeição. Segundo, quando o rapaz chegou bêbado para uma reunião num feriado, Tom disse-lhe o que havia dito à sua própria mãe alcoólatra: “não ficarei perto de você se estiver bebendo”.

David saiu da festa e nunca mais voltou à casa de Tom. Por muitos anos eles não se falaram, até que David se casou e se tornou pai. Quando mais tarde ele e Tom se encontraram e conversaram, David explicou que recentemente tinha reconhecido seu pai em si próprio, e pôde ver que se fosse um bêbado como o pai não poderia ensinar seu filho, treinar o time dele na escola, e mantê-lo seguro. Parou de beber e reinterpretou a rejeição de Tom naquele feriado como “me dizendo o que era a coisa certa a

25 G. Rosenwald, R. Ochberg, *Storied lives – the cultural politics of self understanding*.



*como a personalidade permanece oculta atrás de um véu de história pessoal em sua maior parte desconhecida, a verdade não pode ser completa e exhaustivamente estabelecida*

fazer”. Após essa reinterpretação dos eventos, puderam retomar seu relacionamento.

24

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

A pesquisa idiográfica como forma de testar teorias psicodinâmicas

Esses eventos posteriores apóiam a interpretação da interação em que Tom insistiu com David para que tomasse o remédio. Essa consistência através do tempo, por sua vez, apóia a teoria de que o comportamento rebelde, e mesmo a adicção, podem representar uma busca – ignorada pela mente consciente – por amor e proteção. Tanto a teoria como a interpretação têm fundamento. Parece razoável que o estudo de um indivíduo possa ajudar a entendê-lo, mas será que o estudo de um único caso realmente é a melhor maneira de testar uma teoria psicodinâmica?

Quanto menos se sabe, maior é a necessidade de teoria. Agora que os químicos podem observar as moléculas movendo-se para dentro e para fora das células através de aberturas que evoluíram para o formato exato, precisam de menos teoria sobre por que algumas podem entrar e outras não. Mas o psicólogo não pode observar as formas e estruturas da personalidade: precisa teorizar. Como a personalidade permanece oculta atrás de um véu de história pessoal em sua maior parte desconhecida, a verdade não pode ser completa e exhaustivamente estabelecida. Em

peçoas, significados são mais bem revelados por palavras. A troca de palavras torna-se a melhor maneira de afetar a personalidade de forma positiva, e palavras estão sujeitas à interpretação. Uma interpretação melhor pode aparecer durante um tratamento, e geralmente aparece.

Hoje, grandes grupos de conexões neurais podem ser estudados pela ressonância magnética. Se o cérebro sob exame for normal, suas conexões neurais serão semelhantes às da maioria das pessoas; as substâncias químicas funcionarão da mesma forma, e pode-se descobrir como o cérebro funciona – quase todos os cérebros. Se quisermos entender o processo físico por trás da “doença” mental, a questão é a mesma: todos os cérebros são um pouco diferentes, mas os processos que interessam são físicos e químicos, e podem ser explicados por um conjunto de princípios químicos.

Contudo, as doenças mentais têm um elemento subjetivo, e freqüentemente o subjetivo é a causa delas. As personalidades não ficam visíveis com a MRI (imagem por ressonância magnética); ela não faz brilhar os significados. É preciso inferi-las. As teorias da mente foram criadas conectando significados e comportamentos, sejam estes atos ou palavras.

Não se podem usar esquemas de pesquisa nomotética para compreender “em geral” como os significados operam na personalidade, a não ser que se entendam os significados atribuídos por cada indivíduo estudado. Para complicar as coisas, Carvalho apontou que os efeitos de uma interpretação são imprevisíveis: por exemplo, o efeito de alguém ter gritado com David quando estava com a garganta inflamada aos catorze anos não seria o mesmo se isso ocorresse em outra ocasião de sua vida<sup>26</sup>.

Ignorando este problema e buscando um modelo de pesquisa nomotética, poder-se-ia propor a hipótese de que “o comportamento rebelde, e até adicção, podem significar uma busca, desconhecida para o consciente, por amor e proteção”. Seria selecionado um grupo muito grande de adolescentes que exibem “comportamento rebelde, e até adicção”; mas como se

pode saber se estão realmente buscando “amor e proteção”? Poderíamos perguntar a eles; mas se David tivesse sido questionado, possivelmente negaria seus sentimentos e diria: “não”. Somente uma vez ele admitiu suas carências. O pesquisador teria de conhecê-lo o suficiente para inferir acuradamente do seu comportamento que na verdade ele almejava “ser cuidado”. Da mesma forma, o pesquisador teria de conhecer bem todos os indivíduos no grupo experimental e no grupo de controle. O tamanho da amostra teria de ser grande o suficiente para produzir uma diferença estatisticamente significativa.

Talvez a manipulação experimental envolvesse um paraprofissional gritando com eles. O que ele faria? Imporia uma tarefa sem valor para os adolescentes, ou alguma coisa relacionada à saúde, por exemplo, tomar remédio? Seria o gritalhão um estranho, ou alguém em quem o adolescente buscasse cuidados emocionais? Sem perguntar a eles, como o pesquisador saberia que sentimentos esses adolescentes tinham em relação aos adultos?

Se os adolescentes cedessem num grau significativamente maior do que o grupo de controle, como o pesquisador ficaria sabendo (sem perguntar) se isso teria a ver com as suas necessidades de atenção? Talvez adolescentes que queiram ser amados simplesmente fiquem mais amedrontados diante de adultos autoritários. É claro que o pesquisador poderia chegar a conhecer todos eles o suficiente para fazer esses julgamentos. Para estabelecer a confiabilidade das suas conclusões, ele poderia treinar outros para chegar a conclusões similares, e demonstrar essa confiabilidade por inter-avaliação.

Por outro lado, se os adolescentes carentes de apoio emocional como David não cedessem mais do que os não-carentes de tal apoio, o que ficaria provado? Que dar atenção para os carentes

»  
*assim como não se deixou  
de continuar encontrando novos níveis  
de significado na grande literatura,  
não há um último nível em que uma  
pessoa possa ser entendida*

não aumenta sua obediência, ou simplesmente que o adolescente carente não se sentiu cuidado?

Ao final do experimento, o que teria sido feito seria *um grande número de estudos de casos individuais*. Assim, se quisermos entender a dinâmica da personalidade, não há como substituir o entendimento do significado, o que requer certo grau de diálogo.

Um último problema precisa ser discutido: quando a “interpretação suficiente” é suficiente?<sup>27</sup> Ninguém tem a audácia de pontuar o Talmud, e nenhuma interpretação é considerada como a última palavra. Sempre há lugar para mais uma. Assim como não se deixou de continuar encontrando novos níveis de significado na grande literatura, não há um último nível em que uma pessoa possa ser entendida. Com o desenrolar dos acontecimentos na vida de um paciente, novas informações demandam novas interpretações. Esse processo poderia continuar até a morte, mas geralmente não continua. Ele prossegue até o paciente estar bem o suficiente – não perfeito, talvez nem mesmo completamente bem, mas *bem o suficiente*.

Num livro infantil sobre psicoterapia, o médico, que era um elefante roxo, finalmente diz à família que podiam parar de vir à terapia.

“Mas ainda temos problemas”, eles insistiam.

“Vocês estão bem o suficiente”, disse o elefante.

Quando o paciente está bem o suficiente, ele pára de vir – e o analista pára de interpretar.

26 A. Carvalho, “O ofício do psicanalista”, *Percurso, Revista de Psicanálise*, ano XIX, n. 37, 2006, p. 17-26.

27 S. Freud, “Análise terminável e interminável”, p. 247-87

## Referências Bibliográficas

- Benjamin J. (1950). Methodological considerations in the validation and elaboration of psychoanalytic personality theory, *Am. J. Orthopsychiatry* 20.
- Carvalho A. (2006). O ofício do psicanalista, *Percurso*, São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae, n. 37.
- Collingwood R. (1946). *The idea of History*. London: Oxford University Press.
- Erickson R. (1959). The nature of clinical evidence. In: *Evidence and inference*. Glencoe: The Free Press of Glencoe.
- Freud S. (1926/1969). A questão da análise leiga – conversações com uma pessoa imparcial. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xx.
- \_\_\_\_\_. (1937/1969). Análise terminável e interminável. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xxiii.
- Haddad G. (1981/1990). *Lenfant illégitime: sources talmudiques de la psychanalyse*. Paris: Hachette [tradução brasileira: *O filho ilegítimo: fontes talmúdicas da psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago, 1992].
- Hart J. (1959) / McNaughton, Evidence and inference in the law. In: Lerner D. (ed.). *Evidence and inference*. Glencoe: The Free Press of Glencoe.
- Hirsch E. (1967). *Validity in interpretation*. New Haven: Yale University Press.
- 26 Krohn A.; Mayman M. (1974). Object representations in dreams and projective tests, *Bulletin of the Menninger Clinic*, 38: 5.
- Lerner D. (1959). Introduction: on evidence and inference. In: *Evidence and inference*. Glencoe: The Free Press of Glencoe.
- Levenson E. (2005). *The fallacy of understanding/The ambiguity of change*. East Sussex, UK: The Analytic Press.
- Major R. (1995). *Como a interpretação vem ao psicanalista*. São Paulo: Escuta.
- Mayman M. The prediction of early memory content based on psychodynamic theory (inédito).
- Mezan R. (1988) Seis autores em busca de um personagem. *A vingança da Esfinxe*. São Paulo: Brasiliense.
- McCormick T.; Francis R. (1958). *Methods in research in the behavioral sciences*. New York: Harper & Bros.
- Reames H. (1975). Chapter 11: Purpose, method, and procedure. In: *The functioning of the psychiatric case worker in interactions with adolescents in residential treatment*. Ann Arbor: University Microfilms.
- Ricoeur P. (1965). *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rosenwald G.; Ochberg R. (1992). *Storied lives – the cultural politics of self understanding*. New Haven: Yale University Press.
- Tuchman B. (1985). *The march of folly: from Troy to Vietnam*. New York: Ballantine Books.

## An interpretation and a dissertation: justifying individual cases studies

**Abstract** Using a single case involving one dissertation and one clinical interaction as illustrations, the author argues that with current technology ideographic research is not only acceptable, but is still more appropriate for testing psychodynamic theory than are nomothetic methods.

**Keywords** qualitative research; single case; ideographic; nomothetic; interpretation; paraprofessional

Texto recebido: 03/2008

Aprovado: 06/2008

# Contribuições winnicottianas à clínica da neurose obsessiva

Alfredo Naffah Neto

**Alfredo Naffah Neto** é psicanalista, mestre em Filosofia pela USP, doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP, professor titular da PUC-SP no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica.

**Resumo** O presente artigo avalia as contribuições de Donald Winnicott à teoria e clínica da neurose obsessiva. Para tanto, discute a função do ambiente na etiologia das neuroses, comparando-as com a de outras patologias; em seguida, explicita a concepção winnicottiana da neurose obsessiva. Finalmente, discute as implicações clínicas decorrentes de tal concepção.

**Palavras-chave** neurose obsessiva; desintegração ativa; recalque; impulsos agressivos/destrutivos.

Winnicott afirmou, várias vezes, que pouco ou nada havia contribuído para a teoria e a técnica psicanalítica relativas às neuroses.

De fato, ninguém negaria uma maior importância às suas pesquisas sobre os períodos mais primitivos do desenvolvimento infantil, envolvendo contribuições à etiologia das *esquizofrenias* (e dos estados *borderline*). Ou deixaria de destacar a sua forma original de compreender as diversas formas de *delinqüência* e de *tendência anti-social*, associando-as a um certo tipo de *privação* ambiental e descrevendo os seus sintomas como pedidos de socorro<sup>1</sup>. De forma análoga, não poderia desconsiderar as suas complexas elaborações sobre o *estágio do concernimento* e a formação de toda a gama de patologias *depressivas*<sup>2</sup>.

Entretanto, seria injusto levarmos essa sua afirmação sobre as neuroses ao pé da letra. Conforme tentarei mostrar ao longo deste texto, Winnicott deu contribuições importantes à compreensão e à clínica da *neurose obsessiva*. Curiosamente, entretanto, a *histeria* é parcamente referida em seus textos teóricos. Além disso, alguns de seus casos clínicos envolvendo sintomas fóbicos que, numa primeira avaliação, poderiam evocar uma *histeria de angústia*, revelam, numa análise mais cuidadosa, não se prestarem a tal classificação.

Vale a pena abrir um breve parêntesis aqui para rastrear essa questão da histeria nos textos winnicottianos. Em “*Psycho-Neurosis in Childhood*”, encontramos referência a “fobias” e “sintomas de conversão” como sintomas neuróticos<sup>3</sup>. No livro

1 Cf. D. W. Winnicott, *Deprivation and delinquency*.

2 O termo *concernimento* é um neologismo proposto por Elsa Oliveira Dias para traduzir o termo inglês *concern*, que também podemos traduzir como *consideração* (pelo outro). Sobre o *estágio do concernimento* e a formação das patologias *depressivas*, existe a tese de doutorado de Ariadne Alvarenga de R. E. de Moraes denominada *A contribuição winnicottiana para a teoria clínica da depressão*, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP em 2005.

3 D. W. Winnicott, “*Psycho-neurosis in childhood*”, p. 69.



*em ambos os casos de fobia,  
aparece a dinâmica triangular  
criança-mãe-pai diretamente  
envolvida na produção  
dos sintomas*

*Human nature*, lemos a seguinte afirmação: “...no estudo da histeria de conversão há algo a ser ganho de um exame da mistura original, feita pela criança, do corpo em si mesmo com sentimentos e idéias sobre o corpo”<sup>4</sup>. Ora, muito já se falou sobre o corpo do histérico, que nunca se confunde com o corpo biológico, mas que é o *corpo erógeno*, aquele das zonas erógenas, constituído por sensações, sentimentos e idéias. Portanto, até aí, nada de novo.

Além disso, nos estudos clínicos do livro *Thinking about children*, há pelo menos dois casos de fobia descritos que nos chamam a atenção. O primeiro é de um menino de doze meses que desenvolveu fobia de peixe, na alimentação, cujos sintomas desapareceram espontaneamente após alguns meses (o que, a princípio, nos sugere que eles não sinalizavam a existência de uma patologia estruturada)<sup>5</sup>. O segundo é de uma menina que, entre dezoito e vinte meses, desenvolveu fobia de “coisas que se movem” e cujos sintomas somente desapareceram após uma interpretação que lhe foi dada pelos pais, por orientação de Winnicott<sup>6</sup>. Em ambos os casos, aparece a dinâmica triangular criança-mãe-pai diretamente envolvida na produção dos sintomas (no primeiro caso, uma possessividade da mãe pelo filho, o que gerava ciúmes quando o pai alimentava o filho; no segundo caso, o nascimento de um irmãozinho e uma confusão gerada entre parto e evacuação). Há de se constatar, entretanto, que essas crianças escapam, pela precocidade dos sintomas, a uma menção possível a

qualquer angústia decorrente da elaboração do complexo de Édipo, já que Winnicott pensava como Freud: que ele acontece entre os três e os cinco anos de idade (quando já há *relações de objeto total*) e que seus conflitos caracterizam as neuroses, no sentido pleno do termo. Nessa direção, Winnicott parece considerar ambos os casos descritos como expressão de sintomas isolados – decorrentes da dinâmica familiar – e não de neuroses estruturadas<sup>7</sup>.

Constatado esse menor interesse de Winnicott pela histeria, surge a questão de se ele não se justificaria pelo fato de ela ser a neurose mais estudada e elaborada por Freud.

É possível que sim. Conforme já salientei, Winnicott segue, em linhas gerais, as propostas freudianas na compreensão das neuroses, ou seja, concebe-as como girando em torno dos conflitos internos inconscientes associados à elaboração do *complexo de Édipo* e do *complexo de castração*. Ou, nos seus termos: “...conflito entre amor e ódio, entre o desejo de preservar e o desejo de destruir; e, num nível mais sofisticado, entre as posições heterossexual e homossexual na identificação com os pais”<sup>8</sup>. Esses conflitos geram angústia e as neuroses formam-se como *defesas* contra essa angústia. “E a principal defesa é o recalque”, ele nos diz<sup>9</sup>. Até aí, sem dúvida nenhuma, podemos concluir que não há nada de novo.

Winnicott também faz questão de diferenciar o papel – secundário, segundo a sua avaliação – que desempenham as falhas ambientais na etiologia das neuroses daquele que preside tanto a formação das esquizofrenias e patologias *borderline*, quanto das depressões e tendências anti-sociais, quando a importância do ambiente é primária e fundamental.

Nos parágrafos que seguem, procurarei realizar uma breve exposição do impacto das falhas ambientais na formação dessas patologias (segundo minha interpretação do pensamento de Winnicott), para, a seguir, poder abordá-lo na etiologia das neuroses<sup>10</sup>.

*Grosso modo*, as esquizofrenias (e patologias *borderline*) formam-se no que Winnicott deno-

mina estágio de dependência absoluta, no qual o bebê vive totalmente fusionado ao ambiente (a quem cuida dele, mãe ou substituto) e sofre as falhas ambientais de forma também absoluta, tendo de formar um *falso self cindido* para lidar com elas, quando ultrapassam certo limiar de suportabilidade. Então, esse *falso self*, na função de escudo protetor, mantém o *self* verdadeiro resguardado do perigo, isolando-o tanto do ambiente perigoso quanto dos impulsos instintivos (ainda não apropriados), que se tornam ameaçadores quando não são satisfeitos pelo ambiente num tempo adequado. Isolado dessa forma, o *self* verdadeiro está fadado a permanecer num estado primário de não integração (ou de integração insipiente). Por outro lado, o *falso self* – tornado a ponte de ligação com o mundo –, quando sobrecarregado, sofre decomposições (já que é tão somente uma casca exterior, for-

4 D. W. Winnicott, *Human nature*, parte III, cap. 4: “Hypochondriacal Anxiety”, p. 95.

5 D. W. Winnicott, *Thinking about children*, p. 161.

6 Idem, *ibidem*, pp. 269-76.

7 Melanie Klein, que pensava num *complexo de Édipo* precoce e num superego arcaico, não teria qualquer dificuldade em classificar pelo menos o segundo caso citado como sendo de *neurose infantil*. Mas, não era assim que Winnicott raciocinava.

8 D. W. Winnicott, “Psycho-neurosis in childhood”, *op. cit.*, p. 68.

9 Idem, *ibidem*, p. 69.

10 A formulação dessas patologias, no pensamento de Winnicott, não existe de forma completa e acabada. O que existe é uma série de indicações deixadas por ele, que pesquisadores contemporâneos têm tentado seguir, para produzir uma visão mais clara dessas indicações. Cito como exemplo a tese de doutorado de Elsa Oliveira Dias: *A teoria das psicoses em D. W. Winnicott*, defendida na PUC-SP em 1998 e orientada por mim. As sínteses que exponho, aqui, sobre as diferentes patologias, seguem a *minha interpretação singular*, tais quais sugeridas por essas indicações winnicottianas.

11 O *falso self cindido* forma-se por meio de mimetizações de traços humanos de que o bebê dispõe no seu ambiente originário, como se, *prematuramente*, tentasse encontrar meios de responder às demandas ambientais, copiando fragmentos ambientais e formando com eles uma espécie de mosaico adaptativo. Funcionando como a única ponte com o exterior e recebendo sobre si todos os impactos ameaçadores, o *falso self* ocupa o lugar do *self verdadeiro* e dele se cinde, a fim de protegê-lo desses perigos. Mas possui uma estrutura frágil, que pode se decompor quando sobrecarregada pelas demandas ambientais.

12 Num artigo recentemente publicado, trato das diferentes formas de *falso self* em pacientes de tipo *borderline*, classificados em dois subtipos: *esquizóide* e *“personalidade como se”* (cf. Naffah Neto, A. “A problemática do *falso self* em pacientes de tipo *borderline* – Revisitando Winnicott”, *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 41, n. 4: “Metáforas”, 2007, pp. 77-88).

as patologias de tipo depressivo  
formam-se no estágio  
do concernimento, quando o bebê  
já tem um *self* relativamente integrado,  
diferenciando um dentro e um fora e  
percebendo a mãe como alteridade

mada por mimetizações ambientais)<sup>11</sup>. Quando o *falso self* falha, o *self* verdadeiro é obrigado a expor as suas cisões e fragmentações originárias no confronto com as demandas ambientais, aí *sem mediações*. Então, o psíquico é praticamente invadido pelo mundo, produzindo estados fusionais e confusionais de grande magnitude (o assim chamado *surto esquizofrênico*).

Nessa concepção, o estado *borderline* designa a *esquizofrenia latente*, nos períodos em que o *falso self* funciona a contento, propiciando um escudo protetor ao *self* verdadeiro e algum tipo de adaptação ambiental possível<sup>12</sup>.

Quanto às patologias de tipo depressivo, elas formam-se mais tarde, no estágio do concernimento, quando o bebê já tem um *self* *relativamente* integrado, diferenciando um dentro e um fora e percebendo a mãe como alteridade. Nesse período, ele ainda depende da *sustentação materna* para acolher e referendar seus impulsos erótico-destrutivos e seus atos reparatórios (quando, no sadismo oral, advém a culpa pela fantasia de destruição do corpo materno). Nesse período, a boa sustentação e o acolhimento maternos fazem o bebê sentir-se capaz de reparar o que experimenta ter destruído, advindo daí uma possibilidade crescente de se apropriar dos seus impulsos erótico-destrutivos, sem que um sentimento de culpa produza a repressão dos mesmos. Temos de considerar que, neste período, dada a parca discriminação existente entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo, uma fantasia de destruição é experi-





*segundo Winnicott, as neuroses dramatizam sempre conflitos internos inconscientes ligados a dificuldades de sustentar essa intensa ambivalência afetiva, característica do complexo edipiano*

30

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

mentada quase como um ato real. Essa possibilidade de apropriação dos impulsos instintivos pelo *self* infantil – propiciada pela sustentação materna no tempo – fará com que, mais tarde, a criança possa experimentar períodos saudáveis de *depressão*, ou seja, poderá recolher-se ao seu mundo interno para reacomodar impulsos destrutivos e amorosos, bons e maus objetos, com confiança, sem se sentir ameaçada ou culpada. De forma geral, as falhas ambientais, nesse estágio, geram as patologias depressivas, envolvendo uma repressão dos impulsos instintivos. Isso produz rebaixamento geral do tônus vital, cujo sintoma é um humor depressivo de fundo, transformado rapidamente em crise depressiva sempre que a criança necessita elaborar algum luto e não o consegue, devido a sentimentos de culpa intoleráveis, que impedem contato com seus impulsos agressivos/destrutivos. As patologias depressivas designam, pois, justamente, a impossibilidade da depressão saudável, situacional e necessária.

Por sua vez, as tendências anti-sociais formam-se, também, quando o bebê já diferencia o mundo interno do mundo externo e sofre uma *privação* que, de alguma forma, imputa ao ambiente: por exemplo, uma mãe que teve de ser hospitalizada por um período insuportável, dado o nível de maturidade da criança. Quando, mais tarde, aparece o sintoma anti-social de tipo: furto, mentira, ato incendiário, por exemplo, ele surge como uma cobrança de algo que a criança sente que o mundo lhe deve

e também como tentativa de formar um sentimento de culpa inexistente. Diferentemente das patologias depressivas, em que o paciente sente que destruiu algo e se culpa por isso, a criança de tendência anti-social imputa a culpa ao ambiente e cobra uma reparação por parte dele. Casos não tratados tornam-se delinquentes contumazes.

Na etiologia das neuroses, diferentemente dos três tipos de patologia acima descritos, a função do ambiente é secundária, já que temos aí uma criança já integrada como uma pessoa total, relacionando-se com outras pessoas totais e possuindo um mundo interno rico em fantasias. Mais do que isso: trata-se de uma criança que atravessou o estágio do concernimento e que teve de aprender (bem ou mal) a sustentar a ambivalência de seus impulsos erótico-destrutivos, no que Winnicott denominou *círculo benigno*: fantasia de destruição do corpo materno, sentimento de culpa e ato reparador, gerando crescente possibilidade de integração dos impulsos instintivos pelo *self*. Além disso, realizou (em maior ou menor grau) uma discriminação entre fantasia e realidade. São essas competências, recentemente adquiridas, que possibilitarão à criança enfrentar – sem grandes derivações patológicas – uma dinâmica triangular bastante mais complexa, envolvendo mãe e pai, intensa ambivalência afetiva e fantasias sexuais e de destruição (que, se puderem ser discriminadas de atos reais, não causarão tanto temor à criança).

Nesse sentido, segundo Winnicott, as neuroses dramatizam sempre conflitos internos inconscientes ligados a dificuldades de sustentar essa intensa *ambivalência afetiva* – característica do complexo edipiano –, bem como de diferenciar *fantasia e realidade* no âmbito dos desejos erótico/destrutivos que o constituem: desejo de posse amorosa da mãe e de destruir o pai rival, ao mesmo tempo que desejo de posse amorosa do pai e de destruir a mãe rival. E isso tudo associado a conflitos de identificação heterossexual e homossexual: o *complexo de Édipo completo*, tal como Freud e Winnicott o entendem.

Entretanto – e aí jaz, talvez, uma primeira contribuição importante de Winnicott – apesar de o ambiente ter uma função secundária na etiologia das neuroses, esta não é desprezível. Ele diz: “Vocês verão que o ambiente penetra no quadro das psiconeuroses determinando parcialmente a natureza do tipo de defesa”<sup>13</sup>. Isso significa que são certos tipos de marcas e de lembranças envolvendo eventos que predominaram na dinâmica mãe-bebê nos estágios anteriores – ou, mais precisamente, os *sentimentos* que elas produzem –, que determinarão os mecanismos de defesa de que a criança lançará mão, por ocasião do enfrentamento do complexo de Édipo. Se considerarmos que as capacidades (ou dificuldades) para o enfrentamento satisfatório da situação edipiana – ou seja, capacidade (maior ou menor) de sustentação da ambivalência afetiva amor-ódio e de discriminação entre fantasia e realidade – formaram-se nos estágios anteriores ao Édipo (especialmente no estágio do concernimento), essa afirmação winnicottiana parecer-nos-á totalmente justificável.

Ao falar de uma criança saudável, capaz de deprimir quando necessário – ou seja, de retrair-se ao seu mundo interno para sustentar e realocar impulsos destrutivos e amorosos, sentimentos de ódio e de amor –, Winnicott diz que ela tem como lembranças básicas *alguém* que lhe deu essa sustentação no passado para realizar trabalho análogo. E isso lhe propicia um sentimento de *esperança*, capaz de lhe dar auto-confiança no sucesso da tarefa. Ou seja: “Haverá uma acumulação de ‘memórias’ de boa maternagem, na época das primeiras conquistas com respeito à posição depressiva. No caso do obsessivo, em vez disso, haverá uma acumulação

13 D. W. Winnicott, “Psycho-neurosis in childhood”, *op. cit.*, p. 70 (os grifos são meus).

14 D. W. Winnicott, “Fragments concerning varieties of clinical confusion”, in *Psycho-Analytic Explorations*, *op. cit.*, p. 31.

15 Evidentemente, não se trata de a mãe se deixar ferir pelo bebê, mas da *qualidade* da resposta emocional que lhe devolve em seu olhar, de forma especular: imagem que tanto pode referendar quanto desqualificar os impulsos eróticos destrutivos do pequeno ser.

»  
*o mecanismo de defesa obsessivo  
eclode em crianças com dificuldades  
de se defrontar com seus impulsos  
agressivos/destrutivos*

de ‘memórias’ de treino, ensino e implantação de moralidade”<sup>14</sup>.

Ou seja, o mecanismo de defesa obsessivo eclode em crianças com dificuldades de se defrontar com seus impulsos agressivos/destrutivos, que foram patologicamente separados dos impulsos amorosos originários e são vividos *em oposição* a eles. Isso, em função de um rígido treinamento moral.

Pois, com relação a essa questão, é importante lembrar que Winnicott não aceita a noção de *pulsão de morte*, nem trabalha com um dualismo pulsional. Para ele, o componente agressivo dos instintos é, originalmente, parte integrante do impulso amoroso, emergindo sob a forma dos movimentos corporais do bebê (e somente adquirindo uma intenção destrutiva mais adiante, com o advento do sadismo oral). Ou seja, nos casos saudáveis, a maior parte desse componente agressivo aparece integrada às satisfações do Id e somente uma pequena porção dele permanece livre (necessitando, então, da oposição do corpo materno para ganhar vida e ser apropriada pelo *self*). Entretanto, no caso de inculcações morais, rígidas e precoces, pode haver uma *cisão* entre os componentes amorosos/construtivos e os agressivos/destrutivos dos impulsos, que passam, então, a ser vividos como separados e em oposição.

De forma geral, a obsessão, segundo Winnicott, tem sua origem numa má sustentação materna do *sadismo oral* do bebê, seja retaliando os seus atos, seja devolvendo-lhe uma imagem maléfica de si próprio, quando morde o seio<sup>15</sup>.



não é difícil imaginar  
o quanto uma criança com  
esse tipo de funcionamento mental  
terá suas dificuldades maximizadas  
quando precisar lidar com as  
ambivalências afetivas numa  
estrutura triangular e sobreposta

32

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

Considero que ela pode incluir, também, na sua gênese, um treinamento rígido e precoce dos esfíncteres, num período em que a criança ainda não possui a maturidade para tal, o que gera também efeitos patológicos: “...em termos de moralidade esfíncteriana, é fácil ver que pais que esperam que a criança pequena consiga essas regulações antes de atingir o estágio no qual o auto-controle faz sentido estão privando a criança do sentido da conquista e da fé na natureza humana que vem do progresso natural do controle esfíncteriano”<sup>16</sup>. Todos esses processos acabam por produzir uma falta de esperança, fé e confiança na natureza humana, que gera um medo intenso do mundo interno, quando predominam os impulsos agressivos/destrutivos e os assim denominados “maus objetos”; advém daí uma evasão de qualquer contato com a vida psíquica. Por isso, essas crianças são incapazes de uma depressão saudável e de sustentarem as suas ambivalências afetivas.

Mas como se processa o sintoma obsessivo, segundo Winnicott? Ele tem sua origem num processo de *desintegração ativa*, capaz de produzir no mundo interno um “grau de confusão *inconscientemente mantida*” para camuflar os impulsos agressivos/destrutivos, quando eles predominam sobre os amorosos/construtivos<sup>17</sup>. Essa *desintegração ativa* atua sobre o mundo interno quando este já se encontra razoavelmente integrado – o estágio do concernimento –, des-  
construindo parte da organização conquistada. Por isso, o tipo de confusão produzida por ela é completamente diferente daquela que carac-

teriza os estados primários de não-integração. Além disso, ela produz, também, uma espécie de *clivagem funcional* do funcionamento intelectual, confinando os conflitos nessa dimensão e separando-a de todo o restante da personalidade. O sintoma obsessivo descreve, então, o funcionamento dessa esfera intelectual, que tenta controlar, organizar uma confusão à qual não tem acesso e que, por razões defensivas, precisa ser mantida. Por isso, está sempre fadado ao fracasso, o que gera a sua compulsão<sup>18</sup>.

É preciso salientar, entretanto, que esse tipo de clivagem (da esfera intelectual), presente na formação do sintoma obsessivo, é totalmente diferente daquele que produz um falso *self* cindido, na formação das esquizofrenias e estados *borderline*. Fundamentalmente, porque ocorre num período posterior – o estágio do concernimento; portanto atua sobre um *self* já razoavelmente integrado, que tem, então, uma parte desintegrada por razões puramente defensivas. Além disso, a defesa, aí, protege o *self* do contato com impulsos agressivos/destrutivos do mundo interno, em função de *sentimentos de culpa* insuportáveis. Já o falso *self* cindido, do esquizofrênico/*borderline*, protege o *self* de falhas ambientais ou de impulsos instintivos ainda não apropriados, experimentados como geradores de um *colapso* total. São dinâmicas totalmente diferentes.

O sintoma obsessivo, segundo Winnicott, pode ser usado sempre que se tenta fugir da depressão e da mania (como defesa anti-depressiva), ou seja, pode aparecer em fases anteriores à do enfrentamento do complexo de Édipo. Entretanto, não é difícil imaginar o quanto uma criança com esse tipo de funcionamento mental terá suas dificuldades maximizadas quando precisar lidar com as ambivalências afetivas numa estrutura triangular e sobreposta, como a do complexo de Édipo completo. Mas é somente então que podemos falar numa *neurose obsessiva*, no sentido pleno do termo. Nela, o sintoma obsessivo é determinado pelas memórias de maternagem da criança de períodos anteriores ao

complexo de Édipo. Mas é a dinâmica edípiana que constitui o núcleo central em torno do qual gira toda a formação neurótica.

Entretanto, poderíamos perguntar: o que aconteceu com o recalque que, até então, era pressuposto por Winnicott como o principal mecanismo de defesa das neuroses? Simplesmente desapareceu de cena?

Para analisar essa questão, tomarei como exemplo um paciente meu, neurótico obsessivo de sintomas brandos, desses que estão bastante próximos da normalidade, mas cuja dinâmica pode nos servir. O recorte analítico que trago aqui se situa numa fase em que começou a trazer para a relação transferencial os seus impulsos agressivos/destrutivos. O episódio aconteceu num dia em que utilizou o banheiro do consultório antes de iniciar a sessão e lá encontrou, pousado na janela, um copo que costumo usar para regar as plantas. Começou dizendo mais ou menos o seguinte: “Estranho você deixar esse copo no banheiro... Deve ser o seu copo de beber água... E se alguém resolver urinar no seu copo? Quando eu pensei nisso, eu tive medo de que alguém pudesse fazer isso comigo...”

Podemos perceber aí, implícito e camuflado, um desejo com um componente erótico-agressivo: erótico na fantasia de um pênis colocado no vazio de um copo; agressivo na idéia de urinar no lugar no qual o analista bebe água. Na minha vivência contratransferencial, entretanto, era o elemento agressivo que sobressaía (do erótico só fui tomar conhecimento ao retomar o fragmento aqui, para análise). Entretanto, a formulação do paciente não veio de forma direta, explícita, do tipo: “Vi o seu copo de beber água e tive vontade de urinar nele”. No seu discurso, é um “alguém” indefinido que pode ter esse desejo; na segunda formulação o desejo vira medo e é vivido na forma

»  
*poderíamos supor que o desejo  
necessitou assumir uma outra forma,  
disfarçando-se como medo,  
por meio de uma reversão da pulsão,  
da atividade para a passividade*

passiva (“medo de que alguém pudesse fazer isso comigo”). Isso indica que o contato direto, sem disfarces, com o impulso erótico-agressivo ainda era difícil. Como poderíamos interpretar as transformações do desejo originário, até atingir a forma verbal da fala do paciente?

Poderíamos pensar, seguindo os passos freudianos, que foi recalçado e retornou numa formação de compromisso, em que o sujeito da ação tornou-se indefinido. Entretanto, mesmo um sujeito indefinido pode ameaçar, já que pode ser *qualquer um*, inclusive o próprio paciente. Por essa razão – e seguindo os mesmos passos – poderíamos supor que o desejo necessitou assumir uma outra forma, disfarçando-se como medo, por meio de uma reversão da pulsão, da atividade para a passividade. Essa seria uma interpretação possível.

Se seguissemos uma outra vertente, winnicottiana, pensaríamos numa desintegração ativa do desejo/pensamento em vários componentes que seriam, então, embaralhados, gerando uma confusão total, capaz de mascarar o sujeito do desejo. Nesse caso, minha experiência contratransferencial estaria confirmada, pois teríamos que supor que o componente agressivo/destrutivo era mais forte e suplantava o erótico; por isso, o sujeito de tal desejo precisava ser disfarçado. Teríamos de supor, também, que a defesa não teria sido totalmente bem sucedida e que o ressurgimento do impulso agressivo/destrutivo teria levado à sua projeção num objeto exterior, retornando numa fantasia paranóide.

16 D. W. Winnicott, “Morals and education”, pp. 99-100 (os grifos são meus).

17 D. W. Winnicott, “Fragments concerning...”, *op. cit.*, p. 30.

18 D. W. Winnicott, “Comment on Obsessional Neurosis and Frankie”. In D. W. Winnicott, *Psycho-Analytic Explorations*, *op. cit.*, p. 158.



*Há pacientes nos quais os sintomas obsessivos alternam-se com sintomas depressivos temporários, retornando novamente, em seguida, aos sintomas obsessivos*

34

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

Mas será que temos mesmo que escolher entre as duas interpretações? Não constitui a segunda interpretação uma outra forma de dizer *quase* a mesma coisa da primeira, com outras palavras? Ou seja, a versão winnicottiana não constitui, *nesse caso*, uma retomada da formulação freudiana, apenas numa linguagem mais própria ao referencial teórico do autor?

Sim e não. Sim, porque nos dois casos o que acontece é o *mascamamento* dos impulsos instintivos, sob diferentes ópticas. Não, porque as duas formulações carregam pressupostos diferentes e têm implicações também diversas. A formulação winnicottiana tem como pressuposto uma má resolução da *fase depressiva* (ou estágio do concernimento) e trabalha com a hipótese de uma *confusão* inconscientemente produzida e mantida; tem como corolário o sintoma obsessivo como tentativa malograda – produzida na esfera intelectual – de ordenar *essa* confusão; essa segunda hipótese é diretamente decorrente da primeira. Mas é inegável que Winnicott mantém, em algum nível, sob diferentes figuras, a idéia *central* do recalque freudiano: manter fora da consciência – ou dentro dela, mas de forma disfarçada, irreconhecível – algo que gera uma angústia insuportável.

Há pacientes nos quais os sintomas obsessivos alternam-se com sintomas depressivos temporários – em períodos em que o paciente consegue tolerar um contato maior com o seu mundo interno –, retornando novamente, em seguida, aos sintomas obsessivos. E há também

aqueles que permanecem numa ou noutra categoria diagnóstica, sem alternância de sintomas<sup>19</sup>. São ainda possíveis casos mais graves, em que a neurose obsessiva pode mascarar uma dimensão psicótica da personalidade, em geral, de tipo *melancólica*. Nesse caso, a neurose funciona como uma primeira capa que, quando desmanchada, faz eclodir um núcleo psicótico, de maior gravidade.

Tomo, como exemplo de alternância de sintomas, esse mesmo paciente anteriormente descrito, nos momentos em que conseguia, por meio da análise, abandonar seus desejos de controlar, organizar e consertar o mundo. Geralmente, reclamava especialmente da “*má educação*” das pessoas no trânsito e nos lugares públicos e era tomado por raivas descontroladas, sentindo-se desrespeitado por todos e agindo no sentido de admoestar as pessoas, como se quisesse “*educá-las*”. Quando aumentava a sua possibilidade de contato com o seu mundo interno e os seus mecanismos obsessivos se abrandavam momentaneamente, caía num choro muito sentido que se debruçava num vazio. Quando tentava associar esse choro a algo, vinham motivos vagos e aparentemente inócuos: o crescimento dos filhos que logo os levaria para longe dele, a finitude de tudo na vida etc. Ou seja, puros “*ganchos*” temáticos que, naquele momento, podiam justificar o choro aparentemente injustificado. Mas, sem dúvida alguma, nesses períodos, conseguia um contato maior com a sua vida psíquica, a que pese o fato de o afeto estar, em grande parte, dissociado de seus temas originais. Essa dinâmica, entretanto, muito embora lembrasse a de uma melancolia – pelo menos, nesse aspecto dissociativo a que me referi –, não tinha a gravidade de um núcleo psicótico, mas apenas a de um sintoma melancólico transitório, que logo cedia lugar, novamente, aos obsessivos<sup>20</sup>.

Para Winnicott, a cura da neurose obsessiva não se completa sem a análise do *sadismo oral*. Isso pressupõe, entretanto, além da ferramenta clássica na análise das neuroses – que é

a interpretação da transferência –, alguma forma de manejo clínico, já que esses impulsos terão de ser revividos na relação transferencial e sustentados pelo analista, sem qualquer tipo de retaliação e podendo devolver ao paciente uma nova referência que repare a desqualificação originária do componente agressivo/destrutivo neles presente. Nesse período, é fundamental, também, o analista não sair de cena (por exemplo, planejando férias ou ausências de outros tipos para que não aconteçam justamente no período crítico em que essa dinâmica está se processando). Caso contrário, corre-se o risco de repetir as falhas ambientais originárias. Isso significa que esse tipo de análise pressupõe o mesmo tipo de manejo que Winnicott propõe para as patologias depressivas não psicóticas.

Entretanto, nos casos em que a análise da neurose obsessiva faz eclodir um núcleo psicótico, a interpretação da transferência e o manejo têm de ser praticamente substituídos por uma outra ferramenta clínica: a regressão aos estágios de dependência nos quais as defesas psicóticas se formaram. Na psicose de transferência o paciente vive o analista como totalmente identificado aos seus objetos amorosos primitivos e não como um representante simbólico deles, como na neu-

»»

*a avaliação winnicottiana  
de não ter feito nenhuma grande  
contribuição à psicanálise das neuroses  
era mais fruto de sua modéstia  
do que qualquer outra coisa*

rose de transferência. Nesse caso, a interpretação torna-se ineficaz e prejudicial; a regressão ocorre de forma maciça, como uma segunda chance de o paciente retomar seu processo de desenvolvimento no ponto em que ficou truncado, graças ao ambiente terapêutico criado.

Mas, para Winnicott, algum tipo de processo regressivo deve ocorrer no tratamento de qualquer neurose obsessiva, já que ele propõe que a análise da confusão produzida pela desintegração ativa possa levar o indivíduo ao “...caos primário, a partir do qual se organizam amostras de auto-expressão individual. Em termos de estágios iniciais de desenvolvimento, isso corresponde ao estado primário de não-integração [...]”. E conclui: “No nosso trabalho, encontramos grande alívio clínico quando a elucidação de uma confusão organizada defensivamente permite ao paciente atingir esse caos primário, central. Isso somente pode ser atingido, é claro, num ambiente de um tipo especial que eu denominei preocupação materna primária, quando a mãe (analista) que sustenta está identificada(o), num alto grau, com o ato de sustentar o infante. Nesse ponto de uma análise, alguns pacientes necessitam, de fato, serem sustentados, de alguma forma simbólica, por uma pequena quantidade de contatos físicos”<sup>21</sup>.

Esse breve percurso nos é suficiente para concluir que a avaliação winnicottiana de não ter feito nenhuma grande contribuição à psicanálise das neuroses era mais fruto de sua modéstia do que qualquer outra coisa.

19 D. W. Winnicott, “Fragments Concerning...”, *op. cit.*, p. 31.

20 A melancolia, para Winnicott, descreve uma patologia cujo principal mecanismo de defesa é uma repressão profunda dos impulsos instintivos (e dos motivos temáticos a eles associados), em função de seu componente agressivo/destrutivo, gerador de sentimentos de culpa insuportáveis. Nessa dinâmica, em que os impulsos ameaçam irromper o tempo todo, os sentimentos de culpa permanecem vigentes, mas totalmente desconectados de seus motivos originários. Por isso, o melancólico tenta dependurá-los em motivos totalmente exteriores a ele, o que – segundo Winnicott – constitui uma forma defensiva de nunca se aproximar dos seus motivos verdadeiros. O fato, justamente, de os impulsos reprimidos ameaçarem eclodir o tempo todo, pode levar à formação de uma estrutura obsessiva que produza uma confusão capaz de mantê-los irreconhecíveis, caso rompam o primeiro tipo de defesa. O sintoma melancólico pode aparecer como um mecanismo de defesa isolado, transitório, ou ser parte de uma psicose, quando predominam uma incapacidade geral de o paciente se relacionar com o mundo externo e uma desesperança total na sua capacidade amorosa/construtiva.

21 D. W. Winnicott, “Fragments concerning...”, *op. cit.*, pp. 31-2.

## Referências bibliográficas

- De Moraes A. A. R. E. (2005). *A contribuição winnicottiana para a teoria clínica da depressão*. Tese de doutorado, PUC-SP.
- Naffah Neto A. (2007). A problemática do falso *self* em pacientes de tipo *borderline* – Revisitando Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 41, n.4, "Metáforas", pp. 77-88.
- Oliveira Dias E. (1998). *A teoria das psicoses em D. W. Winnicott*. Tese de doutorado, PUC-SP.
- Winnicott D. W. (1988). *Human nature*. London: Free Association Books.
- \_\_\_\_ (1990). *Deprivation and delinquency*. London and New York: Routledge.
- \_\_\_\_ (1989). Comment on obsessive neurosis and Frankie. In: Winnicott D. W. *Psycho-analytic explorations*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press.
- \_\_\_\_ (1989). Fragments concerning varieties of clinical confusion. In: Winnicott D. W., *Psycho-analytic explorations*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press.
- \_\_\_\_ (1989). Psycho-neurosis and childhood. In: Winnicott D. W. *Psycho-analytic explorations*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press.
- \_\_\_\_ (1990). Morals and education. In: Winnicott, D. W. *The maturational process and the facilitating environment*. London: Karnac.
- 36 \_\_\_\_ (1996). *Thinking about children*. London: Karnac.

## Winnicottian contributions to the clinic of obsessional neurosis

**Abstracts** This article evaluates Donald Winnicott's contributions to the theory and clinics of obsessive neurosis. Therefore, it discusses the function of the environment in the etiology of neurosis, comparing it with other pathologies; afterwards it develops Winnicott's conception of obsessive neurosis. Finally, it discusses the clinical implications which result from such conception.

**Keywords** obsessive neurosis; active disintegration; repression; aggressive/destructible drives.

Texto recebido: 07/2008

Aprovado: 09/2008

# A cor da ausência

Fátima Regina Flório Cesar  
de Alencastro Graça

**Fátima Regina Flório Cesar de Alencastro Graça** é psicóloga, psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP e autora do livro *Dos que Moram em móvel-mar. Sobre a elasticidade da técnica em psicanálise*.

**Resumo** O texto que segue constitui um relato da relação de uma analista e sua paciente após a partida desta. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a comunicação se dá com o sentimento de luto por parte da analista e como tentativa de compreensão da história da dupla: o estar-no-mundo da paciente – ora em dor silenciosa, ora envolta em um turbilhão de tormentos – e os esforços da analista com suas falhas e cuidados.

**Palavras-chave** vazio; tormento; não-existência; desamparo; persecutoriedade; ódio.

O entardecer é o desembocar de todas as ausências.  
[Marilene Felinto]

Quem imaginaria que aquela moça linda, olhos azuis, louros cabelos pudesse esconder lavas de incêndios de dor e angústia? Quem poderia supor que o azul dos olhos não favorecesse a visão da vida, a cor da vida? E que o azul fracassasse em oferecer um colorido qualquer, discreto que fosse, rala cor – não importa?

Rala cor que, pintando os recantos onde se pudesse caminhar lentamente, mesmo que fosse com uma dose de tristeza sempre presente. Mas nunca, nem discreta cor, nem cor pastel, nem pálidos tons.

Então pensarão: viam o cinza os tais olhos azuis? O negro de um temporal, de céu rasgado de nuvens de feriado chuvoso?

Tão distante do *colorido da vida*, como diria Winnicott: nem bolhas de sabão, nem arco-íris. Não teria o pai jogado-a para o alto, oferecendo-lhe assim a experiência de júbilo? Mas, ao contrário, era o cair para sempre que a ameaçava. Não terá a mãe ido ao seu encontro, possibilitando-lhe a ilusão? Ilusão de que encontramos aquilo que criamos. Entretanto, longe da ilusão, era o inferno que habitava. Enganam-se os que pensam a cor do inferno negra ou cinza ou outros tons aproximados. Esse tipo de inferno que ela escavava dia a dia para do fundo sair, onde lascava as unhas arranhando o reboco e comia os restos como quem sofre de vermes – esse tipo de inferno tinha a cor da ausência.



*o longo recuar das águas veio  
da infância quando a menina  
retraía-se mais que concha, em estado  
de silêncio que depois saberíamos de  
águas ameaçadoras*

Poderão pensar que é branca a cor da ausência. Não, a cor da ausência só ela tem: é uma cor que sofre, que não se nomeia, que não se aproxima de cor nenhuma jamais conhecida.

A cor da ausência vem do oco da pessoa, não das vísceras, não vermelho sangue de órgãos à mostra de corpo largado à mesa fria. O oco do corpo tem gosto de vazio – dos mais terríveis que se possa experimentar – porque assim fora exposto o ser quando ainda não estava lá. Assim o vazio ficara lá, no interior do ser, como um corpo estranho, alienígena à natureza humana.

A cor da ausência faz o corpo dobrar-se sobre si mesmo, procurando onde habita o vazio: quem sabe no centro? Mas a ausência mora em lugar nenhum. Quem dobra o corpo em dois sofre de dor presente, de gritos mesmo que calados. É no corpo imóvel que a ausência dá seus sinais, no sorriso que nunca vem e, se vem, pouco dura ou mal se sustenta, nos olhos secos e vazios. Por mais lindos que sejam, por mais azuis.

O tsunami de agora veio se formando desde a infância – porque assim acontecem a maioria dos *tsunamis* e porque toda infância arrasta sóis e sombras. Algumas infâncias de rios turbulentos arrastam mais sombras – devo ressaltar. Não consigo suportar uma infância em que a pessoa, ou melhor, o pequeno ser venha crescendo somente com suas forças. O entorno precisa estar lá, sustentando, evitando o ser perdido no espaço, exposto assustadoramente às leis da gravidade. Nesse início somos tão frágeis, sujeitos a fendas, fraturas, falhas relativas (aquelas que nos auxiliam a prosseguir) ou absolutas (aquelas que são capazes de nos fazer aproximar das agonias im-

pensáveis). Nessas circunstâncias, quantos de nós não arrastarão infâncias sombrias, *tsunamis* adiados. Nem sempre a tristeza segue à mostra; muitas vezes o colapso – *tsunami* – estará oculto no correr de uma vida tediosa ou num rosto suave ou alegre ou eufórico ou bem sucedido. Mas o anúncio de todo *tsunami* – poucos sabem – é o recuar imponente do mar, a maré baixa promissora de águas cristalinas, oferecendo águas rasas de corais à mostra.

Entretanto, tanto recuar das águas, tanta generosidade é puro engano, e os que conhecem as artimanhas do mar saberão que ondas gigantes virão, derrubando além das margens e engolindo as terras, poupando apenas os moradores das montanhas.

Não posso deixar de imaginar a mente de atormentada com todas as turbulências, enormes ondas às quais não sobrevive de tão ocupada de *tsunamis*. Um após o outro, com pausas e promessas de dias idílicos e a volta de mais uma traição da natureza.

O longo recuar das águas veio da infância quando a menina retraía-se mais que concha, em estado de silêncio que depois saberíamos de águas ameaçadoras. Um retraimento que se traduzia como timidez ou retrato da boa moça, os moletons ou mais tarde as golas *roulé* escondendo o convulsionar da angústia abaixo das roupas. Anos e mais anos de submissão, de ficar à mercê dos adultos e de suas histórias que não estava preparada para ouvir. A mãe (como objeto externo) lhe aparece precocemente, fora do alcance de seu gesto em ânsia de criá-la. O gesto cai no vazio. A espontaneidade cede lugar à desesperança. Capitula para ser aceita. A mãe debruça-se sobre a filha. Ah! Não pensem que em estado de devoção absoluta – mas em olhar pedinte. Também tem olhos azuis a mãe de Ariadne e lhe pede socorro atormentadoramente. A mãe roubou seu sorriso.

Depois vieram os anos de rebeldia. Desastrada. Mas todo repúdio traz um tanto de desastre e a recusa de minha jovem paciente não poderia vir mansa. Colocar abaixo anos de sub-

missão. Quebrar copos, xícaras, lançar ao espaço sua baba ardente de ódio porque fora oferecida em sacrifício à loucura dos pais... Porque a loucura dos pais deita-se como um manto ardente sobre o corpo jovem e não é nada fácil ser feliz ou livrar-se de sua própria loucura se os pais permanecem em seu cenário de insanidade... Mas viera todo esforço para desfazer-se da submissão: o desfazer do encobrir das roupas, da sexualidade guardada, o mostrar em desespero o corpo. Porque sempre oscilaste e se tentassem dar um nome à tua imprecisão e se tu mesmo não suportasses, com razão, tanta rebelião; era a busca de um mar confiável que procuravas, de uma terra estável capaz de sossegar teus pés inquietos. No olho do furacão, entre a tristeza e o desvario, a calma e o mar revolto, mora a busca de equilíbrio. Sempre me falaste da necessidade de teu equilíbrio:

Numa disciplina constante procuro a lei da liberdade medindo o equilíbrio dos meus passos. Mas as coisas têm mascaras e véus com que enganam, e, quando em um momento espantada me esqueço, a força perversa das coisas atama-me os braços e atira-me, prisioneira de ninguém mas só de laços, para o vazio horror das voltas do caminho.

[Sophia de Mello Breyner Andresen]

Foi numa foto de Ariadne pequena que eu vi confirmadas sua beleza e a tristeza de seus olhos. Atravessara a infância ouvindo as dores da mãe, tal qual um bebê sábio ferencziano – dores em função de um casamento atormentado com um marido enlouquecido. Ariadne fazia par com a mãe, depositária de seus lamentos. Quando a separação dos pais parecia prestes a acontecer, o casal voltava a juntar-se. E Ariadne retornava à sua solidão sem nome. Nunca a chamaram pelo nome? Nunca lhe chamaram “linda!”? Ficava ali, rosto suspenso, despido e permeável. Ali lhe faltara um olhar que a devolvesse a si mesma. Diga-me: em que espelho perdeste tua face?

»  
*o pai louco arrancava  
a mãe para sua rede de cacos  
e roubava da filha  
o seu olhar.*

Osrose lenta...

Rosto desfeito,

Rosto sem recusa onde nada se defende,

Rosto que se dá na angústia do pedido,

Rosto que as vozes atravessam...

[Sophia de Mello Breyner Andresen]

Ficara ali, rosto à espera, boca aberta à disposição do próximo pedido materno – era assim que a troca se dava, não pelo olhar da mãe que a devolvesse como pessoa. Não pela voz do pai que a chamasse com a ternura dos pais dedicados comuns. Sua boca aberta carente de amamentar-se, com o tumulto que a mãe lhe oferecia antes que o casal se voltasse ao próprio convívio e deixasse à margem seu rosto esquecido.

Não era a mãe que se perdia; mas o tormento com que era alimentada. O pai louco arrancava a mãe para sua rede de cacos e roubava da filha o seu olhar. Vozes de angústia recebia a pequena, choros de imensa tristeza testemunhava, encostada que ficava no quarto trancado da mãe em depressão, desesperada com as inúmeras tentativas de suicídio. Sem contar o caos que o casal impunha, percorrendo com suas brigas infernais os cômodos da casa. E o pai louco enredado por suas graves oscilações de humor e por seus livros de mente brilhante.

Ariadne me contava sobre sua sensação de nunca ter sido vista – nem bebê, nem criança, nem jovem. Como diz Winnicott: “O que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe? Em outros termos, a mãe está olhando para o bebê e aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali... Entretanto, isso não é



*sozinha, sem a anuência do pai  
da criança, quase adolescente –  
não tem um filho para criar,  
mas um peso a carregar*

tão evidente assim – e se o bebê cuja mãe reflete o próprio humor dela ou, pior ainda, a rigidez de suas próprias defesas. Em tal caso, o que é que o bebê vê?<sup>1</sup>. Nesses casos os bebês não se vêem a si mesmos. O rosto da mãe não constitui um espelho. A capacidade criativa começa a atrofiar-se e a percepção toma o lugar da apercepção. Isto se estende em termos da criança e da família.

Continuando com Bollas: “E se o status essencial deste objeto primário estiver calcado menos em seu caráter especular do que no tumulto emocional que ocorre no self quando se o tem em mente”<sup>2</sup>? Nesses casos, o objeto primário não se apresenta como figurativo, mas como a própria interrupção – representado como tormento emocional. O objeto apresenta-se temido, entretanto, inevitavelmente desejado, já que permanece sendo o objeto primário.

Ariadne, sempre perturbada pelo ambiente, alimentada pelos esvaziamentos/ evacuações dentro dela – segundo Bollas, experimentando o objeto primário como um repetido efeito dentro do self, não como um fenômeno especular a ser introjetado como parte do desenvolvimento normal. Quando alguma emoção insinua a presença deste objeto, o *borderline* é sempre tentado a encontrá-lo intensificando um objeto comum, transformando-o numa experiência perturbadora.

Tal efeito maternal não informa o self de uma maneira alimentadora, que deveria funcionar inconscientemente comunicando o próprio idioma através de seu discreto efeito no inconsciente do outro. Destituído dos essenciais e acumulativos *desenhos* do desejo maternal que deveriam formatar e estruturar as necessidades

do bebê numa sensibilidade com um futuro, o resultado é de puro caos.

## Colapso

Eu só quero silêncio neste porto  
Do mar vermelho, do mar morto  
Perdida, balouçar  
No ritmo das águas cheias  
Quero ficar sozinha neste espanto  
Dum tempo que perdeu a sua forma  
Quero ficar sozinha nesta tarde  
Em que as árvores verdes me abandonam  
[Sophia de Mello Breyner Andresen]

Se antes era o recolher das águas, como já dissera antes, o primeiro *tsunami* aconteceu – imprevisível, nunca anunciável.

Numa viagem, num encontro efêmero de uma semana, engravida de um rapaz que nunca conhecera. A gravidez transforma o mar morto onde parecera buscar silêncio e porto num oceano de águas cheias e tenebrosas. O pai enfurecido quer o aborto. Ariadne até hoje, com filho de 13 anos, não entende – por que teve? Por que não abortou? A gravidez – escolha incompreensível para ela – fora vivida como inferno: o pai maldizendo a filha, a mãe ao lado do pai. Não há palavras para descrever o castigo imposto pelo pai e pela pequena cidade interiorana. Quando nasce o bebê, o quer de volta à barriga; não por amor à mesma; mas pela visão do filho não desejado. Outro inferno se inicia: “como não sabia quão terrível era ter um filho?” Os primeiros meses sem ajuda da mãe. Ainda hoje afirma: “ele é um peso para mim. Jamais deveria tê-lo tido.” Desejar colocar para dentro aquele pedaço de vida – extensão sua. O que lhe oferecer? Pedaço de vida, que denuncia movimento, mas onde vê pura ausência e maldição.

Sozinha, sem a anuência do pai da criança, quase adolescente – não tem um filho para criar, mas um peso a carregar.

É quando o menino completa dois ou três anos que conheço Ariadne. Finalizara a faculdade e voltara para a cidade de origem para trabalhar com o pai na mesma profissão. Saíra de

uma depressão que julgara branda, mas chegava aflita – com a criança, o pai, a cidade. Chega a mim uma moça séria, tímida, sempre com golas *roulé*, angustiada em relação a como seria trabalhar com o pai. Foi um caminho que trilhamos juntas: sua paixão por aquele, sua gradativa aproximação, a busca de reconhecimento e aceitação. A relação com o pai sempre distante agora ganhava intimidade.

Simultaneamente ao abandono das golas *roulé*, é tempo de desvario, o mergulho nas baladas, o uso exagerado de álcool, a amnésia alcoólica. O filho impedindo que caísse mais na noite, que vivesse o que achava que não vivera, que transasse com tantos, que sofresse por outros.

Nessa fase também tinha muita vergonha de ser mãe solteira, de comparecer às festinhas na escola, de nunca encontrar um namorado que promettesse abrigo para si e para o filho.

Nas baladas saía à busca do homem aquele – porto e fonte de alegria – que a salvasse da solidão e da perdição. Entretanto, apenas ressaça, cama vazia, sonhos desfeitos. No trabalho, enorme exigência em proceder com perfeição, o tormento de se sentir sufocada pelo número de horas e pela necessidade de se mostrar boa profissional.

Nessa fase – há sete anos – não senti o não-ser de Ariadne que hoje vejo tão presente, sua ausência de si mesma, o *rostro suspenso, despido e permeável*. Havia uma espécie de consistência – podia tocá-la, senti-la, ela poderia estar mesmo apenas cheia de ar, mas parecia que existia.

Depois de algumas paixões não correspondidas, relacionamentos desfeitos, Ariadne encontra um companheiro aparentemente tranqüilo, bonito, doce, apaixonado. Em alguns meses estão morando juntos. Em alguns meses o inferno começa. Ele quieto, passivo, recebe as brigas, xingamentos, insatisfação de sua parceira. Qualquer desatenção não era uma gota

»  
*depois de algumas paixões não correspondidas, relacionamentos desfeitos, Ariadne encontra um companheiro aparentemente tranqüilo, bonito, doce, apaixonado*

d'água – era uma pororoca, um *tsunami*, catástrofe, desastre. O *negativo* surgira. Era ali no tormento e/ou no negativo que Ariadne existia. As qualidades positivas do marido não se apresentavam, era – como dizia Winnicott – o negativo dele o mais real que ela possuía. Nas palavras de Green: “tudo o que se refere a uma falta ou lacuna: ausência de memória, ausência na mente, ausência de contato, ausência de sentir-se vivo – todas estas ausências podem ser condensadas na idéia de falta ou lacuna. Mas essa falta ou lacuna, em vez de se referir a um simples vácuo ou a algo que está faltando, torna-se o substrato para o que é real”<sup>3</sup>. Segundo Winnicott: “a coisa real é que não se encontra ali”<sup>4</sup>.

Com a convivência com o companheiro surge com todas as forças o valor do negativo e do tormento no existir de Ariadne. Falta, logo existo. Se existe o inferno, logo existo.

Mais ou menos nesta ocasião percebi sua oscilação de humor, a experiência de qualquer afeto como irritação. Era visível no trabalho e na relação com o companheiro. Decepcionada ante qualquer suposta desatenção ou outros sentimentos, surgem ira e fúria. Segundo Bollas:

Pensemos em como as pessoas *borderline* desmoronam em pedaços. Elas parecem psicicamente propensas a acidentes, ainda que lançadas ao tormento pela aparente falta de sensibilidade do outro. E se, para elas, o objeto primário operar através deste tipo de acidente? E se, por qualquer motivo, o bebê ou a criança experimentou a mãe como um movimento disruptivo, posteriormente apenas reconhecível como uma transformação negativa do *self*? Um acidente na substância? Se for

1 D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*, p. 154.

2 C. Bollas, “O desejo *borderline*”, p. 6.

3 A. Green, *André Green e a Fundação Squiggle*, p. 74.

4 D. W. Winnicott, *op. cit.*, p. 41.



*quando percebi que Ariadne  
se sustentava em torno do ódio  
e em cada momento escolhia um  
inimigo, pensei que estava diante  
de uma subjetividade paranóica*

assim, o objeto de apego é o rastro emocional profundamente perturbado do outro, que abarca o terror, a raiva e ódio destrutivos despertados no *self borderline*; uma angústia persecutória que, além disso, liga o *self* e seu objeto efetivo no momento através de um combate psicologicamente indistinguível de forças negativas.<sup>5</sup>

A essa altura, as depressões se repetiam, com a fúria completando a paisagem. Os tormentos eram relacionados ao trabalho, aos estudos e especialmente em relação ao companheiro. O mundo era mau, eles (os perseguidores) proliferavam: rodízio de inimigos. É claro que eu entrava na roda desse mundo cruel, também volta e meia era um daqueles que a abandonavam, que a torturavam com sua incompreensão e ódio. Volta e meia eu entrava na roda e precisava sobreviver. Precisava estar lá com meu corpo presente, recebendo seu corpo de ódio; nunca meia volta – precisava estar lá. Também neste redemoinho de angústia e perseguição, quantas vezes eu não via entrada – quantas vezes a verdade de que o mundo não é tão mau, que o mundo também é bom precisaria ser enunciada de forma tal que a derrubada do edifício de ira e de olhos sombrios que a sustentava não a conduzisse ao chão, ao pó, revelando seus falsos alicerces de areia do mar. Porque estar assim numa roda de perseguição deixa o corpo à mercê da solidão – corpo que não oferece saída, e o outro (eu) não vê/vejo entrada.

## Ódio

Quando percebi que Ariadne se sustentava em torno do ódio e em cada momento escolhia um

inimigo, pensei que estava diante de uma subjetividade paranóica.

O ódio tão central em sua vida deveria ter um sentido.

Infância e adolescência de Ariadne: pais em brigas intensas, filha parceira da mãe e fruto de uma relação de ódio, percepção de um casal que se une através do desprazer.

Iniciando com este breve resumo dos primeiros anos de vida (e na verdade esta situação de estar no meio das brigas violentas dos pais permanece) foi possível compreender a relação de persecutoriedade e de ódio de Ariadne com a vida e com os outros.

Segundo Aulagnier, na paranóia, a questão do casal parental é fundamental na problemática do paciente. As teorias sexuais infantis, comuns a todos, são idéias em que a criança busca e dá respostas sobre suas origens, sobre o prazer ou desprazer vividos pelo casal parental quando foi concebida. Toda teoria sexual é uma teoria sobre o nascimento, que responde à questão sobre a origem do corpo e sobre a questão das origens<sup>6</sup>.

Remontamos a este tema porque, se a esquizofrenia se vincula à relação mãe e filho, na paranóia a problemática central refere-se ao casal parental.

Voltando às teorias sexuais infantis: é preciso que a cena primária seja percebida como fonte de prazer, mesmo que em alguns momentos como fonte de desprazer. Isto é o que deve aparecer na cena do real no caso dos casais normais.

Na paranóia, Aulagnier observou que na cena primária os dois representantes do casal eram preservados desde que unidos por uma relação de conflito e ódio. Importante ressaltar que essa relação não é simples projeção – não é projeção nem percepção objetiva, mas percepção criativa, como afirma Minerbo<sup>7</sup>. Ou seja, a partir de fragmentos de realidade histórica, a percepção é amplificada.

Para o paranóico, o ódio é fundamental, “uma necessidade absoluta, tal qual o cimento sem o qual a construção desabaria como um

castelo de cartas”<sup>8</sup>. Também será jogado ao abismo se o sistema lógico próprio ao sistema paranóide for recusado. Assim, o interlocutor é chamado a testemunhar, sem a menor possibilidade de duvidar, sob o risco de derrubar o edifício sobre o qual o paranóico se sustenta. É o que Aulagnier denomina de “exigência de comunicação”; assim como, enquanto a criança futura paranóica fora convocada a testemunhar a relação de conflito e ódio do casal parental, ela também precisa de testemunhas para confirmar que tem direitos e é rodeada de inimigos.

É importante detalharmos um pouco mais a relação do casal.

O conflito entre o casal, inclusive a disputa em relação à criança, é erotizado; a exclusão é de outra ordem. Não é o olhar que é excluído, mas ao contrário, a criança é convocada como testemunha e o fato de se tratar de uma criança é esquecido.

A criança também erotizará o que foi “escutado” e o ódio será concebido de maneira profunda. Outros sentimentos que poderiam ser relativizados, como cólera, zanga, rancor, etc., serão amplificados até ganharem a dimensão de ódio.

A relação do casal se encaminha de tal forma que se estabelecem como sinônimos: conflito e desejo, situação de casal e situação de ódio. E se a origem da existência de si próprio como do mundo remete ao estado de ódio, o sujeito só poderá se preservar vivo e só poderá preservar a existência do mundo na medida em que persista algo a odiar e alguém que o odeie.

O ódio está no centro de sua identidade; já que “no caso do delírio paranóico o fragmento de realidade é o ódio efetivamente percebido na cena primária. Esse ódio estará no centro de sua teoria sobre as origens e será o núcleo da sub-

5 C. Bollas, *op. cit.*, p. 8.

6 P. Aulagnier, 1979; *A violência da interpretação*, p. 227.

7 M. Minerbo, *O ódio paranóico*, p. 8.

8 P. Aulagnier, *op. cit.*, p. 237.

9 M. Minerbo, *op. cit.*, p. 9.

10 M. Minerbo, *op. cit.*, p. 10.

»

*adulta, ela percebe a loucura  
do pai e o desidealiza, mas não deixa  
de temê-lo; continuando, ora ao lado  
da mãe, ora também o odiando e  
ainda permanecendo  
no meio do casal em briga*

jetividade paranóica. De fato, o paranóico precisa de ódio para viver, e vive para dar sentido ao ódio. Uma vez constituído, seu sistema de pensamento não pode ter brechas sob pena de relançar o sujeito no não-sentido”<sup>9</sup>.

A criança fica no meio tanto do ódio entre os pais como na disputa em relação a ela mesma. Um quer mostrar para a criança que o outro não presta. A mãe se apresenta como dedicada, sacrificada, mas como se isso soasse falso. O pai disputa de seu lado. Se no esquizofrênico o pai apresenta-se ausente, na paranóia, “o pai é o pai amado e idealizado da infância precoce, hiperpresente, excessivo, detentor da lei e do saber; ou é o pai violento, arbitrário, perseguidor, transformado em inimigo contra quem é preciso lutar”<sup>10</sup>.

No caso de Ariadne o pai era idealizado em relação à sua inteligência brilhante e capacidade de saber, e perseguidor, em função de sua violência.

Adulta, ela percebe a loucura do pai e o desidealiza, mas não deixa de temê-lo; continuando, ora ao lado da mãe, ora também o odiando e ainda permanecendo no meio do casal em briga.

Alguns questionamentos podemos apresentar a partir do acima discutido:

- como estabelecer com um parceiro uma relação amorosa e de prazer, se ela apenas conhece uma relação de ódio?
- como aceitar o filho e preservá-lo de seu ódio se ela mesma se percebeu como fruto de pais unidos pelo desprazer?



*o grande desastre.*

*A voz da mãe me diz ao telefone:*

*“Ariadne está em coma  
no hospital”*

## O acidente

Entretanto, aquele que queria como salvador permanecia sendo seu companheiro. O ódio veio num crescente em relação a este último, onda engolidora, de ciúmes e persecutoriedade até que o grande acidente aconteceu.

Onde existia Ariadne – na tristeza ou na euforia? Em lugar algum – foi na oscilação que fui percebendo suas mãos tornando-se garras escavando a vida para ganhar contornos, consistências e poder finalmente dizer: “Eu sou”.

Não sei se erramos em não ver, ou se as percepções nos chegam aos poucos.

As pequenas euforias – arremedo de alegria – eram tentativas não apenas de sair da depressão, mas de se inventar alguém ou uma saída. Um carro caro, um anel de brilhante, uma festa de casamento, uma siliconada. Formas equivocadas de se inventar, obturar o vazio ou se apresentar naquilo que a vida e a tristeza lhe roubaram?

Tais percepções me chegaram aos poucos – as oscilações, as fúrias indomáveis ocultas na timidez de outrora, a mente atormentada alimentando-se de suplícios, a falta como realidade mais verdadeira.

Se o mar me acompanhou em todo o relato é porque o recuar excessivo das ondas trouxe enfim o grande desastre. E era assim que Ariadne funcionava – entre tristeza e pequenas euforias e grandes tormentos dos quais se nutria com temor e paradoxalmente gratificação.

O grande desastre. A voz da mãe me diz ao telefone: “Ariadne está em coma no hospital”. Mais tarde me explica: brigara com o compa-

nheiro e saíra enlouquecida dirigindo seu carro. Um grande acidente e eu perplexa, espantada. A menina e seu desastre. Acompanho notícias e visito-a: já acordada, mas nem fala, apenas baba, com total descontrole motor, debatendo-se. Será que me reconhece? Não tem nome para meu susto: aquela ali não era a menina que eu conhecera. Quem estava ali destruída, enfurecida? O que restava de Ariadne e seu rosto desfeito, perdido.

*Que amargos ventos de secura em si sepultam  
E que as ondas do mar puríssimas lamentam?*  
[Sophia de Mello]

Pouco tempo se passou após o surpreendente restabelecimento de Ariadne. Estamos há um ano e meio após o acidente e sua voz, seu andar impreciso, o tremor dos gestos, a memória vacilante retornam ao normal para espanto e alívio de todos nós. Havia uma longa distância entre a destruída e a moça de agora com sua normalidade recém-conquistada.

Entretanto, a profunda tristeza e a falta de sentido de viver se arrastaram por todos esses meses. Retorna à casa da mãe, que se desdobra em cuidar da filha que sempre se sentira abandonada. Acompanho seu restabelecimento, fazendo as sessões na casa materna. Precisa descansar. Está tão cansada. Mas que direito terá de ficar em casa ociosa e sem trabalho? – pergunta-se angustiada.

Amnésia cercava o acidente até concluir – muito lentamente, sem recordação – que fora um ato deliberado de desespero. Entre fases de um pouco de tranqüilidade, o vazio foi escavando em volta, a falta de horizonte, a vontade de morrer. O vazio. O vazio.

## Tristeza

Havia vários movimentos, se é que posso chamar assim. O tormento que era buscado e funcionava como alimento; o sentimento de injustiça, sentindo-se joguete e confusa no meio

da guerra entre pai e mãe. Também ressalto o cuidado pela família; ela que fora terapeuta de mãe, continuava guardiã da família, comprometida com o encargo de curar seus membros enlouquecidos. Eu poderia citar Riviere, Pontalis, Searles: um interdito a aprisionava – como curar a si própria sem antes curar os seus?

A tristeza dominava. Como ser feliz se fora desde sempre acorrentada ao destino dos pais?

Raras tardes de domingo foram aquelas que o vazio não rondara, a melancolia determinando as cores do dia. Mesmo se o céu fosse do mais azul, o sol não podia lutar contra as trevas de dentro. A manhã-promessa acena como uma tela branca de um mundo vazio pulsante de possibilidades e idas, deslocamentos, rio de criação, mas que desemboca e morre, vai murchando até a quase-exata-hora do meio do dia quando o almoço se transforma num almoço de domingo. Não dava para ser um natural almoço de domingo? As tentativas de fincar os pés no presente acabam ali. Um furacão, um ralo gigante suga – o quão verdadeiros são os filmes de terror! – puxa para o passado; cheiro de cerca-viva. Devolva-me o tempo do agora, cerca morta! Rendida à casa do passado indestrutível, a casa e sua família, a casa e seus irmãos, onde uma placa avisa “nunca demolirás” – “protege cada canto, azulejo, precioso lastro do álbum de família, cada pingente do grandioso lustre de cristal”. Lido isto, dito isto; cai sem força numa fraqueza-tristeza em que nada faz sentido, nada é capaz de lhe despertar além da tarefa de fazer a vigília das horas, das horas que não passam. Num lago estancado de águas barrentas, descrente dos sonhos de lagos azuis ou praias desertas que ressuscitam, larga-se no lençol amarrotado da casa do presente.

Larga-se naquelas águas barrentas do tempo em que as ruas inundavam e as gentes olhavam da janela com menos temor e mais curiosidade, protegidas na casa. Agora uma cama, um lençol que supostamente protege, mas nenhuma paz ou prazer; ela que jamais conhecera a alegria.

Mas vai e vem no vão dos dedos, na areia do relógio-ampulheta, alegria é a melhor coisa

»  
*Larga-se naquelas águas barrentas  
do tempo em que as ruas  
inundavam e as gentes olhavam  
da janela com menos temor e mais  
curiosidade, protegidas na casa*

que existe e ela se nomeia a que não desistirá. Mas em cada momento, “já era” – os olhos secos guardam sacos e sacos de lágrimas e tristeza.

Toda paixão mal-resolvida é algema no passado e um tanto equivocada, porque insensata. Se toda paixão mal-resolvida guarda a intenção secreta de paralisar o rio do tempo – o que falar da paixão pelos ancestrais, dos olhos que exultam pelo antigo, de um jeito que inunda o de dentro, penetra nos sonhos, torna-os ou não pesadelos? O pior é não mudar o *script*: o mesmo casarão, o mesmo pavor diante dos azulejos desrespeitados, da pedra portuguesa dessacralizada, arrancada sem pedido de permissão do quintal, onde pouco brincou. Como doeu, o patrimônio assim devastado, ela que havia se tornado a guardiã da casa da infância dos filhos de sua mãe. Agora estava só, ao léu.

## Ausência

Encontrávamo-nos ao entardecer, quando desembocam todas as ausências. Ali presenciava sua aflição e tentava o quanto podia – será? – alcançar aquela ausência que lhe habitava o ser. De uma leveza de quem se ausenta da vida: nenhum sorriso, os pés soltos no ar. Eu com meu esforço de presença, margeando sua angústia, perscrutando seus vazios. E concluindo que minha menina, tão moça, já moça, sofre de ausência, ausência de si mesma. Se tento tocá-la, minhas mãos atravessam seu corpo inexistente: uma espécie de inconsistência. Ausentei-me também em algum momento, em algum lugar

dessa geografia de terror? Perdi-me no labirinto em que ela mesma se perdera?

Ou deveria deixá-la ir, dentro de mim, levada pelas correntezas, esquecê-la e confiar porque “dentro do mar tem um rio” e lá há de saber navegar, beber de boa água, sentir-se em casa. Vou deixá-la ir apesar das sessões desmarcadas, da mágoa pelo fracasso. Ela deve ausentar-se dentro de mim?

Quando nos encontrávamos ao entardecer e seu nome tão singular era chamado – tinha cuidado para que algum sorriso meu não esbarrasse na dor do rosto envergonhado de tanto sofrimento, envergonhado de não se sentir normal. Quantas vezes eu chegava sorrindo – “como se fosse a primavera / e eu morrendo e eu morrendo... / Quem lhe disse que eu era / riso sempre e nunca pranto? Como se fosse a primavera / não sou tanto /”<sup>11</sup>. As palavras do compo-

sitor pareciam pertinentes ao silêncio dos lábios franzidos, saindo com o vigor de quem sofre e o outro chega derrubando. Era a minha vez de vergonha e eu a recebia desmanchada para num árduo trabalho juntar cacos. Cristal frágil demais: Juntar cacos.

Está tão cansada. Quer existência e um pouco de alegria. E eu ao largo, eu ao lado. Tão perto e tão distante:

*Tu e eu vamos  
No fundo do mar  
Absortos e correntes e desfeitos.  
Agora és transparente  
À tona do teu rosto vêm peixes  
E vens comigo  
Morto, morto, morto  
Morto em cada imagem  
[Sophia de Mello Breyner]*

<sup>11</sup> “Como se fosse a primavera”, composição de Pablo Milanés, Nicolas Guillén e Chico Buarque.

#### Referências bibliográficas

- Andresen S. M. B. (2003). *Coral*. Lisboa: Caminho.
- Aulagnier P. (1979). Sobre a paranóia: cena primária e teoria delirante primária. In: *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bollas C. (1995). O desejo borderline, *Percurso n. 30. 1/2003*. Trad. Karina Hottimsky Iguelka.
- Green M. (2003). *André Green e a Fundação Squiggle*. São Paulo: Roca.
- Minerbo M. (2007). *O ódio paranóico* [Mimeo].
- Winnicott D. W. (1975). O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

#### The color of absence

**Abstract** The paper that proceeds constitutes a report of an analyst's relationship and her patient after her departure. In that perspective, we can affirm that the communication happens with the feeling of mourning on the part of the analyst and as an attempt of understanding of the couple's history: being the patient sometimes in silent pain or wrapped up in a whirl of torments and the analyst's efforts with their flaws and cares.

**Keywords** absence; torment; no-existence; abandonment; paranoia; hate.

Texto recebido: 08/2008

Aprovado: 09/2008

# Crise terapêutica da psicanálise e presença do analista<sup>1</sup>

Luiz Augusto M. Celes

**Luiz Augusto M. Celes** é professor titular do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília; doutor em Psicologia Clínica pela PUCRio; psicanalista; especialista em Psicologia Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia.

**Resumo** O texto parte de uma rápida apreensão da crise da função terapêutica da psicanálise, atual e histórica, circunscreve a relação dessa crise com a presença do analista, para discutir o cotidiano das análises, os modos, usos e costumes dos analistas. Sugere-se a abstinência como a noção fundamental para essa discussão, na medida em que se a toma como conceito e não somente, ou nem mesmo, como recomendação.

**Palavras-chave** psicanálise; terapêutica; crise; analista; abstinência.

1 Trabalho originalmente apresentado na Mesa “Modos, usos e costumes do psicanalista”, no II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e VIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, realizados em Belém, de 7 a 10 de setembro de 2006. Para esta versão, foram introduzidas modificações.

2 Em C. Winnicott, R. Shepherd e M. David (eds.), *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*, p. 372.

3 Nesse momento, nem mesmo colocamos em discussão a que psicanálise clássica Winnicott está se referindo, mas tomamo-la imediatamente como sendo a freudiana. Não é objetivo desta apresentação discutir os impasses entre os psicanalistas e suas posições ou saídas no afã de reabilitar a psicanálise para os tempos modernos e contemporâneos. Assim, não tem muita importância para assegurar a legitimidade do argumento que aqui queremos sustentar o fato dessa injustiça ou desonestidade com autor tão proeminente e importante para o desenvolvimento da psicanálise como o foi Winnicott.

Entre presença e neutralidade, pessoalidade e impessoalidade, constrói-se o lugar do analista como abstinência.

**T**alvez tenham razão as críticas dirigidas à psicanálise freudiana, que, como Winnicott, afirmam a “inaplicabilidade da técnica psicanalítica clássica”<sup>2</sup> para atender às novas demandas dirigidas à clínica psicanalítica. Estamos tomando muito ligeiramente Winnicott, até mesmo fazendo-lhe injustiça, ao destacar tal compreensão do conjunto de sua obra<sup>3</sup>. No entanto, evocamos sua frase simplesmente como representativa de um certo consenso entre alguns grupos de psicanalistas da atualidade sobre a ineficácia da psicanálise tal como fora construída por Freud para a clínica dos chamados estados *borderlines*, casos limites e psicóticos, ou mesmo, de uma maneira geral, para o que se convencionou chamar de clínica contemporânea. Assim, não seria muita irresponsabilidade afirmar que essa crítica da sua ineficiência se estende aos hoje proeminentes estados deprimidos, narcisistas ou esquizóides, dos quais se faz uso para caracterizar os privilegiados modos contemporâneos de subjetivação.

A crítica representada pela assertiva winnicottiana não está desprovida de razão porque, segundo queremos propor, atinge o cerne, o coração da psicanálise, não sendo de hoje que ganha sentido. Ela vale ao menos desde meados do século passado, quando se justificou certa re-volta no movimento psicanalítico para recuperar a eficácia da psicanálise que parecia inalcançável para as configurações subjetivas que, então,



*a noção de resistência interna, de que fala Freud, carrega em seu bojo uma transformação na compreensão das resistências nos Estudos sobre a histeria*

48

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

tomaram vulto como demandas à sua clínica. A crítica à psicanálise para tratar, manter e cumprir seu valor como “intencionalidade terapêutica” (é expressão freudiana), isto é, a crise da psicanálise como clínica terapêutica fez-se presente, verdadeiramente, muito cedo. Presidiu os primeiros esforços de sustentação e de manutenção do ganho da psicanálise freudiana para o tratamento das neuroses – seu início é datado: 1897.

Não sem motivo, costuma-se destacar o impasse teórico do início da psicanálise, expresso no abandono da “*neurotica*”. A questão que lá se constituiu efetivamente abriu o desenvolvimento da psicanálise e de sua compreensão de subjetivação com os basilares e fundamentais conceitos de inconsciente e sexualidade infantil. O magistral alcance teórico do inconsciente e da sexualidade infantil, que se seguiu ao colapso da neurótica, talvez fosse suficiente para ofuscar a crise com respeito à eficácia da psicanálise como terapêutica. No entanto, a ineficácia terapêutica da psicanálise foi apresentada por Freud como uma das razões de sua descrença com a nascente teoria da neurose. Esta razão, lembremos, deveu-se à frustração de Freud com os fracassos dos tratamentos – “O desapontamento contínuo em minhas tentativas de levar uma única análise a uma conclusão real [...] a debandada de pessoas [...] a falta dos sucessos absolutos com que eu havia contado e a possibilidade de explicar [...] os sucessos parciais à maneira habitual”<sup>4</sup>. Foram motivos fortes o suficiente para afastar

Freud, durante certo e significativo período, das investigações com respeito à neurose e seu tratamento – dirigindo seu interesse para o empreendimento da *Interpretação dos sonhos*. Somente em 1905, com a publicação do Caso Dora, Freud novamente traz a neurose para o centro de suas preocupações. Por sua vez, a publicação do tratamento de Dora renova a crise da qual Freud se queixara em 1897, senão a conduz ao seu paroxismo.

Muito rapidamente em sua história, viu-se desvanecer-se a intenção terapêutica da psicanálise, escorrer-se por entre os dedos das mãos de Freud e de seus seguidores o trunfo com o qual Freud justificou a psicanálise, precisamente, o seu valor como tratamento da neurose<sup>5</sup>: a dificuldade de concluir satisfatoriamente o empenho terapêutico, qual seja, a inépcia deste para então atender a demanda, supostamente neurótica, hoje considerada de fácil acesso, supostamente apta ao tratamento psicanalítico, não obstante as resistências. As mesmas resistências que não seriam impedimento de psicanálise, mas sua matéria, seu objeto de tratamento, seu alvo, pois, nas palavras de Freud, a psicanálise procura “desfazer as resistências internas”<sup>6</sup>, portanto tem-nas como objeto de seu tratamento.

Entretanto, a noção de resistência interna, de que fala Freud, carrega em seu bojo uma transformação na compreensão das resistências em comparação, por exemplo, com as que se opunham ao tratamento nos *Estudos sobre a histeria*<sup>7</sup>. Nessa obra, a resistência, se a compreendia como resistência ao trabalho de recordação do que fora expulso da consciência. A nova resistência, qualificada como interna, deriva-se da compreensão da neurose como uma estrutura subjetiva (uma estruturação psíquica) e não mais ou não simplesmente como um caso circunstancial que seria o do isolamento (recalcamento) de uma representação ideativa insuportável. O conceito de inconsciente consolida esta nova concepção: não se trata mais de complexos reprimidos que se buscam descobrir e verbalizar para torná-los conscientes, pela fala em associação livre, mas

de estrutura psíquica ou subjetiva de caráter universal, isto é, uma condição antropológica propriamente, sendo o humano concebido como tal estruturação (o que permite entender que Freud e a psicanálise se afastam da idéia de enfermidades, afastam-se das considerações psicopatológicas, embora não as eliminem e permaneçam ainda hoje privilegiadas em certos meios psicanalíticos). Portanto, o tratamento agora teria de ser entendido como tratamento do sujeito, não de uma enfermidade neurótica (como era o caso), não de uma psicopatologia mais ou menos grave. A estrutura subjetiva do humano, que significa aquilo que o caracteriza – aqui mal representada pela palavra *sujeito* (por falta de uma outra, mas não estamos sozinhos nisso!) –, impõe uma nova perspectiva ou nova condição para a análise. Pois, parafraseando de memória um Lacan já distante, não há como curar o sujeito. Com isso, a psicanálise começa a adotar uma atitude, uma intencionalidade menos, senão muito pouco, terapêutica: doravante, como já observara Freud, a cura dos sintomas torna-se um ganho subsidiário, um ganho secundário, decorrente da elaboração psíquica pela fala como discurso associativo, em profunda e mesmo essencial dependência da escuta do analista<sup>8</sup>.

A mútua dependência entre fala e escuta no trabalho de psicanálise – que não mais cura, mas elabora – assinala a implicação incontornável do psicanalista, a impossibilidade de sustentar sua evasão na atitude da neutralidade técnica. Também não se sustenta o analista como se ele fosse o gerente de uma travessia ou o diretor de uma cena, a cena da análise. A neutralidade do psicanalista, que agiria com a frieza de um ci-

»

*a associação livre como critério de elaboração terá de se confrontar com a capital dificuldade da análise que em seguida recebe o nome de transferência*

rurgião, para o que Freud, vez ou outra, incita, perde sentido; o analista não age mais em busca de extirpar um mal, uma enfermidade, uma afecção – que seria uma lembrança recalcada ou esquecida por força de seu caráter intolerável. O *sujeito* substitui a neurose, a enfermidade ou a contemporânea doença mental. A psicanálise, com sua regra fundamental da associação livre, vendo perder-se de seu valor terapêutico, coloca em vertiginosa tensão o seu propósito técnico, a objetividade de seu tratamento e, junto com isso, a doença de que cuida, a patologia de que faria objeto de tratamento. Talvez se possa afirmar que a associação livre ela mesma destitui-se de valor técnico, embora permaneça e ganhe relevo o seu valor de regra fundamental, traçando assim toda a especificidade da psicanálise, sendo a associação livre o que se busca alcançar para se elaborar (embora não-mais se curar). O que se elabora, associando-se, diz respeito ao humano, ao inconsciente, este que é, de mais a mais, sua condição essencial.

A associação livre como critério de elaboração terá de se confrontar com a capital dificuldade da análise que em seguida recebe o nome de transferência. Se sugerimos que no caso Dora a crise terapêutica da psicanálise alcança seu ápice, talvez seja porque aí ela ganha um entendimento que está além da resistência do sujeito da análise e além da *resistência* própria do humano, no confronto consigo mesmo, sendo ele essencialmente inconsciente. O

4 Carta de Freud para Fliess de 21/08/1897, in J. M. Masson (ed.), *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*, p. 265.

5 S. Freud, “Linhas de progresso na terapia psicanalítica” (1919), in J. Strachey (ed.), *Edição standard brasileira da obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v.17, p. 201.

6 S. Freud, “Conferências introdutórias sobre psicanálise” (1916-17), *op. cit.*, v. 15-16, p. 526.

7 S. Freud e J. Breuer, “Estudos sobre a histeria” (1895), *op. cit.*, v. 2.

8 Cf. S. Freud, “Fragmento da análise de um caso de histeria” (1905), *op. cit.*, v. 7, p. 5-119.



*desvanece-se a eficácia das recomendações técnicas, das regras ditadas e dos aconselhamentos que tenham a intenção de asseverar caminhos precisos, intervenções e atos adequados que apresentem efeito terapêutico*

50

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

caso Dora re-situa o empecilho terapêutico do trabalho de psicanálise com a consideração da presença do outro<sup>9</sup>. Não se está sugerindo a simetria de posições entre analista e analisando como definidora de sua crise, embora esse não deixe de ser um risco da análise em transferência, ao lado de outros. Diz-se, diferentemente, ser da implicação do falar e ouvir na constituição da elaboração em associação livre<sup>10</sup>. A crise, nomeia-se-a, então, transferência. Como também se chama transferência a *relação* que seria a terapêutica em análise (ou talvez e exatamente a não-relação terapêutica).

Dessa forma, esvaem-se mais radicalmente as pretensões técnicas no trato analítico. Particularmente, desvanece-se a eficácia das recomendações técnicas, das regras ditadas e dos aconselhamentos que tenham a intenção de asseverar caminhos precisos, intervenções e atos adequados que apresentem efeito terapêutico. Os usos e costumes dos analistas, em geral ou particularmente, escapam, assim, da descrição e da intenção recomendatória. Então, como pensá-los, uma vez que a psicanálise se recusa (embora se avizinhe) a ser uma prática de caráter iniciático? Como delimitar o lugar do analista no que diz respeito à sua prática cotidiana, aos seus usos, hábitos e costumes?

Sugiro que se compreenda a abstinência como a noção adequada para tal apreensão do lugar do analista, profundamente vinculada à noção de atenção flutuante. A abstinência subs-

titui a neutralidade, mantém o analista numa estranha forma de impessoalidade na presença pessoal, o que o distancia da pessoalidade imaginária, dual, empática etc., e da neutralidade técnica, da aderência a recomendações sem flexões e sem reflexão e da frieza do cirurgião de que já falou Freud. As noções da abstinência e da atenção flutuante, conquanto não definem comportamentos específicos, têm a vantagem dos conceitos, que assim o sendo, facilitam, viabilizam e traçam caminhos para a reflexão. Tais conceitos sugerem ao analista escapar-se do frisson do aprimoramento técnico ou da aprendizagem, particularmente em se tratando de analista iniciante, e escapar-se da empáfia da experiência acumulada, do ditador de regras, em se tratando do analista de longa data. A abstinência constitui a condição na qual se sustenta a atenção flutuante, aquela que, como a define Freud, busca escutar, escutar o que o analisando diz, melhor, escutar o que diz a fala do analisando, que é o modo de ouvir capaz de constituir da narrativa do analisando o discurso associativo. Ouvir em atenção flutuante, propiciado pela abstinência, é a condição necessária para se fazer da fala do analisando uma associação livre. A escuta balizada pela abstinência e atenção flutuante retira do analista o empenho de alcançar algo, mesmo que seja uma lembrança. Essas noções desmontam, elas mesmas, o propósito técnico da psicanálise que buscaria a segurança de um tratamento clínico de efeito terapêutico.

O discurso associativo que se define em relação à abstinência e à atenção flutuante é o processo ou o movimento elaborador ele mesmo. Não foi sem razão que Freud abandonou a busca de uma recordação como solução da enfermidade. Atitude freudiana que se inicia em *Recordar, repetir e elaborar*<sup>11</sup>, onde a lembrança é questionada pela repetição, e que termina em *Construções em análise*<sup>12</sup>. Em *Construções...* – cujo texto e argumento não se submetem ao princípio da razão, como já o foi mostrado por Figueiredo<sup>13</sup> – a lembrança perde quase tudo de sua importância, sendo substituída pela

emergência da pulsão; e, no ouvir do analista, a intenção de fazer surgir a lembrança fica substituída pela escuta da pulsão emergente. O analista detém-se na colheita dos rastros do infantil deixados pela fala do analisando, isto é, faz acontecer a associação livre. Por fim, e no limite, a lembrança é substituída por uma atitude anímica, que Freud nomeia de convicção. Por nosso lado, propomos entender a convicção de que fala Freud como elaboração realizada ou *resultado* de elaboração, sabendo-se que jamais se fecha tal resultado, tampouco se realiza em completude a elaboração.

Não constitui entendimento isento de controvérsias sugerir a abstinência e a atenção flutuante como conceitos que permitem a reflexão da psicanálise em seu acontecer cotidiano. Poder-se-ia contestar tal entendimento tendo por base, por exemplo, a nomeada obra técnica de Freud. Particularmente, o texto *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*<sup>14</sup> aparentemente se caracteriza como um texto de recomendações. São, no entanto, recomendações negativas, por outras vezes hesitantes, portanto, não são apresentadas como regras técnicas. No mais, as recomendações sugeridas de caráter negativo se justificam em considerações que não são nesse texto desenvolvidas por Freud, mas que são assinaladas. São considerações, dizíamos, de outra natureza: orientadas para fora do *setting* analítico – para a teoria. Não como se a práti-

9 Para uma apreensão das diversas faces do outro em análise, veja-se E. R. Versiani e L. A. M. Celes, “Alteridade na clínica psicanalítica”, p. 60-70.

10 Veja-se L. A. M. Celes, “Psicanálise é trabalho de fazer falar, e fazer ouvir”, p. 25-48. Em outra perspectiva, veja-se também L. A. M. Celes, “‘Dora’ contemporânea – e a crise terapêutica da psicanálise”, p. 137-54.

11 S. Freud, “Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II)” (1914), *op. cit.*, v. 12, p. 193-203.

12 S. Freud, “Construções em análise” (1937), *op. cit.*, v. 23, p. 291-304.

13 L. C. Figueiredo, “Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica. Uma releitura de ‘construções em análise’”, p. 81-9.

14 S. Freud, “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise” (1912), *op. cit.*, v. 12, p. 149-59.

15 *Idem*, p. 150.

16 *Idem*, p. 150.

»»

*são, no entanto,  
recomendações negativas,  
por outras vezes hesitantes,  
portanto, não são apresentadas  
como regras técnicas*

ca fosse sua aplicação, mas, sim, sua justificação, sua reflexão, seu entendimento, que se realizam, é oportuno lembrar, em condições especiais. Por exemplo, diz Freud: “Não se deve esquecer [como argumento para se adotar regras frouxas, por assim dizer] que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente”<sup>15</sup>. Ora, *posterioridade* é em psicanálise um princípio teórico (e não técnico ou prático) que permite a compreensão e o entendimento do trauma da experiência sexual que se realiza em dois tempos (desde sua teorização no *Projeto para uma psicologia científica*). E depois, como seria possível estabelecer regras positivas de condutas se não se tem nem mesmo o significado do que importa, que somente se abrolha posteriormente!

No mesmo passo, Freud sugere que o analista deve “abandonar-se inteiramente à ‘memória inconsciente’”<sup>16</sup>. Além do conceito de memória inconsciente aí explicitado, justificando a regra negativa da escuta sem influências conscientes, isto é, sem juízos, o mesmo inconsciente ainda mais impede a adoção de regras: ele tem suas *regras próprias* independentes das atitudes conscientes. Em seguida, Freud afirma que “relatórios de histórias clínicas psicanalíticas são de menor valor do que se poderia esperar”<sup>17</sup>, o que já deveria deixar desanimado qualquer um que seja ávido por técnicas, precisões e por sabedoria do comportamento alheio e próprio. Mas Freud completa avaliando que tais “relatos psiquiátricos” são “fatigantes



*a descaracterização  
da associação livre, e portanto da  
intenção fundamental da psicanálise,  
implica a descaracterização  
da própria psicanálise*

52

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

para o leitor e ainda não conseguem substituir sua [do leitor, suposto analista] presença concreta em uma análise<sup>18</sup>. Para não nos estendermos demasiado nessa aferição, somente ainda observamos que Freud retoma a teoria para precisamente descartá-la, com o intuito de habilitar-se a ouvir as surpresas sem quaisquer pressuposições, destituindo de valor a intenção que seria oposta, a saber, que pretenderia, contrapondo-se a adoção tecnocrática em análise, isto é, de seu poder de técnica, tomar, ao inverso, a prática analítica como aplicação de teoria<sup>19</sup>. A psicanálise não se presta a ser apreendida como uma tecnologia (um saber de técnica) nem como uma teoria que guia e justifica a prática. A teoria é mais bem entendida se tomada como uma reflexão da prática. Assim, a teoria mantém com a prática (com seus fundamentos técnicos, suas estratégias, e com o cotidiano das análises) modos próprios de relações, o que significa modos reflexivos de relações.

Uma avaliação já ligeira desse texto de Freud, que, por outro lado, carrega a aparência de recomendações, mostra a compreensão aí implicada da desesperança com a intenção técnica e, conseqüentemente, terapêutica da psicanálise – talvez até mesmo se trate de uma compreensão desesperada do limite terapêutico da psicanálise. Essa compreensão dos limites técnicos e terapêuticos da psicanálise não se reproduz de todo nem em todos os sentidos entre os psicanalistas contemporâneos. A

história da psicanálise é testemunha das reviravoltas técnicas que se empreenderam sob a justificativa de atendimento a demandas que não seriam adequadas à técnica freudiana. Embora seja razoável considerar-se alterações na técnica em benefício do trabalho de psicanálise, certamente não se justificam mudanças que acabem por descaracterizar a regra fundamental da psicanálise, que todos sabem ser a associação livre. Ainda que se tracem diversos entendimentos sobre regra fundamental, a base do “discurso associativo” como sendo o que conduz ao inconsciente é inalienável da psicanálise, essa base a sustenta e a justifica como prática de tratamento. A descaracterização da associação livre e, portanto, da intenção fundamental da psicanálise, implica a descaracterização da própria psicanálise. Sob certo aspecto, isso não constitui nenhum problema, pois podem-se estabelecer psicoterapias que se distinguem da psicanálise. No entanto, nosso âmbito de interesse é a psicanálise e seus limites. Limites esses, como já o sugeriu Pontalis<sup>20</sup>, que se apreendem nos confins do tratamento. Portanto, limites móveis, senão moveidões. Em muitos setores da psicanálise contemporânea, ela se revela ávida da cura, buscando restabelecer procedimentos técnicos muito próximos de uma atitude humanista do acolhimento e da reconstrução do eu ou do *self*. O imediatismo das interpretações não raro transforma a sessão analítica numa mal disfarçada elucidação das relações entre analista e analisando, numa tarefa muito mais fenomenológica que psicanalítica, da qual o inconsciente se exclui. Por outro lado e por vezes, como entendimento de base da atitude fenomenológica, a psicanálise contemporânea se aproxima da medicina, melhor é dizer, da ideologia médico-psiquiátrica que se impôs em nossos tempos, segundo a avaliação de Fédida<sup>21</sup>, de modo inflexível. Isso se caracteriza em psicanálise pela retomada, por exemplo, de uma excessiva preocupação psicopatológica, seja se justificando sobre a suposta necessária multidisciplinariedade para

a abordagem da complexidade contemporânea, seja porque a psicanálise, ela mesma, propõe-se recuperar os sujeitos para a difícil vida nas multifacetadas culturas contemporâneas – das síndromes (de pânico), às anorexias e bulimias, passando-se pelas depressões e outros quadros, a intenção recuperativa guia os atendimentos, justificando-se os engajamentos, as recomendações e as regras.

## Concluindo

É pertinente retomar a idéia de que a compreensão da abstinência como recomendação não é certamente gratuita. A associação livre, da qual deriva, foi proposta como regra técnica fundamental de análise, situando-se inicialmente, ela também, no plano das recomendações, o que quer dizer dos usos e costumes na condução das psicanálises em seu cotidiano.

No entanto, a associação livre mostrou-se rapidamente insuficiente como regra técnica, na precisa medida em que ocorreu o acolhimento da escuta do analista como sua condição de acontecimento, o que significa o assentimento da presença do analista na forma da abstinência como condição da estrutura mesma da análise. A sujeição – recíproca, embora de modos distintos, cujo esforço decisivo de articulação na obra de Freud se deu em *Construções em análise*, de 1937 –, a sujeição, repito, do discurso associativo à escuta em abstinência mostra a necessidade da articulação conceitual que retire tais noções do âmbito das recomendações. A multiplicidade e singularidade dos impasses da associação livre na resistência e da abstinência no desejo e nos “preconceitos” (no sentido sugerido por Lacan<sup>22</sup>) do analista revelam a impossi-

»  
*conduzidos pela literalidade  
da palavra supervisão, pode-se sugerir  
que nela o analista dá a ver em suas  
palavras o que o supervisor pode  
contemplar escutando-as*

bilidade de apreensão da associação livre e da abstinência na forma de recomendações.

Os usos e os costumes dos analistas estão sujeitos a considerações, inclusive em suas particularidades e singularidades, de modo mais legítimo (além das auto-reflexões posteriores do analista) nas situações similares à psicanálise a que chamamos supervisões. Dentre seus múltiplos aspectos, as supervisões podem ser compreendidas como prática de teoria, isto é, como uma atitude de reflexão e de apreensão em palavras da experiência do analista, numa segunda situação de fala e escuta – fala do analista e escuta do supervisor. Conduzidos pela literalidade da palavra supervisão, pode-se sugerir que nela o analista dá a ver em suas palavras o que o supervisor pode contemplar escutando-as. Nomear dessa forma os usos e costumes do analista será tanto mais frutífero, o que quer dizer, de potencialidade analítica, quanto mais se busca, na série constituída pelas supervisões, narrativas dos casos e teoria, uma aproximação sempre retomada (e renovada) dos registros conceituais. Pois assim se constitui a prática como modo de pensar e de refletir, distanciando decisivamente a psicanálise de práticas iniciáticas e da suposta frialdade dos cirurgiões.

17 Idem, p. 152.

18 Idem, p. 152.

19 Cf. idem, p. 153.

20 J. B. Pontalis, “Bornes ou confins”.

21 P. Fédida, “A fala e o pharmakon”, p. 29-45.

22 J. Lacan, “Intervenção sobre a transferência”, p. 214-25.

## Referências bibliográficas

- Celes L. A. M. (2007). "Dora" contemporânea – e a crise terapêutica da psicanálise, *Psicologia clínica*, v. 19, Rio de Janeiro.
- Fédida P. (1998). A fala e o pharmakon, *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 1, n. 1, São Paulo.
- Figueiredo L. C. (1996). Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica. Uma releitura de "construções em análise", *Percurso – Revista de Psicanálise*, v. 8, n. 16, São Paulo.
- Freud S.; Breuer J. (1895/1976). Estudos sobre a histeria. In: Strachey J. (ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 2.
- \_\_\_\_ (1916-17/1972). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: Strachey J. (ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_ (1937/1975). Construções em análise. In: Strachey J. (ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 23.
- \_\_\_\_ (1905/1976). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: Strachey J. (ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_ (1919/1976). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: Strachey J. (ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: v. 17.
- \_\_\_\_ (1912/1969). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Strachey J. (ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 12.
- \_\_\_\_ (1914/1969). Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In: Strachey J. (ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 12.
- Lacan J. (1998). Intervenção sobre a transferência. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Masson J. M. (ed.) (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.
- Pontalis J. B. (1974). Bornes ou confins. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, v. 10, Paris.
- Versiani E. R.; Celes L. A. M. (2006). Alteridade na clínica psicanalítica, *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 40, n. 3, São Paulo.
- Winnicott C.; Shepherd R.; David M. (eds.) (1994). *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas.

## The therapeutic crisis of Psychoanalysis and the presence of the analyst

**Abstract** This essay starts from a brief apprehension of the crisis of psychoanalysis' therapeutic function, current and historical. It circumscribes the relation of this crisis with the presence of the analyst and discusses the everyday of analysis, the ways, styles and customs of analysts. Abstinence is suggested as being the fundamental notion for this discussion, in so far as it is taken as a concept and not only, or not even, as a recommendation.

**Key words** psychoanalysis; therapeutic; crisis; analyst; abstinence.

Texto recebido: 11/2007

Aprovado: 06/2008

# Atualidade da supervisão

Lucía Barbero Fuks

**Lucía Barbero Fuks** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professora do Curso de Psicanálise, co-coordenadora do Curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma do Instituto Sedes Sapientiae. Autora de *Narcisismo e Vínculos* (Casa do Psicólogo).

**Resumo** Na experiência de supervisão, algo de nossa clínica nos interroga através do que falamos conscientemente do caso – e o caso em questão não é o paciente e sim o próprio tratamento. A possibilidade de escutar os impasses que nos escapam quando somos envolvidos pela transferência faz da supervisão um instrumento fundamental para a preservação do lugar do *terceiro* no processo da análise.

**Palavras-chave** supervisão; transferência; formação; posição do analista; escuta; atenção flutuante.

Com o objetivo de tecer considerações em relação à atualidade da supervisão, talvez seja pertinente começar citando os chamados impasses da psicanálise. Em um trabalho a esse respeito, Joel Birman propõe considerar tais impasses a partir de dois pontos de vista: o registro das estruturas psíquicas e o registro da experiência analítica.

Na primeira perspectiva, os impasses são representados teoricamente, uma vez que a psicanálise se defronta com o suposto campo de objetividade das estruturas psíquicas e com seus limites técnicos para lidar com essas estruturas. Assim, estes podem ser chamados de *impasses da psicanálise*.

Na segunda perspectiva – a do registro da experiência analítica –, é o agenciamento do espaço analítico que se impõe como problemática fundamental para que se possa tematizar qualquer questão a respeito das dificuldades na escuta e na intervenção sobre as estruturas psíquicas. Esses outros podemos chamar de *impasses na psicanálise*.

No primeiro caso, o que se apresenta são os impasses *da* psicanálise diante do desafio de certas estruturas mentais. No segundo, o que se destaca são as condições de produção e reprodução do espaço psicanalítico face às diferentes estruturas psíquicas.

Tudo isso se apresentou de maneira evidente na interpretação dos obstáculos surgidos na experiência analítica com as perversões, as psicoses e as doenças psicossomáticas. Durante todo um período, os anos 60-70, a problemática da analisabilidade foi construída tendo como suporte teórico a suposta objetividade das estruturas psíquicas.



*a psicanálise constitui  
uma modalidade especial  
de experiência clínica centrada na  
transferência e na linguagem,  
sendo a escuta o instrumento  
fundamental do ato psicanalítico*

56

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

Entretanto, se transportamos a questão do confronto com a postulada objetividade das estruturas subjetivas para o contexto, concreto e vivo, da experiência da análise, veremos que o paradoxo da situação do analista é a dificuldade em que se encontra para achar uma posição cujo equilíbrio entre a observação e a participação não seja a todo instante ameaçado. Ciência de observação alguma sobreviveria às condições em que está posicionado o analista. Ele deve, ao mesmo tempo, observar e saber utilizar os meios do raciocínio científico para tirar proveito de sua observação. Deve participar, estar implicado emocionalmente, mas também permanecer neutro. Às associações livres do paciente tem de juntar sua atenção flutuante que lhes é complementar, para deixar surgir, diante do material inconsciente trazido pelas associações do paciente, seu próprio fundo inconsciente.

A psicanálise constitui uma modalidade especial de experiência clínica centrada na transferência e na linguagem, sendo a escuta o instrumento fundamental do ato psicanalítico. A experiência analítica tem na figura do analista – e naquilo que designamos como o lugar do analista –

a condição necessária para o estabelecimento do espaço analítico.

Contudo, se afirmamos também que o analista não detém qualquer saber absoluto sobre o analisando, assim como nenhum poder igualmente absoluto sobre as vicissitudes da experiência analítica, isso se deve também ao reconhecimento de que o analista está submetido, como acabamos de ver, ao impacto do processo analítico no seu psiquismo.

Há um desequilíbrio no encontro dos dois inconscientes na situação analítica: um se deixa estruturar livremente na transferência, enquanto ao outro se impõem as limitações estritas da contratransferência – sem que este possa sequer pensar seriamente tê-la eliminado, nem mesmo estar certo de ganhar algo ao conseguir fazê-lo. Tal encontro demonstra bem qual o coeficiente de incerteza a que está sujeita a descoberta do sentido na situação analítica – sem que estejamos em condições de imaginar uma demonstração eficaz. Então, para o analista, a experiência analítica é, também, uma aventura subjetiva marcada pela incerteza e pela reabertura de enigmas.

Podemos afirmar a importância e/ou a necessidade, na trajetória de formação de um psicanalista, de que outros analistas – além do que ele próprio procurou para analisar-se – participem desse percurso de formação. Como mostramos num trabalho anterior, a diversidade de estilos e de escuta, os diferentes cruzamentos transferenciais, possibilitam “uma formação em que a identificação não seja com o analista ou com o supervisor, mas com a psicanálise”<sup>1</sup>.

Isso supõe uma posição em relação aos princípios, à teoria e à ética psicanalítica na qual o sujeito se inclui e se diferencia ao mesmo tempo, construindo seu próprio estilo. Inclui-se porque faz parte de uma série, herda um legado e uma dívida de transmissão, e se diferencia porque está desde o início implicado pelo ponto em que se encontra em seu percurso de formação. A forma como sustentará e dará mostras desse percurso será necessariamente única, singular.

A supervisão, para chegar enfim ao tema em questão, se constitui como instrumento fundamental para preservar o lugar do terceiro no processo de análise. Essa necessidade fica clara na situação do par analisando/analista, não só pela escuta de impasses que percebemos em determinada situação ou caso clínico, mas principalmente pela escuta de impasses por nós despercebidos, que nos escapam quando a transferência nos envolve. O lugar do terceiro é importante em relação a esse par e também em relação à tendência à identificação com seu próprio analista.

Na experiência de supervisão, algo da nossa clínica nos interroga, através do que falamos conscientemente do caso – e o caso em questão não é o paciente, e sim o próprio tratamento. Algo nos interroga, também, através dos lapsos, das repetições inadvertidas, dos *brancos* da angústia ou da emoção que nos atinge naquele momento: tudo isso é trabalhado no espaço da supervisão no nível da relação transferencial, mas não deixa de provocar desdobramentos na própria análise do supervisionando, produzindo efeitos de formação.

Em supervisão, falamos da clínica, e ao falar da clínica é nossa análise que fala ali. Não que falemos como analisandos: o caso é que não falamos a partir da posição de analistas, e sim da posição de *deixar falar o analisando através de nós*, através de nossa transferência. Trata-se de uma tripla transferência com o analisando, com o supervisor e com nosso próprio analista. Falamos a partir de um ponto de ignorância em relação ao saber inconsciente, e é justamente aí que o processo de análise e a prática de supervisão confluem, produzindo efeitos de formação analítica.

Esse entrecruzamento necessário de espaços e essa multiplicidade de transferências nos remetem, de alguma maneira, à problemática dos marcos institucionais operantes na forma-

»  
*o caso é que não falamos  
a partir da posição de analistas,  
e sim da posição de deixar falar  
o analisando através de nós,  
através da nossa transferência*

ção e no desenvolvimento de um analista. Lacan já dizia: “Que a prática da supervisão ou análise de controle não seja obrigatória não quer dizer que não seja necessária”<sup>2</sup>.

Urânia T. Peres aporta para essa questão um pensamento interessante: “A psicanálise” – ela diz – “é uma prática do singular, e a instituição psicanalítica, assim como o espaço da supervisão, deve ser um lugar para abrigar essa singularidade. Como o psicanalista, a instituição também deve manter um estilo e, por isso mesmo, é fundamental que ela não se universalize e que possamos, cada um, fazer o percurso solitário do encontro consigo próprio. Porém, é pelo reconhecimento do terceiro que esse encontro se materializa em descoberta”<sup>3</sup>.

A que se refere o relato do analista? Refere-se ao dizer, ao fazer e ao sentir de seu paciente – e talvez até pudéssemos acrescentar aí que se refere também ao pensar: Lacan dizia, afinal, que pensar é um dizer interiorizado. O analista relata o dizer, o fazer e o sentir de seu analisando possivelmente para formular sua própria pergunta, algo que no relato lhe chega como interrogação. À medida que avança em sua experiência, a formulação de sua pergunta vai se tornando mais

1 L. B. Fuks, “Formação e supervisão”, p. 80.

2 J. Lacan, “Proposição do 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”, p. 19.

3 U. T. Peres, *Mosaico de letras: ensaios de psicanálise*, p. 173.



*os analistas em supervisão  
colocam mais ou menos em evidência  
suas questões, seja sua indecisão  
diagnóstica, sua desconfiança  
quanto à eficácia terapêutica,  
a sensação de impotência  
ou várias outras*

58

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

acessível, mais realizável. Quando se é iniciante isso é mais difícil, e nesses casos em vez da pergunta enunciada irrompe uma pergunta em ato, sob a forma de um tropeço.

Durante a supervisão, é prudente que, ainda que o supervisor traga ou evoque algum fragmento de sua própria história, o supervisor intervenha pondo o foco no relato do analisando, como uma manifestação transferencial que não vai ser denunciada em função da história nem das marcas do analista, mas situada no relato do analisando.

A melhor resposta é ajudar o supervisor a descobrir que, na medida em que é sensível ao discurso do analisando, traz nele as respostas que custa a reconhecer. É bom convidar o analista, *ali* no ponto em que possui uma teoria de seu paciente, a exercitar-se na flexibilidade de sua certeza – “será assim?” – para que possa, dessa maneira, revisar suas teorias sobre o paciente.

Se a supervisão propõe respostas e receitas, só obterá o fracasso. Porque não se trata de transmissão do conhecimento, e tampouco de um ensino artesanal de um *savoir-faire*, mas sim de um *saber fazer ali*.

D. Ropa<sup>4</sup> considera que existem várias dimensões na supervisão, não sendo possível reduzi-la a nenhuma delas isoladamente. Cada uma desdobra efeitos específicos que, conforme sua incidência e utilização, poderão facilitar ou bloquear o andamento do processo – seja o analítico com o paciente, o da formação do analista ou o da transmissão e a re-elaboração de uma teoria. O êxito de uma supervisão dependerá da capacidade que terão os protagonistas de circular por entre essas três dimensões.

A análise do analista é o eixo privilegiado dessa formação, devendo permitir, como Freud afirmou, que “o analista seja capaz de se servir de seu próprio inconsciente como de um instrumento”<sup>5</sup>. Mas a supervisão é também *um espaço propício para despertar efeitos analíticos de abertura do inconsciente*.

Esse espaço de uma terceira escuta em que, por meio de um relato clínico, o analista tem a possibilidade de *se ouvir escutando* o seu paciente coloca-o em situação privilegiada para perceber seus próprios movimentos defensivos, pontos cegos e resistências. Pode-se dizer que os analistas em supervisão colocam mais ou menos em evidência suas questões, seja sua indecisão diagnóstica, sua desconfiança quanto à eficácia terapêutica, a sensação de impotência ou várias outras.

Qual seria, por sua vez, o ponto cego da supervisão? É possível que surjam questões referentes à formação ou decorrentes da própria análise. E é possível também acabar por se estabelecer uma *inibição do ato*, já que se trata de analistas excessivamente prudentes, neutros, distantes, o que aparentemente os preserva de um desejo próprio. Apesar de evidenciar esses efeitos, a supervisão, como vimos antes, não é o lugar onde essas questões podem ser aprofundadas. O trabalho de sensibilização ao processo analítico propiciado pela supervisão é bem diferente daquele de uma análise.

Cabe reiterar, então, que o foco da supervisão deve se debruçar sobre o ato analítico com o paciente, e não sobre o questionamento da posição do supervisionando em sua experiência de

análise pessoal. Ainda assim, não se pode deixar fora de consideração o fato de que o espaço da supervisão é freqüentemente atravessado por alguma forma de demanda analítica.

A experiência de um espaço próprio e separado para a supervisão é fundamental no processo de formação de um analista. Pelas múltiplas transferências que pressupõe, ajuda a desfazer idealizações e possíveis seqüelas transferenciais. Também neste caso (e não somente na relação do analista com seu paciente) o supervisor funciona como um *terceiro*, permitindo que o analista em formação se apóie na experiência da supervisão para empreender o complexo processo de des-identificação ao seu analista e a elaboração do término de sua análise. É nesse sentido que falávamos da *busca por um estilo*, por uma técnica e uma interpretação da teoria que lhe sejam verdadeiramente próprias.

Não existe mestre que possa ensinar o que é, ou como ser um psicanalista, pois jamais o mesmo material interpelará dois analistas da mesma maneira, variando segundo a história pessoal e a análise de cada um. Cada análise é um processo singular, único e irrepetível, e transcorrerá de modo inteiramente diferente conforme cada analista e cada paciente. O analista – esteja ele em formação, em análise ou em supervisão – está de fato sozinho com o seu paciente.

A solidão do ato, as incertezas diante da incessante mobilidade enigmática do inconsciente, o fugidio mal-entendido das palavras submetem a duras provas o narcisismo do analista. Isso pode levar à busca de certezas ou garantias, seja num saber técnico, seja num outro que mascare sua própria angústia. Uma das funções do supervisor seria, então, ajudar o analista a suportar a angústia de não-saber e a sustentar a espera necessária para que haja revelação ou elaboração dos processos inconscientes.

4 D. Ropa, "As três dimensões da supervisão".

5 S. Freud, "Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico", p. 109.

6 D. Ropa, *op. cit.*

»  
*devemos valorizar, finalmente,  
a dimensão de uma transmissão  
teórica que o supervisionando procura  
para ter uma melhor compreensão  
do diagnóstico, da estrutura, dos  
mecanismos e do funcionamento  
psíquico do paciente*

Por meio de sua dupla escuta, das associações do paciente e das do analista, o supervisor deve poder indicar os momentos em que se deu um fechamento do processo inconsciente, ou seja, quando um saber foi colocado como barreira.

Devemos valorizar, finalmente, a dimensão de uma transmissão teórica que o supervisionando procura para ter uma melhor compreensão do diagnóstico, da estrutura, dos mecanismos e do funcionamento psíquico do paciente. O caminho da descoberta freudiana leva ao entrelaçamento da teoria com a clínica, numa *teorização flutuante*<sup>6</sup>.

A supervisão é um lugar privilegiado na formação clínica do analista: se a análise pessoal é o que faz emergir o desejo do analista, a supervisão contribui para o seu amadurecimento. Constitui-se, assim, como um elo fundamental na corrente de transmissão da psicanálise e um dispositivo relevante para a ampliação da sensibilidade à escuta, promovendo no supervisionando uma relação mais responsável com sua formação.

**Referências bibliográficas**

- Fuks L. B. (2002). Formação e supervisão, *Psicanálise e Universidade*, n. 16, p. 80.
- Birman J. Entre a cura e o estilo, *Cadernos de Psicanálise SPCRJ*, n. 12.
- Freud S. (1996). Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. 12.
- Lacan J. Proposição do 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola, citado por Vegh, I.
- Ropa D. As três dimensões da supervisão, *Percurso – Revista de Psicanálise*, n. 5, p. 55.
- Peres U. T. (1999). *Mosaico de letras: ensaios de psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Vegh I. A análise de controle, *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 29, p. 19.

**Relevance of supervision**

**Abstract** During supervision, something in our clinical practice interrogates us through what we talk consciously about the case – and the case in question is not the patient, but the treatment itself. The possibility clarifying aspects that we do not apprehend when immersed in transference renders supervision an essential instrument in order to preserve the role of third in psychoanalytic process.

**Keywords** supervision; transference; formation; position of analyst; hearing; evenly-suspended attention.

Texto recebido: 06/2008

Aprovado: 09/2008

# O lugar do analista frente à inquietação adolescente<sup>1</sup>

Tiago Corbisier Matheus

**Tiago Corbisier Matheus** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, graduado em Psicologia pela PUC-SP, em Filosofia pela USP e doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Exerce atividade docente na FGV e de supervisão na UNIP. É autor do livro *Ideais na adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século* (Annablume/FAPESP, 2002) e *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise* (Casa do Psicólogo, 2007).

**Resumo** Este trabalho discute o lugar do analista quando o sujeito que o procura em sua clínica está implicado à *questão adolescente*, que, por sua vez, não está imediatamente determinada pelo *fenômeno* da adolescência. Defende-se a idéia de que, frente à inquietação do sujeito adolescente, é necessária a disponibilidade do analista para se questionar acerca de sua posição na relação transferencial, o que fica ilustrado por uma situação clínica.

**Palavras-chave** adolescência; lugar do analista; clínica; sujeito.

Desde Freud, a psicanálise tem lembrado que a infância pode ser passageira, mas não o infantil, que persiste na fala de cada sujeito, apesar do esforço em favor de seu esquecimento. No entanto, quando se trata da adolescência, esta discriminação parece ainda insuficiente: adolescência é ora tomada como um *período da vida* cronologicamente estabelecido, uma *passagem* a ser realizada a fim de se alcançar a condição de adulto, ora como um conjunto de conflitos enfrentados pelo sujeito, que remontam à experiência edípica, no *segundo momento da sexualidade* humana, após o chamado período de latência. Atualmente, percebe-se, em muitos trabalhos sobre o tema, uma oscilação entre essas duas concepções, freqüentemente estabelecidas a partir do próprio texto freudiano como ocorrências mutuamente implicadas, fazendo crer que durante a segunda fase da sexualidade o confronto com conflitos ali vividos poderia ou mesmo deveria ser ultrapassado, como uma travessia a ser concluída, condição para a conquista da dita maturidade, seja ela qual for.

Porém, ainda que cada sujeito almeje conquistar alguma estabilidade frente às turbulências de sua condição pulsional – ideal certamente inatingível, pelo menos para aquele que pertence ao universo humano – seu vagar errante mostra que se trata de uma travessia sempre inconclusa. É premente, então, ao tratar o tema da adolescência, discriminar o que diz respeito a uma *fase da vida*, que vem a configurar o fenômeno social da adolescência, da *questão adolescente*, que diz respeito ao sujeito do inconsciente.

<sup>1</sup> O argumento deste artigo está indicado no livro *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*.



a questão adolescente  
não está circunscrita a uma fase  
da vida, tendo em vista a diferença  
fundamental entre o sujeito  
do inconsciente e as múltiplas  
manifestações do fenômeno  
da adolescência

62

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

Fruto de um processo histórico, a *fase da vida* é cronologicamente determinada (podendo ser antecipada ou postergada, conforme os determinantes de cada sujeito e de seu universo simbólico) e configura uma crise singular e necessária, condição para a conquista da condição de *indivíduo*, fundamento das sociedades contemporâneas, como prevê o ideário da modernidade. Desse prisma, aliás, vários trabalhos realizados numa perspectiva histórica e social têm colaborado significativamente com a discussão, mostrando as peculiaridades de um processo que veio ocupar o lugar dos *rituais de passagem* das sociedades tradicionais ou sem tradição escrita, quando estes deixaram de cumprir a função de reger a entrada no mundo adulto<sup>2</sup>. Neste sentido, a chamada crise de identidade – noção que se difundiu na contemporaneidade, quando se trata de caracterizar a adolescência – mostrou ser fruto de um processo de reificação de um conceito: um construto teórico passa a fazer parte da realidade social vigente, na medida em que os sujeitos se identificam com esse significante e se organizam a partir dele. Foi assim que a crise de identidade passou a funcionar, paradoxalmente, como um ritual a ser vivido pelo adolescente, singularmente, a fim de poder conquistar o estatuto de indivíduo e ser reconhecido como semelhante na contemporaneidade, sobretudo aquela marcada pelo cenário urbano mais e mais afetado pelo fenômeno da globalização.

Isto porque, em tal contexto, o pretense igualitarismo cultuado pela imagem de cidadão do mundo é apenas a fachada da experiência de anonimato que cada sujeito experimenta nas sociedades capitalistas contemporâneas, estruturadas como estão em torno do exercício do consumo. O anseio adolescente por ser reconhecido como um indivíduo semelhante aos demais, nesse universo, implica defrontar-se com as incongruências e fissuras do tecido social em que se encontra. Se a crise é singular, deve-se mais ao anonimato do cenário contemporâneo – utilitarista como é em sua funcionalidade econômica –, no qual não há mais lugar para a cumplicidade necessária aos chamados *rituais de passagem*, do que a um desenvolvimento orgânico do inquieto corpo adolescente.

A *questão adolescente*, por sua vez, ainda que possa acompanhar o fenômeno da adolescência, não está circunscrita a uma *fase da vida*, tendo em vista a diferença fundamental entre o sujeito do inconsciente e as múltiplas manifestações do fenômeno da adolescência. Remetida como está ao sujeito do inconsciente, a *questão adolescente* anuncia a estranheza que persiste para aquele que experimenta a posição de estrangeiro, na errância que vive a partir do descolamento de suas amarras anteriores e segue em busca de um pertencimento nunca plenamente alcançado. A *questão adolescente* é aquela que norteia o segundo momento da sexualidade, quando cada sujeito é provocado pelo olhar de um outro – um olhar inusitado, sem qualquer registro precedente – a lançar-se num abismo, em busca de um ideal de autonomia, a fim de se desprender do universo familiar que lhe dava suporte e delimitava seu raio de ação. O anseio por tal desprendimento o lança em direção a novos laços, em busca de posições outras nas quais não esteja reduzido à condição marginal de terceiro excluído. A *questão adolescente*, portanto, diz respeito ao lugar errante daquele que vive a vertigem do desprendimento de suas amarras, sem ter encontrado, ainda, ponto de ancoragem para suas pretensões pulsionais.

É deste lugar errante que o sujeito adolescente faz seu *pedido de pertinência* àqueles que sejam capazes de lhe oferecer alguma morada, algum reconhecimento como semelhante, sem o risco de aprisionamento na alienação narcísica – como é próprio à autoridade parental –, além de escutar seu discurso em seu potencial enunciativo. Porém, inevitavelmente, não há como responder plenamente a este pedido de pertinência, em função da incessante tensão que sustenta cada rede de relações sociais. Aliás, em se tratando do capitalismo contemporâneo, o movimento de exclusão e fragilização dos laços sociais torna mais agudo cada pedido de pertinência, bem como a possibilidade de ser correspondido. Todo pedido de pertinência se mantém, irremediavelmente, em maior ou menor medida, em suspenso, sem resposta, tendo em vista o caráter incondicional de todo desejo, bem como a dissonância inevitável de cada encontro humano. Logo, não há um ponto final para o processo adolescente, o que vem a manter vivo, em cada sujeito, um traço seu, responsável pela inquietação e pela inconformidade frente ao estabelecido, conforme sua condição estrangeira.

É, pois, em função do descompromisso de sua condição errante, que o sujeito adolescente é capaz de lançar luz sobre aquilo que os demais atores sociais freqüentemente tentam abafar, quando almejam garantir as conquistas que eles próprios, em sua busca de pertencimento, um dia vieram a alcançar. Logo, a irreverência adolescente é, concomitantemente, uma tentativa de produzir mudança num cenário que se mostra pouco permeável aos novos candidatos a membros em cada corpo social, mas é também um pedido de escuta, um pedido de reconhecimento de seu discurso, não apenas como portador de sentido, mas de um sentido que faça diferen-

2 Numa perspectiva sociológica, ver o clássico S. N. Eisenstadt, *De geração a geração*; ver também C. Attias-Donfut, “Jeunesse et conjugaison des temps”, e F. Dubet, “De jeunesse et des sociologies”; numa perspectiva histórica, ver o estudo de N. Schindler, “Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna”; em psicanálise, ver particularmente R. Ruffino, “Sobre o lugar da adolescência na Teoria do Sujeito”.

»  
*algo na função do analista  
sugere o resgate de dispositivos  
promovidos na operação adolescente,  
conforme as marcas deixadas por este  
momento na estrutura do sujeito*

ça, provocando novos arranjos simbólicos e fazendo reaparecer as tensões do instituído.

O analista, por sua vez, não está fora desse jogo, ele que carrega suas próprias barreiras e velamentos, bem como suas inquietações e irreverências, das quais depende para ocupar o lugar que sustenta seu exercício profissional. O lugar do analista depende da capacidade daquele que se dispõe a ali estar, de se deixar levar pela ilusão do outro, no jogo amoroso transferencial que realiza, ambivalente como é. Trata-se de, num determinado instante, *fazer de conta*, acreditando na verdade da mentira encenada, mas sempre com a certeza da condição solitária de cada um, seja em função da rebeldia de um desejo irascível, seja em função do pouco prestigioso desamparo que o anonimato cotidiano exige daquele que não alcançou seu minuto de fama, numa cultura regida pela lógica do espetáculo.

Há algo na função do analista que sugere o resgate de dispositivos promovidos na operação adolescente, conforme as marcas deixadas por este momento na estrutura do sujeito. Primeiramente, trata-se da disposição para o desprendimento das referências que antecedem cada um (adolescente e analista) – algo impossível e igualmente necessário, quando se tem em vista o mergulho que o analista é convocado a dar a partir da mentira sedutora do discurso transferencial. É a disposição para percorrer caminhos outros, aparentemente aleatórios, seguindo a dispersão necessária



*na sessão em que retorna,  
Manoel evita o divã e vai para a  
poltrona, dizendo que  
não queria mais encenações,  
lugares comuns ou respostas  
vagas para suas questões*

64

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

que Freud propõe para a exploração do campo associativo, na modalidade da *atenção flutuante*. Quanto ao adolescente contemporâneo, cabe ao analista a dúvida e a inquietação que este personagem carrega, na posição daquele que se apropria criticamente das questões que percorrem cada ordem social e suas instituições. Nesse sentido, o lugar do analista sugere o uso de alguma desconfiança, bem como uma dose de irreverência, a fim de abrir mão da segurança que o conforto dogmático apresenta, para sustentar o instante de suspensão necessário ao exercício da escuta. A partir do movimento de descolamento que o adolescente experimenta, o analista mantém viva sua própria insuficiência, permitindo ao outro constatar que cada um segue um caminho singular.

Do pedido paradoxal do adolescente por pertencer e, ao mesmo tempo, recusar o lugar que lhe é proposto – lugar sempre *morto*, na medida em que já está previamente estabelecido – o analista guarda o traço romântico da disposição para o trânsito cúmplice, bem como o descrédito inevitável do que lhe é oferecido na sedução transferencial. Tal descrédito, no entanto, não se dá propriamente por uma ambição narcísica – o que parece fazer parte da experiência adolescente – mas pela *travessia* que um dia realizou, em sua própria análise, que marca a diferença de posição frente àquele que o procura. É esta travessia que lhe permite lembrar que as perguntas e respostas que um e outro pro-

duzem, na situação analítica, são sempre frágeis e incompletas. Porém, em vez de aí ratear num pesar melancólico, cabe ao analista o desafio de perceber o sabor da errância.

Deste lugar, o analista se lança ao incerto exercício da escuta. A clínica – que não se restringe ao consultório – é sua morada, lugar a partir do qual opera uma escuta e escreve sua pesquisa.

Um fragmento de um caso em andamento se oferece como ilustração. Manoel, semanas após ter dito que vivera há pouco uma sutil mas significativa mudança em sua vida, a partir, segundo ele, de algo produzido junto ao trabalho da análise, falta a algumas sessões, dando poucas justificativas sobre suas ausências. Na sessão em que retorna, evita o divã e vai para a poltrona, dizendo que não queria mais encenações, lugares comuns ou respostas vagas para suas questões. Achava que ele próprio havia caído nesta armadilha e era preciso fazer algo diferente. Silêncios entrecortam sua fala, encadeados por olhares ondulantes que percorrem fortuitas paradas, entre as quais o meu olhar. Resolve falar sobre a aula de música em que seu exercício fora desqualificado pelo colega, segundo ele, num explícito desdém anunciado para o público dos demais músicos. Frente a tal afronta, Manoel buscou apoio entre os mais próximos, tentando comprovar a impressão que tivera há pouco, sem, contudo, ficar satisfeito com o retorno obtido. Resolve conversar com a coordenadora do curso, a fim de questionar a pertinência da própria proposta do exercício, quando se dá conta do exagero de seu movimento. Neste momento, notando seu movimento, interrompo a sessão.

Parecia evidente a articulação entre a ameaça narcísica que experimentara a partir da provocação do colega, sua tentativa de desforra ao arregimentar cúmplices ou mesmo convocar a instância de autoridade e a desconfiança trazida para a situação transferencial, levando-o a generalizar sua dúvida – “não quero mais encenação”, dissera. O momento era delicado, pois apontar o deslocamento para a situação de análise poderia

ser recebido como desqualificação do sentido primeiro de seu discurso, deixando somente para ele a responsabilidade pelo falseamento da encenação. Entendi que era preciso sustentar a hipótese de que, de algum modo, houvesse alguma verdade a ser considerada em sua denúncia manifesta. Era preciso que eu também me questionasse sobre o manejo da direção da análise, que não me contentasse com encaminhamentos que se mostrassem mais tangíveis ou coerentes. Entendi ser preciso incluir minha dúvida acerca daquele trabalho e de minha participação em sua condução, a fim de permitir a ele que pudesse se haver com a sua implicação na questão que trazia. Ainda que não tenha dito algo sobre a dúvida que eu mesmo passara a considerar, parecia-me primordial mantê-la ali viva, como um lastro para o enquadre daquele trabalho.

Na sessão seguinte, Manoel retoma a poltrona e relata que continuava “emperrado” na mesma questão, que duvidava da possibilidade de realizar algo de valor na música, quando estudava, por exemplo, com alguém tão destacado como seu professor, considerado por ele próprio como “o melhor” em sua especialidade, “um gênio”, dizia. Vê-se num impasse entre as referências de destaque que tomava como modelo e a possibilidade de ser “apenas um virtuose”, situação em que teria, de algum modo, que estar “mais solto” e ser “ele mesmo”. Conta então de um momento em que seu pai havia lhe dito que era preciso “ser o melhor”, não importava qual ramo seguisse. Faço eco à expressão “ser o melhor”, de modo mais lento do que ele a havia enunciado. Pondera então que era uma forma de o pai incentivá-lo, juntamente a seu irmão, cúmplice do discurso idealizado do pai.

Após uma pausa, se indaga sobre qual nome usar em sua carreira profissional. Conta que pensara em usar somente o nome da mãe, mas seu irmão o alertara para o pesar que isso traria ao pai, fazendo-o reconsiderar a situação e passar a mencionar seus dois sobrenomes, que, porém, lhe traziam uma sensação de algo insosso, sem sonoridade. Era como se não tivesse um

»  
*a angústia de aniquilamento  
em meio a uma travessia entre o  
imperativo paterno e o possível  
se mostrou pungente*

nome que fosse seu, no qual se reconhecesse. Comento então que, na equação que montara, as alternativas previam ora a genialidade, ora uma condição insossa, sem som ou nome próprio, com o que ele concorda e reafirma: “parece que eu estou aí, entre um e outro”.

A angústia de aniquilamento em meio a uma travessia entre o imperativo paterno – ser genial, o melhor – e o possível – adquirir um nome próprio, que não fosse apenas o nome de um personagem a ser representado, numa encenação forçada – se mostrou pungente. Por outro lado, era a sustentação da incerteza na travessia a ser realizada, acompanhada pela angústia que ali vagueava, que permitia ao sujeito se fazer presente. Não se tratava somente da incerteza do ponto de chegada do trabalho de análise, mas também da incerteza da travessia adolescente, para este sujeito, frente ao desafio de se descolar dos desígnios parentais e anunciar um nome que lhe seja próprio, um som no qual se reconheça.

Do lugar de escuta que ocupei (e ocupo), manter-me inquieto frente à minha própria posição foi a condição necessária para acompanhar aquele que precisava duvidar daquilo que lhe era apresentado como único caminho cabível. Foi preciso experimentar a dúvida, a fim de escapar da imobilização narcísica e criar espaço para o possível, a partir do qual *errar* por entre diferentes veredas era o caminho necessário para construir uma narrativa com voz própria.

**Referências bibliográficas**

- Attias-Donfut C. (1996). Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et Sociétés*, vol. xxviii, n. 1. Montreal: Presses de l'Université, p. 13-22.
- Dubet F. (1996). De jeunesse et des sociologies. *Sociologie et Sociétés*, vol. xxviii, n. 1. Montreal: Presses de l'Université, p. 23-35.
- Eisenstadt S. N. (1976). *De geração a geração*. Trad. S. P. O. Pomerancblum. São Paulo: Perspectiva.
- Matheus T. C. (2007). *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ruffino R. (1993). Sobre o lugar da adolescência na Teoria do Sujeito. In: Rappaport C. R. (org.) *Adolescência – abordagem psicanalítica*. São Paulo: EPU, p. 25-58.
- Schindler N. (1996). Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: Levi G.; Schmitt, J.-C. (org.) *História dos jovens*. Trad. C. Marcondes, N. Moulin, p. Neves. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, p. 265-324.

**The analyst confronted to the unrest of teenagers**

**Abstract** This essay debates the analyst role, when the subject that goes to the clinic is involved with the adolescent issue, and not directly affected by the adolescence phenomenon. It defends the theory that due to the adolescent anxiety it is necessary for the analyst to have availability to conduct an inquiry about his own position at the transference relationship, which is illustrated by a clinic case.

**Key words** adolescence; the analyst role; clinic; subject.

Texto recebido: 04/2008

Aprovado: 09/2008

# O buraco da fechadura

Rodrigo Blum

**Rodrigo Blum** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, atuando no Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise. É terapeuta da instituição Projetos Terapêuticos.

**Resumo** Este artigo analisa a experiência fundante do olhar na constituição do psiquismo, bem como seu lugar no fetichismo. Investiga também em que medida as diferentes relações objetais estabelecidas pelo sujeito, pela via do que é visto e encoberto, determinam o processo de construção de uma intimidade neurótica ou perversa.

**Palavras-chave** perversão; olhar; técnica da intimidade.

Eu te via: você poderia estar presente, mas faltava exatamente a qualidade da presença; o aroma da duração. Você estava ali mas isto era apenas um inexorável a mais, um nada acrescido e infiltrado em outro nada.<sup>1</sup>

## A curiosidade

O prazer em ver talvez seja um dos mais antigos prazeres do ser humano. Assim como o tocar, o prazer decorrente do olhar é fundamental na constituição psíquica e na excitação libidinal do sujeito. Desde muito cedo, a criança é estimulada pelo toque, pelo cheiro e pela visão da mãe, ainda que nebulosa. Mas os prazeres decorrentes da fonte do olhar não se restringem ao que é visto: funcionam também como fonte de fantasias. É através do que é visto e do que é fantasiado que o sujeito constitui seu imaginário, bem como suas representações simbólicas.

Antes de tratar daquilo que é encoberto e, por esta mesma razão, fonte de curiosidade, vamos examinar aqui o prazer de ver, ou escopofilia. Que a visão é uma fonte poderosa de prazer desde os primórdios da humanidade, parece não haver dúvida. Sabemos que os homens são constantemente alimentados por esse órgão dos sentidos e que esse é, talvez, o caminho mais direto para as coisas do mundo. O olho e seu poder de absorver o que está sendo visto, como diz Leonardo da Vinci<sup>2</sup>,

<sup>1</sup> J. G. Pessanha, *Sabedoria do nunca*, p. 88.

<sup>2</sup> L. da Vinci, *apud* M. Chauí, "Janela da alma, espelho do mundo"; p. 31.



*a curiosidade infantil tem,  
portanto, o papel fundamental  
de alimentar o não-visto  
e, conseqüentemente,  
o não-dito*

68

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

é janela do corpo humano, por onde a alma especula e frui a beleza do mundo, aceitando a prisão do corpo que, sem esse poder, seria um tormento. [...] Ó admirável necessidade! Quem acreditaria que um espaço tão reduzido seria capaz de absorver as imagens do universo? [...] O espírito do pintor deve fazer-se semelhante a um espelho que adota a cor do que olha e se enche de tantas imagens quantas coisas tiverem diante de si.

Se no Renascimento já se podia dizer tanto sobre aquilo que o olhar produzia, o que dizer da contemporaneidade, quando estamos na chamada era das imagens?

Pois sim, a visão ganhou poder de sedução e se elevou a níveis grandiosos no mundo contemporâneo, bem como é responsável por uma ditadura da escopofilia. Se, anteriormente, o olhar e o prazer no que se via ganhavam contornos contemplativos, reflexivos e até mesmo desveladores, hoje, ao contrário, o lugar da privacidade e do encoberto está quase que totalmente suprimido.

Mas se o prazer de ver é inerente ao sujeito, o desejo pelo proibido ou pelo escondido também o é. Assim, ao mesmo tempo que o sujeito se constitui pelo que lhe aparece, é também constituído pelo que deseja descobrir ou ainda pelas fantasias que fabrica com o não-sabido. É a partir da curiosidade da criança sobre a origem dos bebês e seu poder de criar fantasias

sobre essa origem que se dá um dos processos mais importantes na constituição psíquica dos sujeitos: o complexo nuclear da neurose. Ou seja, é pelo interesse das crianças sobre a sexualidade dos pais que tem início o processo de castração e de elaboração da própria identidade. Portanto, para dar conta de uma curiosidade e de um não-saber, as crianças iniciam um importante processo de descobrimento e amadurecimento acerca da sexualidade. Para tanto, usam de um artifício fundamental para a constituição da neurose, que é a fantasia. Ao investigar a origem dos bebês, e, por conseguinte, o significado das diferenças sexuais, as crianças lançam mão da criatividade e do poder de fantasiar teorias próprias. Examinando aquilo que chamou de teorias sexuais infantis, Freud<sup>3</sup> demonstra que tais teorias contêm noções como a indiferenciação completa dos sexos, a presença de um pênis materno, o coito sádico e o parto anal. Todo esse processo de criação imaginativa desencadeado pela curiosidade infantil é de fundamental importância para percurso de maturação psicosexual da criança. É por meio da dúvida e da curiosidade que se dará o trabalho de elaboração psíquica acerca do processo de constituição subjetiva, sobretudo do trabalho com a castração.

A curiosidade infantil tem, portanto, o papel fundamental de alimentar o não-visto e, conseqüentemente, o não-dito. Seu objeto é a intimidade dos pais, que intriga e alimenta na criança o trabalho psíquico de tentar desvelar o seu próprio desejo. A intimidade e a privacidade dos pais provocam-na no que ela tem de mais importante: sua origem e o lugar do sexual no desenvolvimento. Portanto, é por se perceber excluída da intimidade dos pais que a criança tem a chance de se constituir como sujeito desejante e, claro, ir em busca de uma relação de intimidade adulta. A privacidade parental constrói a privacidade da criança e é o motor da estruturação edípica. A falta de privacidade é sempre traumática para uma criança.

## A intimidade

A idéia de intimidade ganha força na noção de privacidade e, sobretudo, na possibilidade de enxergar o outro. Assim, a intimidade que possibilita a curiosidade é, para Freud, o princípio fundamental para o desenvolvimento da neurose e para o complexo de castração. Mas o que estamos chamando de intimidade?

Em primeiro lugar, a intimidade tem origem na idéia de alteridade. Ou seja, para entender o que é íntimo, é fundamental aceitar a alteridade. Assim, voltamos a pensar no poder do olhar; porém aqui estamos tratando da capacidade de ver o outro nas suas diferenças. Portanto, a possibilidade de intimidade brota da necessidade de o sujeito poder se perceber limitado, ou, se preferirmos, castrado. Novamente, estamos falando da intimidade como fruto do processo de castração, ou seja, estabelecer uma relação objetual de intimidade pressupõe certo desenvolvimento sexual.

A intimidade pressupõe o conflito; constitui-se pela diversidade e, sobretudo, pelo desejo de falta. Assim, falar em intimidade significa falar em incompletude e, é claro, em não-saberes. A intimidade remonta à cena edípica: a curiosidade infantil sobre a sexualidade dos pais e o significado do casamento ganha uma ressignificação fundamental. Os pais deixam de ser o objeto do desejo, e o filho pode então deslocar-se da cena primária, que o engendrou, para vir a ser o sujeito de uma outra cena íntima que pressupõe, agora, a procura e o encontro de um outro. O momento de intimidade adulta é o encontro com o objeto de desejo pós-edípico, que substitui o objeto primário. Esse processo de intimidade implica uma entrega a um outro, mas não mais uma cumplicidade totalitária. O outro se constituiu na diferença e, assim, continua a existir nessa relação de intimidade; seus desejos fazem parte do universo íntimo. Assim, uma re-

3 S. Freud (1908), "Sobre as teorias sexuais das crianças".

4 M. Khan, *Alienación en las perversiones*, p. 23.

5 M. R. Kehl, "Masculino/feminino: o olhar da sedução", p. 23.

»  
*os pais deixam de ser o objeto  
do desejo, e o filho pode então  
deslocar-se da cena primária, que o  
engendrou, para vir a ser o sujeito  
de uma outra cena íntima*

lação de intimidade só pode acontecer na pressuposição da castração de ambos os parceiros, sendo a própria condição para a existência das fantasias conjuntas. Pode parecer um paradoxo, mas a intimidade só pode existir se o outro puder faltar. É o que Masud Khan<sup>4</sup> afirma, ao comentar a importância que Freud deu às experiências auto-eróticas na sexualidade infantil:

a intimidade não é uma simples repetição regressiva ego-sintônica do auto-erotismo infantil. É um auto-erotismo a dois, uma reprodução planejada de práticas masturbatórias entre duas pessoas, destinada a compensar essa insuficiência do cuidado materno que constitui o requisito prévio do auto-erotismo e do narcisismo infantil.

## O perverso e a intimidade

O que se diz de imediato sobre a sedução é que é um jogo. Caçada silenciosa entre dois olhares; captura numa rede perigosa de palavras. Jogo arriscado e fascinante – angústia e gozo – onde o vencedor não sabe o que fazer de seu troféu e o perdedor só sabe que perdeu seu rumo: um jogo cuja única possibilidade de empate se chama amor.<sup>5</sup>

Pensar em intimidade e perversão significa analisar o vínculo que o perverso estabelece com o objeto. Para compreender a intimidade do per-



*para o perverso o outro  
não é qualquer outro;  
ao contrário, é fundamental  
que o casal seja constituído  
por duas subjetividades*

70

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

verso é necessário, antes de mais nada, refletir acerca do que sugere a intimidade na estrutura perversa. Para isso cabe colocar uma questão fundamental: o que faz com que o perverso estabeleça uma relação de intimidade? Ou ainda: que tipo de intimidade caracteriza a relação perversa? O que realmente significa falar em intimidade na perversão?

Antes de entrar no contexto da intimidade perversa, é importante analisar mais de perto o horizonte amoroso para o qual o perverso lança seu olhar. Para falar em amor no perverso é preciso considerar que esse laço afetivo tem um caráter discursivo. Temos aqui uma diferença marcante do traço perverso. De acordo com Clavreul, “o perverso aborda ou pretende abordar um discurso sobre o amor e mais nada, quer faça uma obra literária quer faça análise”<sup>6</sup>. É sob esse espectro que o perverso lançará sua busca ao outro.

Assim, para o perverso o outro não é qualquer outro; ao contrário, é fundamental que o casal seja constituído por duas subjetividades. É na procura de um vínculo ambíguo que está a trama fundamental para o encontro perverso. A ambigüidade do vínculo é marcante no casal perverso, a tal ponto de provocar um estranhamento quando de uma prolongada duração. Mas é aqui que a perversão se mostra ainda mais presente, ou seja, é na durabilidade de um vínculo sustentado na ambivalência que temos a prova de que a relação perversa se apóia em

um contrato. Assim, é com base num tipo de contrato bastante peculiar que temos o que podemos chamar de vínculo perverso, ou, ainda, intimidade na perversão.

Talvez este seja um indício do estranhamento e da sedução que provocam as relações perversas ao olhar neurótico. E aqui vale uma pausa para entender por que o perverso estabelece um tipo de contrato pautado pela disparidade e apoiado no segredo.

O segredo toma um caráter fundamental nessa relação contratual; é a própria chave do jogo sedutor do perverso. Porém, o fato de essa prática restringir-se aos parceiros da cena não significa que a fantasia de um terceiro esteja ausente. Ao contrário, a ausência desse terceiro, que marca paradoxalmente sua presença como espectador, é peça fundamental nesse contrato. Não se trata de uma presença simbolizada pela inscrição psíquica, como na neurose, mas de uma presença compromissada com a cena perversa. Esse ausente é o excluído da cena em si mesma, mas que a ela deve ficar atado numa cumplicidade; é a figura a quem se nega a alteridade propriamente dita, a quem cabe o papel de observador responsável pela constatação do segredo.

Sobre essa figura, afirma Clavreul<sup>7</sup>:

Esse terceiro, que está necessariamente presente para assinar, ou melhor, endossar a autenticidade de um vínculo amoroso normal, deveria ser excluído aqui, mais exatamente presente mas numa posição tal que ele fosse necessariamente cego, cúmplice ou impotente. É por isso que a ruptura de um vínculo perverso é bem diferente da ruptura de um vínculo amoroso. Pois no último fala-se de sofrimento, de infidelidade de um parceiro, de usura do tempo, e o único papel do terceiro é registrar o fracasso. No primeiro, para o perverso, visto que apenas o segredo diante dos terceiros constitui o próprio fundamento do contrato, não será nem a infidelidade, nem o sofrimento ou a indiferença de um dos parceiros, nem a usura do tempo que acarretará a ruptura. A ruptura será constituída da denúncia do segredo, da sua participação a terceiros, do escândalo.

A singularidade do casal perverso reside no fato de os parceiros preservarem o desconhecimento necessário sobre o outro. Assim, cada um dos envolvidos torna-se cúmplice do jogo do outro, estabelecendo um jogo erótico seguro. O erotismo se processa na ignorância ou, ao menos, no fingimento do objetivo do parceiro. Dessa maneira, o gozo e a angústia aparecem como realização comum de um desejo desconhecido. É nesse mútuo desconhecimento que se instala uma das características primordiais para o encontro do jogo íntimo da perversão. Negligenciar o objetivo do outro e, conseqüentemente, o próprio outro, marca a busca do prazer perverso. Assim, o cerimonial perverso é marcado por um segredo que, apesar da sua fragilidade, é a garantia ilusória de encontrar o não-sabido. Como descreve Jean Clavreul<sup>6</sup>,

os casais perversos não deixam de se vangloriar de ficarem, após tantos anos, tão emocionados e terem tanto cuidado um com o outro quanto se encontrassem pela primeira vez. Deve-se dizer que todos os dias eles fazem o que é preciso para renovar a ilusão. E citam naturalmente como prova do amor que um tem pelo outro o respeito que têm pela intimidade, pelo segredo, pela liberdade do outro.

Para Robert Stoller, é esse o ponto crucial da perversão: o contrato perverso é a solução para intimidade. Para ele, a cena perversa é mais do que a recusa da castração: trata-se da manutenção da identidade sexual ameaçada. Mas é na caracterização da cena e da impossibilidade de estabelecer intimidade que sua teoria ganha ainda mais força. Se a cena perversa é a fantasia atuada do desejo de ferir ou danificar o outro na forma erótica do ódio, a intimidade insuportável lança o perverso no desafio de transformar os sujeitos em personagens de um

6 J. Clavreul, "O casal perverso", p. 116.

7 Idem, p. 119.

8 Idem, p. 119.

9 Apud C. A. Peixoto Jr., *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*, p. 233.

»  
*a recusa do perverso recai  
na necessidade do fetiche e na  
manutenção de uma cena onde  
a recusa da castração  
toma um lugar cristalizado*

teatro "perversista" ou escolher objetos eróticos inanimados como no fetichismo. Diz Stoller<sup>9</sup>:

A perversão para mim é a solução para o fracasso da intimidade – a qual, é segundo um preconceito que me é pessoal, uma coisa boa (a intimidade é deixar uma pessoa ser, como diz Hannah Arendt). O indivíduo não perverso não tem medo, um pânico da intimidade, pois ele não teme que ela o leve a uma fusão que engoliria sua identidade. Poder-se-ia dizer, mais comodamente, que existe perversão quando um indivíduo utiliza um ato erótico no sentido de evitar a intimidade com toda a pessoa do outro, não somente com sua anatomia.

Se podemos afirmar que o fundamento da intimidade perversa é a maneira atuada de o sujeito perverso restabelecer um lugar onde o outro e a recusa não existem, então é fundamental entender a origem dessa montagem psíquica. Ainda que, para Stoller, a fabricação do cenário perverso não vise somente à recusa da castração, é o desfecho do conflito edípico o ponto crucial para entender o peculiar processo de intimidade na perversão.

Se a falta é o motor do desejo neurótico, a presença é a sustentação do desejo perverso. Assim, a recusa do perverso recai na necessidade do fetiche e na manutenção de uma cena onde a recusa da castração toma um lugar cristalizado. Portanto, o saber do perverso é constituído na recusa ao "não-saber", ou, se preferirmos, à recusa ao objeto de ilusão. A recusa, no perverso,



*o processo de composição  
da intimidade guarda  
toda uma técnica e um ritual  
fundamental para que a Lei  
possa ser burlada*

72

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

implica a impossibilidade de desilusão, ou ainda, a impossibilidade de renúncia à sexualidade edípica. Não há, portanto, uma contemporização para que o sujeito possa verificar se amou aquilo que conhecia e se pôde desejar aquilo que amava. O saber se torna absoluto, totalitário, cristalizado. Para reconstituí-lo é necessário algo que crie um campo de ilusão que garanta um lugar de saber, o campo da fetichização.

Para Freud<sup>10</sup>, o fetiche é o ponto de partida para a compreensão da perversão e, sobretudo, da origem do comportamento desviante. Para ele, o horror à castração estabelece a formação do lugar do fetiche como substituto à impossibilidade de o indivíduo perceber-se incompleto e à aversão aos órgãos femininos:

Podemos perceber agora aquilo que o fetiche consegue e aquilo que o mantém. Permanece um indício do triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela. [...] Na vida posterior, o fetichista sente desfrutar de ainda outra vantagem de seu substituto de um órgão genital. O significado do fetiche não é conhecido por outras pessoas, de modo que não é retirado do fetichista; é facilmente acessível e pode prontamente conseguir a satisfação sexual ligada a ele. Aquilo pelo qual os outros homens têm de implorar e se esforçar pode ser tido pelo fetichista sem qualquer dificuldade.

Essa é a ilusão criada pelo perverso quando monta sua cena ou seu campo de intimidade.

A ilusão de poder criar um lugar onde tudo se torna intocável e permanente. Onde a alteridade inexistente e o fracasso maturacional ganha o arranjo de uma ficção. É nesse momento que o outro é inserido na trama e torna-se cúmplice. É nessa armação estrutural que a intimidade ganha o caráter de técnica através da qual, segundo Masud Khan<sup>11</sup>, “o perverso trata de fazer saber a si mesmo e de anunciar e pressionar dentro do outro algo pertencente a sua natureza recôndita e ao mesmo tempo procura descarregar sua tensão instintiva de maneira compulsiva e exigente”.

O lugar que o parceiro assume nesse cenário não é peculiar, pois ele tem de existir, mas deve, simultaneamente, abandonar sua subjetividade ao longo do jogo erótico. No domínio do fetiche e da técnica da intimidade, é fundamental que isso aconteça, como condição para que o pano de fundo do cenário perverso se constitua. Segundo Clavreul<sup>12</sup>, “o essencial na ilusão é manter verossimilhança suficiente para que tudo seja marcante e angustiante, e inverossimilhança e fantasia o suficiente para que tudo isso possa ser interpretado no momento que se quiser como simples brincadeira com o qual não se é possível ficar melindrado sem cair no ridículo”.

Nesse sentido, o processo de composição da intimidade guarda toda uma técnica e um ritual fundamental para que a Lei possa ser burlada. É com a finalidade de garantir uma incidência do desafio e ao mesmo tempo a ilusão da recusa que a Lei aparece como alimento à técnica de intimidade. Para tanto, o clima emocional que envolve a conquista e a sedução na perversão constitui uma das verdadeiras habilidades do perverso. Faz-se necessário estabelecer uma situação fingida que, na maioria das vezes, implica a complacência de um objeto externo.

Contudo, o fracasso é elemento presente nas relações perversas. Apesar de o sujeito perverso alimentar constantemente a fantasia de que cada situação é nova e singular, o sentimento de frustração é acompanhado por uma insaciabilidade recorrente. A técnica de intimidade,

por mais obsessivamente cuidadosa que seja, guarda uma dose de frustração e dissociação. Assim, o próprio processo fetichista de intimidade alimenta o buraco da insuficiência afetiva do sujeito perverso. Como muito claramente define Masud Khan<sup>13</sup>,

o perverso não pode entregar-se à experiência e conserva o controle da situação escondendo, dissociando e manipulando o ego. Isto constitui, por vez, seu sucesso e seu fracasso na situação íntima. Este fracasso é o que alimenta a compulsão a repetir uma outra vez o processo. O ponto mais próximo do estado de entrega que pode alcançar o perverso na situação íntima é o que vivencia através das identificações sensoriais, visuais e táteis com o objeto. Em consequência, ainda que o perverso prepare e motive essa idealização do instinto que a técnica da intimidade aspira a satisfazer, ele mesmo permanece fora do clímax vivencial. Portanto, no lugar de uma gratificação instintiva ou de uma catexia objetal, o perverso continua sendo uma pessoa carente, cuja única satisfação é a que lhe proporciona a descarga prazerosa e o interesse intensificado do ego. Em sua subjetividade, o perverso é um *homme manqué*.

## Acting-out

Por fim amamos o próprio desejo, e não o desejado.<sup>14</sup>

A cegueira provocada pelo olhar fixado é a impossibilidade da intimidade. O olhar seduzido por um objeto inacessível, impróprio, intenso e traumático escurece a visão. A impossibilidade de fantasiar a intimidade dos pais e de produzir sintomas representa, para o perverso, a incapacidade de simbolizar. Dessa forma, seu mundo afetivo escurece e seu teatro é feito à maneira de sua habilidade e necessidade de atuação. Se a intimidade é algo aterrorizador, na medida em que todas

10 S. Freud, "Fetichismo", p. 157.

11 M. M. R. Khan, *op. cit.*, p. 21.

12 J. Clavreul, *op. cit.*, p. 134.

13 M. M. R. Khan, *op. cit.*, p. 22.

14 F. W. Nietzsche, *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*, p. 83.

15 F. C. Ferraz, *Perversão*, p. 88.

o atributo do acting-out  
é a luz que entra pelo buraco  
da fechadura. A intimidade técnica  
ganha um colorido excitante  
na possibilidade de o perverso  
atuar seu desejo

as luzes precisam ser apagadas, o ato perverso ganha visibilidade. O atributo do acting-out é a luz que entra pelo buraco da fechadura. A intimidade técnica ganha um colorido excitante na possibilidade de o perverso atuar seu desejo. Assim, é através do mecanismo do acting-out que ele forja para si uma identidade e sobrepõe o pensar em nome do agir. Esse funcionamento tem lugar marcante no seu funcionamento psíquico. É pela via da reatuação que o perverso se reconhece em suas vítimas. O essencial para o sujeito perverso só pode ser experimentado pelo outro. Em seu ato, ele é espectador de sua própria ação. Assim, o acting-out é cada vez mais importante na montagem psíquica perversa. De acordo com Ferraz<sup>15</sup>, "o acting-out permite ao ego reverter uma dificuldade intrapsíquica, projetando a tensão provocada pela necessidade sobre outra pessoa. Se o ego luta contra a entrega passiva, a projeção permite-lhe sentir o domínio ativo do impulso e do objeto, o que lhe proporciona alívio".

Pode até parecer pouco, mas, como diz a cultura popular: em terra de cego quem tem um olho é rei. O alívio que o perverso pode viver é fundamental para o tormento mental que carrega, ainda que seja quase improvável que isso seja admitido por ele. Não por acaso, o acting-out vem a ser uma busca compulsiva de satisfação. Ainda que não reconheça a falta, ele necessita de um ato que o alivie. Outro sentido para uma procura recorrente e compulsiva da atuação perversa



é a possibilidade, ainda que muito falseada e primitiva, de estabelecer algum tipo de comunicação com o objeto real. Isso pode ser considerado uma enorme conquista frente à solidão afetiva em que vive ele em seu quarto escuro. O acting-out talvez seja a única maneira encontrada para sair do enclausuramento narcísico. A atuação permite-lhe perpetuar imaginariamente ataques hostis ao objeto real. A montagem da cena perversa, por meio da técnica da intimidade, é a possibilidade de libidinização dos impulsos sádicos e agressivos vividos como incontroláveis.

Se o lugar do olhar toma sentidos distintos na constituição da perversão e da neurose,

não é diferente com o atributo da intimidade. O que atualmente pode ser entendido como íntimo certamente seria uma aberração no início do século xx. Assim, falar em intimidade e perversão seguramente depende do modo como se olha para o objeto em cena. No entanto, podemos afirmar que a intimidade depende necessariamente da curiosidade e que sua construção passa fundamentalmente pelo desejo de descobrir. O que a perversão tem de mais sedutor é o que a torna mais enjoativa. Curiosidade vira cumplicidade; e o buraco da fechadura se transforma em câmera de televisão.

#### Referências bibliográficas

- 74 Chauí M. (1988). Janela da alma, espelho do mundo. In: Novaes A. (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Clavreul J. (1990). O casal perverso. In: Clavreul J. et al. *O desejo e a perversão*. Campinas: Papirus.
- Ferraz F. C. (2000). *Perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud S. (1908/1996). Sobre as teorias sexuais das crianças. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 9.
- Freud S. (1927/1996). Fetichismo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 21.
- Kehl M. R. (1988). Masculino/ feminino: o olhar da sedução. In: Novaes A. (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Khan M. M. R. (1987). *Alienación en las perversiones*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Nietzsche F. W. (1992). *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Peixoto Jr. C. A. (1999). *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pessanha J. G. (1999). *Sabedoria do nunca*. São Paulo: Ateliê.

#### The keyhole

**Abstract** This article will attempt to analyze the role of sight in the creation of an individual's psyche, and its place in fetishism. It will also attempt to explain how different objective relationships established by the individual in terms of what is seen and what is hidden determines the process to create neurotic intimacy or perversion.

**Key words** perversion; to look at; technique of the intimacy.

Texto recebido: 04/2008

Aprovado: 07/2008

# O que será da atividade das crianças?

(Notas sobre a hiperatividade)

Silvia Grebler Myssior e Zilda Machado

**Silvia Grebler Myssior** é psicanalista, membro de Aleph – Escola de Psicanálise, Belo Horizonte (MG). Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina da UFMG (2005–2007).

**Zilda Machado** é psicanalista, membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano, Belo Horizonte (MG).

**Resumo** A questão discutida neste trabalho diz respeito ao surgimento cada vez maior de novos procedimentos avaliativos com a finalidade de administrar medicação psicotrópica a crianças de todas as idades, que apresentam um quadro do que se nomeou como *hiperatividade*. O que se espera do uso indiscriminado de tal medicação, um controle de comportamento? Esse é um assunto que preocupa o psicanalista que sustenta a clínica com crianças e adolescentes. Des-subjetivadas, elas não têm a chance de serem ouvidas em seus sintomas.

**Palavras-chave** hiperatividade; medicação na infância; psicanálise com a criança; sintoma.

A clínica sempre foi o terreno privilegiado de trocas e debate entre a Psicanálise e a Psiquiatria, já que esses dois saberes compartilhavam o mesmo campo psicopatológico. Entretanto, a transformação pela qual o saber psiquiátrico vem passando tem modificado a relação que a clínica psicanalítica mantinha com a clínica psiquiátrica.

Não é possível desconsiderar que a posição tomada por aqueles que trabalham com o paciente torna-se bastante problemática quando vem acompanhada do apagamento do sujeito, como uma parte da Psiquiatria tem feito atualmente. Quanto a isso, a Psicanálise toma uma posição discordante por recusar toda avaliação terapêutica que tenta reduzir a clínica aos comportamentos descritivos dos Manuais.

A hegemonia dos *Manuais Diagnósticos* (DSM III e IV) tem um enfoque operatório-unidimensional, sob forte influência da Psiquiatria americana, que se baseia no behaviorismo e na concepção biológica dos distúrbios psíquicos. Esses catálogos, numerados segundo os distúrbios, não levam em conta o sujeito, na medida em que não atendem a avaliação dos problemas psíquicos nem consideram a compreensão dos mecanismos clínicos de cada patologia. Produz-se, a partir dos manuais, uma clínica sintomático-descritiva que elimina as referências teóricas tanto da Psiquiatria clássica quanto da Psicanálise. Será que a clínica freudiana estaria deixando de interessar à Psiquiatria?<sup>1</sup>

Que leitura faz hoje um jovem psiquiatra quando confrontado com os distúrbios psíquicos tanto da neurose quanto da

1 S. Gross. “Le marché de la guérison et le médecin”.



*uma vez eliminado o sujeito de sua doença, o que resta é organizar os sintomas num sistema para indicar qual medicamento será mais adequado a esse ou àquele sintoma*

psicose? Faria sentido convidar um psiquiatra para nos esclarecer sobre a nosografia da neurose obsessiva (hoje denominada TOC), da fobia, da histeria, da psicose, ou estamos falando línguas tão diferentes que já não há interlocução?

Se o pensamento de um bom número dos psiquiatras apresenta-se unificado pelo método escolhido como um consenso, supõe-se que não tem havido necessidade de confrontação nem de discussão diagnóstica com os referentes da Psicanálise e da Psiquiatria clássica. Uma vez eliminado o sujeito de sua doença, o que resta é organizar os sintomas num sistema para indicar qual medicamento será mais adequado a esse ou àquele sintoma.

No âmbito geral da Psiquiatria biológica, observa-se um desinteresse pela Psicanálise. Vemos as neurociências tentando nivelar o psíquico a neurotransmissores, propondo um adestramento de fora para dentro. Ou de dentro para fora com a medicação. O diagnóstico que se atém à semiologia faz um corte transversal que enfoca o contexto do momento, mas omite as questões que marcam o sujeito na construção de sua singularidade.

Mais que isso, os manuais ou catálogos (DSM – CID 10) não deixam de ser uma resposta da Psiquiatria biologizante à economia de mercado. Neles transmite-se a idéia de que na medicação se encontram as soluções para o que aflige o sujeito, criando-se, ao preço de desconhecê-lo, uma inquietante ideologia. É por outra via que a Psicanálise aborda essa questão. Embora possa haver casos em que a medicação seja pertinente, seu uso indiscriminado é extremamente danoso.

Diante das tentativas do apagamento do sujeito pela medicação, cria-se um paradoxo, porque o sujeito do inconsciente insiste: o que vemos na maior parte das vezes é um acirramento do sintoma, aquele mesmo ou outro, muitas vezes a doença orgânica ou impulsões nas quais o sujeito se apresenta diretamente, sem mediação psíquica.

A questão de maior complexidade que essa corrente da Psiquiatria atual encampa – e é o que queremos discutir neste trabalho – diz respeito à clínica com crianças. A cada momento, surgem novos procedimentos avaliativos com a finalidade de administrar medicação psicotrópica a crianças de todas as idades, tirando-lhes a oportunidade de se fazer escutar em seus sintomas. E esse é um assunto que preocupa os psicanalistas que sustentam a clínica com crianças.

O que se espera do uso indiscriminado da medicação psicotrópica na infância? Um controle do comportamento? Estaríamos sedando crianças em vez de ouvir suas questões, encobertas pelo sintoma? Haveria aí também o perigo de abrir para a criança ou para o adolescente uma via perigosa, que é buscar apagar o mal-estar através de uma substância química, ainda que no momento ela seja lícita, vendida em farmácia e receitada por um médico? Todas essas questões merecem ampla discussão.

Os distúrbios de ansiedade e de humor ocupam um lugar preponderante, e novas entidades clínicas têm sido amplamente divulgadas nos consultórios, em revistas especializadas e até mesmo na mídia. É assim que as fobias sociais, os transtornos obsessivos compulsivos (TOC), a hiperatividade (TDAH) têm ganhado cada vez mais visibilidade. A cada um deles corresponde um novo medicamento sempre saído da mais recente pesquisa que atesta sua eficácia.

Do ponto de vista da Psicanálise, o sintoma (que para alguns é um fenômeno observável que incomoda os pais e a escola) é fruto de um trabalho psíquico bastante elaborado, que aparece diante do mal-estar que acomete o sujeito e, no mais das vezes, tem a função essencial

de sustentar a estrutura do aparelho psíquico. Quando se trata de uma criança, um sujeito em constituição, ainda estreitamente ligado aos pais, o sintoma tem também outra função: enlaçar o par parental ou, em certos casos, responder diretamente à subjetividade (fantasia) da mãe. Portanto, o que está em jogo no sintoma é também a família, como a cena em que o sujeito se constitui, em que o drama edípico se realiza. A cena em que estão presentes os desejos inconscientes que a compõem e abrangem o *sujeito* (a criança); o *Outro* primordial (que faz a função materna acolhendo o sujeito em sua subjetividade, onde circulam os objetos pulsionais e se transmite a linguagem); a *função paterna* (que se aloja na maneira particular pela qual cada um pode ocupar a função do pai e o operador fálico que movimenta a estrutura).

Diante disso, já se nota que é grave medicar indiscriminadamente o sintoma, já que, ao tentar calá-lo, a droga tira o sujeito de campo. Ao amordaçá-lo, dificulta a mobilização de seus recursos para o trabalho psíquico.

Aos analistas que atendem crianças, soa de forma estranha o fato de se atribuir uma importância exagerada à hiperatividade da criança. Algumas apresentam certa instabilidade psicomotora, o que não justifica atribuir-lhes um rótulo nem inseri-las numa categoria diagnóstica. A ansiedade muitas vezes é diretamente descarregada no movimento e, embora possa ser um sintoma, seu significado é particular para cada sujeito e só é alcançado no particular de cada caso.

Assim, o psicanalista examina cada caso em que se apresenta a agitação, uma dificuldade de atenção ou de aprendizagem e o conduz de acordo com a singularidade de cada sujeito. Proceda a uma escuta das questões que a criança apresenta como sujeito e intervém se necessário for. Essa forma é diferente da avaliação e da intervenção da Psiquiatria biológica, para a qual a hiperatividade da criança constitui uma entidade clínica, freqüentemente observada e cujas conseqüências

2 S. Gross., *op. cit.*, p. 8.

»  
A partir de 1968, nos EUA,  
passou-se a considerar a síndrome  
hipercinética como sinônimo de  
distúrbio de aprendizagem

escolares e sociais são graves, portanto passíveis de intervenções para sua eliminação.

A partir de 1968, nos EUA, passou-se a considerar a síndrome hipercinética como sinônimo de distúrbio de aprendizagem. Nos anos 1970, a prioridade recaiu sobre as dificuldades de atenção, associadas a *deficits* perceptivos e cognitivos para justificar o quadro da hiperatividade. A síndrome de *deficit* de atenção, com ou sem hiperatividade, foi substituída pelo transtorno do *deficit* de atenção e hiperatividade (TDAH), descrito como um modo persistente de desatenção e/ou hiperatividade/impulsividade. Chama-nos a atenção que o lugar reservado no DSM IV (1995)<sup>2</sup> para essa síndrome, nomeada de *distúrbio de atenção/hiperatividade*, seja o mesmo reservado para os distúrbios do desenvolvimento referentes à psicose infantil. Ao psicanalista parece absurdo relacionar o diagnóstico de autismo e de psicose com os fenômenos ou comportamentos observados e nomeados como co-morbidades da TDA, ou seja, o *deficit* de atenção.

Segundo descrevem atualmente os psiquiatras infantis, o TDA, com ou sem hiperatividade, é um nome atual de um problema antigo que dificulta a vida de crianças, de suas famílias, das escolas e da sociedade. Temos assistido a um fenômeno que gostaríamos de trazer à discussão.

Muitos pais têm buscado no saber médico formas de controlar o filho, e educá-lo e adequá-lo ao esperado pela sociedade. De fato, exercer certo controle sobre o pulsional é papel da educação, como nos dizia Freud em seu texto “O mal-estar na civilização”. Na falta dessa função,



*o substrato anatomopatológico para a doença mental buscado pelas neurociências ainda não foi encontrado, mas incentiva-se cada vez mais a pesquisa sobre o mecanismo e a ação das drogas*

no entanto, vemos a medicação sendo buscada como uma maneira de *consertar*<sup>3</sup> a criança.

Atualmente nota-se também que não é pequeno o número de pais de crianças (em torno de sete anos) que têm sido chamados à escola por causa de comportamentos indesejados do filho. Muitas vezes os pais já saem desses encontros com o diagnóstico de que seu filho é hiperativo. Assim, eles têm sido compulsoriamente orientados a buscar a confirmação desse diagnóstico junto ao neurologista ou ao psiquiatra infantil, sob pena de a escola não se responsabilizar pela permanência do aluno em suas instalações.

Pois bem, cabe ressaltar que, até o momento, ainda não se conhecem as causas de tal síndrome e há uma profusão de publicações sobre a suposta ação dos psicoestimulantes receitados. As crianças têm sido regularmente medicadas com Ritalina e anfetaminas. O modo de administração dessas drogas não deixa de ser significativo: indica-se às crianças em idade escolar; geralmente fora do período de férias, de feriados ou fins de semana.

Cabe lembrar que o substrato anatomopatológico para a doença mental buscado pelas neurociências ainda não foi encontrado, mas incentiva-se cada vez mais a pesquisa sobre o mecanismo e a ação das drogas<sup>4</sup>. Em 2004, a Sociedade Americana de Pediatria organizou um estudo sobre o índice de possibilidade de atos impulsivos e suicídios em crianças e adolescentes. (Em inúmeros trabalhos se afirma que a Ritalina não deve ser usada em crianças depressivas ou psicóticas, pois sua administração exacerba comportamentos perturbados)<sup>5</sup>.

O deslizamento nas definições dessa síndrome indica claramente a ligação que se faz entre o educativo, o pedagógico e o médico. Um fato chama a atenção: preponderantemente no meio escolar, a criança passou a ser diagnosticada como hiperativa. Em muitos casos, por indicação da escola, os pais são convocados à consulta médica e, se medicada, a criança poderá se reintegrar à sala de aula. Já se começam a difundir manuais educativos para os pais de crianças hiperativas que recebem aconselhamento paralelo ao tratamento medicamentoso do filho. Além disso, inúmeros sites na Internet sugerem questionários diagnósticos.

Será que a TDAH não estaria se tornando um sintoma *escolar*, nem tanto da criança, mas da escola, na medida em que a instituição tem se tornado cúmplice do saber médico no que refere à medicação do sintoma da criança?

Sabemos que a escola tem um papel importante junto à família, justamente em uma de suas funções primordiais: a regulação, ou seja, em sua contribuição para o processo civilizatório. Freud aponta a importância da escola na vida de uma criança em seu texto “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”<sup>6</sup>, escrito em 1914, para a comemoração do jubileu da escola onde havia estudado. Ele nos mostra que a ligação do sujeito com seus professores é uma transferência de sua ligação com a figura paterna, com a autoridade, ou seja, o sujeito transfere para os professores a qualidade da relação que teve e tem com os pais. “O comportamento dos alunos para com os professores é o reflexo do comportamento com os pais, e comportamos com nossos colegas de escola como irmãos e irmãs”<sup>7</sup>, diz Freud. É essa relação, tal como a relação original com aqueles, também é ambivalente. Nesse texto Freud aponta a existência, na relação com os mestres, de um intenso amor e de uma grande idealização, características das experiências com o pai, porém adverte os educadores sobre o momento em que o sujeito faz descobertas que abalam as boas opiniões que tem sobre o pai e o reflexo disso na vida escolar.

Essa é uma passagem necessária a todo sujeito para apressar o desligamento da autoridade, adquirir crítica e sustentar outro posicionamento, mais autônomo, frente aos pais.

Assim, o que está em jogo no sintoma da criança tem a ver com todas essas questões, a partir de sua ligação com as figuras parentais. Poderíamos, então, dizer que em nosso tempo os sintomas apresentados na escola são outros, porque a família já não é a mesma?

Na sociedade contemporânea, vemos aquilo que Lacan apontou como o “declínio social da imago paterna”<sup>8</sup>, um fenômeno que acomete a família moderna, em que o pai já não encarna a lei como aquela figura de autoridade que lhe cabia outrora. E isso se reflete no âmbito social, na educação dos jovens, na transmissão de valores e, conseqüentemente, nas dificuldades com a lei. Esses efeitos atingem muito particularmente a escola, que sempre foi a parceira da família.

Mais pertinente ao esclarecimento do educador é a observação de Freud quando diz que, quanto mais avançava na experiência analítica, mais ele tendia a achar que o recalçamento precedia a repressão. Melhor dizendo: é o recalçamento que produz a repressão social. É o recalçamento que cria todas as formas de cultura e civilização, e isso é fruto das primeiras experiências do sujeito com as figuras parentais. Lacan pontua, inclusive, que a família e a própria sociedade são criações edificadas a partir do recalçamento inicial, e não o contrário, pois não é a repressão que cria a civilização.

Diante disso, colocam-se questões sérias: estaríamos assistindo a essa medicação da infância

estariamos assistindo a essa medicação da infância como expressão de uma impotência da escola em lidar com a transferência que lhe tem sido endereçada nos dias atuais

como expressão de uma impotência da sociedade, particularmente da escola, em lidar com a transferência que lhe tem sido endereçada nos dias atuais? A prática analítica demonstra bem que a relação do sujeito com o mundo é algo do particular: nada tem de natural nem de harmônica; é plena de percalços. Reconhece-se um mal-estar que faz parte da experiência da vida e com o qual é necessário conviver, sem que se possa sempre nomear como patologia as diferenças, as possibilidades ou os limites de desempenho de cada um. Pelo exercício de nossa prática em Psicanálise, sabemos o quanto a angústia na criança é estruturante para que ela possa se constituir. Pavores noturnos, medos, inibições, fobias, enfim, os sintomas precisam ser ouvidos, e não calados.

Um fato não tem sido incomum: pais solicitam à escola que ensine a seus filhos a importância da família ou tendem a delegar à escola o lugar da família. O pedido vem do próprio lugar, que tem sido falho em desempenhar essa função.

Estamos em um novo tempo. Entendê-lo e lidar com ele exige formas diferentes das descrições de comportamentos. Podemos nos abrir ao diálogo para encontrar caminhos em que os impasses e os sintomas recebam outro tratamento: em vez de calá-los ou suprimi-los, fazê-los falar para avançar em sua solução.

Como psicanalistas, concordamos que haja um *deficit* de atenção, que não se tem dado a devida atenção aos sintomas que as crianças manifestam. As crianças, mais do que hiperativas, estão sendo hipermedicadas.

Na clínica psicanalítica com a criança, encontramos-nos todos os dias face a face com pais

- 3 Para o controle da hiperatividade, existe uma medicação cujo nome é Concerta, Laboratório Janssen, Brasil.
- 4 B. Liseta, *Diagnóstico precoce em saúde mental*. Tese (Doutorado em Saúde Mental) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- 5 B. Janin, *Los niños desatentos y los hiperativos: algunas reflexiones*. Trabalho enviado pela autora, por e-mail, em novembro de 2007. Buenos Aires, Argentina.
- 6 S. Freud, “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar” (1914), p. 286.
- 7 S. Freud, *op. cit.*, p. 288.
- 8 J. Lacan, “Os complexos familiares”, in *Outros escritos*, p. 67.



angustiados com o desempenho de seus filhos, que fazem ou demais, ou de menos. Esses pais, convocados a se manifestar de um lugar a partir do qual não conseguem responder, expressam sua impotência e demandam ajuda. Alguma palavra do analista poderia encaminhar essas questões.

A Psicanálise nos ensina não apenas que é preciso deixar o sintoma falar para que se possa

escutá-lo, mas também que as tarefas de educar, analisar e governar sempre esbarram na dimensão do impossível. O que temos de levar em conta nesses ofícios é isto: estamos o tempo todo tentando tornar possível o que é impossível. Por isso mesmo, a criação e a invenção são instrumentos para estarmos à altura de viver num mundo em que nem garantias nem modelos prévios estão mais a nosso dispor.

#### Referências bibliográficas

- Blondet D. (2003). L'intérêt de la psychanalyse?, *Carnets*, Paris, EPSF, n. 43, p. 57-65, janv./fév.
- Caliman L. V. (2006). *A biologia moral da atenção: a constituição do sujeito* (des)areto. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Freud S. (1914-1924/1976). Prefácio à juventude desorientada de Aichorn. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 19, p. 341.
- \_\_\_\_\_. (1914/1974). Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 13.
- \_\_\_\_\_. (1991). L'intérêt de la psychanalyse. In : *Résultats, idées, problèmes*. Paris: PUF, t. 1.
- Gross S. (2000). Le marché de la guérison et le médecin, *Carnets*, Paris, EPSF, n. 32, p. 7-18, nov./déc.
- Lacan J. (1976). *L'éthique de la psychanalyse*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2003). Os complexos familiares. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

#### What will the activity of children become? (Notes on hyperactivity)

**Abstract** The question discussed in this essay concerns the appearance of newer evaluation procedures with the purpose of administering psychotropic medication to children of all ages who show signs of a condition entitled hyperactivity. What is expected of the indiscriminate use of such medication, a control of behavior? This is a subject that concerns the clinic psychoanalyst of children and teenagers. De-subjected, they have not the chance to be heard in their symptoms.

**Keywords** hyperactivity; childhood medication; children psychoanalysis; symptom.

Texto recebido: 11/2007

Aprovado: 06/2008

# A família entre a cultura e a subjetividade atual: o papel do amor<sup>1</sup>

Gisela Haddad

**Gisela Haddad** é psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pela Unimarco, Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autora do texto “Amor e fidelidade: sobre a vida amorosa na atualidade”, in Alonso, S. L., Breyton, D. M., Albuquerque, H., *Interlocuções sobre o feminino, na clínica, na teoria, na cultura* (Escuta, 2008).

**Resumo** Este trabalho pretende refletir acerca dos novos arranjos familiares, tema paradigmático na atualidade, relacionado ao futuro do que se considera ser a base da organização social, responsável pela transmissão e inserção dos seres humanos na cultura. Através de uma visão histórica das mudanças socioculturais e os efeitos delas nas normas, valores e estilos de viver, tentaremos abordar as transformações ocorridas na construção das uniões conjugais e das novas maneiras de ser pai ou mãe.

**Palavras-chave** modernidade; família; amor; subjetividade; cultura.

O trabalho de Foucault é hoje uma referência para pensarmos a contextualização histórica e social da experiência humana e das verdades e crenças que dão sentido às relações dos sujeitos consigo, com os outros e com o mundo. Não sendo a subjetividade nem universal nem prévia, torna-se necessário analisar os mecanismos de sua construção dentro de determinada época para saber sobre a constituição dos estilos de existência, das estruturas sociais que sustentam os sujeitos e das relações de poder que os dominam. Para Foucault (1998)<sup>2</sup>, é sobre essas formas de poder que se produzem campos de resistência, que na modernidade concentram-se na esfera subjetiva. A psicanálise freudiana protagonizou uma leitura inédita e subversiva das experiências subjetivas de seu tempo ao dar sentido a sintomas psíquicos perturbadores, revelando um cenário de fantasias humanas nem sempre sensatas ou coerentes e desvendando um sujeito dividido entre seus desejos e as exigências e proibições de sua cultura.

Nas últimas décadas, a cultura ocidental foi palco de intensas mudanças e invadiu quase todos os setores da vida humana. Seus ícones passaram a ser temas de pesquisas de diferentes áreas de conhecimento, que não só reconhecem sua importância e sua permanente transformação, como buscam refletir sobre seus novos paradigmas. Tema privilegiado pela sociedade ocidental, a família, ícone cultural por excelência, tem sido alvo de estudos interdisciplinares que buscam constituir um saber a respeito de seu sentido e função na era contemporânea. Lugar especial no qual o bebê humano nasce, é

1 Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional sobre o Bebê, Nascimento – Antes e Depois – Cuidados em Rede, realizado no Rio de Janeiro em maio de 2008.

2 Além dos textos originais de Foucault, História da Sexualidade I, recomenda-se o texto de Bezerra Júnior “A retomada do futuro: tempo e utopia na subjetividade contemporânea” (2000).



*o modelo familiar  
que conhecemos surge  
em meio à euforia do projeto  
civilizatório iluminista, e teve  
em Rousseau seu maior  
idealizador.*

82

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

cuidado, satisfaz suas primeiras necessidades, efetua seus primeiros intercâmbios afetivos e é objeto de investimento amoroso, a família reúne um sistema de relações simbólicas e emocionais que lhe asseguram o lugar de importante núcleo de produção de subjetividade. No último século, este núcleo familiar viu-se atropelado por mudanças culturais importantes e por novas possibilidades que a ciência produziu.

Os avanços das biotecnociências foram responsáveis por uma reviravolta no processo da reprodução humana, provocando uma revolução no próprio conceito que designava até pouco tempo a união, reconhecida e apoiada pela sociedade, entre um homem e uma mulher com fins de criar e manter os filhos. Mudanças nos papéis tradicionais de pai e mãe, de homem e mulher, bem como na gestão da autoridade, na educação e transmissão dos valores e normas para as novas gerações produzem discursos às vezes alarmantes, às vezes nostálgicos, diante de um futuro que se apresenta incerto. Este texto pretende refletir sobre essas mudanças através da articulação entre a cultura e a produção de subjetividade na atualidade e analisar as regras e normas que hoje orientam e regulamentam a vida familiar ocidental e sua absorção de tais

mudanças. Para isso, partiremos de uma breve revisão da história da família moderna, ressaltando o valor do amor na constituição de um novo modelo familiar e de uma particular subjetividade que passa a existir a partir da Modernidade.

Após as revoluções burguesas do século XVIII, o espírito moderno apostou que a razão soberana igual para todos pudesse assumir o exercício de organizar as condutas e os consensos necessários ao convívio humano. Mas a tarefa de nos livrarmos das hierarquias pré-estabelecidas e exaltar o indivíduo como membro de uma humanidade comum se mostrou lenta e árdua, além de produzir inúmeros restos. O modelo familiar que conhecemos surge em meio à euforia do projeto civilizatório iluminista e teve em Rousseau seu maior idealizador. Tal projeto englobava uma proposta filosófica e política para a sociedade burguesa que pretendia fazer do amor apaixonado a base da construção da família, o que significava integrar a sexualidade ao amor e ao casamento. Bem recebida na época pelos literatos em geral, tal composição não só se alinhava aos anseios de autonomia dos indivíduos como previa um arranjo conjugal em que a sexualidade ganhava legitimidade. Mas a pesquisa realizada por Gay<sup>3</sup> sobre o século burguês denuncia como a imaginação da época vai ficar capturada pelo componente físico da vida erótica e das estratégias de conquista sexual, com suas promessas de êxtase. Para a sociedade burguesa de então, era necessário que a bandeira do amor servisse de norte para os excessos do sexo e não faltava literatura cuja finalidade era a de mostrar os destinos trágicos do apaixonamento quando este não se enquadrava na construção da família. O amor poderia incluir os suspiros do sexo, mas deveria seguir um percurso de sensatez e atender os compromissos de criação dos filhos, reprodução da família e formação do cidadão. Era este o cenário em que a dupla moral burguesa denunciada por Freud<sup>4</sup> expunha as limitações impostas pela cultura à satisfação sexual, principalmente das mulheres, chama-

das a privilegiar seu papel de mãe. A literatura romântica da época era pródiga em incentivar o amor como remédio aos excessos do sexo, prescrevendo destinos trágicos às paixões que se afastavam dos moldes previstos pela família burguesa. Grande parte dos romances narravam histórias de amor em que os sentimentos de angústia e de sofrimento vividos por seus protagonistas giravam em torno de um único objetivo: a realização do ideal de amor. Esse repertório literário se alimentava da idealização romântica do amor ao mesmo tempo que propiciava cenários de encontros e experiências amorosas cujas paixões e desesperos passam a colorir as fantasias humanas. As narrativas românticas se encaixavam na ideologia individualista em curso e ajudavam a criar uma interioridade psicológica com identidades fundadas em sentimentos íntimos, o que produzia uma subjetividade e uma experiência amorosa inédita. Nascia um novo conhecimento, uma ciência do homem, de suas particularidades e singularidades, expressa por uma nova linguagem, auto-referente, com sujeitos capazes de falar de si.

O amor romântico se consolida em um ideal reverenciado pela sociedade, suporte deste modelo de família e parte de um horizonte futuro da vida de cada um, uma aspiração poderosa que acenava com a possibilidade de uma felicidade humana terrena em contraposição aos antigos ideais religiosos. Também inaugura uma convivência familiar mais centrada em seu núcleo pai-mãe-filhos, transformando-se em uma fortaleza afetiva restrita, o que funda a vida privada e íntima, característica da era burguesa.

Como bem aponta Roudinesco<sup>5</sup>, os casamentos realizados por amor começam a apresentar, a longo prazo, um esgotamento do desejo e um desencantamento do sexo, dando

3 A experiência burguesa – da Rainha Vitória a Freud, vol. 2, A paixão terna, p. 47.

4 S. Freud, “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna”, p. 180.

5 E. Roudinesco, “A família em desordem”, p. 106.

6 P. Ariès, “História social da criança e da família”.

»  
*o amor materno passa a ocupar  
um espaço jamais conquistado  
anteriormente na história  
da humanidade, e seu  
corpo é alçado ao lugar  
de um paraíso originário*

margem ao surgimento de uma relação muito próxima entre mãe e filho. O bem-estar familiar gira em torno desse ninho e à mulher resta o papel de mãe que ganha as atenções e a reverência da sociedade. O amor materno passa a ocupar um espaço jamais conquistado anteriormente na história da humanidade, e seu corpo é alçado ao lugar de um paraíso originário. O ocidente passa a cultivar a imagem da Virgem Maria e de seu filho como símbolos da maternidade. Tal reverência à maternidade ajuda a incrementar a figura mitológica da *sagrada família* moderna e, de mãe para filha, o modelo materno adquire uma áurea própria: ao se casar e ter filhos, a mulher se despoja de sua humanidade, recebe o cetro e a coroa e desfruta de seus poderes maternos. Aos poucos a mulher-mãe se torna condição de sobrevivência, indispensável ao desenvolvimento e à educação dos futuros homens. Mas se a influência materna passa a ser decisiva para a criança, os desvios e falhas infantis passam a ser fracassos de sua função de mãe.

Estamos diante do momento histórico<sup>6</sup> em que a infância moderna se instala em um composto entre a idéia de um tempo feliz protegido pelo amor dos pais, mas principalmente pelos cuidados de uma mãe amorosa, e a preocupa-



*nascida no caldo cultural  
moderno, a psicanálise passa  
a desvendar este particular contexto  
familiar e a complexidade  
das subjetividades  
de seus membros*

84

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

ção social em produzir cartilhas e especialistas que preenchessem quaisquer limites ou insuficiências da vida familiar. É assim que no plano social inicia-se a interferência pública nos cuidados e proteção à criança, promovendo o desenvolvimento de uma infinidade de setores que, de forma gradual, passam a oferecer saberes considerados mais adequados ao desenvolvimento do futuro adulto.

Seguindo Foucault<sup>7</sup>, a organização patriarcal da sociedade, herança do poder soberano, que mantinha a hierarquia entre os gêneros, passa a conviver com uma nova maneira de poder, um poder disciplinar, mais coerente com a ideologia de liberdade, igualdade e autonomia do individualismo social em andamento. Tal poder se dispersa pelos múltiplos setores da cultura (mídia, publicidade, escola, empresa etc.) e subverte o permitido e o proibido, estimula o sexo e os prazeres e funda novas regras e normas de controle sobre a vida dos indivíduos. É esse biopoder que vai lentamente invadir a vida privada familiar, oferecendo alternativas de cuidados *mais adequados e saudáveis* para seus membros. As normas e os valores patriarcais perdem sua potência na medida em que o indivíduo passa a ser o objeto de novas estratégias políticas

que visam proteger e melhorar as condições da vida de cada um. Novas normas e parâmetros são fixados, novas verdades e estilos de viver aos quais os indivíduos precisam se ajustar para serem reconhecidos, aceitos e desejados.

Na intimidade da família nuclear, o amor se mantém como item importante na constituição e na regulação das relações entre os homens e as mulheres, mas também se articula a um estreitamento do vínculo entre a mãe e a criança e inaugura um prolongamento do ideal de amor e felicidade irrealizável na aspiração de um tempo feliz e perdido. Os filhos passam a representar a esperança da realização da felicidade almejada pelos pais. O amor dos pais a seus filhos sustenta-se nesta possibilidade de vê-los transformarem-se na imagem de felicidade idealizada por eles. Surge assim um circuito amoroso fundamental para a subjetividade moderna.

Além da infância, o casamento entre o amor parental narcísico e o individualismo moderno produz outro fenômeno social importante, a adolescência, que surge no pós-guerra como depositária idealizada dos atributos de coragem, alegria e esperança e inaugura um tempo em que a felicidade, o prazer e a boa vida serão admitidos e depois incentivados, entre a infância e a idade adulta<sup>8</sup>.

Nascida no caldo cultural moderno, a psicanálise passa a desvendar este particular contexto familiar e a complexidade das subjetividades de seus membros, ao revelar os bastidores conflituosos das relações entre mãe, pai, filhos e filhas e o lugar privilegiado das funções parentais na constituição do psiquismo humano. O momento amoroso da infância, graças aos cuidados e reverência dos pais, passa a ser considerado de suma importância para a emergência psíquica do bebê, mas é esperado que ainda no seio familiar ele possa ser confrontado com sua humanidade: aceitar não ser rei, não ser único e nem desfrutar da exclusividade amorosa que imaginava. Tarefa das mais difíceis, será entre a ameaça de perder e o desejo de obter novamente este lugar privilegiado e exclusivo, que a criança

deverá abrir mão desta importante ilusão de ser amada incondicionalmente para dar lugar às infinitas condições a que ela terá de se submeter mas que tentará evitar. É nesse jogo amoroso singular que ela construirá sua subjetividade. A lembrança desse amor incondicional imaginado permanecerá na aspiração de um reencontro amoroso futuro. O ideal de amor romântico se incorpora à subjetividade moderna, fundando um ideal para o eu<sup>9</sup>. Sabemos o quanto, ao longo do último século, a sociedade ocidental tornar-se-á militante do amor, cujo argumento revolverá normas, valores e leis.

À medida que aumentam os saberes sobre o humano, as funções parentais tornam-se maiores e mais complexas. Além de se responsabilizar pelo fato físico do nascimento, os pais devem reconhecer sua criança, dar-lhe um nome e uma filiação, cuidar de seu sustento, educação e saúde, proporcionar-lhe um espaço de convivência em que sua subjetividade se constitua e cumprir a função simbólica de transmissão dos valores, normas e interditos da cultura.

Embora essa célula familiar moderna assuma um papel primário na transmissão da cultura e das gerações, ela é ao mesmo tempo fonte de normalidade e das piores patologias, o que faz com que as funções parentais se tornem cada vez mais alvo de cuidados públicos. Do ponto de vista social e ao longo do tempo, tais funções migram gradualmente do espaço privado ao público. Na tentativa de manter esse modelo idealizado, a família se torna um centro irradiador de demandas de estudos e pesquisas que visam conhecer suas características e especificidades para criar todos os tipos de serviços, cuidados e proteção que garantam seu bem-estar, ou técnicas e projetos que auxiliem o desenvolvimento de seus membros.

Essa passagem da função da parentalidade ao espaço público acontece em concomitância

7 M. Foucault, *op. cit.*

8 C. Calligaris, *Adolescência.*

9 G. Haddad, *Reflexões sobre a manutenção do ideal de amor romântico na atualidade: um estudo sobre a fidelidade conjugal.*

»  
*o ideal de amor e sexo  
não cessa de alimentar o imaginário  
cultural e se mantém ansiado  
por homens e mulheres*

ao desenvolvimento das ciências e de outros saberes que passam a assumir parte das funções de cuidados dos infantes, e de leis que garantem à criança esta tutela ou cobram dos pais seus deveres e obrigações. Ao ser invadida pelo olhar público, a estrutura familiar burguesa revela seu avesso e sua fragilidade. Em meio à movimentação dos setores da sociedade que buscam corretivos, a psicanálise segue revelando seus descompassos. Por ser uma sociedade centrada na autoridade patriarcal, as leis de recato sexual tinham o objetivo de regulamentar principalmente a vida erótica das mulheres, já que qualquer exposição de sua sensualidade era motivo de desconforto. Além de serem mães por *vocação natural*, seus desejos sexuais deveriam ser limitados pelas vicissitudes desta função. Ao escutar as histéricas, Freud desvenda uma subjetividade que não confirma tal *natureza feminina*.

O ideal de amor e sexo não cessa de alimentar o imaginário cultural e se mantém ansiado por homens e mulheres. Tal fato contribui para o surgimento de novas perspectivas para se questionar as maneiras de amar, as transformações do erotismo, as práticas sexuais condenadas, a prostituição e as restrições impostas aos sexos. A psicanálise bebe desse momento



*no pensamento moderno,  
deveria caber a cada indivíduo  
construir seu próprio destino  
e seu próprio eu, rumo a um  
futuro que não dependeria  
mais dos deuses*

86

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

cultural e ajuda a retirar o tema da sexualidade dos bastidores da vida humana. Entre outras coisas, a falsa moral burguesa escondia o medo e a preocupação cultural com a incapacidade dos homens para gerenciarem o controle sobre seus impulsos sexuais e agressivos. Ainda que lentamente, começa a haver uma subversão das mitologias naturalistas da diferença entre os sexos, fazendo cair por terra o instinto maternal e a raça feminina. O tabu da virgindade feminina<sup>10</sup> revela o temor de ambos os sexos em relação à passagem da menina à sua condição de mulher sexuada. A preocupação social da época em adestrar o corpo e a sexualidade feminina para a procriação e para o casamento abrigava uma tentativa de evitar um excesso sexual perturbador e temido. Acresce-se a isso que a complexidade da relação dos homens com a figura da mãe-mulher, no melhor dos casos, produzia uma separação entre a mãe virgem e pura de um lado e a mulher sensual e sexuada de outro<sup>11</sup>.

No plano do conhecimento humano, o século XIX vivia um embate entre o legado das tradições e as rupturas a estas que não cessavam de se suceder. Reinava o pensamento crítico, as idéias de progresso e renovação e o desejo de se libertar do obscurantismo e da ignorância pela

difusão da ciência e da cultura em geral. Tal efervescência gerava a produção de discursos médicos, psicológicos, jurídicos, políticos e religiosos que pretendiam ora analisar ora criticar a convivência de valores antagônicos e moralistas ou criar novos discursos que respondessem aos alardes das mudanças reivindicadas pelas gerações que se sucediam às antigas.

Por seu lado, a psicanálise ampliava seus saberes sobre a construção de uma interioridade psíquica cujo personagem principal era a complexa e enigmática sexualidade humana, com destaque para seu papel no interior da família, na constituição psíquica da criança e dos conflitos vividos nas tramas amorosas da infância. O amor dos pais, tão reverenciado, precisava existir na justa medida entre os cuidados e a erotização do corpo infantil responsável pelo anseio de viver e ser amado, e certas rupturas de um estado fusional e primitivo com a mãe, que o auxiliassem a entrar no mundo simbólico e partilhado da cultura, carregando o legado das aspirações parentais e das crenças, ideais e proibições vigentes no discurso social. Nasce o sujeito dividido entre o que ele quer, o que ele teme e o que a cultura lhe permite e oferece. O conflito entre a necessidade de amparo e amor e o anseio de separação e independência ocupa o centro da constituição desta subjetividade moderna, uma *subjetividade amorosa*.

No pensamento moderno, deveria caber a cada indivíduo construir seu próprio destino e seu próprio eu, rumo a um futuro que não dependeria mais dos deuses. A aposta no futuro passa a significar uma aposta em novos sentidos para a existência humana que acenem com uma maior satisfação, prazer e conforto. A conquista desta individualidade autônoma dentro do círculo doméstico começa a se dar à medida que o poder familiar vai se restringindo e os interesses pessoais aumentando em consonância com uma exigência de simetria entre os pares conjugais. Aos poucos, as mulheres vão ganhando espaço público e, com o advento dos métodos anticoncepcionais, conquistam o direito ao amor livre,

ao aborto e ao divórcio. Homens ou mulheres, cada um se torna o único ou o principal regulador de suas práticas afetivo-sexuais, assumindo a liberdade para experimentá-las e gerenciá-las. Sem as amarras das regras de aliança, homens, mulheres, homossexuais ou não, começam a formar seus pares fundados somente em escolhas amorosas e mantidos por acordos e negociações. Tal liberdade incide tanto nas escolhas dos parceiros quanto nas decisões de interrupção das relações quando estas se mostram impossibilitadas de cumprirem os acordos estipulados.

Muda a realidade social, despontam novos modelos de convivência e novos repertórios de condutas. A formação dos pares conjugais torna-se independente do sexo ou da orientação sexual de cada um. Resultado de um movimento de desvencilhamento da tradição e das regras coercitivas sociais, ao manterem apenas o amor como eixo central de suas escolhas, estas novas parcerias inauguram uma nova ética e estética do convívio amoroso e embarcam em uma aventura incerta. Com relações amorosas mais efêmeras, os indivíduos passam a formar mais de um vínculo conjugal durante sua vida, o que altera a constituição dos agrupamentos familiares e a convivência entre os pais que geram e os que cuidam e os filhos legítimos ou adotivos.

Os métodos anticoncepcionais e a biogenética rompem a antiga junção casamento-sexo-procriação. A concepção não decorre somente do contato sexual. Não é mais necessário estar casado ou ter um cônjuge para ter um filho. As uniões homoafetivas não só têm o reconhecimento social como podem adotar filhos ou mesmo concebê-los e assumirem uma função parental.

A partir dos novos casamentos que cada um dos pares pode fazer e dos novos filhos desses novos casamentos, os núcleos familiares precisam receber os filhos de um ou ambos os integrantes de um novo par, provenientes de

10 S. Freud, "O tabu da virgindade".

11 S. Freud, "Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor".

»  
*os métodos anticoncepcionais  
e a biogenética rompem a antiga  
junção casamento-sexo-procriação.  
A concepção não decorre somente  
do contato sexual*

um vínculo anterior, promovendo a fusão de duas ou mais famílias às vezes com características e modos de vida diferentes. São códigos, regras e estilos de parentalidade diversos. Uma criança pode pertencer simultaneamente a mais de um grupo familiar e sua circulação entre eles pode ser constante e organizada ou irregular e informal. Alguns núcleos formam redes em que convivem ex-cônjuges, antigos e novos avós e tios, novos irmãos, enteados, padrastos e madrastas.

A filiação passa a não ser mais definida pelos laços sanguíneos, legais ou residenciais, e sim por uma filiação social ou sócio-afetiva, fundando um grupo doméstico cada vez que em uma casa se juntam o novo casal e os filhos de um, de outro ou de ambos. Ser pai ou mãe, ou exercer uma função de parentalidade, depende apenas de um comprometimento. O lugar do pai e da mãe não tem que ser necessariamente ocupado nem pelos pais legítimos nem por um homem e por uma mulher, assim como a *função paterna* ou *função materna* não implicam a presença de um homem e de uma mulher.

As relações familiares se horizontalizam e provocam maior proximidade entre as gerações nos modos de existir, desconstruindo as antigas



*na cultura atual, o amor  
se tornou o eixo central da vida  
e das escolhas dos indivíduos,  
e o ideal de amor romântico  
ganhou novas roupagens*

88

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

atribuições de poder e autoridade. Ao se tornar preferencialmente uma tarefa amorosa, o exercício da função parental impõe uma nova forma de convivência entre pais e filhos. O bem-estar dos filhos se torna um ideal importante para seus pais. Mais atenciosos, disponíveis e compreensíveis, o imperativo de amá-las que decorre da necessidade narcísica de vê-las felizes provoca não só angústia e culpa se o sentimento de seu amor for insuficiente, como enche os pais de incertezas em relação ao seu papel de transmissores de valores e normas, quando este exercício significa frustrá-los. Qualquer obstáculo real ou imaginário que se oponha ao ideal de felicidade imaginado para os rebentos causa desconforto quanto às direções das tarefas educativas ou a assunção da dessimetria da função parental. Por outro lado, o alto valor narcísico atribuído aos filhos cobra seu preço nas expectativas de que estes sejam perfeitos e sem falhas. Muitas vezes, por ocupar este lugar de espelho narcísico e de produção de satisfação para os pais, os filhos ficam sem um lugar de verdade, aquele que cada um precisa buscar para si no mundo adulto, das leis e normas da sociedade em que vive.

O individualismo social promove indivíduos autônomos necessariamente narcísicos, diz Calli-

garis<sup>12</sup>. Sua consistência subjetiva, mais livre das obrigações simbólicas e sem o peso da herança dos valores e tradições da família e da cultura, é fruto de contínuas tentativas de se manter desejável aos olhos dos outros. O momento narcisista de sua constituição subjetiva, definido como a condição em que toma a si mesmo como objeto de amor, fica vinculado a uma superestima parental. É ela que o faz especial, inteligente e desprovido de defeitos. Esse amor do narcisismo parental, produto de suas aspirações não realizadas (ideal do eu), será o responsável pela idealização que cada um fará de si mesmo – seu eu ideal. Instala-se um circuito amoroso em que o ideal de eu, como instância narcisicamente investida e voltada para os futuros interesses no mundo e na cultura, contém em sua origem o desejo de ser dos pais. É assim que o ideal de eu torna-se o meio pelo qual os indivíduos se relacionam mutuamente em busca de aceitação, reconhecimento e proteção. A tarefa amorosa da subjetividade atual se confunde com o esforço de cada um em coincidir com a imagem que possa satisfazer primeiramente aos pais e depois aos outros. Esta maneira de existir, ansiando ser amado e admirado pelos outros, cria demandas para que a cultura favoreça dispositivos que auxiliem a enfrentar a precariedade e a centralidade da presença deste amor. Diante das dores de amor, será necessário buscar saídas alternativas ao submetimento, à alienação ou à adição.

Na cultura atual, o amor se tornou o eixo central da vida e das escolhas dos indivíduos, e o ideal de amor romântico ganhou novas roupagens. Se no tempo de Freud<sup>13</sup> a cultura cerceava o indivíduo impedindo a satisfação de suas pulsões sexuais e agressivas, a sociedade atual cultua a liberdade individual como valor absoluto e hegemônico e estimula a busca do prazer. As formas de amar, sua ligação ou não com o sexo, com o casamento ou com a felicidade, fazem parte dos valores morais que na modernidade mantêm uma parceria exitosa com a literatura, o cinema e a música, os quais refletem e produzem repertórios amorosos (conjugais ou fami-

liares) e ajudam a compor o imaginário popular. Se a literatura romântica da era burguesa exaltava o amor a fim de evitar os excessos de uma sexualidade enigmática e temida, a incorporação do saber sobre o sexual, inclusive os difundidos pela psicanálise, permitiu à cultura contemporânea separar amor e sexo e despojar o amor de sua idealização anterior, ainda que apostando no seu valor de felicidade. O conflito entre pulsões sexuais e repressão cultural que produzia sujeitos inibidos e recalçados dá lugar a sujeitos que buscam o prazer sem culpa, mas oscilam entre potência e impotência diante dos múltiplos mandatos culturais com que deparam e que anseiam cumprir para serem reconhecidos.

A fabricação do sujeito moderno está intimamente ligada à sua singularização, base e convicção do individualismo como ideologia. As muitas dimensões do individualismo que se configuraram na época atual questionaram todo e qualquer constrangimento social, com destaque especial para as questões sobre a sexualidade e a autoridade patriarcal. Na contemporaneidade, a formação de pares conjugais e o exercício da tarefa parental elegem o amor como principal e às vezes único critério. É o amor dos pais que produz uma confirmação narcísica, promove a erotização do corpo e *inventa* a criança perfeita, a qual por identificação constrói seu eu ideal. É este eu que ela vai amar que dará uma representação de quem ela é e de quem é o outro. A orga-

»  
*a fabricação do sujeito  
moderno está intimamente  
ligada à sua singularização,  
base e convicção do  
individualismo como  
ideologia*

nização dos arranjos familiares e a relação entre seus membros incorporaram grande parte das descobertas feitas pela psicanálise neste século. Se, como diz Foucault<sup>14</sup>, é a subjetividade que se encarrega de interrogar os limites, os ideais e os restos que organizam as relações entre os indivíduos, talvez coubesse à psicanálise, que analisou regamente a subjetividade moderna do século anterior, desvencilhar-se de sua nostalgia e autorizar-se a encarar as mudanças, não como escombros irremediáveis de um modelo familiar idealizado, mas como novas possibilidades do viver humano.

12 C. Calligaris, *Crônicas do individualismo cotidiano*.

13 S. Freud, *op. cit.*

14 M. Foucault, *op. cit.*

## Referências bibliográficas

- Ariès P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio Janeiro: Guanabara.
- Bezerra Junior B. C. (2000). A retomada do futuro: tempo e utopia na subjetividade contemporânea. In: Jobim S. (org.). *Mosaico: imagens do conhecimento*. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2002). O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica. In: Plastino C. A. (org.) *Transgressões*. Rio de Janeiro.
- Biblioteca da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (1991). *Laço conjugal*. In: *Cadernos* (publicação interna). Porto Alegre, março.
- Calligaris C. (1996). *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Terra de ninguém: 101 crônicas*. São Paulo: Publifolha.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Quinta coluna: 101 crônicas*. São Paulo: Publifolha.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1996). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1908). *Moral sexual "civilizada" e doença nervosa moderna*.
- \_\_\_\_\_. (1912). *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à psicologia do amor)*.
- \_\_\_\_\_. (1917). *O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor)*.
- Gay, p. (1999). *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2000). *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: A paixãoterna*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Haddad, G. (2006). *Reflexões sobre a manutenção do ideal de amor romântico na atualidade: um estudo sobre a fidelidade conjugal*. São Paulo: Universidade São Marcos. Dissertação de mestrado.
- Julian, p. (1997). *A feminilidade velada*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Kamers, M. *As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais*. *Estilos clin.*, dez. 2006, vol. 11, n. 21.
- Kehl, M. R. (2003). *Em defesa da família tentacular*. In: Cunha Pereira e Groeninga (orgs.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Lugares do masculino e do feminino na família*. In: Comparato M. C. & Monteiro D. S. F. (orgs.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- Roudinesco, E. (2002). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rufo, M. (2007). *Me larga! Separar-se para crescer*. São Paulo: WMF/Martins Fontes.

## Family between culture and subjectivity: the role of love

**Abstracts** This work aims to think about new family arrangements, paradigmatic subject in actuality, related to the future of what is considered to be the basis of social organization, responsible for the transmission and integration of human beings in culture. Through a historical overview of the socio-cultural changes and their effects in standards, values and styles of living, it tries to approach changes in the construction of marital unions and the new ways of being father or mother.

**Key words** modernity; family; love; subjectivity; culture.

Texto recebido: 06/2008

Aprovado: 09/2008

# Transmissão da psicanálise e formação psicanalítica

apontamentos a partir da experiência do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae<sup>1</sup>

Flávio Carvalho Ferraz

**Flávio Carvalho Ferraz** é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; autor do livro *Normopatia: sobre adaptação e pseudonormalidade* (São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002), entre outros.

**Resumo** O trabalho parte da experiência da transmissão da psicanálise e da formação psicanalítica no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae para apresentar os fundamentos teóricos do chamado *tripé analítico*. Defende que um projeto institucional de formação deve se alicerçar em convicções epistemológicas acerca do objeto da psicanálise, do fazer analítico e das condições institucionais adequadas. Todos os elementos do tripé devem, de diferentes maneiras, produzir efeitos analíticos. Além disso, os dispositivos institucionais subjacentes à formação devem funcionar de forma solidária ao tripé, criando um ambiente que seja acolhedor mas que não favoreça a alienação.

**Palavras-chave** transmissão da psicanálise; formação psicanalítica; tripé analítico.

1 Apresentado na jornada "Psicanálise hoje: caminhos da formação e da transmissão", promovida pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo, no dia 26 de abril de 2008. Agradeço a Ana Maria Sigal, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Myriam Uchitel, Nelson da Silva Junior e Sílvia Leonor Alonso, pelo envio do material escrito que me auxiliou na produção deste texto.

Tratarei, nesta apresentação, das linhas gerais que fundamentam o chamado *tripé analítico*, acrescentando observações sobre os dispositivos institucionais que dão esteio a um projeto de formação. Falo aqui a partir da experiência do *Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*, no qual o trabalho de formação de analistas teve início, há mais de trinta anos, por meio do *Curso de Psicanálise*. Posteriormente, outras frentes de trabalho foram se abrindo dentro do Departamento, entre elas o *Grupo de Transmissão Externa e Pesquisa* (ГТЕР), encarregado da formação psicanalítica para além das fronteiras do Instituto Sedes Sapientiae e de São Paulo.

Entendo que um projeto institucional de formação tenha que se alicerçar em convicções epistemológicas acerca do objeto da psicanálise, do fazer analítico, da formação do analista e das condições institucionais que permitem seu funcionamento. Assim, procurarei fazer aqui um relato teoricamente fundamentado da nossa experiência institucional com o tripé analítico, começando por enfatizar que este se compõe de elementos organicamente articulados, regidos por um mesmo eixo interno, que é o elemento *analítico* que deve impregnar cada um deles. Este mesmo elemento deverá estar presente nos dispositivos institucionais subjacentes à formação, colocando-os de forma solidária ao tripé. Isto significa, em termos gerais, que a formação psicanalítica deve ser ela mesma analítica, e que se esperam efeitos analíticos de cada elemento do tripé e dos dispositivos institucionais, o que não quer dizer que eles se confundam com a análise *stricto sensu*.



“o objetivo da psicanálise é o sentido encarnado, a significação materializada. Esta é a definição da ruptura profunda de Freud com a ciência psicológica e psicopatológica de seu tempo”

[Regina Schnaiderman]

Quando se fala em *transmissão da psicanálise* e em *formação psicanalítica*, insiste-se na peculiaridade dessas empreitadas, que são irreduzíveis às noções de *ensino* e de *aprendizagem* que se aplicam às disciplinas derivadas da ciência em geral, sejam as ciências naturais, sejam as ditas humanas<sup>2</sup>. Não se trata de mera idiossincrasia dos psicanalistas, mas de uma exigência intrínseca ao objeto da psicanálise, que vem a ser o *psíquico*, objeto definido por Freud, que difere do objeto natural das ciências duras, do objeto cultural das ciências humanas e, também, do objeto da hermenêutica. Por quê?

Para começar a responder a esta questão complexa, recorro a definições que devemos a Regina Schnaiderman<sup>3</sup>: “O objetivo da psicanálise é o sentido encarnado, a significação materializada. Esta é a definição da ruptura profunda de Freud com a ciência psicológica e psicopatológica de seu tempo. Mas a psicanálise não é simplesmente a teoria do seu objeto: ela é a atividade que faz falar em pessoa. É nesta fala que a psicanálise encontra sua origem e seus princípios”.

Fala-se da psicanálise como *ofício impossível*, e na formação, por extensão, também como processo impossível e interminável. Ora, o que determina esta asserção nada mais é do que o próprio objeto da psicanálise. Objeto que foi nomeado por Freud como o *inconsciente*, e que coincide com o *psíquico*. Portanto, ao falar da particularidade da transmissão da psicanálise,

não estamos em busca de asserções categóricas, que saibam a regras ou princípios outros que não aqueles exclusivamente derivados do método adequado à investigação do nosso objeto. Quero dizer com isso que é necessário que a especificidade da transmissão da psicanálise se justifique por sua particularidade epistemológica e, por conseguinte, de seu método de produzir conhecimento, tanto na situação clínica como nos processos de teorização.

A peculiaridade de que falo foi assim esboçada por Regina Schnaiderman: “Sabemos que: 1) o saber do analista tem como objeto o estudo do funcionamento psíquico; 2) a particularidade deste saber consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando, de, a cada vez, reencontrá-lo *in vivo*; 3) isto o diferencia do que seria, por exemplo, o saber matemático [...]; a respeito deste sujeito particular com quem me enfrento eu não conheço nada: o que eu sei é o caminho para fazê-lo chegar a este conhecimento; 4) donde se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar, isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração do seu texto inconsciente; analisar é um fazer saber e não um saber fazer”.

Assim, o saber psicanalítico tem a curiosa característica de ser um primoroso não saber! E qual seria a sua fonte? Ainda segundo Regina Schnaiderman<sup>4</sup>, seriam: “1) os textos de Freud, sim, mas isso não basta; 2) o fato de ter sido analisado; sem dúvida, mas isso também não basta; 3) o fato de ser analista, o fato de analisar. Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Esse é um dos paradoxos da psicanálise.”

Daí a idéia, apenas aparentemente jocosa, de que a formação psicanalítica é da ordem do impossível. Para dar conta desta simultaneidade de elementos que são condição prévia um para o outro é que se cunhou a idéia do tripé formativo.

A chave-mor para o acesso ao analisar, uma vez reconhecido o objeto da análise, será a própria análise pessoal. Tanto que, por mais que haja divergências entre as escolas em relação à formação, nenhuma delas duvida da necessidade da análise

pessoal na formação do analista. A razão para tal consenso repousa na constatação de que o objeto na psicanálise não pode se apresentar de forma exclusivamente intelectual, mas sim na *experiência*.

Freud falava da análise dos sonhos do analista para que este *conhecesse* seu inconsciente e, assim, soubesse, por experiência própria, do objeto da psicanálise. Mas hoje podemos colocar a questão de um outro modo: não se trata de conhecer o inconsciente como se este fora uma memória a ser atingida. Trata-se de que este se deixa apreender apenas na experiência da transferência, ou, indo mais longe, de que ele *vem a ter existência* no espaço intermediário entre analista e analisando. O que se experimenta como inconsciente na experiência de ser analisado – experiência da livre associação diante do outro-analista – é correlato ao que se experimentará como *interpretação*, na condição de analista, por meio da escuta pautada pela atenção flutuante<sup>5</sup>.

Neste ponto, podemos traçar a linha divisória entre o que é o estudo da teoria psicanalítica – que se pode fazer no âmbito da universidade, por exemplo – e o que é a formação psicanalítica, na qual a teoria terá que se

»  
*o aparato psíquico do analista  
se empresta na função de analisar,  
portanto é fundamental que  
sua análise o leve a sensibilizar-se  
para as manifestações  
do inconsciente*

fazer germinar pela experiência de ser analisado e de analisar.

Feitas essas considerações, podemos partir para cada um dos termos do tripé, sempre de acordo com a nossa concepção de transmissão da psicanálise e de nosso projeto de formação psicanalítica no âmbito do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

## 1. Em relação à análise

Conforme já começamos a delinear, a análise pessoal do analista é a condição essencial para o alcance do objeto analítico. Dada a condição supra-intelectual do mesmo, conhecer tal objeto é entrevê-lo em si próprio. Como afirma Silvia L. Alonso<sup>6</sup>, “é no espaço da própria análise que o analisa irá fazer a experiência singular do inconsciente atualizado na transferência, adquirindo assim um saber que não está nos livros, já que se trata da verdade totalmente única e singular do sujeito”.

O aparato psíquico do analista se empresta na função de analisar, portanto é fundamental que sua análise o leve a sensibilizar-se para as manifestações do inconsciente – ou expressões do psíquico, que são simbólicas – e a produzir as discriminações que lhe possibilitarão funcionar como suporte da transferência do seu analisando. O que entra em questão aqui é o fato de que

2 Os termos *transmissão* e *formação*, ainda que sejam preferíveis a *ensino*, também não deixam de trazer conotações problemáticas. Cada um deles insere-se em diferentes tradições psicanalíticas, e sua escolha implica, é claro, uma intencionalidade. Não é meu objetivo, no âmbito deste trabalho, fazer uma discussão sobre a procedência dos termos, seja histórica ou semântica. Gostaria apenas de mencionar um trabalho de Bernardo Tanis (“Considerações sobre a formação psicanalítica: desafios atuais”; p. 31-2) em que cada uma destas palavras é examinada no contexto do seu uso pela psicanálise. Ali encontramos a seguinte observação sobre os termos: *transmissão* remete-nos a um processo que se dá nas sociedades tradicionais, associando-se, num registro vertical, às idéias de autoridade e valor; tem, portanto, um vértice religioso que promove uma ilusão de segurança ontológica a quem adere ao modelo, podendo inibir, assim, a ousadia e a criatividade. Já o termo *formação* privilegia o “aspecto processual do vir a ser analista”, com todos os conflitos, as dificuldades e a necessidade de transformações que isso comporta. Mas, adverte Tanis, também pode conotar algo como *formatação*.

3 R. Schnaiderman, “Política de formação em psicanálise: alinhando algumas anotações de leitura”, p. 12.

4 *Idem*, p. 13.

5 Ver J.-D. Nasio, *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*.

6 S. L. Alonso, “A apropriação das heranças no caminho da construção do analista”, p. 168.



*analisar o desejo de ser analista é fundamental a fim de se atingir uma posição em que as moções narcísicas submeter-se-ão aos imperativos da análise*

o ofício de analisar não se resume a conhecimentos técnicos de um dado método de trabalho, mas pressupõe a participação do instrumento psíquico do analista na tarefa de acompanhar o analisando em sua própria descoberta. Saber analisar é *saber não saber*, e isso difere radicalmente de outros saberes que se aplicam em outros ofícios. E analisar o desejo de ser analista é fundamental a fim de se atingir uma posição em que as moções narcísicas submeter-se-ão aos imperativos da análise: o analista deve saber deixar de existir após ter sabido existir profundamente, na medida da necessidade de seu analisando. Terá que tolerar a resolução da transferência de seu analisando ao fim da análise, o que implicará ser descartado à guisa de *objeto transicional*.

Portanto, esse tipo de exigência que a função de analisar faz ao analista não se resolve com a introjeção de regras aprendidas, mas de elaborações analíticas. Mário E. C. Pereira<sup>7</sup> resume com precisão esse processo: “É bem claro que a formação de um analista não poderá decorrer meramente de um processo de ensino – por mais rigoroso e inspirado que este seja – de um ofício clínico. É necessário antes de tudo que sua análise pessoal lhe permita descobrir em si mesmo a autêntica disponibilidade para colocar em parênteses seu próprio desejo naquilo que concerne àquele analisante, de modo a poder funcionar como suporte transferencial para descobertas que eventualmente o outro fará sobre si próprio”.

A análise do analista terá, então, efeitos didáticos que, entretanto, se reconhecerão *a posteriori*. É exatamente pela importância que atribuímos à análise pessoal que, na experiência de formação em nosso Departamento, procuramos preservar ao máximo a análise de cada um, deixando que a escolha do analista venha a se reger exclusivamente pela transferência, sem a ingerência da instituição. Explicitando esse posicionamento, Ana Maria Sigal<sup>8</sup> afirma: “O desacordo total e absoluto com o controle das análises pela Instituição nos leva a pensar que toda análise que recebe um adjetivo tem um objetivo outro que não o da análise. Existe ainda o perigo de que, sob o peso da transferência, o analista se ofereça a si ou à Instituição como modelo ideal, provocando o desvirtuamento ético e a intromissão externa a uma análise”.

Silvia L. Alonso<sup>9</sup>, por sua vez, recorre a Laplanche para lembrar que a análise feita *sob encomenda* por uma instituição pode instaurar, de partida, um *ponto de surdez*, já que a ambição do analisando de tornar-se analista encontra-se com a proposta implícita de que seu analista vai torná-lo, ao analisando, um analista. Isso não quer dizer que se negue que as análises didáticas possam ser efetivamente análises. Mas seria desnecessário, segundo a autora, correr-se o risco da criação de uma *surdez institucionalizante*.

Decio Gurfinkel<sup>10</sup> retoma a crítica da instituição da análise didática a partir de um outro parâmetro: “O princípio fundamental da condição para uma formação (a análise pessoal) pode tornar-se um mandato burocrático cujo ponto cego é a não-discriminação entre cumprimento de tarefa e experiência de análise, que é singular e não pode ser medida por parâmetros formais exteriores a ela mesma”.

Estas críticas que acabamos de considerar concernem, por assim dizer, a aspectos intrínsecos à situação analítica em uma análise didática. Mas poderíamos também mencionar consequências problemáticas da existência de uma lista de didatas, com suas prerrogativas, dentro da instituição formadora. Otto F. Kernberg<sup>11</sup>,

que foi presidente da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), levanta, com conhecimento de causa, alguns desses problemas. Observa que “o papel do analista didata foi incorporado gradativamente a um sistema de *status* organizacional, como parte de uma estrutura de oligarquia administrativa que controla os Institutos de psicanálise e contribui para sua atmosfera autoritária”. Tal atmosfera, prossegue ele, “se atualiza por meio de uma orientação teórica monolítica por parte dos analistas didatas dos respectivos Institutos”, que, para perpetuarem-se no poder, produzem uma “politização do processo de ensino”. Além disso, ainda de acordo com Kernberg, “o *status* de analista didata também conferiu vantagens econômicas, ao assegurar uma fonte de casos de análise”.

Cumpramos lembrar que muitas sociedades ligadas à IPA há muito vêm se preocupando com este tipo de questão, e que têm promovido alterações em seus dispositivos num esforço para contorná-las. E também que os problemas de luta por hegemonia são inerentes a qualquer instituição.

## 2. Em relação à supervisão

A supervisão, numa definição de Silvia L. Alonso<sup>12</sup>, seria o “espaço intermediário, no qual a experiência absolutamente singular vivida numa análise se entrecruza com o discurso articulado.” Não se trata de espaço analítico *stricto sensu*, mas tampouco pedagógico, pois pressupõe que o supervisor não produza simplesmente um dis-

»

*é claro que há riscos  
implicados na supervisão,  
que dizem respeito à alienação  
do sujeito no discurso do outro.  
Portanto, convém que o  
supervisor não saiba  
demais*

curso no âmbito psicopatológico-diagnóstico do paciente e nem prescreva manejos técnicos, mas fique atento às posições identificatórias e aos movimentos transferenciais e contratransferenciais. Esta é *abertura* proporcionada pela supervisão, que produz efeitos analíticos sem ser análise.

A responsabilidade ética do supervisor, como lembra Decio Gurfinkel<sup>13</sup>, é de transmitir a *sua* experiência, sob pena de transformar a supervisão em um espaço didático, deixando de lado exatamente o seu aspecto *analítico*.

É claro que há riscos implicados na supervisão, que dizem respeito à alienação do sujeito no discurso do outro. Portanto, convém que o supervisor não saiba demais. Ou que consiga moderar aquilo que Piera Aulagnier<sup>14</sup> chamou de “fantasma de mestria”. O risco aqui é o mesmo oferecido pela instituição de formação: moldar-se o analista.

Outro risco, de acordo com Lucía B. Fuks<sup>15</sup>, é o da transformação da supervisão em espaço de avaliação, o que nos obriga a refletir constantemente sobre as “questões relativas a poder, autorização, reconhecimento, responsabilidades, etc., que os processos de institucionalização da psicanálise tendem [...] a suscitar.”

No meu entender, isto pode levar a uma situação superegóica no interior das supervisões, de modo a predominar no supervisionando um temor subliminar de julgamento de seu trabalho clínico sob o crivo da adequação ou não ao que

7 M. E. C. Pereira, “O ato analítico e a questão da formação do psicanalista”, p. 223.

8 A. M. Sigal, “O Departamento e o Curso na formação de seus analistas”, p. 107.

9 S. L. Alonso, “Mal-estar inevitável – espaços possíveis (situando algumas questões)”.

10 D. Gurfinkel, “Diálogos com Regina Schnaiderman”, p. 119.

11 O. F. Kernberg, “Crítica comprometida à educação psicanalítica”, p. 98.

12 S. L. Alonso, “A apropriação das heranças no caminho da construção do analista”, p. 168-69.

13 D. Gurfinkel, *op. cit.*

14 *Apud* S. L. Alonso, *op. cit.*

15 L. B. Fuks, “Formação e supervisão”, p.91.



*oferecemos supervisões grupais e individuais no percurso de formação, mas isso não implica que não reconheçamos a necessidade de que cada um busque sua interlocução particular com o supervisor de sua escolha*

96

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

seria a “autêntica” psicanálise. Vivemos sob o risco de que essa ansiedade leve a melhor, ultrapassando o interesse pelo questionamento do ato clínico em si mesmo. Mas essa é uma herança histórica da psicanálise. A própria fundação da instituição psicanalítica teve como motivação preservar a psicanálise das apropriações indébitas. Conforme Freud<sup>16</sup> confessa em sua autobiografia, este foi o propósito que o levou a idealizar uma instituição que tivesse um *caráter oficial*: “Julguei necessário formar uma associação oficial porque temia os abusos a que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular. Deveria haver alguma sede cuja função seria declarar: ‘Todas essas tolices nada têm a ver com a análise; isto não é psicanálise.’ Nas sessões dos grupos locais (que reunidos constituiriam a associação internacional) seria ensinada a prática da psicanálise e seriam preparados médicos, cujas atividades receberiam assim uma espécie de garantia.”

Compreende-se a motivação de Freud. No entanto, o risco que ali se inaugurou foi o da inibição do pensamento em nome da fidelidade teórica e da unidade institucional.

Dito isso, voltemos ao nosso funcionamento institucional. Oferecemos supervisões grupais e individuais no percurso de formação, mas isso não implica que não reconheçamos a necessidade de que cada um busque sua interlocução particular com o supervisor de sua escolha, tal como se dá com a análise. Esta medida pode atenuar o peso da ins-

tituição na formação do estilo de cada analista, abrindo-lhe um espaço de escuta particular.

A supervisão grupal, segundo Lucía B. Fuks<sup>17</sup>, “tem vários aspectos positivos, desde escutar a apresentação de diversos pacientes até ver o supervisor atuar em diversos casos. Existe a possibilidade de receber, em um tempo relativamente curto, toda essa variedade de material e de ver uma pluralidade de modos de abordagem. Quando o grupo não é muito numeroso, a possibilidade de conhecer os integrantes da supervisão e seu trabalho aumenta em forma considerável. Pessoas com menor tempo de experiência podem aproximar-se e configurar um espírito de grupo que facilite as participações dos integrantes e a realização do trabalho.”

Já a supervisão individual possibilita o exame mais acurado dos problemas ligados à contra-transferência, além de propiciar o acompanhamento longitudinal de um único paciente, o que coaduna com a posição epistemológica da psicanálise, cujo conhecimento advém do aprofundamento do estudo do caso único.

Ainda que a supervisão tenha efeitos analíticos – e isso é desejável –, ela não se confunde com a análise. Falamos dos riscos aí envolvidos no que toca aos processos de alienação, quando os poderes da transferência narcísica podem obstar a construção do estilo próprio de um analista. Em vez de *formação*, poderíamos, então, falar em *deformação*. Por esta razão, rechaçamos a concentração do poder da transferência em um único profissional. Como afirma Ana Maria Sigal<sup>18</sup>, “o máximo da distorção desta relação se dá [...] quando o poder omnímodo da transferência se concentra num só indivíduo: supervisão, análise e grupo de estudos encarnados no Um, que não tem restrições, que abrange todos os modos de ser.”

### 3. Em relação ao estudo teórico

Quanto ao estudo teórico, cumpre aclarar a diferença entre: 1) o estudo teórico da psicanálise

tendo a própria teoria como objeto e 2) o estudo da metapsicologia como ferramenta que ocupará um lugar no processamento da escuta psicanalítica, teoria que não precederá a escuta, mas que dirá sobre a especificidade de uma escuta que não é comum.

A primeira modalidade, que toma a teoria psicanalítica como objeto, produz-se no âmbito da academia, e tem servido ao propósito do arejamento da psicanálise, numa espécie de alteridade para as instituições de formação<sup>19</sup>, que não podem reivindicar para si exclusividade sobre nenhum tema, o que seria obscurantismo. Portanto, a produção intelectual sobre a teoria psicanalítica amplia a visão crítica que se pode ter sobre ela, alarga os horizontes da discussão de suas possíveis aporias e desvenda as raízes dos conceitos que a metapsicologia tomou de empréstimo da filosofia, da psicologia e das ciências em geral.

Nelson da Silva Junior<sup>20</sup> lembra como Laplanche “sempre foi muito explícito e cuidadoso em desvincular a formação universitária, o doutorado em psicanálise e o exercício da psicanálise, o exercício da atividade clínica”, a fim de manter o processo analítico independente da oficialidade institucional, seja a universitária, seja da própria associação de analistas. E reconhece que “a produção acadêmica voltada para a psicanálise naturalmente retro-alimentou e fez desenvolver a clínica psicanalítica”, visto que muitos pesquisadores possuem grande experiência clínica.

Mas, voltando ao que interessa à formação psicanalítica, o trabalho sobre a teoria terá outro caráter. Repito que conhecer o inconsciente significa, em primeiro lugar, experimentá-lo na situação transferencial. Apenas a partir daí é que o objeto mesmo da psicanálise será associado ao

»  
o clínico, longe de ser  
um “escutador” ingênuo,  
só poderá sê-lo quando  
for simultaneamente  
um epistemólogo  
da psicanálise

discurso da teoria no que tange ao método analítico e à sua epistemologia, pois se trata do modo de produzir o conhecimento em psicanálise, que é o da transposição do que se desvela em análise para a construção da metapsicologia. Por esta razão, o discurso da psicanálise não será o de uma pura psicopatologia, mas aquele suficientemente elástico para abrigar o infinito: o que se aplica à *singularidade idiopática*<sup>21</sup> daquele que se abre em sua historicidade, por meio da palavra, em uma situação única e estranha que é a situação analítica, instituída com o enquadre.

O objeto da psicanálise, quando abordado pela metapsicologia, fala do que se depreende da análise e da clínica. Portanto, não há teoria sem clínica, mas também não há clínica sem teoria. A modalidade de estudo “teórico-clínico”, como o chamamos em nossos seminários, traduz, segundo Janete Frochtengarten<sup>22</sup>, exatamente este fato de que “não há clínica ateórica”. O clínico, longe de ser um “escutador” ingênuo, só poderá sê-lo quando for simultaneamente um epistemólogo da psicanálise. Sabemos como é difícil, na formação, fazer aceder a noção de objeto psíquico, quando deparamos com a confusão dos objetos naturais da psiquiatria ou da psicologia, ou com a ideologização simplificadora da psicanálise, feita pelos que supostamente a “politicizam”. Essa clareza não se obtém com o discurso teórico, só sendo possível na unicidade do tripé analítico. Mais do que da psiquiatria ou da psi-

16 S. Freud, “A história do movimento psicanalítico”, p. 56-7.

17 L. B. Fuks, *op. cit.*, p.90.

18 A. M. Sigal, *op. cit.*, p.108.

19 A. M. Sigal, *Psicanálise e Universidade: entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas*.

20 N. da Silva Jr., “Psicanálise: uma titulação, uma especialização, uma profissão?”

21 M. Dayan, “Normalidad, normatividad, idiopatia”.

22 J. Frochtengarten, “A necessária inquietude de quem transmite”, p. 43.



*a psicanálise é, sim,  
uma disciplina empírica,  
mas não se sujeita às exigências  
probatórias próprias das ciências  
experimentais, posto que não lida  
com eventos reprodutíveis*

98

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

ciologia, a psicanálise, na construção de seu discurso sobre o simbólico, deve mais à filosofia da linguagem ou à filosofia das formas simbólicas. Estas têm por objeto o símbolo e a expressão humana que o cria e transmite.

O estudo teórico, no âmbito da formação, produzirá uma apropriação intelectual do objeto da psicanálise, possibilitando um *discurso* sobre ele. Discurso que, ancorado na realidade do objeto psíquico, desfará qualquer confusão do mesmo com o objeto da psiquiatria ou da psicologia. Portanto, o discurso teórico psicanalítico será não só *metapsicológico*, mas sobretudo *epistemológico*, pois visará à construção teórica do objeto psíquico de modo indissociável do método de sua apreensão. Muitos equívocos se cometem quando se confunde o objeto da psicanálise com os objetos das ciências naturais e sociais<sup>23</sup>. Ou também quando se o assimila à hermenêutica. A psicanálise é, sim, uma disciplina empírica, mas não se sujeita às exigências probatórias próprias das ciências experimentais, posto que não lida com eventos reprodutíveis. Assim, se ela não é uma *Naturwissenschaft*, tampouco será uma *Geisteswissenschaft*, pois, ao creditar à pulsão a fonte do que virá a tornar-se psíquico, não pode aquiescer ao argumento hermenêutico que troca o argumento de Freud, de que *no início estava o ato*, por aquele outro que sustenta que *no início estava a linguagem*.

A reflexão epistemológica é, nesse sentido, solidária à experiência analítica e à experiência

clínica, pois, de modo diferente das ciências duras, por um lado, e da história, por outro, à investigação analítica interessará o passado em sua repetição no presente, ou melhor, enquanto ele é presente<sup>24</sup>. Por essa razão, a psicanálise não será uma psicopatologia, mas, atendo-se ao singular – à *singularidade idiopática*<sup>25</sup> – seu método de produção de conhecimento, que tem na escuta o ponto de partida, prosseguirá no aprofundamento do estudo de um caso único mais do que na amostra comparada de sujeitos<sup>26</sup>.

Ao não-saber do analista na situação clínica deve corresponder um saber positivado sobre tais peculiaridades epistemológicas de seu método, numa combinação única no meio científico que é a que se dá entre sua sensibilidade e seu rigor na observância de seu campo.

Nossos seminários teórico-clínicos buscam remontar à descoberta freudiana primordial. Privilegamos, assim, a leitura da obra de Freud, cujo conhecimento consideramos condição *sine qua non* para qualquer outro conhecimento teórico que se venha a ter em psicanálise. Cito mais uma vez Ana Maria Sigal<sup>27</sup>: “escolher Freud como viga-mestra denota que qualquer conhecimento dos pós-freudianos, seja Lacan, Melanie Klein ou Bion (*eu acrescentaria Winnicott*), aprendidos sem sua relação com Freud, se torna apenas repetição de um discurso ecológico, de um pensamento sem origens.”

#### 4. Em relação aos dispositivos institucionais

Os dispositivos institucionais de suporte a uma formação devem adequar as condições concretas do ambiente às exigências naturais do que é analítico e que diz respeito, portanto, ao objeto da psicanálise. Como afirma Renata U. Cromberg<sup>28</sup>, “o que está em jogo é um enquadre de formação que permita propiciar um enquadre interno em que o analista se sensibilize para a singularidade.”

Além disso, os dispositivos garantirão, minimamente, que o ambiente tenha, em si mesmo,

efeitos analíticos de não-alienação dos sujeitos nos ideais instituídos. A instituição acolhe os analistas em uma pertinência que possibilite a troca sem, contudo, dar-lhes a garantia daquilo que jamais poderá ser garantido.

Luís Carlos Menezes<sup>29</sup> fala desse acolhimento como um “*holding*” que deve ser oferecido pela instituição: “Uma instituição tem que ter, para a formação, uma função equivalente à do enquadre numa análise. Por enquadre entendo não só a constância lugar/tempo, como também a *atitude* do analista, sua disponibilidade para manter-se não só como continente de projeções, como, mais amplamente, ser suporte das transferências. Uma das dimensões da transferência corresponde, em algum nível, à confiança, à possibilidade de acreditar no outro (tanto no sentido de dar crédito como no de crença).”

Funcionar como *holding* não significa, entretanto, uma desatenção em relação aos riscos das alienações. Por essa razão, acreditamos ser necessário cuidar para que não se estabeleçam vínculos dogmáticos com a instituição, nem com as análises, as supervisões e as teorias, numa pertinência reassuradora que redunde em alienação. Donde retiramos uma das nossas

acreditamos ser necessário  
cuidar para que não se estabeleçam  
vínculos dogmáticos com a instituição,  
nem com as análises, as supervisões  
e as teorias



disposições mais caras, que é a manutenção do caráter pluralista da instituição. Reconhecemos todos os avanços que se fazem no conhecimento psicanalítico, até mesmo porque, como afirma Renato Mezan<sup>30</sup>, “nenhum dos modelos tidos por absolutos pode dar conta da complexidade da vida psíquica, cobrir todas as nuances ou explicar todos os transtornos”. E lembra que diversos analistas mais atentos romperam com as “barreiras graníticas que separavam as escolas”, a fim de constituir um pensamento próprio. Isso não significa ecletismo, na medida em que não se tomam caoticamente elementos de cada um dos sistemas, mas cada analista produz, com tais elementos, a sua *caixa de ferramentas* pessoal, com uma nova coerência interna. Aliás, conforme o recomendado por Freud. Além disso, não custa lembrar, o livre-pensar pressupõe que todas as teorias estejam sujeitas ao crivo da crítica.

Assim, a despeito das diferenças óbvias que temos no tocante às preferências teóricas, o que importa é que, como salienta Maria Cristina Ocariz<sup>31</sup>, todos transmitamos “o princípio ético freudiano de que a prática psicanalítica não é padronizada”. Eu acrescentaria, referindo-me a um texto de Anna Maria A. Amaral<sup>32</sup>, que a teoria, em Freud, sempre se relacionou com a experiência clínica, e que assim será com o aparato teórico de cada analista: “jamais a clínica será uma aplicação de teorias sem resto e jamais a clínica será inteiramente esclarecida pela teoria”.

23 R. Mezan corrobora a visão de G. Lebrun, segundo a qual cada disciplina possui a sua própria racionalidade, não havendo uma universalidade epistêmica: “A ciência é uma construção, mas não aleatória; ela deve respeitar o modo de ser próprio à região da realidade em que se situa seu objeto, e abordá-lo com um método que ponha em evidência suas propriedades específicas” (“Sobre a epistemologia da psicanálise”, p. 466). Assim, o objeto *psíquico*, investigado pela psicanálise, se diferencia dos objetos *ideais* (da matemática), *materiais* (das ciências duras) e *culturais* (das ciências sociais), sendo que cada um destes exige métodos distintos de pesquisa.

24 J. L. Ahumada, *Descobertas e refutações: a lógica do método psicanalítico*.

25 M. Dayan, *op. cit.*

26 J. L. Ahumada, *op. cit.* e R. S. Stoller, *Splitting: a case of female masculinity*.

27 A. M. Sigal, “O Departamento e o Curso na formação de seus analistas”, p. 107.

28 R. U. Cromberg, “Diálogos com Regina Schnaiderman”, p. 118.

29 L. C. Menezes, “O Departamento e o Curso na formação de seus analistas”, p. 112.

30 R. Mezan “Longe da ortodoxia e do ecletismo”, p. 138.

31 M. C. Ocariz, “Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?”, p.111.

32 A. M. Amaral, “Tornar-se analista: variâncias e invariâncias”, p. 375.



“colocar-se como seguidor de alguém, considerar-se freudiano, bioniano ou lacaniano, traz a preocupação com a fidelidade a um texto, a um autor, e este não me parece o melhor lugar para um analista”

[Silvia L. Alonso]

É claro que enfrentamos, no dia-a-dia, inúmeros desafios que este posicionamento nos impõe. Afinal, a instituição se constitui de pessoas com todas as suas circunstâncias. Entretanto, cabe não transigir na exigência de que a ética da psicanálise, em sua radicalidade, venha a impregnar, organicamente, o funcionamento institucional.

Em um trabalho sobre a normopatia<sup>33</sup>, tratei do risco da *normotização* que decorre da normalização na instituição psicanalítica. Ali, citei Tocqueville, que, em 1835, elogiava o papel das associações dentro do sistema democrático americano, vendo na *instituição livre* a possibilidade que os sujeitos tinham de, em condições de igualdade, dedicarem-se a uma causa comum. E de reverterem o risco do individualismo que, na democracia, pode se expressar sintomaticamente no desinteresse dos homens uns pelos outros. Contudo, por outro lado, ele manifestava sua preocupação com o risco inconveniente da transformação da sociedade num rebanho uniforme, acrítico e obediente, impedindo o aparecimento e o desenvolvimento de individualidades marcantes.

A partir de Tocqueville, Pierre-Henri Castel<sup>34</sup> pergunta se as associações psicanalíticas seriam *instituições livres*, no sentido de que conseguissem refrear a tendência do desinteresse de uns homens pelos outros. Eu acrescentaria: que abrigasse seus membros resguardando a liberdade criativa dos indivíduos. A propósito,

concluí o trabalho sobre a normopatia com a seguinte indagação: “Como não pensar nos agrupamentos em torno de *ortodoxias*: freudianos, lacanianos, kleinianos, bionianos e, mais recentemente, winnicottianos, entre outros *ianos* menos votados? Como é possível ser *ortodoxo* em psicanálise, se esta pressupõe a escuta do novo, em vez de fechamento para ele? *Ortodoxia*, lembremos, é a ação de *orthos*: normatização que redundando em rigidez e em intransigência ao que é novo ou diferente. O compromisso da psicanálise, ao contrário, é com *pathos*, que rejeita, pela sua própria natureza, toda forma de enquadramento ou de normalização”<sup>35</sup>.

Sobre esse mesmo problema, Silvia L. Alonso<sup>36</sup> faz a seguinte afirmação, que traduz fielmente as nossas inquietações sobre os riscos da normalização institucional e de seus efeitos deletérios sobre a criatividade: “Colocar-se como seguidor de alguém, considerar-se freudiano, bioniano ou lacaniano, traz a preocupação com a fidelidade a um texto, a um autor, e este não me parece o melhor lugar para um analista. Manter-se como analista na experiência da escuta coloca-nos em um lugar difícil. Um lugar no qual se deve suportar as transferências, um contato permanente com a incerteza, com a irrupção do desconhecido, com o que é do processo primário, e do funcionamento associativo. E isso traz conseqüências para a relação que se tem com as teorizações. Acredito que muitos analistas, para lidar com o equilíbrio instável que se vive na clínica, buscam certa estabilidade narcísica atribuindo a um autor ou a um pensamento a totalidade do saber, mantendo uma relação de fidelidade e absoluto dogmatismo. Com isso, correm o risco de se converterem em meros repetidores”.

Compreendemos nossos dispositivos de formação – o “Curso” e, posteriormente, as atividades departamentais de formação contínua – como um espaço facilitador que não se oferece como molde nem como garantia, o que traria um efeito ilusório de autorização. Preferimos, por isso, falar em *reconhecimento*

entre pares a falar em *autorização*, pelo que optamos de modo muito consciente pelo caráter não-oficial de nossa formação, desvinculando-a de qualquer intervenção oficial, ainda que seja a atribuição de um título de especialista que em nada mudaria nossos procedimentos internos.

Os alunos ou ex-alunos do Curso de Psicanálise podem pleitear a admissão no Departamento de Psicanálise – como, aliás, todo analista pode fazer – mediante o pedido, feito a uma Comissão de Admissão, para falar de seu desejo de pertinência e de sua condição de analista. Uma vez admitido, ele será um par, sem diferença hierárquica em relação aos outros membros. A própria fundação do Departamento de Psicanálise, em 1985, teve como diretrizes básicas, de acordo com Maria Laurinda Ribeiro de Souza<sup>37</sup>, “o desejo de formar um espaço menos hierarquizado de poder, uma forma de gestão mais igualitária na qual se abolissem as diferenças hierárquicas entre alunos, ex-alunos e professores”.

Deste desejo surge um outro dispositivo institucional, que é a possibilidade da livre iniciativa na proposição das atividades departamentais, como enfatiza Miriam Chnaiderman<sup>38</sup>: “o que é interessante no Departamento”, diz ela, “é alguém querer fazer alguma coisa e propor”, numa fidelidade a uma outra marca política fundamental de nossa origem, que foi a militância libertária de Madre Cristina Sodré Dória.

Estarmos inseridos no Instituto Sedes Sapientiae, com sua história de luta pela justiça

33 F. C. Ferraz, “A loucura suprimida: normopatia, pós-modernidade e instituições psicanalíticas”.

34 P.-H. Castel, “Igualdad de las condiciones y normalización de los individuos: cuestiones a partir de Tocqueville”.

35 F. C. Ferraz, *op. cit.*, p. 43.

36 S. L. Alonso, “A construção do analista”, p. 132.

37 M. L. R. de Souza, “Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?”, p. 108.

38 M. Chnaiderman, “Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?”, p. 114.

39 M. F. Vicente, “Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?”, p. 108.

40 M. P. Fuks, “Por uma história do Curso de Psicanálise”, p. 9.

41 C. Monteiro, “O Departamento e o Curso na formação de seus analistas”.

42 M. P. Fuks, *op. cit.*

»  
*preferimos, por isso,  
falar em reconhecimento entre  
pares a falar em autorização, pelo que  
optamos de modo muito consciente  
pelo caráter não-oficial  
de nossa formação*

social, não deixa de ter efeitos. Esta é uma marca de nossa origem, que se faz presente na práxis departamental, seja na forma como concebemos nossa organização interna, seja na ética que procuramos imprimir nas escolhas de nossos posicionamentos no campo da saúde mental, dos movimentos sociais e nos rumos que definimos para nossa pesquisa e nossas produções. Maria de Fátima Vicente<sup>39</sup>, falando de nossas marcas distintivas, lembra que sempre foi uma preocupação central do Departamento de Psicanálise contemplar uma produção psicanalítica “que levasse em conta a realidade social do país e reconhecesse o trabalho do psicanalista no campo social.”

Como afirma Mario P. Fuks<sup>40</sup>, nosso surgimento como instituição psicanalítica se deu a partir do “questionamento científico, ideológico e político da instituição oficial”, o que era possível no seio de uma instituição com as características do Sedes em um momento político crucial para o Brasil e para a América Latina, em que se buscava imprimir o caráter de resistência (não na acepção psicanalítica!) aos empreendimentos intelectuais. Cleide Monteiro<sup>41</sup> complementa ao dizer que aderir ao Sedes tinha – e julgo que ainda tem – o caráter de ratificar um certo posicionamento político, donde se pode depreender que a marca inaugural, da qual fala Mario P. Fuks<sup>42</sup>, renova-se na *opção* que fazemos, desde as origens, pela pertinência ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

## Referências bibliográficas

- Ahumada J. L. (1999). *Descobertas e refutações: a lógica do método psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago.
- Alonso S. L. (1994). Mal-estar inevitável – espaços possíveis (situando algumas questões). *Percurso*, ano VII, n. 12.
- \_\_\_\_\_. (2001). A construção do analista (Entrevista). *Percurso*, ano XIV, nº 27.
- \_\_\_\_\_. (2005). A apropriação das heranças no caminho da construção do analista. *Jornal de Psicanálise*, v. 38, n. 69.
- Amaral A. M. A. (2005). Tornar-se analista: variâncias e invariâncias. *Jornal de Psicanálise*, v. 38, n. 69.
- Castel P.-H. (1994). Igualdad de las condiciones y normalización de los individuos: cuestiones a partir de Tocqueville. In Fundación Europea para el Psicoanálisis. *La normalidade como sintoma*. Buenos Aires: Kliné.
- Chnaiderman M. (2005). Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, n. 35.
- Cromberg, R. U. (2005). Diálogos com Regina Schnaiderman (Debate). *Percurso*, ano XVIII, n. 35.
- Dayan, M. (1994). Normalidad, normatividad, idiopatia. In Fundación Europea para el Psicoanálisis *La normalidade como sintoma*. Buenos Aires: Kliné.
- Ferraz, F. C. (2003). A loucura suprimida: normopatia, pós-modernidade e insituições psicanalíticas. In Fuks, L. B. & Ferraz, F. C. (orgs.) *Desafios para a psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1914). A história do movimento psicanalítico. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980; v. 14.
- Frochtengarten J. (1994). A necessária inquietude de quem transmite. *Percurso*, ano VII, n. 12.
- Fuks L. B. (2002). Formação e supervisão. *Psicanálise e Universidade*, n. 16.
- Fuks M. P. (1988). Por uma história do Curso de Psicanálise. *Percurso*, ano I, n. 1.
- Gurfinkel D. (2005). Diálogos com Regina Schnaiderman (Debate). *Percurso*, ano XVIII, n. 35.
- Kernberg O. F. (2005). Crítica comprometida à educação psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, ano 38, n. 69.
- Menezes L. C. (1994). O Departamento e o Curso na formação de seus analistas (Entrevista). *Percurso*, ano VII, n. 12.
- Mezan R. (2002). Sobre a epistemologia da psicanálise. In *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2004). Longe da ortodoxia e do ecletismo (Debate). *Percurso*, ano XVII, n. 33.
- Monteiro C. (1994). O Departamento e o Curso na formação de seus analistas (Entrevista). *Percurso*, ano VII, n. 12.
- Nasio J.-D. (1993). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ocariz M. C. (2005). Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, n. 35.
- Pereira M. E. C. (2005). O ato analítico e a questão da formação do psicanalista. *Jornal de Psicanálise*, v. 38, n. 69.
- Schnaiderman R. (1988). Política de formação em psicanálise: alinhavando algumas anotações de leitura. *Percurso*, ano I, n. 1.
- Sigal A. M. (1994). O Departamento e o Curso na formação de seus analistas (Entrevista). *Percurso*, ano VII, n. 12.

\_\_\_\_\_. (2008). *Psicanálise e Universidade: entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas*. Inédito.

Silva Jr. N. (2003). Psicanálise: uma titulação, uma especialização, uma profissão? Debate promovido pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo. Inédito.

Souza M. L. R. (2005). Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, n. 35.

Stoller R. S. (1997). *Splitting: a case of female masculinity*. New Haven and London: Yale University Press.

Tanis B. (2005). Considerações sobre a formação psicanalítica: desafios atuais. *Percurso*, ano XVIII, n. 35.

Tocqueville A. (1835). A democracia na América. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Vicente M. F. (2005). Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, n. 35.

## The transmission of Psychoanalysis and psychoanalytic formation

**Abstract** This paper stems from the psychoanalytical transmission experience and training in the Psychoanalysis Department of Sedes Sapientiae Institute, in order to present the theoretical grounds of the so called *analytical tripod*. The paper claims that an institutional project on psychoanalytical training should be grounded on epistemological convictions about the object of psychoanalysis, the analytical practice and the appropriate institutional conditions. All the elements of the tripod should result in analytical effects. Moreover, the subjacent institutional devices should also work in agreement with the tripod, creating a friendly atmosphere, however not leading to alienation.

**Key words** Transmission of psychoanalysis; psychoanalytic training; psychoanalytic tripod

Texto recebido: 04/2008

Aprovado: 08/2008

# Sophie de Mijolla-Mellor

## Da Filosofia à Psicanálise

**Realização, tradução e edição** Renato Mezan

**Transcrição** Luiz Laureano Gouvea de Miranda e Marília Etienne Arreguy

**Renato Mezan** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, e professor titular da PUC-SP. Coordena a revista *Percurso* e é autor de *Escuta clínica* (Casa do Psicólogo) e *Figuras da teoria psicanalítica* (Escuta), entre outros.

**Luiz Laureano Gouvea de Miranda** é graduado em Letras (Francês-Português) pela UFF; Especialista em Tradução de Língua Francesa – UFF; atuando profissionalmente na Mediateca da Maison de France ligada ao Consulado Geral da França no Rio de Janeiro.

**Marília Etienne Arreguy** é especialista em tradução de Língua Francesa – UFF; doutora em pesquisas em Psicanálise e Psicopatologia – Universidade Paris VII e em Saúde Coletiva – IMS-UERJ; professora substituta na Faculdade de Educação da UFF; psicanalista da UTI Neonatal do HUPE – UERJ.

**E**m abril de 2008, Sophie de Mijolla-Mellor esteve no Brasil para uma série de conferências no Rio e em São Paulo. A carreira desta psicanalista francesa a fez acompanhar a evolução da nossa disciplina em momentos de grande densidade política, teórica e clínica: nos últimos quarenta anos, muita água correu sob as pontes do Sena.

Como ela mesma conta a seguir, sua opção inicial era a Filosofia. Em 1970, quando terminou seus estudos e começou a lecionar no secundário, a Universidade estava em polvorosa devido aos então recentes acontecimentos de Maio de 68. Convidada a participar de um projeto inovador, o do Departamento de Ciências Humanas Clínicas em Paris VII, desenvolveu ali – junto a Pierre Fédida, Jean Laplanche e outros – uma sólida carreira de professora, orientadora e pesquisadora. No momento, dirige naquela unidade a École Doctorale “Recherches em Psychanalyse”, na qual, em virtude de seu interesse pelos intercâmbios internacionais, acolhe muitos estudantes estrangeiros, especialmente da América Latina e do Brasil.

Próxima colaboradora de Piera Aulagnier, com quem editou por vários anos a revista *Topique*, Mme. Mijolla-Mellor escreveu um importante livro sobre o pensamento da psicanalista italiana – *Penser la psychose: une lecture de l'oeuvre de Piera Aulagnier* (Dunod, 1998). Ao lado de Alain de Mijolla e de outros colegas interessados em recuperar o passado do movimento psicanalítico, assim como em refletir sobre o que ele nos ensina, fundou em 1985 a Associação Internacional de História da Psicanálise, da qual atualmente é presidente. Ainda em colaboração com A. de Mijolla, dirigiu a elaboração do *Fondamental de Psychanalyse*

(PUF, 1996) e do Dictionnaire International de Psychanalyse – notions, biographies, oeuvres, institutions (Calmann-Lévy, 2002), para os quais redigiu numerosos verbetes.

Entre seus livros, dos quais A necessidade de crer está traduzido em português pela Unimarco, destacam-se Le plaisir de pensée (PUF, 1992); Meurtre familial: étude psychanalytique sur Agatha Christie (Dunod, 1995); L'enfant lecteur: de la comtesse de Ségur à Harry Potter (2006); Croire à l'épreuve du doute (2008), assim como uma excelente introdução ao estudo da paranóia (La Paranoïa, Coll. Que sais-je?, PUF, 2007). Nessas obras, baseadas numa ampla experiência clínica e escritas com invulgar clareza, explora como numa espiral alguns temas recorrentes, em particular o problema das bases pulsionais do pensamento e da criação, quer seja literária, teórica ou delirante.

Mais recentemente, no âmbito de acordos de cooperação internacional que incluem pesquisadores brasileiros e mexicanos, Mme. de Mijolla-Mellor vem trabalhando na interface Psicanálise cultura, em especial sobre os “mitos mágico-sexuais”, a respeito dos quais também fala na entrevista a seguir, concedida a Percurso quando de sua recente passagem por São Paulo.

Boa leitura!

RENATO MEZAN

**PERCURSO** A sra. poderia nos contar um pouco da sua trajetória?

**SOPHIE DE MIJOLLA-MELLOR** Quando era adolescente, não tinha em absoluto intenção de me tornar psicanalista. O que me interessava era a política. No último ano do colegial, fiz um estágio no jornal *Le Monde*, com Pierre Viansson-Ponté, um jornalista bem conhecido na época, que era o editor de política do jornal. Estava também entrando na Sorbonne para fazer filosofia: isso era da década de 1960, e as duas coisas – política e filosofia – estavam estreitamente associadas. Apaixonei-me pela idéia de me tornar jornalista política: parecia que tinha encontrado minha vocação. Mas Viansson-Ponté,

quando era adolescente, não tinha em absoluto intenção de me tornar psicanalista. O que me interessava era a política

muito sensatamente, me disse: “calma – é cedo demais! Complete primeiro sua agregação em filosofia, e depois veremos.”

**PERCURSO** O que é exatamente a agregação?

**SOPHIE** Na França, é o concurso mais elevado para se tornar professor de uma disciplina. Quando fiz a minha, havia dois mil candidatos para umas quarenta vagas – e ainda existiam dois concursos, um para os homens e outro para as mulheres. As provas eram as mesmas, mas se reservavam vagas para cada sexo, e havia duas Escolas Normais para os que queriam se preparar para o exame. Acho que a idéia era que houvesse certa paridade ou equilíbrio. Mas antes de passar a agregação, o interesse pela política me fez escrever um *mémoire* de mestrado sobre a liberdade do Estado em Espinosa.

Não cheguei a fazer a Escola Normal Superior, porque me casei muito cedo e parti com meu marido para a Indonésia. Fiquei um ano lá, e só na volta pude me dedicar novamente aos estudos, e passar o exame de agregação. Isso foi em 1970. Após o maio de 68, a Sorbonne tinha explodido, e uma das propostas inovadoras era a de um espaço de formação na Universidade de Paris VII, com o nome de *Sciences Humaines Cliniques*. A iniciativa foi da psicanalista Juliette Favez-Boutonnier; ela convocou outros analistas, como Pierre Fédida, e logo depois Jean Laplanche. Havia também psicólogos e filósofos que se interessavam pela Psicanálise, como Yvon Brès ou Michel Prévost.



quando era criança, eu ficava fascinada ao pensar que devido ao trabalho do meu pai sempre havia criminosos na casa. O que fazia com que alguém cometesse um assassinato?

A expectativa deles era de que um número relativamente modesto de estudantes se interessaria pela nova unidade, que de início não era de pesquisa, e sim somente de formação. Mas o que aconteceu foi surpreendente: a procura foi dez vezes maior que o número de vagas. Foi preciso contratar mais professores, e como a grande maioria dos que já estavam ali era composta por filósofos, chamaram alguns jovens *agrégés de philo* para cuidar dos seminários, serem monitores de estudos etc. Uma amiga que conhecia Juliette Favez-Boutonnier me apresentou, e foi assim que vim a participar desde o início neste projeto, que depois teve o desenvolvimento que se sabe.

Tinha sido aprovada na agregação, e durante dois anos fiz dupla jornada: como professora de filosofia do colegial e como assistente na Universidade. Ali ensinava Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Geral – o que nós filósofos conhecíamos da Psicologia, ou seja, quase nada. O contato com os psicanalistas, porém, me deu vontade de me aprofundar mais nessa disciplina. Foi então que resolvi fazer uma análise, num movimento que de início estava ligado a todo esse contexto.

Muitas vezes me perguntei: caso tivesse seguido minha primeira inclinação – filosofia e jornalismo – teria feito uma análise? Creio que sim. Não porque a psicologia me atraísse – no curso de Filosofia havia várias matérias de psicologia, mas não me interessei muito por elas – e sim porque a Psiquiatria me apaixonava, em particular a psicocriminologia. Meu pai era ad-

vogado criminal; trabalhava como Dr. Logre, um psiquiatra bem conhecido na época, e se interessava pelas determinações psicológicas em relação com a criminalidade. Eu pedi que ele me conseguisse uma autorização para assistir às “*présentations de malade*” que tinham lugar na Infirmerie Spéciale du Dépôt, uma agência da prefeitura de Paris. Era um lugar horroroso; não se usavam medicamentos, e alguns pacientes vinham em camisa de força, o que era bastante impressionante. Esse foi meu primeiro contato com a psicopatologia.

Quando era criança, eu ficava fascinada ao pensar que devido ao trabalho do meu pai sempre havia criminosos na casa. O que fazia com que alguém cometesse um assassinato? Haveria um meio para distinguir essas pessoas das outras? Desde pequena, essas questões me interessavam. Então, fui fazer análise com Michel Neyraud, da Société Psychanalytique de Paris, que também era psiquiatra. Atirei-me à leitura de Freud, e de outros autores, inclusive Lacan. Sempre mantive uma certa distância dele. Uma das professoras do nosso curso de Filosofia, Catherine Clément, assistia ao famoso Seminário. Era até engraçado: a disciplina dela era sobre Hegel, acho, mas a aula era logo depois do Seminário, e quando ela chegava nos contava o que Lacan tinha dito naquele dia. Li bastante do que ele escreveu, mas, ao contrário da maioria dos meus contemporâneos, nunca fui fascinada pelo seu pensamento.

Bem, comecei minha análise, e em 1973 fui nomeada assistente, que é o primeiro degrau da carreira universitária. Deixei o ensino secundário; muito lentamente, fui fazendo minha carreira, e – o que é raro na França – sempre no mesmo Departamento: a UFR (*Unité de Formation et Recherche*) Sciences Humaines Cliniques de Paris VII.

**PERCURSO** No início, era UER (*Unité d'Enseignement et Recherche*), não era?

**SOPHIE** Sim, porque ainda não havia o doutorado, que Laplanche conseguiu somente alguns anos

depois. E o termo “doutorado em Psicanálise” deu muito que falar, porque os psicanalistas achavam que poderia haver confusão com o doutorado em medicina. Mas o termo era mais ou menos imposto pelo Ministério das Universidades, e não uma escolha de Laplanche.

Nos primeiros tempos, trabalhei com Yvon Brès, que na época orientava as teses de vários colegas filósofos, entre os quais Michèle Bertrand. Ele não mostrou muito entusiasmo pelo meu projeto, que além de ser parecido com o dela era um tanto ambicioso: “as bases pulsionais da atividade filosófica”. Seria um trabalho de Psicanálise, e pretendia estudar mais de perto as possíveis relações entre Espinosa e Freud. Ele me pediu para pensar um pouco mais; resolvi que era melhor estudar a sublimação, mas com outro professor – e foi assim que passei a fazer parte da equipe de Laplanche.

**PERCURSO** E como a sra. encontrou Piera Aulagnier?

**SOPHIE** Foi em uma situação também não prevista. Em 1978, houve o primeiro colóquio de *Confrontations*, um espaço de discussão entre psicanalistas de todas as linhas fundado e dirigido por René Major. Era uma iniciativa interessantíssima, muito ecumênica. Piera Aulagnier apresentou um trabalho, e fiquei fascinada tanto pela voz dela quanto pelo conteúdo do que dizia. Além disso, o tema que ela abordou era bem próximo do da minha tese: a teoria do pensamento e da sublimação.

Na época, estava perto de terminar a análise com Michel Neyraut, e o caminho mais lógico seria fazer o restante da formação na SPP. Logo depois do colóquio, falei com Maurice Dayan, que era meu amigo, e ele me disse: “Se quiser, posso apresentar você a Piera. Acabo de lhe mandar um artigo para a *Topique*.” Assim, tive um encontro com Piera, que na época tinha dois seminários no hospital Sainte-Anne: o “aberto” e o “fechado”. Contei-lhe quem eu era, falei de quanto havia me interessado pelo que dissera no colóquio, e, seguindo o



*para poder acompanhar  
esses pacientes, pedi a Piera  
uma “análise quarta”,  
e a ajuda dela  
foi muito bem-vinda*

conselho de Dayan, pedi para participar do Seminário. Ela me aceitou em ambos, e ali as coisas mudaram muito; comecei a ler os textos dela, e também a ver com outros olhos os dos demais analistas, inclusive os do meu. Com Laplanche, que era exigentíssimo nos detalhes do contato com o texto de Freud, eu tinha tido uma formação muito sólida. Com Piera, retomei meu antigo interesse pela Psiquiatria. Retrospectivamente, vejo que havia uma certa lógica neste percurso.

Alguns meses depois, terminei a análise com Neyraut e comecei a atender pacientes. Naquela época isso era mais fácil do que hoje, e devo dizer que tive uma “mãozinha” da família: meu cunhado, também advogado criminal, me enviou diversos indiciados. Essas primeiras experiências com a criminalidade não eram de tipo pericial: consistiam em acompanhar o indiciado entre o exame psiquiátrico e o momento em que começaria a cumprir pena – o que poderia levar, digamos, uns dois anos. E como é de regra mandar os pacientes mais difíceis para os analistas mais jovens, também recebi alguns psicóticos. Para poder acompanhar esses pacientes, pedi a Piera uma “análise quarta”, e a ajuda dela foi muito bem-vinda.

**PERCURSO** Era uma supervisão?

**SOPHIE** Sim, mas de acordo com as regras da análise quarta. Àquela altura, eu sentia vontade de me aprofundar na área da Psiquiatria, e comecei a frequentar o seminário de Daumézon



*o vínculo com Piera  
rapidamente se transformou  
numa amizade, e passei  
a ajudá-la como secretária  
de redação de Topique*

em Sainte-Anne, e depois o de Lanteri-Laura, em cujo serviço comecei uma atividade clínica hospitalar – uma espécie de estágio, que depois continuei no CMP (*Centre Médical Psychologique*) Saint-Maurice, na rue de la Roquette, até por volta de 1982-83.

O consultório ia aumentando, e com toda essa atividade de formação a tese avançava lentamente. Talvez pudesse ter ido mais rápido, mas na época um Doutorado de Estado podia ser feito com bastante vagar. O fato é que só fui defendê-la em 1986, ou seja, levei sete anos preparando-a. No entretanto, havia feito o concurso de *maître-assistant*, que era o segundo grau da carreira. Com o Doutorado de Estado, podia aspirar a um posto de professor titular, e quando Laplanche se aposentou pleiteei o seu. Houve uma disputa interna – o outro candidato era François Gantheret, um analista bem mais velho do que eu, muito próximo de Laplanche. Este se viu numa posição difícil, já que ambos tínhamos sido seus orientandos. No final, foi o Ministério das Universidades que decidiu quem seria contratado, porque a situação era muito conflituosa, e os colegas acharam que seria melhor assim.

A essa altura – 1990 – eu me perguntava o que é que estava fazendo. O vínculo com Piera rapidamente se transformou numa amizade, e passei a ajudá-la como secretária de redação de *Topique*. Na época, embora houvesse um comitê editorial, era ela quem na verdade tocava a revista. De forma bastante natural, essa ligação

com ela me levou a solicitar minha habilitação ao Quarto Grupo, e não à SPP. Na época, a instituição – que tinha tido uma história bastante conflituosa – estava dividida em duas facções: a facção Piera e a facção Jean-Paul Valabrega. Não tanto no plano teórico, e sim mais no afetivo. E foi assim que me integrei ao Quarto Grupo.

**PERCURSO** O termo “análise quarta” não é familiar aos nossos leitores. A sra. poderia falar um pouco dela?

**SOPHIE** Sim. Na verdade, é uma teoria da supervisão que segue uma lógica simples. É preciso recordar que o Quarto Grupo surgiu de uma ruptura com Lacan. A gota d’água foi a questão do passe, mas havia outras razões, como as sessões curtas, que eram muito criticadas por Piera, e também por Valabrega. O motivo mais sério era a alienação que Lacan provocava nos seus seguidores. Daí o nome de “análise quarta”, em relação precisamente com esses efeitos de alienação. Aos três personagens da supervisão – o supervisor, o supervisionando e o paciente de quem se fala – é preciso levar em conta a figura do analista do supervisionando – uma figura internalizada, na verdade um resto transferencial. Junto com a forma pela qual o analista iniciante fala da sua prática, são esses vestígios transferenciais que constituem o objeto da análise quarta. Assim, é muito interessante, porque este não vem falar somente de como escuta o seu paciente: também toma consciência de como seu analista está “presente” nessa escuta. Ou seja, toma consciência da forma como ele mesmo, como paciente, foi escutado.

Como já faço essas análises quartas há um bom tempo, posso dizer que são como qualquer análise – não se pode decretar de antemão o que vai acontecer. De modo geral, há *alguns* momentos de análise quarta no decorrer de uma supervisão, mas o objetivo é que esta se torne, para o supervisionando, uma análise quarta. A coisa evoluiu desde as primeiras que foram feitas. Hoje, não diria que a finalidade é tomar consciência dos efeitos da alienação produzidos



assim, encontrei Alain em Aix,  
e foi uma paixão à primeira vista.  
Acabamos ficando juntos,  
e dali a algum tempo fundamos  
a Associação Internacional  
de História da Psicanálise

durante a análise do analista que pede a supervisão, mas simplesmente que ele se dê conta do que viveu como paciente. Isso lhe permite colocar em perspectiva, em “trabalho”, as interpretações que lhe foram dadas, por que, como etc. Isso era essencial para os fundadores do Quarto Grupo para que pudessem se desligar de Lacan.

Tive oportunidade de ler os primeiros textos de Piera, que ela não quis publicar. A influência de Lacan, tanto na maneira de pensar quanto de se exprimir, era patente neles. É perfeitamente claro a que ponto chegava essa espécie de *emprise*)<sup>1</sup>. Para mim isso era particularmente claro, porque não tinha sido seduzida por Lacan. Sempre tive medo de cair sob o domínio dessas *emprises de penser* (controle do pensamento). Talvez a formação em Filosofia tenha me ajudado a evitá-las. Com Piera não havia nada disso: sua atitude, os “tiques” do seu modo de pensar, se posso dizer assim, me lembravam o que havia visto em Espinosa.

**PERCURSO** E como surgiu a idéia da Associação Internacional de História da Psicanálise?

**SOPHIE** Em 1982, encontrei Alain de Mijolla. Ainda estava casada com meu primeiro marido, um engenheiro, com quem havia ido para a Indonésia. Alain e Jacques Caïn tinham em Aix-en-Provence um seminário semelhante aos de *Confrontations*, no qual psicanalistas de várias tendências vinham falar dos seus trabalhos. Para o primeiro colóquio mais amplo, cujo tema era “Sofrimento, Prazer e Pensamento”, convidaram Piera, e eu também enviei um texto. Ela não podia participar, e me sugeriu que fosse em seu lugar, para falar das minhas idéias – e também um pouco das dela.

Assim, encontrei Alain em Aix, e foi uma paixão à primeira vista. Acabamos ficando juntos, e dali a algum tempo fundamos a Associação Internacional de História da Psicanálise – lembro a data exata: foi um pouco antes do nascimento do nosso filho, em 1984. Foi uma idéia de Alain, que tinha e tem um grande interesse pela história, como se vê

pelo que escreveu no seu livro *Les Visiteurs du Moi*. Éramos poucos: ele, eu, Salem Chentoub, com quem ele havia escrito *Psychanalyse et Amachronisme*; meu cunhado, Jean-Marc Varaut, cuidou da parte jurídica.

A AIHP encontrou uma excelente acolhida no plano internacional, porque claramente havia necessidade de uma instituição desse gênero. Era uma forma de reunir colegas e trabalhos fora do âmbito das sociedades de psicanálise, algo que tanto Alain como eu desejávamos. O objetivo era acolher qualquer pessoa, analista ou não, que se interessasse pela história da Psicanálise. Achávamos que viriam historiadores, filósofos e profissionais de outras áreas, mas no final praticamente todos os membros são psicanalistas. A Associação já existe há vinte e quatro anos, e em novembro de 2008 deve realizar seu próximo encontro, que será em Roma. No momento, sou eu a presidente – um cargo que não ambicionava, porque é muito trabalhoso, mas tenho um grande colaborador na pessoa do vice-presidente, Jacques Sédat. A Associação está vinculada à Universidade de Paris VII, e as jornadas científicas são comuns a ambas. O que procurei fazer em meu mandato foi aproximar as diversidades; hoje há muitos estudantes que a freqüentam.

**PERCURSO** E a Revista Internacional de História da Psicanálise?

**SOPHIE** Ela era administrada por Alain. Saíram seis números, com um conteúdo científico muito rico, mas o custo era alto, e a PUF (*Presses*



*a própria forma da análise mudou, mas basicamente por uma razão econômica. Além de dispor de menos recursos, as pessoas têm que trabalhar mais*

*Universitaires de France*) decidiu interromper a publicação.

**PERCURSO** Bem. Até aqui, falamos da sua figura pública. Gostaria de ouvi-la também sobre os seus trabalhos, sobre o que a está interessando neste momento, e também sobre como vê o panorama da Psicanálise atual. Na sua opinião, desde 1970, o que se manteve e o que mudou?

**SOPHIE** Só posso falar sobre a França. Penso que efetivamente assistimos a uma transformação, mas não compartilho um certo pessimismo que se tornou comum. Há dois pontos a considerar: primeiro, a situação econômica das pessoas. De uns anos para cá, vem ocorrendo uma diminuição do poder aquisitivo, o que torna difícil fazer análises três ou quatro vezes por semana, como a IPA prescreve. Portanto, a própria forma da análise mudou, mas basicamente por uma razão econômica. Além de dispor de menos recursos, as pessoas têm que trabalhar mais, porque a vida ficou mais complicada. Isso ajuda a explicar a busca por jeitos mais simples e mais rápidos de se curar, como as terapias cognitivo-comportamentais. A meu ver, elas se tornaram atraentes essencialmente por razões econômicas.

Além da diminuição do número de sessões, uma outra conseqüência importante desses processos mais amplos é que aumentou o número

de pacientes que o psicanalista precisa atender para manter seu padrão de vida. Trabalhar com muitos pacientes exige um esforço psíquico bem mais intenso, e acaba acarretando alterações no modo de conduzir os tratamentos. Há uma grande diferença entre ver cinco pacientes cinco vezes por semana, e acompanhar quinze que vêm uma ou duas. Penso que ainda não avaliamos o alcance da mudança com que esse fato nos confronta.

Outra pergunta freqüente é se a Psicanálise evoluiu. Pensando na minha clínica, e no que ouço os colegas contarem da deles, diria que evoluiu muito, e isso não me parece em absoluto negativo. Primeiramente, evoluiu em termos de imagem: na França, havia a idéia de que a Psicanálise podia responder a tudo, uma espécie de inchaço, de hiper-valorização da figura do psicanalista. Essa posição não é mais sustentável.

Quando fui nomeada professora titular, o projeto que apresentei – e que é o nome da equipe que dirijo em Paris VII – era sobre as “Interações da Psicanálise”. Isto é, queria trabalhar – tanto pessoalmente quanto com colegas e doutorandos – sobre as maneiras pelas quais a Psicanálise pode interagir com outros campos; não *aplicá-la* a eles, como faziam Freud e Jung, mas *interagir*, deixar-se interrogar pelas outras áreas. Por isso privilegio as propostas que dialogam com as artes, com o Direito, com a Antropologia etc. Essa é a base da École Doctorale de Paris VII: a necessidade de colocar a Psicanálise em interlocução com as demais ciências humanas.

Em resumo, diria que há uma certa forma de Psicanálise que não está em absoluto morta, e uma outra, que vejo se desenvolvendo em várias dimensões. O fato de eu estar no Brasil é um sinal disso: hoje damos aos contatos internacionais mais valor do que antes. Nesse aspecto, Pierre Fedida foi um pioneiro quando estabeleceu com alguns colegas de São Paulo as relações que se conhecem. Hoje há vários analistas franceses que vêm ao Brasil; muitos pós-graduandos latino-americanos, asiáticos e

1 *Emprise* significa domínio, controle, poder que se exerce sobre algo ou alguém. Na falta de um equivalente preciso em português, preferimos deixar o termo no original.



*há um certo número  
de temas em torno dos quais  
eu trabalho: a psicose, a perversão –  
esta, mais nas suas conexões  
com a criminologia*

de outros países trabalham em Paris VII, professores estrangeiros nos visitam etc. A comunicação internacional é muito mais intensa do que antigamente. Por exemplo, no ano passado dei algumas conferências na China, e embora essa colaboração ainda seja incipiente, há grande interesse da parte de alguns colegas franceses em ampliá-la. O *esprit de chapelle* (espírito de panelinha) é bem menos visível hoje em dia.

**PERCURSO** Do lado da América Latina, há alguns fatores que facilitam essa aproximação com a França. Além da língua, por motivos políticos, muitos brasileiros, argentinos, chilenos etc. se refugiaram na França nos anos 1970; fizeram lá a formação psicanalítica, e quando regressaram aos seus países mantiveram contato e amizade com os analistas que conheceram lá.

**SOPHIE** Sim. Houve também um amadurecimento, e isso dos dois lados. Estou longe de ser pessimista. Aliás, depois de uma ofensiva bastante violenta, cognitivismo/comportamentalismo começa a refluir. Noto um interesse da parte de alguns terapeutas dessa linha em conversar com os analistas. É normal que as coisas mudem, especialmente quando – como ocorreu com a Psicanálise na França – elas atingem proporções excessivas ou importância desproporcional.

Voltando à evolução da Psicanálise: além da questão econômica, é preciso pensar nas conseqüências da regulamentação do *métier* e nas conseqüências da *prise en charge*, isto é, do pagamento das sessões por terceiros. É evidente que a liberdade da análise é severamente afetada por essa intervenção, quer ela venha do Estado (regulamentação, reembolso das sessões pela Segurança Social) ou de entidades privadas (seguros-saúde). O último número de *Topique* se debruça sobre esses problemas.

**PERCURSO** Diante disso tudo, por onde vêm caminhando seus interesses? No que a sra. tem trabalhado ultimamente?

**SOPHIE** Bem, penso que são uma continuação do que venho fazendo ao longo de toda a minha carreira. Não costumo fazer previsões: é mais uma navegação a olho nu. Há um certo número de temas em torno dos quais eu trabalho: a psicose, a perversão – esta, mais nas suas conexões com a criminologia. Psicose, perversão e criminologia constituem um eixo de investigações; um segundo é formado pela teoria da sublimação, do pensamento e da cultura. São os grandes marcos que enquadram meu trabalho, e no interior deles posso me interessar por isso ou por aquilo segundo o que vai surgindo no horizonte.

Por exemplo, recentemente fizemos um número da *Topique* sobre Psicanálise e Escultura, e me vi atraída pelo mito de Pigmalião. Isso me levou a trabalhar *Lolita*, de Vladimir Nabokov, o que de certo modo se cruza com os temas da perversão e da sublimação. Assim, os eixos permanecem os mesmos, mas, em função dos encontros, se aprofundam como numa espiral.

Aliás, estou muito contente com os que tive no Rio e em São Paulo, e com o projeto de colaboração sobre sublimação e processos culturais no qual começamos a pensar. Já conhecia alguns colegas brasileiros, e encontrei outros, como Daniel Kuperman, que também trabalhou sobre a sublimação e o humor. Esses encontros me mobilizam bastante, e com certeza vão relançar em mim coisas que estavam um pouco de lado. Penso que é preciso acreditar no acaso dos encontros favoráveis, e não programar as coisas de modo demasiado estrito.



*continuo a refletir bastante sobre a linha divisória entre crer e saber, esses dois movimentos tão diversos, e ao mesmo tempo tão imbricados um no outro*

Nos últimos quatro anos, o tema do meu grupo de pesquisa vem sendo o pensamento arcaico individual e coletivo. Para mim, isso tem muito a ver com a maneira pela qual o pensamento crítico mergulha suas raízes em algo muito diferente dele, e que é da ordem da crença. Continuo a refletir bastante sobre essa linha divisória entre crer e saber, esses dois movimentos tão diversos, e ao mesmo tempo tão imbricados um no outro. Desde 2002, e mais ainda nos últimos anos, essas questões se tornaram um objeto de investigação importante. Uma primeira elaboração delas está em *A necessidade de saber*, a respeito do que chamei “mitos mágico-sexuais”.

**PERCURSO** A sra. escreveu dois livros, um sobre a “necessidade de crer”, outro sobre a “necessidade de saber”. Pode nos dizer algo sobre eles?  
**SOPHIE** Um veio dois anos depois do outro. Em *A necessidade de saber*, apresento uma teoria sobre este conceito de *mito sexual*, que a meu ver é bem diferente da noção mais conhecida de teoria sexual. Já *A necessidade de crer* é uma análise metapsicológica do fenômeno religioso, mas ali me questiono também sobre a crença em geral. E no último livro que publiquei – *Croire à l'épreuve des doutes*<sup>2</sup> – volto a abordar o fenômeno da crença. Tudo isso faz

2 O título envolve um jogo de palavras: pode ser entendido como “crer, apesar das dúvidas”, ou como “o ato de crer, passado pelo filtro da dúvida”.

3 A ser publicado pela PUF, na coleção “Le fil rouge”.

parte do grande tema do pensamento arcaico coletivo e individual.

No seminário que mantenho na École Doctorale de Paris VII, trabalhamos bastante com os antropólogos, particularmente num projeto em conjunto com a Universidade do México acerca dos mitos do inframundo.

**PERCURSO** O que significa “inframundo”?

**SOPHIE** É o mundo dos mortos. Há muitos mitos sobre isso, coletados por etnólogos como Jacques Galinier, Bernard Juillerat e outros, que trabalham bastante com a Psicanálise. Estive no México no feriado de Finados, e vi como é impressionante a “presença” dos mortos que, segundo se supõe, nesse dia retornam para visitar os vivos. Há toda uma teoria mítica, uma explicação do mundo exatamente no mesmo sentido em que se pode dizer que a teoria da evolução é uma explicação do mundo. Esse conjunto de mitos é uma teoria da evolução que inclui o personagem do Diabo. Não sou a pessoa mais competente para falar dela, mas me parece interessantíssimo confrontar uma abordagem antropológica dessas questões com a Psicanálise. Minha contribuição mais pessoal tem sido sobre o mito das crianças, construído para explicar o enigma do nascimento e da morte. É um exemplo do que denominei “mitos mágico-sexuais”.

**PERCURSO** E sobre a sublimação, que já a interessava na época da tese de Estado? A sra. pretende voltar ao tema?

**SOPHIE** Sim. Agora nas férias de verão, quero escrever um novo livro, que se chamará *Le choix de la sublimation* (*A escolha da sublimação*)<sup>3</sup>. Não se trata tanto da definição desse processo; o que me atrai agora é algo que já havia dito no final do meu doutorado, e também num pequeno texto para a coleção *Que sais-je?*, intitulado *La sublimation*: esse momento de bifurcação no qual a pessoa ou toma um rumo da sublimação, ou deriva para uma saída perversa, ou constrói uma inibição erótica.

**PERCURSO** As opções que Freud enumera em *Leonardo*?

**SOPHIE** Exatamente.

**PERCURSO** A sra. disse que se interessava pelas bases pulsionais da atividade filosófica. Encontrou alguma resposta?

**SOPHIE** Não, nenhuma. Foi uma ambição de juventude que não se realizou. Hoje me parece que a forma que encontrei para tentar responder a essa pergunta foi refletir sobre a sublimação. Conceitualmente, a resposta está nesse terreno. Isso dito, a sublimação é todo um mundo. Laplanche dizia que ela é a cruz da Psicanálise – uma imagem muito forte: cruz como dificuldade e sofrimento, mas também como cruzamento de várias dimensões psíquicas. Talvez tenhamos errado em não a considerar suficientemente como um *movimento*, e portanto não a situar em diferentes níveis.

A meu ver, há sublimação quando passamos da crença ao conhecimento, ou da dimensão da evidência à construção de crenças. Há vários tipos de sublimação, não só uma, com S maiúsculo. Outro problema interessante é saber se se pode perder uma sublimação – os analistas discutiram isso, e às vezes os pacientes se colocam a mesma pergunta. Por exemplo, uma pessoa religiosa que se questiona se pode perder a fé. Ou então: “será que não posso me divorciar?”. É uma outra forma de crença. Se consideramos a sublimação como um movimento e não como uma plataforma na qual nos instalamos de uma vez por todas, vemos que se trata de um falso problema: não é o caso de ganhar ou perder, mas de *mudar*, de se movimentar. Se não mudássemos, estaríamos psiquicamente mortos.

**PERCURSO** A sra. escreveu bastante sobre o fenômeno religioso. Qual é a sua posição quanto às religiões instituídas?

**SOPHIE** Quando me perguntam qual é a minha religião, digo que sou espinosista, porque de fato é minha única religião – e na verdade não é uma. Se precisasse escolher uma religião, acho que seria o paganismo. Em criança, li muito sobre a mitologia grega, e me apaixonei por ela. Fui educada no catolicismo; quando meu pai – um católico fervoroso, autêntico – me via lendo mitologia, pegava o livro e dizia: “tudo isso é muito bonito, mas cuidado – não é o Deus verdadeiro”. Acho que ele se dava conta da sedução que o paganismo exercia sobre sua filha. Fiquei irremediavelmente no estágio mítico; o monoteísmo me parece um pouco triste.

**PERCURSO** E também intolerante. Penso no livro de Karen Amrstrong, *Uma História de Deus*, que traz dados muito interessantes sobre a atitude dos monoteístas a respeito dos “falsos deuses”: o verdadeiro Deus é o meu, e todo o resto é idolatria, superstição etc.

**SOPHIE** O fenômeno religioso é fascinante – aliás, bem mais do que pensava Freud. Hoje em dia, o comunitarismo e o integrismo colocam questões muito inquietantes. No momento, estou organizando um livro coletivo: *Sexualidade e religião*. Quero saber mais sobre por que todas as religiões se dedicaram com tanto afincio a regulamentar a sexualidade.

**PERCURSO** Bem, queria agradecer à sra. por essa conversa tão agradável e estimulante.

**SOPHIE** Foi um prazer também para mim. Muito obrigada!

Ana Elizabeth Cavalcanti  
Daniel Delouya  
Pedro Luiz Ribeiro de Santi

## Entre o divã e a cultura

**Ana Elizabeth Cavalcanti** é membro do Círculo Psicanalítico de Pernambuco e psicanalista e professora do CPPL – Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem de Recife. Autora, entre outros, de *Autismo: construção e desconstrução* (em co-autoria com Paulina Rocha) e *Reflexões sobre a Instituição Psicanalítica na contemporaneidade*.

**Pedro Luiz Ribeiro de Santi** é psicanalista, doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP, mestre em Filosofia pela USP. Autor de *A crítica ao eu na modernidade em Montaigne e Freud* (Casa do Psicólogo, 2003) e *Psicologia. Uma nova introdução* (em co-autoria com Luis Cláudio Figueiredo; EDUC, 1997), entre outros.

**Daniel Delouya** é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, e autor, entre outros, de *Torções na razão freudiana* (Unimarco, 2005)

*Ao longo de seus cem anos, a psicanálise contribuiu largamente para ampliar a compreensão do desenvolvimento psíquico humano e conquistou um lugar de singular importância na análise da subjetividade moderna. Muitos conhecimentos e preceitos psicanalíticos encontram-se difundidos na cultura atual. Reconhecida e utilizada prioritariamente como um procedimento terapêutico peculiar, parece não haver um consenso em torno do uso de sua particular escuta aos novos discursos produzidos pela cultura ou suas conseqüências para as subjetividades contemporâneas. Há os que defendem que a psicanálise deve se dedicar exclusivamente aos problemas do divã ou os que conferem a ela um lugar especial para revelar a significação dos fatos sociais. A sessão Debates deste número da Revista Percurso selecionou alguns colegas e propôs que refletissem e escrevessem sobre a seguinte questão:*

*A partir de sua experiência, como você analisa o campo de atuação da psicanálise na cultura contemporânea?*

**ANA ELIZABETH CAVALCANTI** O uso da psicanálise em extensão: uma questão política.

O uso da psicanálise em extensão é uma questão controversa entre os psicanalistas. Alguns defendem o uso, tanto de seus construtos teóricos como de seus dispositivos clínicos, em situações que extrapolam o enquadre clássico do consultório. Para outros, ao contrário, o seu uso deve ser restrito à situação clínica, tal qual foi pensada e construída por Freud.



*a verdadeira contribuição  
da psicanálise nesses campos  
é possibilitar a reedição da experiência  
freudiana de colocar em questão  
o instituído e criar narrativas que  
permitam positivar os mais  
diversos modos de existência*

O texto freudiano nos acena com as duas possibilidades. O Freud que utilizou a psicanálise para refletir sobre o seu tempo e a cultura foi o mesmo que, quando de sua viagem aos Estados Unidos em 1909, reagiu fortemente à idéia do psiquiatra T. Burrow de utilizar o dispositivo analítico em um grupo de doentes. Mais tarde, em 1919, em suas Conferências Introdutórias à Psicanálise, reafirmaria sua posição de que a psicanálise só poderia ser praticada na forma de tratamento individual, excluindo qualquer outro dispositivo.

Particularmente, compartilho com a idéia de que a psicanálise pode e deve ser utilizada de forma extensiva, tanto como ferramenta teórica para iluminar e ajudar a compreender os acontecimentos culturais do nosso tempo, quanto como dispositivo clínico destinado a acolher o sofrimento psíquico em suas diversas manifestações.

Nesses tempos em que ganha força cultural uma visão biologizante do homem que tenta reduzir a experiência humana ao funcionamento de neurônios e processos químicos; em que a singularidade é solapada pela generalização e universalidade simplista dos diagnósticos da moda (depressão, síndrome de pânico, ТОС, ТДАИ...); em que um ideal de normalização produz a figura do homem previsível e comportado em detrimento do homem da ação, livre e imprevisível, a psicanálise, como diz Elizabeth Roudinesco, parece uma vitória da civilização contra a barbárie. A psicanálise afirma a idéia de que o homem é livre e se singulariza pelo seu discurso e pelas suas ações, contrariando a idéia da biologia como destino. Aí reside, a meu ver, a atualidade da psicanálise e é aí que ela se inscreve no campo dos saberes como um discurso subversivo de resistência ao apagamento da subjetividade, à vitória da massificação sobre a singularidade, da norma sobre a liberdade, enfim, do cientificismo sobre a ética.

Nessa perspectiva, o uso extensivo da psicanálise, longe de ser apenas uma questão clínica, torna-se uma questão política. E, nesse sentido,

tem razão, a meu ver, o filósofo Jacques Derrida, quando se indaga se, para manter viva essa virtude subversiva de Freud no contexto da cultura contemporânea, a urgência atual da psicanálise não seria carregá-la para campos onde até agora ela não esteve presente nem ativa. E nesses campos o que realmente importa não é a defesa do aparelho conceitual nem a fidelidade à metapsicologia freudiana. A verdadeira contribuição da psicanálise nesses campos é possibilitar a reedição da experiência freudiana de colocar em questão o instituído e criar narrativas que permitam positivar os mais diversos modos de existência. Foi esse o espírito que orientou Freud em suas pesquisas e, se hoje a psicanálise perdeu um tanto de seu vigor subversivo, cabe a nós, psicanalistas, encontrar, tanto no campo psicanalítico – no pensamento freudiano e de seus sucessores – como fora dele – em pensadores que o iluminem e o revigorem – formulações que lhe devolvam sua feição subversiva, conferindo-lhe uma atualidade e disponibilizando-a como uma boa ferramenta para compreender e acolher o sofrimento humano em sua diversidade e indeterminação radical.

Hoje, felizmente, numa demonstração de que a força da palavra do fundador não foi suficiente para impedir o uso da psicanálise em diversos contextos, podemos encontrar inúmeras experiências, sobretudo institucionais, cujos dispositivos clínicos são psicanalíticos, embora pouco tenham a ver com o enquadramento clássico.



*a nossa experiência corrobora  
uma visão da condição humana  
inaugurada por Freud, centrada  
na singularidade que se revela  
pelo discurso e pelo desejo*

Nelas, a valorização da palavra e de sua força criadora, o lugar privilegiado das histórias singulares de seus atores, a aposta na polissemia de sentidos da experiência e nas infinitas formas de existência humana revelam-se como alguns dos efeitos da incidência decisiva da psicanálise em âmbitos diversos. É nesse contexto que se insere a experiência do CPPL<sup>1</sup> com o tratamento psicanalítico de crianças com Transtorno Global do Desenvolvimento – os autistas, como os denominávamos na época – cujo início remonta à década de 1980.

Desde o início éramos orientados pela idéia de que o enquadramento clássico psicanalítico não dava conta da complexidade e gravidade desses transtornos. Ficava cada vez mais clara a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que possibilitasse olhar as crianças sob a perspectiva de diversos saberes. Impulsionados também pela complexidade dessa clínica, compreendíamos que era preciso construir um espaço terapêutico institucional que oferecesse o suporte para a experiência analítica.

Estabelecemos, então, o enquadramento institucional, constituído pelo conjunto de acordos estabelecidos entre os pares institucionais. Uma vez estabelecidos, esses acordos funcionavam como uma lei à qual estávamos todos sub-

metidos, independentemente da formação ou função que exercíamos na instituição. O enquadramento delimitava um espaço onde era possível viver a experiência analítica, fomentando a transferência e sua análise, tanto dos terapeutas com as crianças como dos terapeutas entre si. O enquadramento, na qualidade de suporte da rede transferencial que ali se tecia, construía o espaço analítico institucional, condição para a emergência do desejo e sua expressão através da palavra.

Foi assim que, após alguns anos de trabalho, pudemos encontrar novas narrativas para redescrever os autistas, tratados até então, inclusive pelos psicanalistas, como seres sem subjetividade cujos modos de existência eram narrados sempre pela negativa: não falam, não se comunicam, não estabelecem contatos afetivos etc. Foi sem dúvida a experiência analítica que, possibilitando escutar essas crianças em suas radicais diferenças, nos permitiu afirmar suas subjetividades e positivar seus singularíssimos modos de existência.

É nesse sentido que entendemos a reedição da experiência freudiana. Afirmar a subjetividade das crianças autistas, restituindo-lhes a condição de sujeitos singulares, inseridos no campo da linguagem, tem estreita ligação com o que Freud fez com as histéricas, ao deslocar seus sintomas do campo do biológico para o campo do sentido, dando-lhes voz e positivando seus modos de existência. A nossa experiência corrobora uma visão da condição humana inaugurada por Freud, centrada na singularidade que se revela pelo discurso e pelo desejo. Se isso acontece na esfera da experiência analítica clássica do consultório ou no âmbito de outras experiências, a meu ver, não importa. O que importa de fato é que nós psicanalistas não abramos mão do lugar de resistência que nos cabe ocupar, num momento em que o que está em jogo é a própria visão da condição humana.

**DANIEL DELOUYA** Se os “problemas do divã” fossem desvinculados da cultura e do mundo social, o referido divã não seria mais o do tratamento

<sup>1</sup> O CPPL é uma instituição fundada em 1982 em Recife. Desenvolve desde então uma clínica institucional psicanalítica com crianças e adolescentes com Transtornos Globais no Desenvolvimento, além de atividades de ensino e assessoria à gestão institucional.

psicanalítico, mas de um outro onde se aplicam, quem sabe, luzes ou coisas de gênero, disponíveis, talvez, entre os apetrechos high-tech atuais. O fenômeno do encontro analítico, em oposição às análises laboratoriais de nosso sangue ou tecidos orgânicos – essas sim alheias ao regime cultural de nossa vida –, evidencia este fato: o que e com que se busca e se realiza a análise senão pelas vias sofridas da inserção do paciente junto aos outros, mais ou menos próximos, e em contextos diversos do seu universo social? E qual seria a visada e o exercício do analista senão dentro da metapsicologia cuja “shiboleth” (espiga, metáfora bíblica, da qual Freud se utiliza, para o fulcro do pensamento) é o Édipo, inserção do sujeito em cultura? Freud explorou, abundantemente, as conseqüências desta concepção nesses trajetos de mão dupla entre a vida psíquica e as produções primitivas, clássicas e modernas do homem, dialogando com a literatura, a poesia, a escultura, a pintura, a religião, a sociologia, a antropologia, a história e a política.

Tenho certeza de que os colegas, coordenadores do debate, compartilham, integralmente, as colocações acima. Portanto, a separação, à qual se referem, entre a sala de análise e a ocupação do analista no palco social deve se reportar a um outro aspecto, algo que acredito estar contido na palavra “contemporânea”, a atualidade. A psicanálise corre o perigo, segundo esse pressuposto, de não se atualizar: “o mundo avança e nós ficamos para trás... por isso a clientela nos abandona... vide a situação nos consultórios... é preciso vir ao encontro de...”. Citação fictícia que suspeito resume o desconforto de muitos colegas como se pairasse, hoje, uma verdadeira ameaça de aniquilamento da psicanálise. O incentivo para “re-atualizar” a psicanálise e ampliar o campo de atuação do analista se deve, ao meu ver, à preocupação com o nosso respaldo clínico na sociedade. O que lembra um temor parecido na comunidade psicanalítica durante e no final do terrível e sombrio período da primeira guerra mundial. A urgência nos pedidos de reatualização e reforma, ecoando em vozes, como

»»

*o analista é impelido a atuar  
na cultura a partir de e desde uma  
posição singular, regressiva, depurada  
no espaço analítico, que visa  
e acessa “a outra cena”  
da experiência humana*

as de Ferenczi e Rank, gênios efervescentes da psicanálise daquele período, é logo retrucada – e contundentemente – por Freud já no primeiro congresso pós-guerra sob um título que vale citar: Novas perspectivas da terapia psicanalítica. Não seria o caso de adentrar a trama e o drama da então conjuntura, mas apenas evocá-los como ecos à agonia escondida por detrás dos grunhidos emergindo das fileiras da comunidade psicanalítica e que demandam o nosso engajamento em meio ao discurso crítico da contemporaneidade. Citei acima a reação de Freud, em circunstâncias análogas, porém não semelhantes, para logo responder diretamente a pergunta que me foi dirigida pela Percurso. Penso que o analista é impelido, pelo caráter inerente da psicanálise, a atuar na cultura –entendida, aqui, no sentido extenso, da clínica e, como Freud, em outros espaços da cultura – sob a condição de prover sentidos e significações junto à sociedade, a partir de e desde uma posição singular, regressiva, depurada no espaço analítico, que visa e acessa “a outra cena” da experiência humana. O modo inabitual de pensar da psicanálise, a única em que se pode contribuir no palco cultural, está neste respeito, nessa atenção ao que se transfere, se dispõe na transferência, o infantil, pela via alucinatoria de realização pulsional. Repito, o respeito ao infantil recalcado e sua movimentação pela força anímica da pulsão.

O cultural é criado junto, mas, e ao mesmo tempo, em oposição a este desvelamento, como



*enquanto ética, a psicanálise deve, em sua técnica, caminhar, e o quanto for possível, na contramão da cultura, que sempre privilegiará negar o recalcado e o desamparo*

evidenciam as barreiras do nojo, repúdio e vergonha do período da latência, em que o jovem está prestes a adentrar o universo social. O cultural toma partido, em sua construção, da tendência negativa silenciosa, da negatividade encerrada na vida psíquica. A psicanálise é uma das artes de luta contra algumas dessas derivadas operações negativas (do recalco, da recusa e da rejeição) que desrespeitam o infantil e seu motor de origem, a pulsão. Tal desrespeito, e crescente, ao recalco e à satisfação pulsional, exercida pela cultura em sua exigência sublimatória, é vingada pela pulsão, transbordando os limites da manutenção do eu do sujeito. O que, portanto, acarreta a exposição do sujeito a carências substanciais de origem e que podem levá-lo ao colapso, ou à eclosão de doenças psicossomáticas, assim como de mal-estar, do masoquismo moral e sua face reversa em formas agressivas de atuação, na adição e outras desordens no palco social. É verdade que essas conseqüências da vida em cultura, tal como o aumento de desordem, explodindo no interior do projeto cujo objetivo era aperfeiçoar e intensificar as ordens, vêm sendo notadas (como na obra de Bauman) pelos críticos da contemporaneidade. Não obstante, vários psicanalistas sentem que é insuficiente apenas analisar e interpretar a partir da nossa posição “clássica”; preferem se precipitar e se filiar à crítica contem-

porânea, pois esta abriga sempre uma promessa em seu próprio ato acusatório de responsabilizar a cultura pela maldade, por fazer a coisa errada. Posição implicando solução: “é preciso fazer alguma coisa”. O que, no meu entender, acelera a tendência dos agentes “conscientes” e esclarecidos da cultura a encontrar ações dentro de uma religiosidade secular que acredita “resolver” o desamparo, inventando messias, em nome dos quais se perpetuam as ações alienantes. Nessa perspectiva, abole-se o respeito ao conflito e a aceitação do desamparo, elucidado na segunda tópica freudiana. Os messias da psicanálise vêm empreendendo – aliados a essa corrente que desistiu de nossa tarefa mais árdua de apenas assumir nossa posição de analisar – um discurso sociológico da clínica e sócio-etiológico da psicopatologia, dita “contemporânea”.

Penso que a psicanálise deve sempre se ater a – e atentar para – uma cena diversa daquela da vigília do palco cultural. Como ética, a psicanálise deve, em sua técnica, caminhar, e o quanto for possível, na contramão da cultura, que sempre privilegiará negar o recalco e o desamparo. A nós cabe analisar, este é o curativo, e deixar – posição de imenso desafio – a cura, a solução, para o “deus”, como diz Freud muito cedo, citando um sábio médico cujo espírito contrastava com o da atual medicina e do pensamento engajado da contemporaneidade, de tudo acreditar poder dominar e solucionar.

**PEDRO LUIZ RIBEIRO DE SANTI** “Eu disse a vocês que a psicanálise começou como uma terapia; mas não é em qualidade de terapia que eu gostaria de recomendá-la a seu interesse, mas por seu conteúdo de verdade, pelos esclarecimentos que nos proporciona sobre aquilo que mais interessa ao Homem, seu próprio ser, e pelas relações que descobre entre suas mais diversas atividades.” [S. Freud]<sup>2</sup>.

Boa parte da tradição psicanalítica identifica a alteridade como uma dimensão clínica

2 Novas conferências de introdução à psicanálise (1932), Conferência XXXIV, “Esclarecimentos, aplicações, orientações”, GW, XV, 169; BN 3190.



*a repressão ao sexual persiste,  
mas vivemos situações de maior  
exterioridade e fragilidade psíquica  
do que aquelas analisadas por Freud;  
sofremos mais por vergonha  
que por culpa*

e teórica fundamental. As figuras da alteridade são variadas: o sintoma é um estranho ao eu; o inconsciente foi a primeira formulação teórica de Freud sobre a alteridade que nos habita e, talvez, a pulsão de morte, seu limite. É claro, outras figuras da alteridade ao psíquico se impõem: o corpo, a outra pessoa, o “mundo externo”.

Possuindo a alteridade esta dimensão teórica e clínica, como poderia um psicanalista se encastelar narcisicamente em seu universo e reduzir seu interesse pela experiência humana à clínica?

Como diz o enunciado do qual parte a questão inicial, desde sua origem, a psicanálise existe para além da clínica. Ela é ao mesmo tempo para nós, psicanalistas, sua principal fonte e sentido. Estar sensível ao que esteja para além da clínica não ameaça a nossa identidade e a especificidade da contribuição que oferecemos à compreensão do Homem. Talvez, pelo contrário, seja mais nocivo ao pensamento e avanço psicanalíticos o risco que corremos de ficar fechados no próprio consultório, atendendo predominantemente futuros psicanalistas.

Ainda com relação ao enunciado inicial proposto, é curiosa a expressão “se dedicar aos problemas do divã”, uma vez que, desde os primeiros seguidores de Freud, a clínica psicanalítica expandiu-se do campo da neurose e do divã para campos de atendimento distintos e para formas de sofrimento diversas, assim como para ambientes institucionais nos quais é convocada a intervir. Não se atende em divã crianças, psicóticos em surto, pacientes em enfermarias hospitalares, constituições psíquicas frágeis que sucumbiriam à angústia com a perda do contato visual com o analista etc. É do interior do próprio campo clínico que a psicanálise pôde também transcender ao divã.

Fazendo borda com o campo da clínica psicanalítica, temos o educador, o filósofo, o fonoaudiólogo, o médico, o historiador, o acompanhante terapêutico etc. E um pouco mais para além, o advogado, o artista, o político. Trata-se de esferas mais amplas que se podem traçar a partir do ponto central do “divã”.

No Brasil, assistimos a um boom da psicanálise nos anos 1980. De um período em que a psicanálise era relativamente restrita ao ambiente da Sociedade de Psicanálise, passamos a conviver com sua ampla difusão, assim como com seu debate com o campo da filosofia ou de fenômenos políticos e sociais. Desde então, habituamo-nos a ler em grandes meios de comunicação artigos de psicanalistas tratando de questões sociais contemporâneas: Renato Mezan, Contardo Calligaris e Jurandir Freire Costa são nomes de referência. Do último, remeto o leitor em especial a *O vestígio e a aura. Corpo e consumismo na moral do espetáculo*. (Rio de Janeiro: Garamond, 2004); essa obra é um excelente exemplo da pertinência do uso da psicanálise na compreensão do mundo social e político contemporâneo.

Os caminhos abertos por Freud no campo da cultura são bastante conhecidos e reconhecidos. Mas podemos observar que as transformações pelas quais passou o mundo desde suas últimas palavras a respeito, no monumental *O mal-estar na civilização*, talvez tenham tornado suas posições ultrapassadas.

A repressão ao sexual persiste, mas vivemos situações de maior exterioridade e fragilidade psíquica do que aquelas analisadas por Freud; sofremos mais por vergonha que por culpa. A vergonha diz respeito a ser pego em flagrante ao realizarmos algo que sabemos ser errado, mas a que nos permitimos; a culpa é aquele monstro



*uma análise crítica do consumo  
pode nos mostrar o quanto recorremos  
a ele para ligar e buscar descarregar  
tensões internas primárias*

interno que nos acompanha onde quer que estejamos sem um olhar externo sobre nós. Pois então, o grande algoz de O mal-estar... parece hoje estar “fora de moda”. A culpa dizia respeito a um mundo no qual as pessoas abrigavam uma interioridade consistente; num mundo mais superficial e invasivo como o contemporâneo, recursos psíquicos distintos são mobilizados, resultando num mundo interno que se empobrece e num psiquismo que se mantém mais escorado na exterioridade.

Assim, podemos dizer que algumas das análises culturais de Freud já não se aplicam ao Homem contemporâneo, mas podemos igualmente evocar instrumentos teóricos criados pelo próprio Freud amplamente evocados como instrumentos de reflexão sobre a subjetividade contemporânea: narcisismo, trauma e dissociação são alguns deles.

No curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da COGEE PUC-SP, do qual sou professor, cerca de metade dos alunos não são psicólogos e não pretendem se tornar psicanalistas. Em sua maior parte, eles já têm sua atividade profissional, mas percebem que há algo na escuta analítica e na concepção de Homem da psicanálise que pode lhes ser fundamental em suas atividades. Acreditamos que tanto aqueles alunos têm um ganho importante ao conhecer a obra de Freud, quanto que nós nos alimentamos e respiramos com o contato com realidades distintas daquelas com as

quais convivemos cotidianamente em nossos consultórios.

Uma aluna, por exemplo, é juíza e trabalha num Tribunal de Pequenas Causas. Ela percebe que as partes em litígio costumam estar mais interessadas em reparações morais e em poderem narrar a história de seu prejuízo do que em resolver uma causa objetiva. Outra aluna é ginecologista e depara com situações inusitadas como a de uma paciente que, estando em dificuldades para fazer o desmame de seu filho, pede à médica que interrompa quimicamente a produção de seu leite; ou como a de encontrar um casal com um filho e ouvir os pais dizerem: “foi essa mulher que pôs você no mundo”. Por fim, um aluno é bailarino e procura compreender a dimensão erógena e representativa do corpo enquanto dança. Tudo isso é muito rico e provocativo à nossa escuta. E aqueles profissionais buscam uma condição melhor de entender e escutar as demandas com que trabalham, através da psicanálise.

Sou também professor na Escola Superior de Propaganda e Marketing. Esta experiência pode soar ainda mais estranha e, mesmo, antiética. Mas o que é evidente é que o consumo é uma dimensão fundamental de nossa experiência contemporânea e a psicanálise tem muito a colaborar na compreensão desse fenômeno. Uma análise crítica do consumo pode nos mostrar o quanto recorremos a ele para ligar e buscar descarregar tensões internas primárias; o quanto buscamos encontrar através dele nossos ideais identitários e de completude. E, o que é mais importante, o quanto a cultura contemporânea nos excita e provoca mecanismos compulsivos tão semelhantes àqueles que estudamos em psicanálise, a respeito dos vícios e das perversões.

Para concluir: uma discussão sobre se nós psicanalistas concordamos com o uso da psicanálise para a compreensão de fenômenos para além da clínica é, de fato, ociosa. Isso simplesmente já ocorre e é coerente com a própria natureza da psicanálise. Cito outra passagem de

Freud: “[...] eu disse com freqüência que considero mais importante a transcendência científica da análise que a médica e que, como tratamento, considero mais efetiva a ação sobre as massas por meio do esclarecimento e da revelação dos erros que a cura de pessoas ilhadas.” [Sigmund Freud/ Oskar Pfister. Correspondencia (1909-1939), p. 115. México: Fondo de Cultura Economica, 1966].

A psicanálise traz uma contribuição preciosíssima ao abordar o campo da realidade psíquica, das significações, conflitos, traumas e afetos da experiência humana. Nesse sentido, ela é maior do que o conjunto dos psicanalistas. A psicanálise definitivamente também é Cultura.

Quanto a nós, temos o privilégio de habitar o espaço clínico no qual aquela dimensão humana se evidencia de forma dolorosa, bela e profunda.

## O romance da neurose obsessiva

Renata Udler Cromberg

Resenha de Rubia Delorenzo, *Neurose obsessiva*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007, 162 p.

O extraordinário estilo da escritora e psicanalista Rubia Delorenzo compõe o seu livro em um gênero insólito na literatura psicanalítica: o romance da neurose obsessiva. Explico-me. Se à maneira freudiana podemos pensar a histeria e suas preocupações acerca do amor como mais ligadas à forma romance, a neurose obsessiva e suas cavilações reflexivas em torno do ódio e da morte se assemelhariam à forma do tratado religioso ou do gênero de suspense. Mas é uma mulher a inventar o romance da neurose obsessiva conferindo a ele uma grande riqueza, já que sua forma mesma tenta quebrar com a ordem esterilizante e anti-erótica do mundo obsessivo, buscando constantes metáforizações ao deslocamento incessante que a viagem labiríntica do obsessivo traz. Se o menino-na-menina da mulher pode encontrar ecos e ressonâncias na travessia do obsessivo, é como mulher que a autora consegue a distância necessária para observar sem se deixar tragar, para entender sem aprisionar. Mulher “heteros” a acompanhar a tessitura

**Renata Udler Cromberg** é psicanalista, formada em psicologia e filosofia, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e doutora pelo IPUSP. É autora dos livros *Paranóia* e *Cena incestuosa* para a coleção Clínica Psicanalítica e de vários ensaios, artigos e resenhas.

do mapeamento de uma ordem homogeneizante e reasseguradora que mata toda brecha que denuncie alteridade. É assim que deixa entrever uma leitura minuciosa dos principais autores que trabalharam sobre o tema, mas que é digerida e transformada em matéria que segue o curso do seu próprio veio reflexivo. Nada de simples ordenações didáticas e explicativas, mas de tornar o pensamento dos autores alimento combustível de sua própria narrativa apaixonada e apaixonante, não naquilo que a paixão tem de alienante, mas naquilo que ela tem do compromisso que o ser faz com o seu semelhante a partir de suas próprias vísceras. É ela mesma quem nos fala do solo em que brota a sua paixão pela escrita. “É pela experiência do excesso ou pela vivência do nada que escrevemos. Quando nos encontramos no deserto, ou quando queimamos no inferno, quando já não podemos pensar, quando já não podemos dizer” (p. 87). Mas a escrita analítica tem ainda uma função de transmissão desordenada e não linear. Ela busca se aproximar daquilo que os efeitos da experiência da análise desalojam e modificam o analista. Os escritos “surgem das infiltrações da transferência, como testemunho e desejo de partilha do anseio de encontrar alguma possibilidade dentro do impossível da tarefa – sempre inconclusa – de psicanalisar” (p. 89). A impossível tarefa sendo a capacidade do analista de metaforizar o não verbal. “Escrevemos, talvez, na tentativa de transformar: dar figura ao desfigurado, soprar o inerte, agitá-lo, dar solo ao nômade” (p. 89). É nesse veio literário, entremeado de citações dos casos clínicos de seu inspirador, Serge Leclair, que a admirável e fluente escrita clínica de Rubia Delorenzo brota na exposição de duas observações clínicas, cujos títulos já dizem tanto da poesia implacável com que enfrenta o perturbador da neurose obsessiva: “Sobre a morte na figura da mulher: objeto inanimado, presença demoníaca” e “A muralha e a posse: figuras do mortífero em um obsessivo”.

Pois não é do visceral de que se trata na neurose obsessiva? Deste momento infantil em

que a endopercepção das vísceras anais como a fábrica produtora do primeiro objeto destacável de si, o cocô, este volume que a partir de então se torna o prazeroso e angustiante veículo das operações físicas, sensoriais, afetivas e mentais da retenção e da expulsão?

Ora, junto com esse volume visceral, Rubia faz surgir o personagem principal de seu romance: “a figura imponente, dilatada, que é o eu grandioso, onipotente, dominador, que se avoluma na fase anal” (p. 84), cuja saga se propõe a acompanhar de diversos ângulos. Mas é o circuito da agressividade a teia que lhe vem dar essa particular fisionomia. Seguindo suas pegadas, o eu, “pressentindo-se desguarnecido, agarra-se à posição de domínio, à tendência a se tornar senhor do outro, conquistada por identificação”, eu sádico que humilha aquele do qual desconhece os desejos e pedidos (p. 84). Este circuito da agressividade é montado sobre dois pilares: as condições do narcisismo e a dimensão do intercâmbio, da substituição e da reversibilidade que o sadomasoquismo – como certa gramática ou determinado argumento inconsciente – traz de transformação da pura destrutividade. É o que permite entender que na neurose obsessiva a posição média, reflexa, autopunitiva só ocorre por identificação. Assim, o “eu me torturo” de culpa, de punição, de ódio a si mesmo, deve ser entendido como “eu torturo em mim o objeto que aí coloquei”, prenúncio do tema do superego, de que o eu é também um outro (p. 82-3). Pelo atalho do auto-castigo, “o sujeito obsessivo cultiva seu ódio vingativo sobre seus objetos de amor” (p. 140). A estrutura agressiva funciona para negar a dívida para com o outro, a dependência do eu, a alteridade que o constitui. “É justamente nas trincheiras da defesa egóica – onde operam os mecanismos de inversão, anulação, isolamento – que o obsessivo sustenta sua negação e sua tenaz resistência” (p. 85-6), pelo medo da morte e do destroçamento do corpo. É vivendo essa tensão de domínio que o eu exige, recusa, ordena e subjuga. O eu obsessivo contorna os fragmentos, os elementos disjuntos, buscando

sempre a síntese. Quando busca se ressituar, se recompor, escapando da sensação de estar perdido e desamparado, é que ele tende para a estabilidade do inorgânico, através de seus mecanismos de defesa. A paixão conformista o arrasta para uma vida morta, sem riscos. Há um silêncio dos afetos. A pergunta aterrorizada do obsessivo é: “Estou vivo ou morto? Pois em sua paixão pela forma, pelo mundo organizado pelo tratamento dado ao tempo, pelo qual sonha em perdurar e se manter intacto”, longe da castração, não é difícil perceber a rigidez cadavérica dos processos de identificação animados por um perpétuo jogo de espelhos (p. 86) Ele vive por procuração, ausente do campo do desejo e é a imagem e não ele que o substitui na dialética do desejo.

A autora nos diz que é o ângulo da articulação da analidade com o complexo narcisista que traz os fundamentos metapsicológicos da neurose obsessiva. Se o ódio e o narcisismo são analisados em Freud no segundo capítulo, o terceiro capítulo aprofunda a análise da relação entre complexo narcísico e a analidade sob o realce da demanda materna e do sacrifício de si. Essa relação é, na neurose obsessiva, uma estrutura de subjetividade. “A analidade reformula o campo da demanda em relação à oralidade” (p. 67) e é o tempo de consolidação do eu e da descoberta do não. Há a presença de dois lugares intercambiáveis e o esboço do registro do simbólico no sujeito, “nesta particular conjunção que vem ligar o objeto anal e seu valor à dimensão da palavra e ao símbolo da negação” (p. 67). O eu trabalha expandindo-se e amplificando a imagem especular, materializando-se – na analidade – a aspiração agressiva do narcisismo. É assim que a autora desdobra a instância do ego ideal: “A criança no espelho mata, no imaginário, o rival invejado em seus atributos. Instala-se em seu lugar e, perpetuando o desaparecimento do objeto da identificação, ela o substitui por um eu tão monumental como o era a mãe diante dos olhos fascinados da criança” (p. 68). Entre o sacrifício dos excrementos pela demanda materna, que a criança perde e vê partir, e a fantasia

de controle sobre os excrementos do poderoso efeito de criar e destruir, constitui-se a primeira e mais preciosa dádiva da vida da criança e toda a dialética do ser de valor. Dialética ambígua da dádiva anal, pois a mãe pede com fervor o que logo sumirá da vista da criança.

“A entrada do excremento no processo de subjetivação pela via dos ambíguos pedidos maternos produzirá conseqüências para a organização subjetiva: a mãe, que deveria ser a primeira proteção contra a angústia, será, no entanto, na estrutura obsessiva, sua causa mais poderosa” (p. 74). A criança entra num regime de trocas que vem significar a necessidade como presente à mãe. A experiência sexual precoce do obsessivo é feita da necessidade de desdobrar-se para servir, atender e agradar a mãe. E, assim, a demanda do Outro prevalece sobre o próprio desejo. No âmbito da relação anal, o outro ocupa o lugar de domínio pleno. O obsessivo desaparece do mundo com o presente que cede ao outro. “Objeto ego, objeto não-ego, objeto valioso, dejetos a expulsar, disposição narcisista ou sacrifício de amor? Ser ou não ser, merda ou maravilha, essa é a questão com a qual se ocupa, a hesitação que o consome, na hiância sempre aberta pela angústia de existir” (p. 76).

Mas é no último capítulo que a mãe do obsessivo vem ocupar a cena (ou seria roubar a cena?). Aqui, Rubia Delorenzo faz a crítica, no sentido de exame para balanço, da posição de Freud em relação à preservação que ele sempre fez da relação entre o obsessivo e sua mãe. A neurose obsessiva é baseada no recalque do ódio, que aparece em diferentes concepções na obra de Freud. A rivalidade com o pai, que é – ao mesmo tempo – modelo e obstáculo de satisfação de desejo, forma o campo da base edípica de hostilidade ao pai, o veio principal que percorre desde as origens até os últimos escritos de Freud. O mito do pai primevo em Totem e Tabu aponta para a positividade do ódio que leva ao assassinato e à possibilidade de uma herança simbólica. Mas “a revolta dos filhos contra as mães permaneceu para Freud terra incógnita”

(p. 127). Para a autora, Freud furtou-se à idéia de que uma mãe abrigasse hostilidades com relação ao filho. A evolução do tempo da infância se apresenta sempre nostálgica de um tempo de bem-aventurança, de um gozo extraordinário e perfeito. Freud “resistiu a um exame mais persistente do excesso de mãe e, menos ainda, dedicou-se a analisar seu ódio” (p. 129). Ela diz mais: parece suspeita a afirmação freudiana sobre a relação mais-que-perfeita da mãe com seu filho homem. Essa é quase sempre a fantasia do obsessivo, reconhecendo-se intimamente como o favorito dos deuses. Esse sinal do destino pode, no entanto, encaminhá-lo tanto para sua fortuna quanto para sua miséria. “Conhecemos os exageros do amor e seu alcance. O amor materno, sabe-se de longa data, poderá ser tão destrutivo quanto é cruel o da criança, em sua desmedida exigência” (p. 130).

Inspirando-se em Fédida, ela se pergunta se não será do campo do materno que emana o excesso de excitação, o excesso de solitação que faz intervir uma intolerável invasão. É daí que viria o padecimento obsessivo expresso no sentimento de intrusão, no temor de exposição ao contágio, no risco de transmissão pelo toque, na exigência de uma “distância radical exigida pela crença na capacidade onipotente de invadir, tocar e destruir pelos pensamentos” (p. 120). O que está em jogo aqui é a mãe demais, cujo desejo de morte inconsciente fabrica tanto a idealização do filho como perfeito quanto a superproteção como modelo de mãe. O drama da idealização é que ela está perigosamente unida à decepção que favorece a presença do ódio. Se a mãe não tolera o seu ódio para dar realidade à criança, “só lhe resta o caminho do masoquismo” (p. 133). Estamos aí no campo dos “efeitos tremendos do narcisismo” (p. 133). Se a mãe do obsessivo não abandona “a representação de um filho perfeito, imaginário, identificado a uma sombra do passado que ele teria a missão de encarnar, se ela se dirige a um criança que não é real para alimentar-se desse sonho, sem dúvida sua criança não será odiada. Mas será uma ima-

gem que vive no sonho da mãe, não é a criança de carne e osso, nunca reconhecida” (p. 132).

A autora nos diz que é a sedução materna que dará a especificidade à problemática obsessiva. “Precoce, maciça, polimorfa na perversão, a sedução erótica efetiva está ausente da problemática obsessiva” (p. 134). Pois a severidade é a marca da mãe que exprime a transformação desse recalco do laço íntimo e precoce erótico. “Uma distância afetiva, técnica, selada pelo rigor e dever, aparece como o avesso do impacto dos cuidados – dos olhares, dos toques – dos quais o obsessivo conservou a intensa impressão.” (p. 134). Habitado pelo intenso erotismo do vínculo de fusão-devoração, esse recalco retorna deformado no “tom depressivo, desvitalizado, insatisfeito que se apreende no agir metódico e criterioso da mãe” (p. 135). Ser moral, digna e reservada, mãe sem fantasias ou ímpetos libidinosos, é a mãe de quem se herda o modelo da infâmia do desejo. O obsessivo não pode ignorar o objeto de paixão indestrutível que é a mãe assim como seu poder excepcional a quem serviu. Essa mãe extrai sua melancolia “dessa renúncia que não quer fazer: aceitar-se perdida para o filho” (p. 136). Posição paradoxal da mãe: oscilante entre a distância e a possessão, ela denuncia a força do erotismo das origens e seu aprisionamento. A autora se pergunta se não é isso o que interdita qualquer ligação verdadeiramente amorosa ao obsessivo, aquilo que lhe reserva o destino no amor de que o encanto se desvaneça e que seu desejo se apague.

Mas é o fantasma masoquista que mora no centro do seu ser que é a paixão do obsessivo. A nascente desse ódio primordial de si, que é também a origem do supereu, está no matricídio, pensamento que Rubia resgata de Conrad Stein, na interpretação que este faz da lenda de Édipo e Jocasta como um matricídio censurado. O verdadeiro crime de Édipo foi o “desejo de conhecer seu destino, sem complacência, contrariando os apelos de Jocasta, apelos para ignorar” (p. 143). Há portanto, para a autora, um deslocamento da questão do supereu no

entendimento da neurose obsessiva. É na figura da mãe dos primórdios, mais que do pai edípico, que ele se apóia. O ódio se origina de uma perda, de uma ruptura, de uma desobediência, de uma distância com a mãe. “Ele surge pelo desvio do fascínio incestuoso, no movimento de separação que torna possível criar o mundo do sonho e da fantasia, criar pensamento e linguagem” (p. 145). No entanto, é o mesmo ódio que restitui o sujeito à unidade perdida. Quando se perdeu o paraíso do dois em um, se instaurou o laço de ódio, sentido primeiro do que Freud nos diz de que o ódio nasce com o objeto. “Ódio cujo destino será, em parte, o do recalco, porque se gera no caldo do desamparo e da servidão” (p. 147). E a autora se encaminha para a conclusão de seu belo livro perguntando se haveria algo mais devastador e insistente na neurose do que esse discurso primitivo, imperativo e arbitrário que está na origem da formação do que chamamos de supereu.

Mas é na separação dos começos que está o início para o sujeito obsessivo das devastações de seu autoerotismo produzidas através da cativação pela mãe e na mãe do obsessivo, a ruptura de seu autoerotismo na violência do parto que a deixaria num abandono sem luz, sobretudo se falta à mãe a palavra que a reconheceria inscrita na rede simbólica da filiação, ou, ainda, “se lhe falta o amparo que lhe permitiria apropriar-se de um lugar materno engendrado na narrativa familiar” (p. 149), mãe assumida pelo mito, embalada nas palavras da tradição.

Mas será na grande boca dos obsessivos – suplicante, exigente, disfarçada ou abertamente voraz, mas sempre demandante – que a análise deverá insistir. Desejo de fusão-devoração e de apropriação da mãe atormentada que comprime e se apodera. “Desejo de tornar seu o excesso que o expropria de si mesmo, deixando-se devorar por ele”. (p. 149-50). Se o seu segredo inconfessável permanece na cumplicidade de uma relação vampírica de uma satisfação oral arcaica, é aí que a análise deve incidir, numa dolorosa travessia, que ignora os apelos maternos para o

desconhecimento e encontra o ódio em estado puro à espreita.

Para desalojá-lo, pulverizá-lo, direcioná-lo para fora, para o mundo e suas lutas, perguntaria eu à autora, querendo continuar um pouco mais seu romance. Porque se não houver esperança de saída da captura pelo ódio através da promessa de um amor de outra ordem, um amor ateu, sem sacrifícios, ficamos todos – analistas, pacientes, saber psicanalítico – presos ao livro de mistério, suspense e assassinato da neurose obsessiva, armadilha narcísica sinistra e labiríntica que mata o romance como vivência e como gênero, porque deixa o amor sem saída. Rubia já havia evocado o alerta de Leclair: cuidado com o eu. Para sustentar uma fala viva é preciso vigiar o imaginário e o narcisismo. Esse é o perigo: ceder aos encantos da coerência, do saber estéril que ignora o desconhecido. É preciso fa-

zer saber ao obsessivo que é só com o naufrágio do seu monumento que poderá falar verdadeiramente. A verdadeira língua, a do desejo, ainda que no caso do analista isso implique chegar primeiro ao fantástico e extraordinário da presença do horror representada pela figura da morte. A esperança de saída da obsessão é figurada duplamente: por uma mãe que aceite perder seu filho para outro amor e que aceite se transformar no sopro espiritual que o anime em sua vida de desejo e pela esperança de um amor por uma mulher transfigurada que o ame de volta às paixões dos inícios, fazendo-o renascer de posse integral de seu corpo e de seu autoerotismo na paz de um espírito não mais atormentado, que aceita a companhia de um outro radicalmente diferente sem dominá-lo, subjugá-lo ou torturá-lo, na abertura criativa de uma vida sempre nova porque sempre presente.

# Por uma outra utopia

Maurício Porto

Resenha de Alessandra Monachesi Ribeiro, *Em busca de um lugar: itinerário de uma psicanalista pela clínica das psicoses*, São Paulo, Via Lettera, 2007, 198 p.

126

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

Em seu livro, Alessandra Monachesi Ribeiro revela, generosamente, a formação de trabalhadora de saúde mental e de psicanalista, desde o momento inicial de seu percurso, ainda como a estudante de psicologia que transformara o posto de enfermagem de um hospício em guarita que a “protegia” dos medos suscitados pela loucura. Apesar de esses medos serem completamente reforçados pelos profissionais do hospício que, em sua maioria, quedaram surdos à maior parte dos pedidos e das manifestações vindas dos sujeitos ali internados, a estudante se liberou da guarita-prisão. Parece ter sido o desejo de fazer contato com uma loucura – que a toca estranhamente – aquilo que abriu caminho para a aproximação da estudante sensível para esse universo, e que lhe permitiu aprofundar e amplificar a compreensão a respeito da problemática da loucura, bem como dos modos de interlocução e de intervenção nos tratamentos das psicoses. O posterior trabalho como terapeuta no Centro de Atenção Psico-Social (CAPS) e a formação como psicanalista são desdobramentos de tal amplificação. A feitura deste livro também o é.

Maurício Porto é psicanalista, acompanhante terapêutico.

Para além desse plano pessoal, *Em busca de um lugar: itinerário de uma psicanalista pela clínica das psicoses* se coloca entre as reflexões que têm sido realizadas pelos trabalhadores de saúde mental alinhados com aquilo que se convencionou chamar de Reforma Psiquiátrica. Trabalhar em equipe discutindo entre profissionais de diversas disciplinas, cruzar saberes sem hierarquizá-los, acolher antes de qualquer coisa, intervir para não hospitalizar e sim, no sentido de privilegiar as ligações com as redes de relações pessoais, familiares e não familiares, pensar as múltiplas interações dos recursos terapêuticos, culturais e sociais, essas são algumas das balizas da Reforma Psiquiátrica. Então, a autora também nos permite pensar alguns efeitos produzidos sobre a formação como psicanalista, em função das experiências de um profissional da saúde mental trabalhando segundo esses parâmetros preconizados pela Reforma.

A experiência diária no CAPS acontece nesse espaço de múltiplas ofertas de atividades, de diferentes espaços, tanto dentro quanto fora da instituição, com diversas formas de vinculação, pessoas com variadas inserções e proximidades, terapeutas, usuários, familiares, cidadãos. Essa profusão de lugares se articula com o estado de errância do psicótico, que a autora designa como “o habitante por excelência do não-lugar”. Dessa aliança cotidiana, a autora capta uma hipótese que se confirma ao longo da obra: o habitante do não-lugar,

com a criação de um lugar de existência legítima para as produções psicóticas, [...] ganha condições de construir efetivamente um lugar, na acepção do termo que considera que o lugar de existência de um alguém tem no outro sua condição fundamental.

Segundo a autora, no meio da profusão de lugares, a possibilidade que o psicótico tem de criar um lugar se deve particularmente a “alguma referência garantida por um cotidiano relativamente estável cuja maior constância residia no fato de eu – como muitos outros funcio-

nários – estar presente”. Então, constata que a criação de um lugar para aquele que é sem lugar depende de alguém – neste relato, depende da autora, psicanalista – que funciona no tratamento “como uma linha que costurava os diversos lugares pelos quais ele (o psicótico) passava sem habitar”; como afirma a autora, trata-se de alguém que passa com ele por tudo isso que ele passou, alguém que pode estar em tantos lugares sem perder o próprio lugar, alguém que assim se torna garantia de “uma presença constante e confiável”.

A constatação dessa função por parte da autora, psicanalista, se desdobra em uma questão que subjaz ao estudo, mas que, a meu entender, se constitui em *leitmotiv* do livro: quais os efeitos dessa aposta, dessa implicação, dessa movimentação, dessa proximidade, na psicanalista e nos modos como ela pensa e faz a psicanálise?

Por isso, em uma parte central de seu livro, Alessandra Monachesi Ribeiro trabalha desenvolvimentos teóricos relativos às psicoses, concebidos por D. Winnicott, S. Freud e P. Aulagnier. E, aqui, nos defrontamos com uma problematização do pensamento freudiano.

Em um trecho, por exemplo, a autora se pergunta: “A psicose é, então, uma questão relativa ao Édipo, à castração e à sexualidade? Ou relativa à constituição do eu e, conseqüentemente, ao que se passa antes que o sexual entre em jogo?” E passa a desenvolver sua reflexão:

Winnicott não se ocupa, para suas formulações, da centralidade do complexo de Édipo. Para ele, “coisas” se passam fora desse âmbito e a constituição do eu é uma delas, bem como a psicose. Com isso, ele nos oferece o campo da experiência como possibilidade de que o sujeito se encarne, o que nos remete à clínica das psicoses naquilo que ela traz de experimentação, de jogo [...] Freud, Lacan e Aulagnier, em uma elaboração teórica progressiva – guardadas as discordâncias, os buracos e as distinções – caminham de encontro ao intransponível na análise, diferentemente de Winnicott. Dada a centralidade do complexo de Édipo, permite-se uma compreensão dos sujeitos a partir de suas posições

frente ao mesmo e, com isso, instaura-se um limite que o conceito de estrutura só vem reforçar.

[...] Quero dizer que o viés psicanalítico de abordagem das psicoses possibilita um olhar regressivo desde a neurose. Com ele, podemos compreender que condições e exigências o meio impôs ao sujeito e como ele respondeu a elas. Mas também viabiliza a condição de um olhar progressivo, no qual a estagnação e a reposição do movimento são possíveis desde que uma nova tentativa de estabelecimento de relações se faça, em bases ainda não experimentadas. Isso muda a perspectiva de futuro e, conseqüentemente, a perspectiva do que possa ser o trabalho na clínica. (p. 133-5).

Orientada por sua leitura de Winnicott, a autora distingue os conceitos de sexualidade e complexo de Édipo, centrais no advento da invenção freudiana, e separa-os de um “antes que o sexual entre em jogo”, que podemos talvez designar como um aspecto importante das idéias winnicottianas. Sem ingressarmos nas dificuldades de tal distinção, precisamos sublinhar o quão problemático é fazer derivar dessa distinção o respectivo fechamento ou abertura do campo de experimentação e de jogo na clínica, a respectiva impossibilidade ou possibilidade de o sujeito “encarnar” sua palavra, tudo isso levando a atribuir aos primeiros a perspectiva regressiva e paralisante da constatação intransponível do destino e, aos segundos, a perspectiva progressiva que daria movimento e futuro ao tratamento.

É preciso lembrar da força explosiva contida no pensamento freudiano que afirma que o tempo inaugural em que um bebê encontra um outro humano é o tempo da mais pura afetação. Freud chama esse tempo de pura afetação de “sexual” e “infantil”. Força explosiva de afetação é a desse começo primitivo e vital em que um outro humano atende o bebê porque é atingido pela boca faminta que ele vê aberta. Ao abrir a boca faminta, o bebê abre, para o outro humano, o caos em que ele se tornou. Então, esse outro humano, solicitado pelo caótico – fundo ainda sem forma que clama através da boca –, é afetado em grau máximo pela potencialidade polimorfa do

que pode advir de seu encontro com o bebê. E o outro humano que responde, abraça, ao mesmo tempo, o bebê e essa potencialidade polimorfa. Nesse abraço, dispõe e sustenta o espaço onde se criarão as primeiras formas que incluem o desvio da pré-determinação do instinto.

O contato com a intensidade de afetações do “sexual infantil” é intensamente conflitivo. Nos começos, quando essa intensidade é mais explosiva. É força pulsando, no limite entre o somático e o psíquico. Frequentemente essa força irrompe, impetuosa. Nas situações psicóticas, sempre. Exige trabalho psíquico nos extremos. E é aí, nos relatos clínicos de Alessandra Monachesi Ribeiro, que temos muito a aprender. Mais que os esforços teóricos, certamente necessários, são os fragmentos do trabalho da psicanalista acompanhando homens e mulheres no CAPS, envolvida pelas forças impetuosas das crises, que demonstram sua função decisiva no tratamento.

Sigamos de perto a narrativa de uma situação clínica (cap. 14), e teremos idéia da riqueza de seu ensinamento: a psicanalista é procurada pelo homem que lhe pede para lerem juntos o prontuário dele. Envolvida em muito ler e reler, ela se dá conta de que ali entre eles só existe um: toda aquela discursividade é discurso do pai deste homem, falando através dele! E a psicanalista, ao perceber que o homem via, a cada sessão, a anotação que ela fazia a respeito da sessão anterior, propõe que então ele mesmo faça a anotação. Franqueia-lhe a palavra. Depois

de certo tempo, ela é testemunha do surgimento do homem: ele lhe conta que viera das pirâmides do Egito e do Sol.

Ela abraça o anúncio desse sol do qual todos nós, seres vivos, somos filhos, considera Sol e Egito o fundo ainda sem forma da origem. Abraça o deserto como universo que existe antes dos nomes, como silêncio em que ressoa a máxima potencialidade polimorfa. Abraça e recolhe, não por acaso, um segredo que o homem conta: ele tem uma namorada, a Madonna! Assim, a analista faz ressoar o nome da cantora pelas formas e sentidos que esse nome pode ganhar... Excitado, o homem cogita um sentido italiano a mais: você é Madonna. A analista, então, se inclui se diferenciando: é mulher, mãe até, que não madona. Em seguida, o homem passa a trazer cadernos, escrever, registrar a autoria, assinar. Por fim, diz que tem algo que não contará para a analista, e guarda um segredo em um lugar dentro de Si.

Assim, o que Alessandra Monachesi Ribeiro nos ensina através de sua clínica com psicóticos é que na busca de um lugar, seja desde o não lugar do psicótico, seja o lugar do psicanalista, trata-se menos de um *topos* e mais de uma utopia. Uma utopia, lugar ao qual nunca se termina de chegar, lugar em que, ao chegarmos, se abre para um mais além. E, um lugar a que se chega e que se abre para seu mais além, pondo-nos, sempre, a caminho da passagem, é menos um lugar e mais uma ética: é uma atitude que considera comum, a cada um, a fabricação permanente de ilimitados modos “um” de existir no mundo.

# Narcisismo ou sua ausência na contemporaneidade?

Alessandra Monachesi Ribeiro

Resenha de Fátima Milnitzky (org.),  
*Narcisismo: o vazio na cultura e a crise de sentido*, Goiânia, Dimensão, 2007.

Um livro a respeito do narcisismo, a partir do enfoque psicanalítico, não pode se furtar a dois movimentos: o primeiro, ao realizar uma análise da contemporaneidade a partir das implicações que o narcisismo – entendido aqui como base para o individualismo e o hedonismo crescentes – traz para o existir humano. O segundo, ao referir-se à alteridade, ao outro imprescindível para a constituição do eu e aos modos como esse outro é considerado em nossos tempos. Narcisismo, eu, outro e os contextos sociais e culturais que lhes facilitam ou não o encontro e a ultrapassagem. *Narcisismo: o vazio na cultura e a crise de sentido* não escapa a esse duplo movimento.

No âmbito da análise da cultura, o narcisismo é pensado como a possibilidade de constituição de sujeito que vigora nas relações cotidianas, marcadas que estão pela falência da função paterna, ausência de um referente que estructure psiquismos e organize o campo social através da oferta de um lugar e um sentido sabidos para cada ente humano – quer a partir de uma con-

cepção religiosa, quer por meio da lei dos homens – ineficiência da linguagem e do simbólico como possibilitadores de representação, sentido e, no limite, criação de marcas psíquicas.

Referências a Bauman, Lasch, Lipovetsky e mais um número de pensadores contemporâneos afirmando à exaustão a falência dos sustentáculos que apoiavam o homem moderno (ou pré-moderno, a depender de que se conceba que estaríamos agora em uma modernidade ou em uma pós-modernidade) em sua inserção no mundo, na rede de relações e, até, na constituição de algo como uma noção de si. Nada disso opera mais e, em parte considerável dos textos, os autores desse livro encarregam-se de retomar tal constatação.

Fazê-lo a partir do referencial laciano – como Fátima Milnitzky e Christian Dunker em seu texto que parte do corpo áureo matemático para discutir o corpo do homem como medida da perfeição das formas – traz um risco interessante na medida em que coloca em discussão a experiência de um corpo próprio unificado como base para a formação de um eu. A experiência dessa unidade, marcada pelo olhar espelhado por um outro, afirma o narcisismo como algo que gira em torno do olhar, remetendo o leitor à imagem e ao imaginário laciano para pensá-lo.

A leitura de um primeiro Lacan advogou esse imaginário marcado pelo olhar, que pacifica e tampona a falta, subsumido a um simbólico que é necessário implementar, interessado que estava em restaurar a figura do pai e o fundamento da lei como organizadores de um psiquismo capaz de representação e sentido. De outra feita, Joel Birman (2006) escreveu um excelente ensaio sobre o momento em que Lacan propõe essa restauração do pai como resposta à falência incontornável. Movimento de retorno a certo estado de coisas no qual o simbólico faria sentido como norteador para o psicanalista frente à cultura do narcisismo, marcada pela importância do corpo perfeito como centro da cena contemporânea. Mas a que serviria esse enfoque orientado pela inscrição simbólica e pela arti-

**Alessandra Monachesi Ribeiro** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutoranda em Teoria Psicanalítica pela UFRJ e mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

culação no campo da linguagem ao debruçar-se sobre a cultura e o indivíduo contemporâneos ditos narcisistas? Voltemos ao livro.

É no campo das artes, mais precisamente das artes visuais das quais trata o texto de Vladimir Safatle, que essa tensão entre a leitura da cultura do narcisismo como vazio e crise de sentido e a proposta lacaniana de uma saída pelo simbólico se mostrará mais contundente e instigante. Já no título, o texto traz a delicada questão de como a psicanálise pode se aproximar de artistas e do fazer artístico sob a ameaça de, por vezes, reduzi-los a produtos e provas de determinada configuração subjetiva, como se produções e artistas pudessem se tornar “casos” sob o olhar do psicanalista ou do filósofo marcado pela psicanálise. É como se Cindy Sherman e Jeff Koons oferecessem testemunho de seus narcisismos individuais e do narcisismo da cultura. Não é disso que se trata, felizmente. É o olhar psicanalítico que enxerga nessas produções artísticas a condição de uma interlocução e de falar a partir do que elas lhes suscitam.

Os trabalhos de Cindy Sherman não são autorretratos. Ainda que seja a artista sempre a modelo de suas fotografias, e, como ela não se cansa de afirmar nas diversas ocasiões e contextos em que fala a respeito da própria obra, justificando-a a partir da rica e irônica discussão que faz de seu próprio meio, o campo da arte. Abordagem da problemática da imagem de si a partir do corpo próprio – tema que, de resto, atravessa toda a discussão a respeito do narcisismo proposta ao longo do livro – é, dessa maneira, uma aposta interessante feita por Vladimir Safatle como chave para a leitura das obras de Sherman.

Como a representação do corpo próprio se desfaz em despersonalização e no informe e o quanto tal possibilidade de uma experiência não-narcísica de objeto – proposta de certa arte contemporânea – já estaria cooptada pela lógica do consumo. Despersonalização e informe não consistindo, assim, em alternativa à ilusão narcísica da unidade do eu, da identidade, da expressão subjetiva quer na realização do objeto

de arte, quer na constituição de um psiquismo. Haveria alternativa para a cultura do narcisismo como culto de si?

Curiosa a escolha de Cindy Sherman e Jeff Koons para apoiar esse mergulho no informe e a alternativa à constituição narcísica, já que o livro sobre o qual se baseia Vladimir Safatle, *Formless – a user's guide*, de Rosalind Krauss e Yve-Alain Bois, é precisamente aquele no qual Krauss desconstrói a aproximação das obras de Sherman com o informe, no sentido da remissão que se fez durante muito tempo das obras da artista a um desmascaramento e um desnudamento que levariam à verdade última do feminino como lugar da castração, da mulher como ferida ou, se seguirmos os passos de Safatle, do corpo como libra de carne. O informe não teria como vincular o real ao fantasma, estando fora do campo do simbólico e dizendo exatamente disso que lhe escapa. Assim, o trabalho de Cindy Sherman diria precisamente da falência da lógica fálica que sustenta a atribuição de um sentido último, sendo esse o que está posto em questão em suas produções. Não se chega ao informe, nem à castração. Talvez se chegue à carne, como quer Safatle, sendo carne aquilo que escapa ao corpo, à fetichização da mercadoria, ao imaginário que sustentaria a ilusão de uma identidade, mas sem que a mesma garanta uma remissão do real ao campo do simbólico.

Sem um tom apocalíptico, o narcisismo é olhado como narcisismo secundário, esse da impossibilidade de entrada de um outro, do fechamento sobre si ou, como quer Maria Laurinda R. Souza, do Narciso que, encantado com a própria imagem, não pode desviar de si o olhar. Novamente o olhar e a imagem.

O investimento maciço na própria pessoa – antes movimento de defesa por meio do qual o sujeito enlutado, melancólico ou psicótico se retirava do mundo a fim de se refugiar no objeto perdido ou na criação de um mundo próprio, como queria Freud no caso Schreber (1911), no texto sobre o narcisismo (1914) e naquele sobre luto e melancolia (1917 [1915]) – deixa de lado

sua dimensão defensiva para tornar-se, quase que somente, condição constitutiva de sujeitos trôpegos, ensimesmados, encerrados em seus corpos, em suas aparências e em seus desejos pervertidos de necessidades.

Não mais o narcisismo constitutivo, nem o narcisismo defensivo, mas as patologias narcísicas, as novas patologias que – ilustradas pelo minuciosíssimo texto de Maria Helena Fernandes sobre os transtornos alimentares, a participação da alimentação e do corpo que se alimenta naquilo que seria o mal-estar contemporâneo – apontam para a ação e o corpo como os campos de batalha desse psiquismo impossibilitado de representação e de simbólico. O corpo fetichizado recoloca a centralidade do corpo, agora no campo das patologias contemporâneas. Narcisismo como patologia em uma cultura da sensação que recusa a castração em jogo na realidade do corpo, no tempo e na morte. Haveria, retornando ao texto de Maria Laurinda R. de Souza, uma impossibilidade de passagem da totalidade narcísica do amor infantil para o vazio, a solidão e a distância presentes na medida em que a alteridade é considerada.

As novas patologias, serão elas narcísicas ou, ao contrário, decorrentes da falta de narcisação? E os sujeitos atuais, serão eles narcisistas ou imensos eus fechados em si mesmos como carapaça que protege um indivíduo fragmentado, dissolvido, frágil? Pois que para haver um eu que se fecha sobre si é necessário que haja uma ilusão de identidade, de forma, de contorno, uma idéia de eu e de outro. E estaria essa substancialidade verdadeiramente garantida para os seres humanos na atualidade a ponto de podermos pensá-los a partir do narcisismo?

Leonor Rufino e Paula Francisquetti nos lembram dessa imprescindibilidade do outro para que haja um eu. É o que nos mostra o espelho lacaniano e a mãe como espelho winnicotiana. Outro que conforma um rosto, que se faz espelho e olhar desse que se imagina eu. Sem esse olhar e esse rosto, como supor a garantia

dessa ilusão que permitiria, até, ao sujeito se constituir narcisicamente?

**As patologias narcísicas talvez sejam patologias de ausência de narcisismo; o homem contemporâneo, talvez fruto dessa ausência e o narcisismo da cultura, talvez desespero da falta de narcisação.** Eis as hipóteses desta que aqui escreve. E para não ficarmos apenas no estéril choro por nossos tempos difíceis em referência a tempos melhores existentes apenas como um ideal passado e futuro – como bem consideraram Fátima Milnitzky e Christian Dunker ao apontarem a maneira como as instâncias ideais e o narcisismo inserem o tempo no campo do psíquico muito para além da discussão espacial calcada no perfeito da imagem – talvez seja interessante perscrutar os modos e meios pelos quais tal cultura narcísica e seus produtos – os indivíduos – criam possibilidades de subjetivação.

O rosto único, as faces sem rosto, seriam elas marcas da cultura do narcisismo na contemporaneidade? Ou, mais ainda, seriam as possibilidades criativamente elaboradas de uma constituição subjetiva que corre marginalmente a essa propagação do indivíduo em permanente gozo sem barreiras? Basta lembrarmos dos importantes movimentos que se dão na atualidade nos meios artísticos, em que coletivos de artistas sem rosto e sem nome promovem criações plásticas, sonoras ou literárias conjuntas, ou na radicalidade de experiências como as de Luther Blissett e Wu Ming que são, na literatura, autores sem rosto e sem forma, palavras das quais qualquer um pode se apropriar como sendo autor, nomes sob a alcunha dos quais qualquer um pode escrever. Um rosto único para muitas palavras. Palavras sem rosto algum. Qualquer um pode ser Luther Blissett. Haveria, então, uma possibilidade para as subjetividades contemporâneas naquilo que o narcisismo lhes impossibilita? Novamente ao livro.

Pois que surgem, com os textos de Rodrigo Blum, Maria Laurinda R. de Souza e Mário Eduardo Costa Pereira, considerações que retomam eu e outro imbricados, considerando

a alteridade e o encontro com a mesma como possibilidades para um eu no qual o narcisismo seja doador de forma e de corpo, não patologia. O humor como triunfo do narcisismo que relaxa e erotiza o superego, a hospitalidade como disponibilidade ao estrangeiro absolutamente outro, a palavra em análise como o que emerge

do vazio, criando espaço para o desdobramento de uma outra cena associam-se à construção do rosto, em texto de Paula Francisquetti, na criação de lugares e meios de encontro com a alteridade. O narcisismo como possibilidade apenas naquilo em que se dispõe ao outro, condição de sua origem.

#### Referências bibliográficas

**Birman J.** (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

**Blissett L.** <http://www.lutherblissett.net/>

**Freud S.** (1911/1996). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia Paranoides). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XII.

\_\_\_\_ (1914/1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV.

\_\_\_\_ (1917 [1915]/1996). Luto e melancolia. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV.

**Krauss R. E.** (1999). The destiny of the informe. In: Y.-A Bois; R. E. Krauss, *Formless: a user's guide*. New York: Zone Books. p. 235-52.

**Ming Wu.** [http://www.wumingfoundation.com/Port uma outra utopia](http://www.wumingfoundation.com/Port+uma+outra+utopia)

132

PERCURSO 41 : dezembro de 2008

# E por falar em amor

Lílian Fogaça

Resenha de Malvine Zalberg, *Amor paixão feminina*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007, 199 p.

O lugar da mulher, até a renovação da sociedade medieval, era o da sombra, do esquecimento, do isolamento social. Apesar desse não-lugar e da condenação ao silêncio na sociedade, a mulher não era isenta de poderes. Esses poderes porém, por muito tempo, foram associados às forças do mal e do caos.

No século XII, a erótica amorosa abre um novo espaço para as mulheres que se tornam alvo de homenagens dos cavaleiros que, ao adotarem modos mais civilizados, desenvolvem a arte da cortesia. Mas são os trovadores que, ao dedicarem às damas da nobreza canções e poemas dentro da perspectiva do amor, conferem a elas uma nova identidade social.

Durante os séculos seguintes, nas diferentes representações culturais do amor, a mulher irá encontrar novas definições para sua identidade social feminina. É nesse processo que se delineará a vocação da mulher para o amor.

Já na introdução percebemos que o recorte realizado pela autora, para localizar a mulher na sociedade, é o do romantismo.

**Lílian Fogaça** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e integrante do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Psicanálise e Contemporaneidade do mesmo departamento.

“Ressaltar a importância do amor para uma mulher na própria constituição da sua subjetividade e a sua repercussão nas parcerias amorosas que vier a estabelecer com um homem é o propósito deste livro”.

Para alcançar esse objetivo, Malvine Zalberg, com grande talento, objetividade e clareza, faz uso da psicanálise, mostrando que a questão do amor é um dos principais eixos em torno do qual se desenvolve a teoria da sexualidade feminina. Desenvolve o tema com bastante consistência. As idéias contidas desde o início vão sendo retomadas capítulo a capítulo para se tornarem cada vez mais complexas. Percorre um longo caminho, que vai das primeiras teorias de Freud até o conceito de gozo suplementar de Lacan, para nos falar de amor.

Então vejamos:

É do caso de Anna O., famosa paciente de Breuer e dos *Estudos sobre a histeria*, que parte o fio condutor, que passa por muitos outros textos de Freud e estudos de Lacan, para nos levar ao entendimento da sexualidade humana, em especial a sexualidade feminina. A autora chega à constatação de que a identificação com um sexo, masculino ou feminino, não é um fenômeno natural e sim o resultado de um processo de subjetivação que a psicanálise chama de sexuação. A sexuação de cada indivíduo se articula com a constituição do inconsciente e não se realiza sem percalços. Cada um faz um caminho na direção de uma dada identificação sexual. Embora a anatomia tenha seu peso e a referência do corpo seja inevitável, ela não é suficiente para determinar a constituição do ser sexuado do sujeito masculino ou feminino.

Como só o homem possui no inconsciente um representante para o seu sexo, à mulher é atribuído um outro sexo, ao qual não se tem acesso. O feminino significa a alteridade. Os homens se relacionam com as mulheres enquanto elas representam esse outro sexo. As mulheres querem ter acesso a esse outro sexo, mas isso só é possível pela mediação de um homem. Por isso se apaixonam e querem se realizar através do amor.

Por cultivarem o amor mais que os homens, as mulheres são as grandes responsáveis pelos encontros possíveis entre os sexos (p. 30).

Para a mulher, perder o amor é se perder.

Percorrendo as deduções de Freud e Lacan sobre a resolução do complexo de Édipo na menina, a autora conclui:

Uma vez introduzida no Édipo e correspondentemente à desidentificação fálica, não importa o que faça a menina nunca (mais) será aquilo que satisfaz o Outro (p. 50).

Nada resolverá sua “falta a ter” como satisfazer a mãe e saber quem é. O “não tenho” e o “não sou” adquirem o mesmo valor para as meninas. A solução terá que ser encontrada de um modo especificamente feminino em que possa recobrir sua “falta a ser” com o amor.

O pensamento freudiano só via a saída fálica do “eu não tenho, quero ter” (ter marido, ter filhos, mais recentemente ter profissão etc.) como única solução do destino feminino. Não há dúvidas de que Freud reconheceu o valor fálico do amor, uma vez que fez equivaler à angústia de castração, própria do homem, a angústia de perda de amor, própria da mulher.

Mas é a trilha seguida por Lacan que enfatiza a busca de amor da mulher junto a um homem, independentemente da satisfação que possa ter como mãe. É que a saída pelo “ter” não soluciona a questão feminina do “ser”.

Se a mulher renuncia a ter acesso direto ao falo e aceita obtê-lo pela mediação de um parceiro, que supostamente o tem, a mulher procura ser o objeto do seu amor. Resta saber quais condições inconscientes permitem a ela consentir (ou não) em ser o objeto de amor de um homem.

A primeira contribuição de Lacan para a psicologia da vida amorosa se refere ao modo desigual de os sexos entrarem na relação sexual.

É através do modo “eu tenho” (o falo), forma pela qual o homem subjetivou seu sexo, que ele se aproxima sexualmente de uma mulher. O

homem precisa constantemente se reassegurar de sua virilidade. Mas como não há virilidade a não ser a validada pela castração, é nessa condição de enfrentamento da castração que ele vai ao encontro do desejo da mulher.

Para uma mulher, o homem tem de ser castrado, isto é, marcado por uma falta. Nada irrita mais uma mulher do que o homem pretender não ter falta nenhuma. Não ter falta de nada. Nem dela (p. 64).

É através do modo “eu não tenho” (o falo), forma pela qual a mulher subjetivou o seu sexo, que ela se aproxima ou se deixa aproximar por um homem. No entanto, sua reação é oposta à dele. Já que não tem o que exibir, ela quer mais é esconder, camuflar sua falta. Utilizando-se de um conjunto de recursos, que Lacan chamou de *mascarada*, de maneira enganosa, vai dissimular sua falta, que é basicamente a falta de uma identidade especificamente feminina.

Ainda segundo Lacan, são três as fórmulas básicas de parceria que a mulher estabelece com o homem, visando obter uma definição de sua identidade feminina: ser-lhe o falo; ser-lhe o objeto causa de desejo e ser-lhe o sintoma onde se fixa seu gozo.

Pela via de “ser” o falo, lembrando que o falo é o representante do que falta a todo ser humano, ela que se apresenta como “não tendo” identifica-se com sua falta e passa a “ser o que não tem”.

Sob a regência do Édipo, a mulher vai despertar o desejo do homem não para completá-lo, mas para lançá-lo numa posição de falta, numa condição de castração, pois se o homem não é castrado não pode fazer dela seu objeto de desejo.

Todas as formas de resolução da questão feminina no encontro com um homem dependem da intermediação do amor. A mulher visa obter uma harmonia para a identificação que a caracteriza, buscando no amor uma sustentação para o seu ser.

Os labirintos da vida amorosa de homens e mulheres são feitos da articulação dos três níveis – o ima-

ginário, o simbólico, o real – que constituem as respectivas subjetividades. Esses diferentes níveis estão às vezes reunidos, às vezes separados, aqui permanentes, ali transitórios, umas vezes puros, umas vezes mistos. No nível imaginário, amar é demandar. No nível simbólico, amar é desejar. No nível real, amar é gozar (p. 105).

Zalberg inicia esse capítulo pelo conceito de fantasia. Fantasia não só como imagem que pressupõe um desejo, mas também por sua função de constituir para o sujeito seus objetos.

Continuando, fala-nos da ampliação do sentido de castração introduzida por Lacan – a proibição não é somente a da criança se manter alienada ao desejo do Outro materno, mas também é a interdição do gozo sem limites.

Passando pelo mais além da lógica fálica, aponta para o lugar que o homem ocupa na fantasia da mulher em contraponto com o lugar ocupado por ela na fantasia dele.

A partir do conceito de objeto *a*, vai fazer a distinção entre os gozos masculino e feminino.

A diferença é marcante: o homem só tem acesso a um único gozo, o fálico; a mulher apresenta dois gozos e não um só como o homem. É o próprio falo, aliás, que cria uma divergência entre esses dois modos de gozo na mulher: um gozo fálico e um gozo mais além do falo (p. 112).

Só o gozo fálico é possível de ser expresso em palavras. Do gozo suplementar nada pode ser dito. Nem a mulher pode dizer nada sobre ele, só que o experimenta. Enquanto o gozo do homem é finito, limitado ao órgão fálico, o gozo da mulher é marcado pela ausência de um limite claramente estabelecido: não há órgão identificável para localizá-lo, o que dá àquela que o experimenta uma idéia de o gozo ser infinito.

Uma mulher que quer satisfazer o gozo do Outro procura provocar e contar com o gozo fálico do homem para trazer um limite ao seu próprio gozo.

Ter um gozo “outro” e também ser objeto de gozo na fantasia de um homem é uma história complexa para toda mulher.

O consentimento ou não de uma mulher de instalar-se nesse lugar é o que vai diferenciar uma posição feminina de uma posição histérica. A autora conclui nesse capítulo que a mulher em posição feminina quer gozar e fazer gozar. Já na posição histérica não quer gozar nem fazer gozar. O que ela quer é ser.

A questão da mulher oscila entre um registro de falta (em termos de significante) e um excesso (em termos de gozo).

Além de trechos de filmes, livros e poemas, Zalberg vai recuperar o caso de Aimeé, paciente que desempenha papel fundamental no percurso de Lacan, para descrever o modo erotomaníaco de amar da mulher em contraponto ao modo fetichista de amar do homem.

Nem os homens são perversos fetichistas, nem as mulheres são psicóticas erotomaníacas, mas possuem modos de amar fetichista e erotomaníaco, respectivamente.

Os efeitos subjetivos que o gozo produz no homem e na mulher repercutem em especial em nível de clínica diferencial do amor. É o amor que para uma mulher funciona como restabelecimento de uma identificação fálica com a qual o gozo arrasa. É assim que opera a função do amor para ela, como solução para um gozo devastador porque não localizável pelo significante fálico, como o é para o homem. Por isso a mulher tende mais que o homem para uma lógica de absolutização do amor que a empurra para uma busca insaciável do Outro (p. 150).

A perda do amor do parceiro pode tornar a mulher uma estranha aos seus próprios olhos. Ser rejeitada leva ao questionamento do que ela é e qual o seu valor.

Na busca de gozo por parte de homens e mulheres, cada um impõe ao outro uma maneira de ser.

Uma das mais importantes imposições que a mulher faz ao homem em sua forma de amar: é que ele seja o Outro que fale. Uma das mais importantes imposições que o homem faz à mulher em sua maneira de amar: é que ela seja um objeto que não fale (p. 156).

Num caso trata-se de um Outro; no outro, de um objeto, o que é mais um indício de dessimetria na estrutura subjetiva de homens e mulheres.

O objeto inerte que não fala é o objeto que, na forma de objeto *a*, a mulher encarna na fantasia masculina. Portanto, a forma fetichista de amar do homem condiz com uma condição de gozo que exclui a fala.

Ao contrário, a mulher se refere ao Outro, uma vez que a busca do Outro do amor está sempre em seu psiquismo. Se seu parceiro amoroso é alguém a quem falta alguma coisa é porque essa falta o faz falar.

Não são quaisquer palavras que a mulher espera do Outro do amor, mas as que toquem sua fantasia.

Nessas palavras que tocam sua fantasia, não é só o amor que está em jogo, mas também o gozo e o desejo aos quais elas lhe darão acesso. Ou seja, para a mulher é necessário que o homem fale para que ela possa gozar.

Para a mulher, não existe o amor sem palavras. Exigir de um homem palavras de amor, precisar de um Outro que fale, não impede que haja também nela uma entrega a uma pulsão silenciosa.

O homem se restringe a ter o prazer do órgão, o gozo fálico, portanto não chega a gozar do corpo da mulher. É o gozo do Um que não busca o Outro. Ele goza na solidão.

Na mulher, o gozo fálico a divide. Em uma parte fica submetida ao falo e busca o Outro do amor. Mas, na outra parte, a submetida ao gozo suplementar, ela tem a solidão como parceira.

Um corpo não goza do corpo do outro e sim do seu próprio. É impossível que dois corpos sexuados tornem-se um só. É isso que significa o

aforismo de Lacan de que “não há relação sexual”. Ele coloca o amor como aquilo que opera a conexão com o Outro, possibilitando a superação do domínio da pulsão que é autístico, sem Outro.

É graças ao amor que cada sexo aceita a existência de um Outro que tem uma relação diferente com a castração, uma outra posição quanto ao desejo, um outro estilo de amar e um outro modo de gozo (p. 182).

Ao longo de seu livro, Malvine Zalberg enfatiza que a resolução da questão feminina de uma mulher passa pelos efeitos que o desejo, o gozo e as palavras de amor de um homem têm sobre sua subjetividade. Isso explica por que elas continuam sempre voltadas para o amor.

Tornar-se homem ou mulher não é tarefa nada fácil. Mas o que se percebe é que tornar-se mulher é uma empreitada muito mais difícil na contemporaneidade, em uma sociedade marcada e definida pelos altos níveis de consumo, com apelos ao gozo permanente que não deixa espaço para o desejo, onde os amores se liquefazem e o sujeito passa a prescindir do Outro.

Vivemos em um mundo onde o “ter” se confunde com o “ser”, os relacionamentos são descartáveis e os compromissos, evitados. Assistimos a um afrouxamento dos laços sociais e o amor em todas as suas vertentes é artigo cada vez mais raro. O espaço virtual passa a ser o lugar dos encontros e as palavras nem sempre carregam o peso da experiência vivida a ser compartilhada.

Como compatibilizar as exigências psíquicas da busca da identidade feminina, com a cultura ocidental do século XXI, é uma questão para ser respondida.

*Amor paixão feminina*, um livro para ser lido.

# Para além do Complexo de Édipo?

Cleide Monteiro

Resenha de Nora Beatriz Susmanscky de Miguelez, *Complexo de Édipo*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007, 181 p.

Ao abrir o livro intitulado *Complexo de Édipo*, uma surpresa me aguardava. Na folha interna, constava: *Complexo de Édipo: novas psicopatologias, novas mulheres, novos homens*. Uma abrangência, uma ampliação para as questões atuais que me instigou instantaneamente. Também me interroguei sobre o porquê da escolha do nome resumido na capa, sendo este um tema relevante e clássico para a psicanálise. Observei também a lista de agradecimentos na qual a autora evidencia que manteve interlocução com psicanalistas envolvidos na busca de referenciais para pensar a conjuntura subjetiva e social da atualidade.

Uma inversão se apresenta no prólogo. Nele se comunica que o tema do livro é “as novas patologias, os novos homens, as novas mulheres” (p. 11).

Em função desse propósito se imporá “tratar do amplo tema do complexo de Édipo, na medida em que é no interior dele que decantam e se decidem a feminilidade, a masculinidade e as patologias” (p. 11). E ainda mais. Tem “a in-

**Cleide Monteiro** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, no qual exerce atividade de transmissão no Curso Psicanálise e no Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise (GTEP). Participa do grupo de trabalho e pesquisa Psicanálise e Contemporaneidade no mesmo departamento.

tenção de aprofundar e fazer trabalhar – se não responder – uma série de interrogantes surgidos no encontro entre minha clínica e o diálogo com uma parte da bibliografia psicanalítica atual pós-freudiana e pós-lacanianana” (p. 11).

Com essa literatura, diz a autora compartilhar dois pontos de vista: o primeiro consiste em outorgar valor fundamental a uma visão histórica das transformações na cultura e nos modos de subjetivação; o segundo é atribuir um valor central ao complexo de Édipo.

A introdução nos coloca diante de um interessante e atual plano de vôo, no qual as coordenadas são: o complexo de Édipo como complexo nuclear cuja universalidade e transcendência cabe questionar. Segue-se uma seqüência de perguntas que anunciam o grau de imersão nessa problemática que a autora promoverá. São elas:

Seria o complexo de Édipo predicado para todo sujeito humano, em qualquer cultura ou época histórica?

Sempre foi o cristalizador das subjetividades e sempre o será?

Seu domínio limita-se ao âmbito de nossa cultura ocidental ou estende-se além dela?

Quando se fala em “novas psicopatologias”, não é lícito interrogar-se se elas estão ou não inseridas no marco edipiano? Seriam “novas” apenas nos sintomas, ou estão excluídas do âmbito de incumbências do complexo?

O “masculino” e o “feminino” freudianos e suas versões neuróticas (“o” obsessivo e “a” histérica) continuam a ser moldados pelo Édipo clássico?

As profundas modificações nas famílias, centrais de operações edipianas, não imprimem transformações no processamento e desenlace do complexo? (p. 15 e 16).

Nora Miguelez refere-se aos autores que questionaram a universalidade do conceito e utilizará uma distinção entre o sentido estrito e sentido amplo desse complexo, como ordenador dos problemas a serem pesquisados. Em sentido estrito, remete às questões das novas formas de feminilidade e masculinidade assim como aquelas centradas nas psicopatologias contemporâneas. Relacionam-se portanto com o complexo,

já que é no seu interior que se decidem sexuação e “escolha” da psicopatologia.

Propõe-se ainda a discutir com os autores J. A. Miller, J. J. Rassial, J. P. Lebrun, que atribuem um valor central à consideração do complexo de Édipo na estrutura subjetiva, mas anuncia suas divergências em relação a eles.

Manifesta a idéia de que as assim chamadas “novas patologias” não podem ser analisadas pelos parâmetros de outra configuração cultural, no caso a vigente no patriarcado, visto ser quase unanimidade, entre os autores que tratam do tema da contemporaneidade, a descrição das profundas mudanças que estão em processo nos parâmetros dos valores, das relações humanas, nos papéis masculino e feminino, na economia agora globalizada.

O livro propõe-se a discutir e teorizar a fim de construir novos pontos de vista.

A autora fará um percurso cuidadoso pelas diferentes formulações do complexo de Édipo presentes na obra freudiana, para que sirva como contexto de referência dos pontos de vista considerados “clássicos”, de modo que seja possível tecer considerações sobre as transformações e o novo.

O complexo de Édipo em sentido amplo aponta para questões ligadas à proibição do incesto. Desdobra-se em perguntas sobre sua vigência, ou não, na cultura contemporânea, as transições possíveis, as modalidades nas quais se faz ou não presente e é a ele (em sentido amplo) que se atualizam as perguntas referidas às culturas diferentes da tradicional, presentes ou passadas, assim como as que se podem formular no contexto dos diversos tipos de família a ser consideradas.

A autora ressalta a necessidade de levar-se em conta a correlação entre os aspectos – estrito e amplo – do complexo de Édipo.

No capítulo 1, denominado “O Complexo de Édipo em Freud”, encontra-se um exaustivo percurso nos textos, através dos quais são destacados os diversos momentos da construção do conceito, seus antecedentes, a maneira pela qual Freud incorpora num conceito intuições, idéias

anteriores, avanços e recuos na abrangência que lhe atribui. A exegese dos textos demonstra a progressiva mas não linear importância, como eixo central, que o complexo de Édipo adquirirá no final da obra freudiana e a universalidade e a transcendência que adquirirá.

Também destaca a relação sujeito e cultura com referência à proibição do incesto, as mudanças do fator etiológico, a mudança na definição do tipo de objeto, o vai-e-vem do lugar ocupado pelos impulsos hostis, a complexidade crescente que o conceito de identificação adquire, a segunda teoria pulsional e o complexo de Édipo composto, e conclui esse trajeto relacionando num subtítulo a problemática edípica centrada no complexo de castração, utilizando o mesmo método de leitura cuidadoso e exaustivo dos textos de Freud.

Partindo da análise do pequeno Hans (Freud, 1909), na qual o complexo de castração ganhará a função de motor do recalçamento da configuração edípica positiva no menino, prosseguirá mostrando por quais caminhos tornar-se-á o conceito central na produção, evolução e destino do complexo de Édipo.

O capítulo 2 tem por título “Modulações do Édipo” e objetiva dar conta da questão “da vigência, na atualidade, do padrão clássico do Complexo de Édipo, tal como Freud o anunciou” (p. 87).

A partir de autores que compartilham o princípio de uma mudança gerada na cultura e na sociedade, pela qual a queda do poder patriarcal retira a sustentação da função paterna do pai, Nora Miguez baseia sua reflexão na escuta da clínica psicanalítica, a partir da qual questiona determinada visão de que as subjetividades tenderiam a uma oscilação e não definição, ou à perversão, ou à psicose. Suas críticas nesse ponto são contundentes, envolvendo questionamentos sobre o risco de uma posição saudosista e anti-histórica, sobre a situação subjetiva do analista que viveria num outro mundo. Estariam tais autores propondo que a análise tivesse uma função ortopédica para a função paterna, questiona-se,

defendendo que a “proibição fundante, que interdita o incesto, continua a ter validade” (p. 99) na atualidade.

Para dar consistência a essa tese, central no livro, Susmansky de Miguelez utiliza ainda autores que estudam as formas de poder e de organização social ao longo de vários períodos da história: M. Foucault, G. Agamben, S. Zizek, G. Deleuze, M. Hardt e psicanalistas que, desenvolvendo a mesma temática, não supõem um vazio de poder na atualidade, mas esboçam possibilidades de outras formas de construções subjetivas. São eles: J. Birman, J. Gondar, M. C. Antunes e T. Coelho dos Santos.

Destacará, então, que a atual normatividade da sociedade, mesmo alterada em relação ao padrão “clássico patriarcal”, sustenta proibições fundantes. Não há *laissez-faire*, muito ao contrário, ampliaram-se os controles e estes são rígidos; o biopoder, próprio das sociedades disciplinares e de controle, organiza novas legalidades e restrições, portanto, não considera necessária a restauração da função paterna. Outros poderes surgiram nesse lugar. A partir desse percurso, afirma a vigência do complexo de Édipo em sentido amplo, pois tanto a sociedade de controle, quanto a vigente atualmente

não desobrigam da renúncia incestuosa, da troca e do laço social, os sujeitos que constituem. As novas potências continuam a arrebatar infantes e a transformá-los em elementos úteis para os objetivos sociais, colonizados pela cultura, mesmo que sejam cunhados como tais, a partir de dispositivos não patriarcais (p. 112).

Ao analisar a validade do conceito de Complexo de Édipo em sentido estrito, afirma que existem motivos para considerá-lo vigente e válido. O primeiro deles é que continuamos no que denominou espaço de interseção entre dispositivos da sexualidade e da aliança, seguindo a formulação de Foucault. O segundo é que o complexo de Édipo se desenvolve no âmbito da família, que define como uma instituição híbrida, pois sua origem é anterior à constituição da

sociedade disciplinar e que tem como característica a lentidão e a dificuldade de transformar-se, mantendo ainda hoje o modelo de funcionamento de “fábrica edípiana”. Também no cuidado com as crianças há lugar para hierarquia, mesmo que implícita. Com esses argumentos, reitera não ser possível desconsiderar a vigência do complexo de Édipo em sentido estrito. Em defesa de sua posição, sugere que o nome de função paterna deveria ser trocado, pois evoca uma visão patriarcal da teoria psicanalítica.

Afirma que “continua-se a estar atravessado pelas injunções da cultura, refém dos tipos de poder que regem a história atual. Também os sujeitos “individualistas ou narcisistas”, que são tão amplamente descritos na literatura psicanalítica como protótipos da contemporaneidade, não fogem dessa determinação. No lugar de pensá-los como seres retraídos, incapazes de estabelecer laços sociais, talvez devêssemos considerá-los como os mais ligados, já que são os mandatos de uma cultura, que incentiva e fomenta o individualismo e o narcisismo, que eles refletem com seu estilo de subjetivação. Não se trata de déficit de simbolização, nem falta de falta de constituição superegóica” (p. 117).

Do pânico à anorexia, do vício às mais variadas compulsões consumistas, as “novas doenças” podem ser testemunhas da sujeição superegóica aos mandatos atuais da cultura (p. 117).

Ganha destaque no livro o trecho no qual a autora descreve e comenta as idéias de Michel Tort sobre o fim do dogma paterno. Nele, o autor questiona os efeitos somente negativos do declínio da função paterna para a constituição do sujeito. “Os poderes paternos não desapareceram na libertinagem, mas foram transferidos para o Estado, para as instituições formais e informais da sociedade, para as mães etc.” (p. 122), idéias que corroboram as da autora.

Após esse longo recorrido, reafirma-se a vigência do Complexo de Édipo, por considerar que vivemos ainda em uma etapa de transição

entre modelos de poder social, na qual as patologias ainda poderiam estar dentro dos limites de inteligibilidade que conhecemos.

O que não deixa de surpreender na defesa que a autora faz de que sempre haverá normatividade reguladora, ou melhor, constituinte do social, é de que a imensa alteração ocorrida na interpretação da experiência de existir de que somos testemunhas não tenha produzido nenhuma mudança estrutural relevante. A hipótese de que o complexo de Édipo não seja mais um articulador da construção de subjetividades, na sua vertente de limitação do gozo, e de que outro modelo teria de ser formulado, fica colocado para um futuro ainda não visualizável. A vigência do complexo de Édipo em sentido estrito, sustentado no modelo de família no qual a hierarquia mesmo que implícita esteja presente, defendida pela autora, não aborda a questão de que lugares estão em jogo nessa dinâmica atualmente. É possível pensar que a consequência de tamanha transformação nos modelos de ser homem e mulheres esteja contemplada “mais pelos conteúdos identificatórios que definiriam os homens e as mulheres atuais, do que por diferenças de procedimento?” (p. 168).

Considero pertinente o questionamento pela psicanálise dos efeitos da proposta colocada em ato pela nova ordem mundial globalizada vigente. Por ser consequência de interesses de grupos detentores do poder, baseados em uma

lógica que propaga o princípio do custo-benefício como único articulador das ações humanas, para dizer o mínimo, e não advir de nenhuma ordem natural frente à qual só restaria lamentar, podemos seguir S. Freud na política de avaliar a proposta da contemporaneidade e o mal-estar que produz. Não estamos convocados a ter ideais cada vez mais excludentes da relação com o outro? A multiplicidade de poderes que ocupou o lugar vago do poder patriarcal é sustentada em quais princípios reguladores? E isso não importa para o resultado que advirá? Qual a diferença entre lei e norma?

Caberia colocar que a clínica atual pode estar nos defrontando com a ausência do referente da lei e que, nesse sentido, a psicanálise e os psicanalistas estão tentando pensar que escuta é possível a partir daí. Questões sobre a crueldade superegóica a partir de sua matriz pulsional, a consequente submissão a mandatos do ego ideal e a ameaça de exclusão da categoria dos humanos que persegue as formas singulares dos sujeitos continuam a estimular a reflexão contemporânea.

Este livro cumpre a função de estimular a continuidade da reflexão, da pesquisa e do debate. Cabe portanto endereçar à autora o agradecimento que ela mesma fez a Michel Tort, pois a vivacidade de seu texto, seu rigor, seu vigor, seus argumentos propiciam “a remoção de obstáculos para pensar” (p. 132), e isso não é pouca coisa.

# O amanhã como invenção

Ana Costa

Resenha de Edson Luiz André de Sousa,  
*Uma invenção da utopia*, São Paulo, Lume  
Editor, 2007, 49 p.

No belo ensaio “Uma invenção da utopia”, Edson de Sousa nos transmite seu engajamento num difícil trabalho: o de permitir o futuro. Normalmente temos a idéia de que o futuro acontece de si mesmo, ou de que algum Outro o proverá, seja para o bem, ou para o mal. Raramente nos ocorre nossa implicação nesse acontecimento, mesmo porque isso nos antecipa um limite, o de nossa própria morte. No entanto, o que virá depende também, mesmo que discretamente, da posição que cada um de nós escolhe jogar. Ou seja, somos responsáveis, mesmo que as circunstâncias de nossa condição no mundo sejam limitadas a um tempo e a um espaço discretos.

A dificuldade intrínseca a esse tema deve-se a uma questão específica, ligada à complexidade de nossa referência ao tempo. Em relação a este, somos regulados pelo mecanismo ambíguo da antecipação. Se bem que desse mecanismo dependa que uma criança tenha existência simbólica – por um lugar na linguagem antecipado pelos pais – por ele também se perde a palavra,

**Ana Costa** é doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP), professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), psicanalista membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), autora, entre outros, dos livros *Tatuagem e marcas corporais. Atualizações do sagrado* (Casa do Psicólogo, 2003) e *Sonhos* (Jorge Zahar, 2006).

na impossibilidade de ser escutado, numa imagem que vem antecipada pelo outro, sempre disponível a recobrir uma fala. Nessas duas formas de antecipação, pode-se perceber a produção de futuros completamente distintos. Na primeira, os pais passam a palavra à próxima geração, renunciando a sua apropriação exclusiva; na segunda, essa palavra é impedida. Esse pequeno mecanismo que dá uma existência de sujeito possível pode também tirá-la. Nesse sentido, é, por excelência, um mecanismo utópico, na medida em que trata da invenção de um lugar na linguagem. Lugar, que, por ser simbólico, é vazio e que só tem consistência na medida em que alguém toma a palavra buscando preenchê-lo.

Sousa nos carrega pelos meandros dessa dificuldade, em passagens de inspiração benjaminiana, nas quais se apóia em alguns autores para construção de suas questões. São pequenos cortes de leitura que incitam sua enunciação em quatro tempos: a burocratização do amanhã, criar o inacabado, desejo de utopia e o sujeito inexato. Nessas enunciações, o fio que as enlaça institui a proposição de uma arte em que “criar é sempre criar um futuro, um horizonte que exige de nós uma liberdade mínima para um fazer irreverente” (p. 27). Aqui, sua escolha pela arte apóia-se no inacabado, condição em que a forma não se fecha em si mesma e que, por isso mesmo, “resiste à condição moralista do dever ser” (p. 26).

Sua escolha pela literatura também destaca a abertura e o inacabamento, tomando a análise de um conto de Rudyard Kipling, em que o personagem não consegue tornar-se um “grande escritor”, prisioneiro da perfeição da imagem que essa identidade porta na sua antecipação, na qual se pode perceber que qualquer ato a faz fracassar. O autor nos lembra, ali, a função ética de suportar o fracasso, na medida em que é dar lugar a expressões de atos possíveis. Ou seja, a forma perfeita só se apresenta como imagem acabada enquanto antecipada a qualquer ato, sendo inibidora de processos de criação. Neste ponto, Ernest Bloch é seu paradigma, com seu *Princípio esperança*, e permite ao autor propor

que “criar é abrir discontinuidades, interrupções no fluxo do mesmo” (p. 19).

O tema da burocratização do amanhã está colocado também quando Sousa propõe que a utopia é necessária para uma abertura ao desejo, na medida em que o impossível é acolhido como potência inventiva. Estamos sempre iludidos de que tudo é possível, o que, evidentemente, fecha a condição de possibilidade de escolher. A inclusão do impossível permite a abertura de um lugar a partir do qual desejar. Nesse sentido, o autor nos lembra sua função positiva, transpon-

do uma das críticas que se faz sobre uma proposição utópica.

Por fim, o tema do sujeito na referência à utopia, no qual o autor propõe uma relação com a imaginação: “a imaginação exige liberdade e imprecisão, portanto precisa de sujeitos inexatos” (p. 45). Em todos esses quatro tempos, percorridos de leituras que abrem a relação do autor com a cultura, numa posição de responsabilidade, encontramos tintas de seu trabalho com uma atividade que lhe é cotidiana: a de psicanalista.

# Entre o amor de si e a alteridade: um conflito interminável

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

Resenha de Oscar M. Miguelez,  
*Narcisismos*, São Paulo, Escuta,  
2007, 153 p.

“Em princípio, todo analista ‘sabe’ o que é o narcisismo e consegue ‘entender’ o que o outro está querendo dizer”. Com essa afirmação, Oscar Miguelez introduz o campo de ambigüidades e de supostas certezas a respeito do tema de sua pesquisa. A polissemia conceitual, o lugar ocupado em cada teoria e a abrangência de seu emprego não só na psicanálise, mas também na linguagem coloquial e nas análises da cultura, justifica, a seu ver, o emprego do termo no plural. “Parece-me fecundo, diz ele, pensar o narcisismo como algo que tem muitas faces, múltiplos semblantes” (p. 15).

Ao longo do livro identificam-se três vertentes de construção: a abordagem clínica, a metapsicologia e as ramificações na cultura. Uma preocupação historicizante e discriminadora da diversidade e complexidade dos conceitos está visivelmente presente em todos os capítulos. Outra característica que chama a atenção é a forma de apresentação dos textos: embora haja um fio que encadeia os temas trabalhados, cada capítulo pode ser lido como uma pesquisa

**Maria Laurinda Ribeiro de Souza** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora do curso *Psicanálise*, do mesmo Departamento. É autora de *Mais além do sonhar* (com aquarelas de Ada Morgenstern) (Marco Zero, 2003) e de *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005), entre outras publicações.

temática independente. Isso faz dele uma diversificada e interessante fonte de consulta para futuros pesquisadores.

Com a apresentação de um caso clínico, “A escolha de Sofia”, o autor inicia o capítulo 1, detendo-se na articulação metapsicológica entre luto, melancolia e narcisismo. Uma escuta delicada e atenta daquilo que poderia ressoar como insuportável vai acompanhando os dilemas e conflitos de uma mãe – Sofia – frente à doença incurável de sua filha.

A morte de um filho, diz Miguelez, talvez seja um dos lutos mais difíceis de processar, mas é também o que torna mais visível o lugar ocupado pelo narcisismo. E prossegue: quando Freud comparou o luto à melancolia, encontrou no narcisismo a forma de operar a diferença entre ambos. No texto de 1914, “Introdução ao narcisismo”, ao denominar a criança como “sua majestade o bebê”, colocou em relevo o deslocamento do narcisismo dos pais para o investimento idealizado dos filhos; uma renúncia do próprio narcisismo que se extravasa para o objeto. Sua perda põe em evidência a outra face dessa idealização: o desamparo. Trama-se, assim, no momento do luto, uma articulação entre narcisismo, falo e castração. Na melancolia, por outro lado, a perda é evitada, sendo substituída pela identificação narcisista com o objeto. Surge, então, uma pergunta: “O narcisismo que se faz presente como ‘opção pela vida’ no luto é da mesma natureza que aquele presente na melancolia?” (p.22). Essa pergunta estará como pano de fundo para todas as manifestações clínicas e metapsicológicas descritas ao longo do livro; o emprego do conceito no plural denotará uma insistência na singularidade de cada fenômeno analisado.

Depois de um tempo, Sofia resolve interromper sua análise e deixa para o analista um presente que o inquieta: “a impressão de que se tratava de uma urna funerária fez com que eu nunca soubesse o que fazer com ela” (p. 28). Essa forma impactante de finalizar sua exposição cria, no leitor, uma suspensão e o remete imediatamente ao traumático desse processo de

luto – o risco de esfacelamento narcísico do eu, uma ausência de referências, uma dor à qual é difícil dar um destino. Repete-se o impacto do início desse relato quando Sofia diz ao analista que “esperou que sua filha morresse para então iniciar sua análise.”

Quando Oscar Miguez chama a atenção para o fato de que a presença do narcisismo no imaginário social tem aumentado muito, ele, assertivamente, esclarece que isso ocorreu não porque o narcisismo esteja “aumentando”, mas porque as suas formas de deslocamento e transformação têm diminuído. Na cultura dita narcísica de nossos dias, o dilema crucial com que nos confrontamos continuamente é o da ultrapassagem do narcisismo para o reconhecimento necessário da alteridade. Sem essa possibilidade, é a sobrevivência do humano que se coloca em xeque, expondo-nos, a todos, aos efeitos malignos desse risco. “O amor a si mesmo e o amor ao outro entram em uma dialética de conflito infundável no qual a crueldade desempenha um papel, por vezes, de protagonista” (p. 36).

A questão do mal, da crueldade, será desenvolvida por ele, no capítulo 3, através de um recorte original em que se apresenta uma tentativa de aproximação e enfrentamento do pensamento de Freud com o de Hannah Arendt. Como foi possível, perguntou-se Freud, logo após a desilusão provocada pela primeira guerra, que uma cultura tão desenvolvida fosse capaz de atos tão cruéis? E Hannah Arendt, assistindo ao julgamento de Eichmann, tentará responder, propondo o que ficou conhecido como “banalização do mal”, e que se refere a uma capacidade de destruição que poderia ser encontrada em qualquer homem comum. Bastava como condição que ele fosse incapaz de pensar e se limitasse a reproduzir as ordens de seus líderes; que ele se tornasse apenas um funcionário – um autômato. Para ela, “a incapacidade de pensar está intimamente ligada à idéia do mal” (p. 30). Mas, contesta o autor, a capacidade de pensar não é um dado objetivo que ultrapasse sem distorções a crueldade da realidade; o mais freqüente, pelo

contrário, é que o pensamento se desorganize e perca sua função antecipatória.

Implicada com as questões sobre a violência, Arendt não menciona em suas referências teóricas nenhum texto freudiano. No entanto, é possível encontrar em suas contribuições pontos de aproximação e complementação. Uma conclusão partilhada por ambos é a de que tanto a idéia do mal quanto a de justiça – que traz, muitas vezes, em sua execução, a presença daquilo que tenta combater – não são passíveis de definições absolutas. Derrida (2004)<sup>2</sup>, que convocou a psicanálise a se envolver com o estudo da “soberana crueldade”, reafirmou essa impossibilidade apontando para a referência necessária à alteridade infinita do outro: “não existe justiça sem interrupção, sem divórcio, sem referência deslocada para a alteridade infinita do outro, sem experiência manifesta daquilo que permanece para sempre *out of joint*” (p. 101).

Essa discussão continua no capítulo 3, “Narcisismo, religião e cultura”, com o questionamento da idéia, bastante difundida, de que a Religião pudesse se constituir numa forma eficiente de abolir o mal e facilitar a convivência entre os homens, e, com a retomada dos textos freudianos que apontam para o mal-estar inevitável, decorrente de sua entrada no mundo da cultura. Aqui, a proposição do “narcisismo das pequenas diferenças” torna-se uma resposta potente para explicitar o horror ao “estrangeiro mais familiar” e as guerras fratricidas que pretendem reassegurar um precário lugar de mais-valia.

Narciso recusa tudo que não é espelho. Deforma-se para poder encontrar uma imagem que o aprove ou estilhaça o espelho tentando abolir o que não o engrandece. É nesse movimento que sua vertente odiosa tende a exacerbar-se e manifestar-se em atos de violência contra o outro – “diferente de mim, excludente, perseguidor”. Louis Dumont, que analisa a contemporaneidade colocando em relevo o conflito permanente entre os valores modernos – “nós”

1 J. Derrida e E. Roudinesco, *De que amanhã*, Rio de Janeiro, Zahar.

e pré-modernos –“eles” –, e Christopher Lasch, que lançou a idéia do “mínimo eu” como estratégia necessária de sobrevivência numa cultura narcísica, serão, neste momento do texto, os interlocutores privilegiados.

“Por que eles não são como nós?”. Com esta pergunta, Miguelez encerra o capítulo, e aponta para os vários planos presentes nessa discussão que ainda estão à espera de aprofundamentos futuros: os preconceitos, os fundamentalismos, a dificuldade insistente em positivar a alteridade.

Essa mesma questão reaparece no campo psicanalítico: “eles – os não-analistas e nós – os verdadeiros seguidores de Freud” são formas segregacionistas de reafirmações narcísicas e de demarcações de territórios. As transferências institucionais ou com os grandes mestres podem ser palco de múltiplas atuações. Mas a transferência, como conceito central na psicanálise, tem, também, potência de deslocamento e transformação do narcisismo: “A interpretação encarnada do analista tem valor de alteridade e a transferência, valor de experiência mutativa” (p. 55). Retomando o texto sobre o amor de transferência, o autor discorre sobre suas manifestações na histeria, e privilegia duas vertentes de análise: o manejo da transferência e a realidade da transferência. Discute, também, as novas patologias que se apresentam no cenário da cura analítica, demandando formas criativas de manejo e interpretação.

Os capítulos 5 e 6 tratam das origens e da introdução formal do narcisismo na teoria psicanalítica. Embora se pense a histeria (e sua variante, a neurose obsessiva) como matriz clínica para o desenvolvimento da teoria psicanalítica freudiana, há todo um percurso de construção, desde os primeiros textos, em que Freud se ocupa daquilo que pode delimitar o campo das neuroses e o das psicoses. Oscar Miguelez retoma esses textos e as correspondências – com Fliess, com Jung – e faz um recorte de como se manifesta essa preocupação e de quais variáveis Freud tenta precisar para demarcar esses territórios – os mecanismos de defesa específicos, a temporalidade do tra-

ma, a etiologia sexual, o auto-erotismo... Cita, por exemplo, a carta de 9 de dezembro de 1899, que se inicia como uma questão:

Quando é que uma pessoa se torna histérica em vez de paranóica? Uma primeira tentativa rudimentar [...] deu-me a impressão de que essa escolha dependia da idade em que ocorreram os traumas sexuais [...] Abandonei há muito tempo esse ponto de vista [...]. A histeria é alo-erótica: sua via principal é a identificação [...] Assim, cheguei a considerar a paranóia como uma irrupção da corrente auto-erótica (p. 65).

Será, no entanto, a partir do confronto com Jung, que Freud aprofundará o estudo do fenômeno psicótico, centrando-se no desenvolvimento do conceito de Narcisismo. Assim, o texto de 1914, “Introdução ao Narcisismo”, pode ser lido não só como um momento de explicitação do conceito, que já fora introduzido quando da discussão do “caso Schreber” e em “Totem e Tabu”, mas também como uma “confrontação, refutação, oposição a Jung” (p. 83). O autor passa, então, a discutir os pontos principais desse texto e as idéias polêmicas que ele suscita.

A proposição de um conflito centrado não mais entre pulsões sexuais e de autoconservação, mas entre libido do eu e libido do objeto, colocará em questão o modelo do dualismo pulsional, tão caro a Freud. Outro ponto polêmico é a concepção de um tipo de escolha de objeto que seria narcísica – a das mulheres privilegiadamente, e um outro tipo de escolha – por apoio (anaclítica) – mais própria dos homens. Essa distinção, diz Miguelez, não convence, já que encontramos nos dois tipos de escolha a presença do narcisismo; “é fácil identificar o tipo narcisista, o difícil é encontrar o seu contrário” (p. 93). A própria idéia central do texto pode ser questionada: Freud insistiu na proposição do Narcisismo para sustentar suas formulações sobre a psicose, explicando dessa forma a megalomania e o afastamento do mundo. No entanto, a tendência contemporânea, ressalta o autor, é da retomada do auto-erotismo como forma

mais adequada de se entender, por exemplo, a fragmentação e a falta de unidade própria da esquizofrenia.

No capítulo 7, Oscar Miguez faz uma minuciosa leitura dos textos da metapsicologia, sublinhando o lugar articulador do narcisismo, como eixo potencial de desdobramentos que se fazem pressentir desde a “Monografia sobre as afasias” (1891). Conceitos tais como representação-coisa, representação-palavra, identidade de percepção, identidade de pensamento, oposição eu-objeto, prazer-desprazer, destinos da pulsão anteriores ao recalçamento, amor-ódio são tomados numa construção inter e intratextual, e analisados a partir de suas manifestações nos sonhos, na melancolia e na esquizofrenia, apontados por Freud como manifestações de regressões narcisistas.

E a pergunta inicial retorna: O narcisismo do luto é o mesmo que o da melancolia? Acredito que não, responde o autor.

Podemos usar a mesma palavra, mas os processos são diferentes. Continuo a considerar necessário utilizar o plural: *narcisismos*. Há um narcisismo do luto, da perda e um outro das psicoses. No luto há um eu que suporta a perda do objeto [...] Nas chamadas psicoses maníaco-depressivas [...] o sujeito é pura perda e, portanto, não há perda possível, não há espaço psíquico para elaborar (p. 121).

O último capítulo é dedicado a um apinhado geral sobre os “Avanços e recuos do narcisismo após a metapsicologia”, ou seja, sobre os efeitos, no campo teórico freudiano, eliciados pelas enunciações feitas no texto de 1914. Uma das idéias que insistirá, a partir de 1917, e que se revelará com potência na compreensão das lutas fraticidas e na dificuldade em reconhecer e su-

portar a alteridade, será a do narcisismo das pequenas diferenças. Outra, não tão explícita, é a aproximação entre identificação e narcisismo. A relação entre auto-erotismo e narcisismo, assim como a de narcisismo primário e secundário, será marcada por ambigüidades, chegando-se, em alguns momentos, a confundir os conceitos. O impasse colocado na formulação de uma libido do eu e uma libido do objeto fez com que a inquietação de Freud o levasse, em 1920, a uma modificação teórica significativa que lhe permitiu sustentar, com consistência, a premissa fundamental do dualismo pulsional e voltar-se mais detidamente para o estudo da destrutividade – questão crucial na contemporaneidade.

Ao pluralizar-desvendar o conceito em suas diferentes concepções metapsicológicas, Oscar Miguez, paradoxalmente, coloca em evidência a potência teórico-clínica daquilo que Freud apontou, no singular, como uma etapa necessária na evolução da libido e do eu e que ganhou, na análise dos autores contemporâneos da cultura, estatuto de analisador privilegiado.

Se o termo se banalizou e faz parte do jargão pejorativo cotidiano sendo reconhecido em sua face negativa, é porque ele pode, também, ser entendido como revelador daquilo que se coloca como marca dos tempos modernos: a ausência de investimentos significativos que sustentem a condição humana. Nesse sentido, falar de narcisismos convoca-nos a pensar que são necessários muitos. Muitos, para que as fragilidades e a castração não se cristalizem em auto-suficiências imaginárias, sustentadas pela violência, mas, antes, se abram para a possibilidade de que, pela amizade, se possa viver “uns com os outros”, como propunha La Boetie, no início da modernidade.

# Quando os vínculos nos convocam a pensar

Lisette Weissmann

Resenha de Isidoro Berenstein,  
*Del ser al hacer: curso sobre vincularidad*,  
Buenos Aires Barcelona México, Paidós,  
2007, 177 p.

É um prazer fazer a resenha de um livro de quem foi meu professor por tantos anos. A trajetória de Isidoro Berenstein mostra um psicanalista que se encontra sempre à procura do conhecimento, buscando abrir novos caminhos, com a teoria vincular, por ele desenvolvida.

No livro *Del ser al hacer*, Berenstein nos apresenta as aulas por ele proferidas no Programa de Educação à Distância da Associação de Psicanálise de Buenos Aires (APDEBA). Trata-se de um curso de psicanálise de famílias, casais e instituições, que têm como eixo de trabalho a teoria do vínculo.

*Del ser al hacer* nos faz partícipes de um transcurso de pensamento que parte da clínica, requisitando-nos e nos estimulando para seguir pensando. Ao mesmo tempo, o caminho de pensamento recorrido não inviabiliza percursos anteriores, mas adiciona, acrescenta e enriquece. Berenstein nos faz acompanhar sua busca por uma nova teoria que dê conta do que

**Lisette Weissmann** é psicanalista, formada em psicologia e línguas, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Participante convidada do grupo Psicopatologia e Contemporaneidade do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora no CEFAS Campinas, Supervisora de AUDEPP (Asociación Uruguaya de Psicoterapia Psicoanalítica) e membro fundador de AUPCV (Asociación Uruguaya de las Configuraciones Vinculares).

a clínica, o social e os pacientes desse momento histórico-cultural nos pedem. Árdua tarefa a de quem tenta não se basear nos conhecimentos preestabelecidos e nas verdades já aprendidas, para mergulhar em um caminho de descobertas e elaborações de novas conceituações.

O livro confronta o leitor com o movimento interno do pensamento atual do autor, bem como com sua evolução em diferentes épocas. Também nos aproxima dos diálogos de Berenstein com outros autores que têm providenciado laços fortes e marcas importantes dentro do campo da vincularidade. Em seu prefácio, o autor nos fala de como a teoria do vínculo constrói um caminho sem volta; ao trabalhá-la, tanto o autor quanto o leitor se perceberão modificados, *em vínculo*.

A contribuição mais significativa do autor está – como já foi dito – na forma como conceitua o vínculo. Essa modificação teórica tem largas conseqüências na forma de conceber o sujeito, fazendo com que o leitor – ao acompanhar as idéias do autor – reveja suas próprias posições.

Diz Berenstein:

Se não se modifica a posição subjetiva entre quem dá e quem recebe, cronificam-se os lugares. [...] Tem que haver uma modificação nas posições, caso se deseje uma mudança subjetiva. Se não se produz (essa modificação), observa-se um discurso vincular que fala de “nós” e encobre um “eu” dirigido a um “vocês” com quem não há vínculo, e sim uma relação de autoridade (p. 14).

Nas aulas transcritas neste livro, vemos professor e alunos, escritor e leitores enfrentarem a tarefa vincular na qual cada sujeito tenta desvendar, até as últimas conseqüências, o outro que dele se aproxima, para constituir e constituir-se em vínculo. Depois de caracterizar o sujeito e o outro, Berenstein se defronta com o conceito do *entre*, que implica um *fazer* que se revela como um trabalho vincular, tarefa que jamais acaba e que persiste infindavelmente. O autor diz: “se dispõem a pensar uns com outros, precisamente

entre todos. Mas acontece que não se pode estar confortavelmente sozinho, se não se está com os outros e que é impossível estar com outros se não se pode estar sozinho.” (p. 11). Movimento complexo e paradoxal que iremos atravessando na leitura que acompanha o pensar do autor.

Berenstein nos apresenta alguns conceitos novos: o já citado *entre*, o conceito de *presença*, o conceito de *imposição do outro*, o conceito de *interferência* e o *fazer com outros*. São conceitos que o autor vem desenvolvendo já há algum tempo, em seus livros anteriores como *El sujeto y el otro. De la ausencia a la presencia* (2001), *Devenir outro com outro(s). Ajenidad, presencia, interferencia* (2004).

O conceito de *vínculo* é o eixo central que sustenta o *estar com outros*. Dessa maneira, transita-se de um pensar *identitário* a um *pensar em vínculo*, no qual o *fazer com outros* tem um lugar fundamental. Desenvolve-se um percurso que parte da maneira clássica de entender a psicanálise individual, na qual a *relação de objeto* ocupa o lugar importante no desenvolvimento do sujeito, constituindo-se num espaço povoado pelos *objetos internos* que ficam registrados nas representações, tal como Sigmund Freud nos descreveu, representações que constituem a *identidade* através das *identificações*. As representações intrapsíquicas nos remetem a uma *ausência* necessária para que essas marcas se constituam na *relação de objeto*. Transcendendo essa visão clássica, defrontamo-nos com o conceito de *vínculo*, descrito por Berenstein ao longo do livro, conceito que estabelece *presenças* necessárias para constituir *um fazer entre* sujeitos, *fazer* marcado por um efeito evanescente que precisa ser sempre reatualizado.

Esses dois mundos, o mundo interno do sujeito e o mundo vincular, desenham caminhos diferentes, apesar de parecerem, por momentos, superpostos. Por isso, “obrigam o psiquismo a realizar trabalhos distintos” (p. 20).

O evoluir das teorizações de Berenstein parte de uma visão mais estrutural, própria dos anos 1980, até um olhar mais atual, que define o *vínculo* como parte de um *dever* de um sujeito

com outro, constituindo dois outros, distintos do que eram anteriormente. Isso delinea *vínculos* e *lugares móveis*, em movimento e com maiores possibilidades de mudar.

A pergunta que se impõe ao se centralizar a importância no *vínculo* e no *fazer* é: que lugar passam a ocupar os conceitos psicanalíticos que falam da história e das marcas que ela deixa nas representações? Descreve-se um trabalho de historicização atravessado por um *fazer* que não pode ser realizado em solidão. É um trabalho conjunto, que inclui as marcas anteriores, mas, por ocorrer num espaço que possibilita situações não previstas, ficam ordenados de forma diferente os fatos passados. Vemos como os conceitos psicanalíticos clássicos são incluídos à luz das teorias atuais, para tanto, recolhendo conceitos de Alain Badiou e Zigmund Baumann. Marca-se, assim, uma diferença entre o conceito de historicização, no qual se inclui um *fazer com*, diferente do conceito de *origem* como ponto de partida em um olhar cronológico. Porém, aquilo que é estabelecido como origem, por exemplo, a família, tem seu valor reconhecido como explicação e sentido do que acontece agora. Assim fica reconhecido o valor do passado no encontro com o presente. Procura-se outorgar luz sobre as ações que geram efeitos pelo que produzem e não somente através do que se interpreta e compreende. Ficariam discriminados assim a *história* e o *fazer*, dois caminhos que se aproximam, mas que não se superpõem.

Berenstein descreve o trajeto que – no correr do tempo, através das conceituações psicanalíticas e outras – o levou a conceber o conceito de *vínculo*. Propõe um descentramento tanto do conceito de *eu* para o de *sujeito em vínculo com outro*, quanto do conceito de *complexo de Édipo* para revê-lo dentro das estruturas vinculares. Tira assim o poder hegemônico de um ou outro, marcando uma possível relação entre eles.

Berenstein reformula o conceito de *vínculo*, nele incluindo a *presença*, o *alheio*, a *imposição*, bem como uma clínica da *interferência*, na qual se apresentam *relações de poder*, que mo-

dificam os conceitos de *transferência* e *contra-transferência*.

No vínculo, o *fazer entre* constitui um fato singular que coloca cada sujeito frente ao outro, apresentando-se cada um em sua *estrangeiridade*, como seres alheios entre si, situação essa produzida pela vincularidade. O outro se me apresenta e me surpreende, pois eu não tenho registro prévio dele, porém devo fazer-lhe um espaço e, nesse ato, tanto o sujeito quanto o outro se modificam. O conceito de *alheio* coloca os sujeitos como diferentes ao que eram em outros vínculos, ou ao que eles serão em vínculos futuros. A partir do *alheio* do outro é que os sujeitos começam a tecer sua vincularidade como uma situação absolutamente própria e particular, exclusiva de cada vínculo. Por outro lado, o vínculo só é possível em uma relação de *presença*, na qual cada sujeito como sujeito-outro se faz presente para se vincular, sem excluir sua alteridade nem seu estatuto de outro real externo, suporte do vínculo. A presença do outro não tem inscrição prévia, porém desenha outros caminhos subjetivos não possíveis anteriormente. Sem a relação de *presença*, estaríamos falando de uma relação de objeto, do mundo intra-subjetivo do sujeito. Um sujeito confrontado com o outro no vínculo pode opor resistência a este outro, pressionar o outro, ou seja, impor-se ao outro. É isso o que demarca o conceito de *imposição* dentro do vínculo. A *imposição* no vínculo *interfere* na identidade de cada um, não deixando que os sujeitos vinculados fiquem idênticos, e sim diferentes e alheios, *outros*.

O outro, através de sua presença, impõe-se ao sujeito, fazendo-se presente com sua alteridade, situação essa que obriga ao outro aceitá-lo como diferente, assim como a de que serão ambos modificados pelo encontro produzido. O outro excede o que o sujeito possa projetar a partir de seu mundo intrapsíquico e se faz presente com sua presença, demarcando seu ser *alheio*.

Todo o explicitado anteriormente assinala como o sujeito está obrigado a admitir o outro como inacessível em sua totalidade a seu conhe-

cimento, surpreendendo-se frente ao *estranho*, *alheio* do outro. Uma parte do outro é incognoscível para o sujeito, só pode ser tolerado como para sempre alheio, e é necessário um trabalho permanente para lhe dar espaço. Isso nos coloca frente ao trabalho do vínculo, trabalho que sempre está se refazendo e se re-traduzindo para aumentar a complexidade dos vínculos e enriquecê-los.

O autor, para pensar a teoria vincular, propõe um trabalho de “desarticular” os conhecimentos anteriores, evitar não articulá-los convencionalmente e, desse modo, possibilitar novas conexões entre os conceitos do vínculo e do outro.

Que aportes poderia a teoria dos vínculos trazer para a psicanálise individual? Ao ampliar o contexto de compreensão do paciente, por exemplo, ao incluir o entorno familiar, dar-nos-ia a teoria vincular uma maior inteligibilidade sobre o sofrimento dos sujeitos em suas relações. Mas o trabalho com o paciente vincular não substitui nem anula a análise com o paciente individual, pois se estaria falando de outro paciente, *não vincular*. Quando o mal-estar centra-se no vínculo ao qual esses sujeitos pertencem, então estaríamos frente ao *paciente vincular*. O autor descreve: “em nossa definição e a partir de um conceito metapsicológico, o específico é o vínculo interpessoal ou intersubjetivo” (p. 43).

O eixo fundamental que atravessa o livro insiste no conceito de *vínculo*. Em cada tema, Berenstein vai fazendo um trabalho semelhante ao de uma filigrana tecida com muitíssimo cuidado e aprimorado a cada passo dado, aula por aula. Define um trabalho de vínculo que se constrói a partir do outro, do que ele chama de *outridão* e a partir do *alheio* que o outro apresenta no vínculo. Constrói um trabalho em vínculo, no qual os sujeitos produzem e são produzidos pelo vínculo, traçando um percurso em espiral que parece não ter fim, desde que o relacionamento persista. O vínculo é simultaneamente co-instituinte do ego e do outro, ao mesmo tempo que os destitui dos lugares predeterminados nos espaços aos que pertenciam.

Adentrando-se no conceito teórico de *vínculo*, o psicanalista vai delimitando uma mudança fundamental na orientação em que a escuta psicanalítica se organiza, já que a mesma prioriza e relança os elementos subjetivos do relato, que pertencem ao mundo vincular. Além do trabalho na transferência e na contratransferência, o conceito de *interferência* demarca o acontecido e produzido *entre* esse paciente e esse analista como sujeitos singulares que, com seus desejos próprios, suas formas de pensar, suas singularidades, passam a ser sujeitos outros nesse víncu-

lo. A *interferência* define-se na situação analítica presente, atual, que se determina a partir do *fazer* agora que a presença dos sujeitos na análise determina.

O livro traça o vaivém de um aprimoramento teórico que ilumina a clínica, transmitindo o trabalho de escuta e o olhar específico que caracteriza o paciente vincular. Aqueles analistas que trabalham nos vínculos e com os vínculos encontrarão na presente obra uma referência importante sobre o tema, assim como farão parte de um espaço de troca nas aulas aqui oferecidas.

# Quando a transgressão é necessária

Vera Luiza Horta Warchavchik

Resenha de Maria Helena Saleme,  
*A normopatía na formação do analista*,  
São Paulo, Escuta, 2008, 151 p.

Debate-se há alguns anos se há ou não crise no campo psicanalítico. Os que defendem a idéia de que há crise tendem a pensá-la como sinal de certo descompasso entre a psicanálise e a contemporaneidade; a psicanálise teria perdido a capacidade de responder aos anseios e às angústias dos sujeitos na atualidade. Esse suposto descompasso é freqüentemente pensado como duplamente determinado; ele decorreria, por um lado, de mudanças nas demandas dos sujeitos – que por vezes são quase acusados por procurarem soluções imediatistas e dessubjetivantes, desvalorizando a oferta psicanalítica – e, por outro, das caduquices da própria psicanálise, que ainda sustentaria certas noções datadas e ideológicas que precisariam ser revistas para pensar a subjetividade do século XXI. A origem da suposta crise seria, portanto, histórica: o passar do tempo teria gerado modificações nos sujeitos e/ou revelado insuficiências no campo psicanalítico, havendo a perda do prestígio e da eficácia de outrora.

**Vera Luiza Horta Warchavchik** é filósofa e psicanalista, membro docente e supervisora do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

<sup>1</sup> Maria Helena Saleme é professora e supervisora do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

O livro *A normopatía na formação do analista*, de Maria Helena Saleme, traz uma contribuição original a essa discussão. Se há crise na psicanálise contemporânea, diz ela, isso não advém das vicissitudes da História, mas da história da própria psicanálise, ou seja, das escolhas feitas no passado no enfrentamento das complexidades que surgiram por seu próprio crescimento. A incapacidade da psicanálise de sustentar uma clínica eficaz, sensível às manifestações contemporâneas de mal-estar, não resultaria portanto de fatores externos, mas da maneira como esta lidou com suas contradições internas, presa que esteve entre sua natureza inventiva, pioneira e ousada, e a necessidade de preservar sua identidade e afirmar-se como especificidade.

O ponto de partida de sua reflexão é uma constatação crucial, raramente admitida por psicanalistas: “há análises que proporcionam ampliação dos horizontes do analisando, e há análises que obstruem sua vida” (p.13). Em vez de ocultar essa questão, como se fosse a exceção que faz a regra, a autora a problematiza, indagando como isso pode se dar. O olhar se volta aos analistas que propiciam tais experiências, levando à questão central de seu texto: como geramos hoje psicanalistas repetitivos, desvitalizados, temerosos? E como é possível formarmos psicanalistas competentes e criativos, que vivam a experiência analítica junto a seus pacientes em toda a sua intensidade? O enfoque da questão desloca-se então para os dispositivos de formação do analista, temática que a autora conhece bem, uma vez que trabalha em instituição de formação de psicanalistas<sup>1</sup>.

A análise dessa questão se desenrola num campo de tensão definido pela oposição de dois termos: a *normopatía* e a *transgressão*. Saleme utiliza-se do termo cunhado por Joyce McDougall para descrever o psicanalista distante e desafetado em sua clínica “em que há um vazio [entre ele e o analisando] que é preenchido por regras psicanalíticas, um espaço analítico sem processo analítico” (p. 93). Trata-se de um psicanalista excessivamente normal, normatizado, bem adapta-

do e submisso aos ideais psicanalíticos, incapaz, no entanto, de suportar a alteridade e vivenciar a experiência disruptiva inerente a todo processo analítico. Esse simulacro de analista não pode propiciar aberturas a seus analisandos, pois ele mesmo não suporta a diferença; e, por isso mesmo, ele é incapaz de formar novos analistas, sendo apenas responsável pela “procriação de analistas que não se identificam com outro analista, apenas fazem um simulacro” (p. 93). Desse modo, se há perda de potência na psicanálise contemporânea, essa decorre, ao menos em parte, dos psicanalistas “doentes da normalidade” (p. 93).

Saleme apóia sua crítica à normalidade na proposta freudiana de que a saúde psíquica implica maior mobilidade pulsional, ampliando assim as possibilidades de satisfação, em contraposição à fixação neurótica. Ser “normal” ou “adaptado” implica o estreitamento do campo pulsional, pelo qual paga-se alto preço, como demonstrou Freud em *O mal-estar na civilização*. O analista “normal” não pode arriscar-se nem reinventar-se no processo analítico, uma vez que se vê excessivamente submetido a padrões, ideais e regras que são tomados imaginariamente como garantias do processo e sinônimos de “psicanalítico”. Como aponta Joel Birman no prefácio a esse texto, a base metapsicológica dessa submissão é o *masoquismo* (p. 11). Esses analistas sofrerão sempre do mal-estar na psicanálise, já que em seus atendimentos, em sua análise pessoal e em suas trocas nas instituições, só pode haver repetição e medo de errar, obstruindo a possibilidade da presença viva, criativa e transformadora do verdadeiro encontro analítico.

Em oposição a essa condição, a defesa da transgressão. Para Saleme, o campo psicanalítico está atravessado por dois modos de conceber a transgressão, responsável pela produção de psicanalistas radicalmente diferentes. Há aqueles que equiparam a transgressão imediatamente à perversão, vendo-a como perigosa, propiciadora da violência e convite certo ao caos; e há aqueles que a concebem como possível exercício da liberdade, campo da transformação e

condição para a expansão do saber, na direção apontada por Piera Aulagnier em *Um intérprete em busca de sentido*. Enquanto a primeira acepção do termo insere a psicanálise no campo moral, a segunda evidencia sua natureza ética. Para Saleme, essas formas de pensar a transgressão não se restringem a um debate conceitual, mas remetem, sobretudo, a diferentes posições perante a vida (p. 96).

Saleme busca na história da psicanálise a origem dessa dubiedade em torno do termo transgressão, mostrando que se fizeram várias “psicanálises”, conforme Freud ressaltava determinados conceitos em detrimento a outros. Para ela, essas mudanças de ênfase na teoria não resultaram apenas dos inevitáveis impasses clínicos, mas também das tensões que surgiam à medida que crescia o movimento psicanalítico, transformando a teoria autoral do início em um bem cultural de domínio público. Essas diferentes “psicanálises” deixam transparecer as oscilações entre posições mais afirmativas do valor da criatividade, da ousadia e da liberdade, e posições mais dogmáticas, centradas no desejo de afirmação do rigor e da identidade do campo. As contribuições de Adler, Jung, Tausk e Ferenczi são descritas como transgressões sem lugar, criando-se assim a figura do “dissidente” e a perigosa equivalência entre “preservação” e “repetição” (p. 104). A dificuldade da psicanálise atual de suportar a alteridade pode ser pensada como eco dos embates com esses primeiros transgressores; mais precisamente, da forma escolhida para lidar com a diferença que ousaram introduzir. A institucionalização da psicanálise, com a criação de rituais e ideais padronizados, é apresentada como a resultante direta dessa tensão interna, possivelmente não resolúvel.

A sobrevivência da psicanálise depende fundamentalmente da possibilidade de os analistas atuais formarem novos quadros de analistas capazes de atualizar o campo; a questão da formação é, portanto, crucial. Saleme se utiliza das propostas de Balint, Fédida e Aulagnier, entre outros, para contrapor dois modelos de for-

mação: o que se baseia na idéia da transmissão e o que se baseia no modelo didático. No primeiro, valoriza-se a idéia de que a psicanálise é não somente um saber, mas também uma ética, que se passa por *contágio*. É pelo diálogo e pela troca com outros analistas – principalmente com o analista pessoal, mas também o supervisor, colegas e professores – que o sujeito toma para si a postura inquiridora do analista frente à experiência humana. A esse modelo de formação corresponde o sujeito que efetivamente se forma (*Building*); analisar-se, para ele, é peremptório, desde uma necessidade interna – assim como o estudo da teoria e a discussão dos casos em supervisão.

É por ser capaz de problematizar suas vivências e de se implicar com elas, que ele se torna analista, aprendendo psicanálise para se “apossar de um método com o qual possa se mover facilmente pelos caminhos que necessita percorrer” (p. 108). O segundo modelo organiza e regulamenta a formação em padrões e etapas, imaginando, desse modo, garantir tanto o rigor quanto o envolvimento do sujeito com a psicanálise. É nesse contexto que Saleme discute a análise didática e todo outro quesito da formação que seja imposto por exigência institucional. Esse modelo facilita a idealização dos “mestres”, impedindo a identificação e fomentando a relação de servidão, que impede, em última instância, a própria formação. O contágio dá lugar ao mimetismo, ou à “reprodução por contigüidade, por cissiparidade, sem contaminação, que fecha a possibilidade de qualquer alteridade” (p. 115); no lugar do analista, o simulacro. Para Saleme, esse analista, cuja formação se passa entre “po-

deres e submissões” (p. 114), será sempre adaptado, “normal” e normatizado, mas nunca ousará pensar ou contestar, preso que está na idealização do outro. É nele que poderá se desenvolver o que ela chama aqui de “*normopatía na formação do analista*” (grifo do autor) (p. 114).

O empenho em defender uma psicanálise viva, que promova encontros potencializadores entre analistas e analisandos, leva Saleme por fim a pensar o encontro analítico à luz da experiência estética, baseando-se nas propostas filosóficas de José Gil. Trata-se do esboço de uma pesquisa que a autora pretende desenvolver, em defesa de uma clínica da *afetação*, que inclua o “para-aquém” do representado – o corpo, em sua dimensão sensorial. Para ela, o analista desafetado não é o analista neutro, mas o analista *desimplicado* (p. 135), condição que o torna ineficaz, distante, e, em última instância, morto.

Fiel à dissertação de mestrado realizada junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa da Subjetividade da PUC-SP em 2006, o livro tem o estilo pessoal de quem se arrisca a dizer. O texto rico e instigante é em si mesmo um exercício de transgressão, atestando a potência que pode haver ao adotar-se essa postura frente ao dado. A extensa bibliografia, que não se restringe a textos psicanalíticos, não está ali para emprestar prestígio às afirmações, mas para fazê-las ressoar, para revelar facetas, denunciar impasses e finalmente convocar os analistas a também se posicionarem como responsáveis pela manutenção da vivacidade e da potência da psicanálise na contemporaneidade. Saleme nos lembra que a preservação da psicanálise depende de nossa capacidade de formar novas gerações que façam mais do que repetir.

## Colaboradores deste número

### **Alessandra Monachesi Ribeiro**

R. Mario Amaral, 343  
04002-021 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3885-8755  
alemonachesi@gmail.com  
alemoachesi@uol.com.br

### **Alfredo Naffah Neto**

R. Dr. Alceu de Campos Rodrigues,  
309 cj. 73  
04544-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3045-3082  
naffahneto@gmail.com

### **Ana Cecília Carvalho**

R. Califórnia, 729 ap. 401  
30315-500 Belo Horizonte MG  
Tel.: (31) 3285-1893 / 3281-6401  
anneoakwood@yahoo.com.br

### **154 Ana Costa**

R. Augusto Pestana, 146/302  
90040-200 Porto Alegre RS  
Tel.: (51) 3388-8324  
ammcosta@terra.com.br

### **Ana Elizabeth Cavalcanti**

R. Cardeal Arcoverde, 308  
Recife PE  
Tel.: (81) 3223-4712 [CPPL]  
aelica@oi.com.br

### **Cleide Monteiro**

R. Honduras, 365  
01428-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3887-3557  
cleidemon@hotmail.com

### **Daniel Delouya**

R. Capote Valente, 439, cj. 104  
05409-001 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3063-0001  
delouya@terra.com.br

### **Fátima Regina Flórido Cesar de Alencastro Graça**

R. Carlos Sattelmayer, 23, J. Esplanada 11  
12242-450 São José dos Campos SP  
Tel.: (12) 3923-3694  
fatacesar@uol.com.br

### **Flávio Carvalho Ferraz**

R. João Moura, 647, cj. 121  
05412-911 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3088-9606  
ferrazfc@uol.com.br

### **Gisela Haddad**

R. Honduras, 365  
01428-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3887-3557  
gishaddad@yahoo.com

### **Hal Reames**

1601 Faro Dr. #2203  
78741 Austin Texas USA  
Tel.: (33-1) 512 507-9218  
hreames@gmail.com

### **Lilian Fogaça**

R. Atlântica, 776  
01440-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3082-4986  
lilianfogaca@bol.com.br

### **Lisette Weissmann**

R. Atilio Innocenti, 1058  
04538-022 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3045-6916  
lisettewz@hotmail.com

### **Lucia Barbero Fuks**

R. Marquesa de Itu, 837, cj. 62  
01223-001 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3259-0922  
bflucia@uol.com.br

**Luiz Augusto M. Celes**

SQN 205, Bloco L, ap. 303  
70843-120 Brasília DF  
Tel.: (61) 3222-7635  
celes@unb.br

**Luiz Laureano Gouvêa de Miranda**

Av. N. S. de Copacabana, 75/603  
22020-002 Rio de Janeiro RJ  
Tel.: (21) 2273-9058  
luizmiranda@hotmail.com

**Maria Laurinda Ribeiro de Souza**

R. Honduras, 365  
01428-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 2773-2166  
mlrsouza@uol.com.br

**Marilia Etienne Arreguy**

R. Russel, 496/510  
22210-010 Rio de Janeiro RJ  
Tel.: (21) 2205-0729 / 9811-7129  
metienne@uol.com.br

**Maurício Porto**

R. Duartina, 319  
01256-030 São Paulo SP  
(11) 3871-1261  
mauricioporto@uol.com.br

**Pedro Luiz Ribeiro de Santi**

Av. Paulista, 2073, Horsa I, cj. 510  
01311-300 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3284-7144  
psanti@espm.br

**Renata Udler Cromberg**

R. Atlântica, 776  
01440-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3816-2184  
renatauc@uol.com.br

**Renato Mezan**

Rua Amália de Noronha, 198  
05410-010 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3081-4851  
rmezan@uol.com.br

**Rodrigo Blum**

Rua Monte Alegre, 428, cj.105.  
05014-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3673-2408  
rodrigoblum@uol.com.br

**Silvia Grebler Myssior**

R. Sta. Maria de Itabira, 339, cj. 900  
30310-600 Belo Horizonte MG  
Tel.: (31) 3225-4818 / 3287-4832  
silvia@myssior.com.br

**Tiago Corbisier Matheus**

R. Pe. Bento Dias Pacheco, 84  
05427-070 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3034-3988  
tmatheus@uol.com.br

**Vera Luiza Horta Warchavchik**

R. Ferreira de Araújo, 385  
05428-010 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3812-1753  
veraw@uol.com.br

**Zilda Machado**

R. Santa Rita Durão, 321, cj. 911  
30140-110 Belo Horizonte MG  
Tel.: (31) 3227-5331  
zildamachado@terra.com.br

# Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista Percurso pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por uma página de rosto contendo:

- o título e o nome do autor
- sua qualificação
- endereço (incluir CEP)
- telefone (incluir DDD)
- e-mail
- um resumo de cinco linhas em português e inglês
- até seis palavras-chave em português e inglês
- número exato de caracteres do texto, com espaços
- data de remessa.

2. A página de rosto é destacada quando o trabalho é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido na primeira página do texto.

3. Os trabalhos deverão ser entregues em seis cópias, pessoalmente ou por correio (sem SEDEX), à Coordenação Editorial de Percurso: Rua Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. Todos os trabalhos são analisados em detalhe pelo plenário da Comissão Editorial ou da Comissão Editorial de Resenhas, que poderão solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito, um membro destas transmite ao autor eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, em particular – mas não só – a fim de adequar aos padrões gráficos da revista.

5. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por Percurso:

- o que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: estilo itálico, sem aspas.
- títulos de artigos mencionados no texto: estilo normal, com aspas;
- citações: entre aspas, com chamada de nota.

6. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas con-

secutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

a. **Nome do autor:** em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

b. **Artigos e capítulos de livros:** título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em itálico o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa in antes do nome de um periódico).

c. **Livros:** título em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página(s) citada(s). Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, “Object Relations”, in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 377 (ou: p. 377-378).

d. **Textos citados mais de uma vez:** a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder Bacha, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder Bacha, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1009; p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; quinta citação, Bacha, *A arte...*, p. 136; e assim sucessivamente.

e. **Referências bibliográficas:** Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

7. **Para resenhas:** título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em

itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

8. Uma vez atendidas as recomendações das Comissões Editoriais, os trabalhos serão entregues no endereço acima,

em disquete, no formato Word (.doc), acompanhados de uma cópia impressa.

9. O autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos; o *copyright* dos aceitos pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista, [www.uol.com.br/percurso](http://www.uol.com.br/percurso).

## Onde encontrar *Percurso*

### Belém

Lúcia Helena Silva Alves  
Travessa Teófilo Conduru  
Passagem 2 Américas, 16  
Tel.: (91) 259.2431

### Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo  
Rua Cuverlo, 132 Loja 27  
Tel.: (32) 3273.5808

### Campinas

Livros Neli  
Rua Dr. Pelégio Lobo, 131  
Guanabara  
Fone/Fax: (19) 3243.7649

### Fortaleza

Livraria da Lua  
Av. Carapinima, 2200 Loja 121 B  
Tel.: (85) 223.4336

### Goiânia

Dimensão Editorial e Distribuidora  
R. 1121, nº 249 – setor Marisa  
Tel.: (62) 281.4135

### Porto Alegre

Livraria Cultura  
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302  
Tel.: (51) 3028-4033  
gaalmeida@livrariacultura.com.br

### São Paulo

Casa do Psicólogo  
Rua Mourato Coelho, 1059  
Tel.: (11) 3034.3600

FNAC Brasil – Paulista

Av. Paulista, 901  
Tel.: (11) 2123-2000

FNAC Brasil – Pinheiros

Praça Omaguás, 34  
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271

Livraria Cortez

Rua Bartira, 317  
Tel.: (11) 3873.7111

Livraria Cultura – Villa Lobos

Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245  
Tel.: (11) 3024-3599  
ehnunez@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place

Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 Loja 222  
Tel.: (11) 3024-3599  
ehnunez@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila

R. Fradique Coutinho, 915  
Tel.: (11) 3814-5811

Maura Books

Instituto Sedes Sapientiae  
Rua Ministro de Godoy, 1484  
Tel.: (11) 3873.2314 ramal 734

Livraria Moisés Limonad

Pós-Graduação PUC/SP  
Rua Monte Alegre, 984  
Tel.: 3871.2023

Livraria Pulsional

Rua Dr. Homem de Mello, 351  
Telefax: (11) 3865.8950 / 3675.1190

Maura Book's

Rua José Gonçalves Gomide, 545  
Tel.: (11) 6909.1959

Oriana Livros e Periódicos

Instituto de Psicologia USP  
Av. Prof. Mello de Moraes, 1721 Bl. B  
Tel.: (11) 3037.0874  
orianalivros@hotmail.com

Resposta Editorial

R. Texas, 658  
Tel.: (11) 5044-7565

### Sorocaba

Veronika Martins Hoffmann  
Av. Presidente Kennedy, 316 – Jd  
Paulistano  
Tel.: (15) 3417-2014  
wmhoffmann@terra.com.br

### Uberaba

Ilcéa Borba Marquez  
Rua Alfen Paixão, 599 – Mercês  
Tel.: (34) 3312.7761

## Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 110,00 (dois números)
- Por telefone:** ligue para (011) 3816-3780, das 8:00 às 21:00, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3816-3780, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para  
*Revista Percurso*  
a/c Setor de Assinaturas  
R. Paulistânia, 593  
05440-000 São Paulo SP

### Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME: _____	DATA: ____/____/____	
ENDEREÇO: _____		
CEP: _____	CIDADE: _____	ESTADO: _____
TELEFONE RES.: ( ) _____	COM.: ( ) _____	
CIC: _____	RG: _____	
E-MAIL: _____		
<b>Mastercard:</b> nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>	
<b>Visa:</b> nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>	
<b>AmEx:</b> nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>	
Quantidade de Parcelas: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 5		

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS  
R. Paulistânia, 593  
05440-000 São Paulo  
Tel.: (11) 3816-3780/3816-1137

Você também pode nos enviar um e-mail ([percurso@uol.com.br](mailto:percurso@uol.com.br)) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em Aparecida SP, em dezembro de 2008  
no parque gráfico da Editora Santuário